

**MÁRIO FERNANDES CORREIA BRANCO**

**‘PARA A MAIOR GLÓRIA DE DEUS E SERVIÇO DO  
REINO:’ as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao  
domínio holandês no Brasil do século XVII.**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal Fluminense como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Doutor em  
História.**

**Orientador: Prof. Dr. RONALDO VAINFAS**

**Niterói**

**2010**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**B816 Branco, Mário Fernandes Correia.**

‘PARA A MAIOR GLÓRIA DE DEUS E SERVIÇO DO REINO’:

as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil  
do século XVII / Mário Fernandes Correia Branco. – 2010.

283 f. ; il.

Orientador: Ronaldo Vainfas.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto  
de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: ff.256-267.

1. Invasão holandesa – Brasil – Século XVII. 2. Jesuítas. 3. Correspondência. I.  
Vainfas, Ronaldo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências  
Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.03

**MÁRIO FERNANDES CORREIA BRANCO**

**‘PARA A MAIOR GLÓRIA DE DEUS E SERVIÇO DO REINO:’ as cartas jesuíticas  
no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Doutor em História.

Aprovada em março de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. RONALDO VAINFAS – Orientador

Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA

Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. RONALD JOSÉ RAMINELLI

Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CÉLIA CRISTINA DA SILVA TAVARES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CHARLOTTE DE CASTELNEAU DESSENAULT DE L’ESTOILE

Université Paris Ouest Nanterre La Défense

**Niterói**

**2010**

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese encerra uma fase de minha formação profissional, no entanto, sei que isso não seria possível sem a presença e a ajuda de inúmeras pessoas. Sou um eterno devedor de cada uma delas. Embora muitos possam ter amigos que se tornaram quase como irmãos, eu fui agraciado com quatro irmãos verdadeiramente amigos: a Lourdes, a Alice, o Manoel e o Carlos. Entre nós sempre existiu a força de uma família constituída graças ao amor que une os corações de nossos pais: Joaquim e Maria da Conceição. De nosso pai recebemos a coragem, que nos permite enfrentar as dificuldades da vida sem esmorecer. Nossa mãe nos ensinou a força da serenidade e da fé que nos ajudam a manter o rumo, por mais obscuro e incerto que seja o horizonte com que nos defrontemos. A vocês meu eterno agradecimento e a certeza de que muito ainda teremos para viver e realizar.

No entanto, para além do ambiente familiar, deixo registrado meu sincero agradecimento aos apoios institucionais que obtive. Nesse sentido, agradeço ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de estudos, que me permitiu desenvolver as pesquisas necessárias para a elaboração desta tese.

Devo toda a minha formação acadêmica à Universidade Federal Fluminense, onde ingressei no curso de graduação em História, no ano de 1995. Na UFF convivi com os melhores professores e professoras, colhendo, além de ensinamentos profissionais, inúmeros exemplos de seriedade, lealdade e competência, atributos amplamente personificados em meu orientador, o professor Ronaldo Vainfas.

Do mesmo modo, agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História, companheiros de inúmeras jornadas de trabalho e aprendizado, particularmente nos últimos dez anos de convívio diário. Aos funcionários da Biblioteca Central do Gragoatá, agradeço pela eficiência e gentileza com que sempre fui atendido. Deixo aqui registrado também o meu reconhecimento pela excelência do atendimento prestado pelos funcionários do Real Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

***O melhor retrato de cada um é aquilo que escreve. O corpo retrata-se com o pincel, a alma com a pena.***

Padre Antônio Vieira - *Sermão de Santo Inácio* - (1669).

## **RESUMO**

Tendo como pano de fundo o período que passou à história do Brasil com o título generalizante de ‘Invasões Holandesas’, e apresentando uma dimensão pouco conhecida da abrangência alcançada pelas cartas jesuíticas, esta tese pretende identificar as especificidades da rede de informações desenvolvida pelos missionários da Companhia de Jesus entre 1624 e 1640 na luta contra as tropas da West-Indische Compagnie. Por conseguinte, trata-se de verificar se durante aqueles anos as cartas dos jesuítas cumpriram, de fato, um papel mais amplo do que o de simples missivas institucionais, tornando-se as ferramentas primordiais de um serviço de coleta e difusão de informações estratégicas e militares, que muitas vezes atuou infiltrado nas áreas dominadas pelos calvinistas.

## **ABSTRACT**

Having as scenery the historical period of Brazil generally entitled as Dutch Invasions and presenting a little known face of the scope reached by jesuitic letters, this thesis intends to identify the specificities of the informing network developed by the missionaries of the Society of Jesus between 1624 and 1640, fighting against the West Indische Compagnie (WIC). Therefore, this thesis will try to check if during those years, the letters of jesuits was, than a simple institutional set of missives, becoming, mainly, into an important instrument of a file and difusion of strategical military information service, which often was secretly inserted in the territory controlled by the calvinists.

## **RESUMEN**

Teneiendo como escenario el período que fue en la historia de Brasil generalmente conocido como ‘Invasiones Holandesas’, y presentando una dimensión poco conocida de la abrangencia alcanzada por las cartas jesuíticas, esta tesis pretende identificar las especificidades de la red de informaciones desarrolladas por los misioneros de la Compañía de Jesus entre 1624 y 1640 en la lucha contra las tropas de la ‘West Indische Compagnie (WIC). Por tanto, el intento es verificar si durante aquellos años las cartas de los jesuítas desempeñaron, de hecho, un papel mucho más amplio que el de simples missivas institucionales, convirtiendose em herramientas importantes de un servicio de recogida y difusión de las informaciones estratégicas y militares, que muchas veces actuó clandestinamente en las áreas dominadas por los calvinistas.



## **Lista de Abreviaturas**

ARSI	Archivum Romanum Societatis Iesu
IHSI	Institutum Historicum Societatis Iesu
MB	Monumenta Brasiliae
MHSI	Monumenta Historica Societatis Iesu
SJ	Societatis Iesu
VOC	Vereenigde Oost-Indie Compagnie
WIC	West Indische Compagnie

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	p.1-6
<b>CAPÍTULO I: O Legado de Loyola</b>	p.7
<b>O Governo pela pena</b>	p.10-30
<b>Dispersão e reorganização do acervo jesuítico</b>	p.30-34
<b>Os jesuítas no Brasil Colônia: enquadramentos historiográficos</b>	p.34-38
<b>“Província <i>Brasília</i>: ação inaciana nos quinhentos”</b>	p.39-50
<b>CAPÍTULO II: Expansão holandesa no Atlântico: a barreira jesuítica</b>	p.51
<b>As guerras holandesas em Pernambuco: panorama bibliográfico e documental</b>	p.52-64
<b>O registro inaciano das guerras holandesas</b>	p.64-65
<b>A Companhia de Jesus e o Brasil do século XVII</b>	p.66-67
<b>Guerras do açúcar, guerras de religião</b>	p.67-79
<b>Os jesuítas sob ataque: ‘olhos no céu e os pés firmes na terra’</b>	p.80-106
<b>A ‘Jornada dos Vassalos’</b>	p.107-111
<b>CAPÍTULO III: Os jesuítas e as guerras de resistência</b>	p.112-114
<b>Os holandeses em Pernambuco</b>	p.114-116
<b>Os jesuítas face ao avanço holandês</b>	p.116-133
<b>A nova frente baiana, 1638</b>	p.134-144
<b>O Cerco da Bahia de 1638</b>	p.144-157

<b>CAPÍTULO IV: Os Jesuítas em Ação</b>	p.158
<b>Jesuítas: “os mais perigosos inimigos” da WIC</b>	p.158-179
<b>Armada do Conde da Torre</b>	p.180-187
<b>Os jesuítas na tentativa de restauração da Armada do Conde da Torre</b>	p.188-197
<b>CAPÍTULO V - Os Jesuítas, agentes da Restauração</b>	p.198-199
<b>Os jesuítas na erosão da União Ibérica</b>	p.199-209
<b>Os jesuítas na diplomacia brigantina</b>	p.209-215
<b>Francisco de Vilhena: trajetória emblemática</b>	p.216-242
<b>CONCLUSÃO</b>	p.243-246
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	p.247-267
<b>ANEXOS</b>	p.268-283

**ANEXO A (p.269-272).**

**Carta do Padre Manuel Fernandes Visitador de Pernambuco, ao Geral Múcio Vitelleschi, Prepósito Geral da Companhia de Jesus em Roma. 5 de outubro de 1633.**

**ANEXO B (p.273-276)**

**Carta do Padre Leonardo Mercúrio ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, 29 de novembro de 1636.**

**ANEXO C (p.277-283)**

**Carta do Padre Francisco Pais ao Padre Paulo da Costa, de 1 de fevereiro de 1640.**

## Introdução

Disse o Senhor a Moisés: 'Envia homens que observem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel; de cada tribo enviareis um homem, sendo cada qual um príncipe entre eles.' E Moisés ordenou aos seus espias: 'Subi ao Neguebe e penetrai nas montanhas. Vede a terra e o povo que ali habita; se é forte ou fraco; se poucos ou muitos. Vede também como é aquela terra, se boa ou má; quanto às cidades onde moram, vede se são arraiais ou fortalezas [...] tende ânimo e trazei-me frutos da terra.'<sup>1</sup>

Como se pode perceber pela citação acima, tão antiga quanto a aventura do homem na terra é a sua busca incansável pelo conhecimento. Desde tempos imemoriais, nos quais se perdeu o marco inicial dessa caminhada em direção ao desconhecido, alguém partiu do que lhe estava mais próximo e tangível, para colher e acrescentar novos saberes ao acervo das suas informações. Esse é o verdadeiro moto-contínuo que move 'o céu e o mundo inteiro.'

Por conseguinte, segundo os teóricos da informação militar, o que se aprende a cada dia é o produto final de um longo processo de elaboração mental, cuja amplitude pode variar no tempo e no espaço. No entanto, a busca e a coleta da informação sofre de um vício de origem, do qual jamais se libertará. Em outras palavras, a mesma ânsia de saber que determinou a busca que gerou a informação de hoje, fará com que esta seja suplantada pelo que será a informação de amanhã.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> *Bíblia Sagrada*; (Antigo Testamento: 'Números,' Capítulo 13, versículo 17-20).Agradeço ao amigo Sebastião Luz pela indicação.

<sup>2</sup> Shermann Kent. *Informações Estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967. Embora se trate de um assunto que por sua natureza específica seja abordado com mais profundidade em documentos de circulação reservada, o livro acima indicado apresenta

Tendo como pano de fundo o período que passou à história do Brasil com o título generalizante de ‘invasões holandesas’, e apresentando uma face pouco conhecida da abrangência alcançada pela correspondência jesuítica, esta tese pretende identificar as especificidades da rede de informações desenvolvida pelos religiosos da Companhia de Jesus, durante o longo período das lutas contra os holandeses. Por conseguinte, trata-se de confirmar se durante aquele período as cartas dos jesuítas cumpriram um papel muito mais amplo do que simples missivas institucionais, tornando-se os elementos primordiais de um serviço de coleta e difusão de informações estratégicas e militares, que muitas vezes atuou infiltrado nas áreas dominadas pelos calvinistas.

Um episódio dessa época conflituosa ilustra a percepção dos holandeses acerca dos danos que lhes seriam causados pelos jesuítas e suas cartas. Em fins de maio de 1624, o padre Domingos Coelho, provincial da Companhia de Jesus no Brasil, em seus últimos dias de mandato, voltava à capital colonial acompanhado de outros religiosos, concluindo uma viagem oficial às sedes dos jesuítas situadas nas capitânicas ao sul da colônia. A fragata na qual viajavam aqueles religiosos já se encontrava no litoral da Bahia quando foi capturada por uma nau holandesa pertencente à esquadra enviada pelas Províncias Unidas, cujas tropas de infantaria haviam ocupado a cidade de Salvador, poucos dias antes. Mantido sob custódia e submetido a vários interrogatórios, o padre provincial dirigiu-se a um de seus captores e perguntou-lhe a razão para a prisão dos jesuítas. O holandês retrucou, ‘vocês sabem demais, vocês escrevem demais.’<sup>3</sup>

Esta tese tratará exatamente das cartas escritas por esses padres que sabiam demais. O primeiro capítulo apresenta uma análise sobre a fundação da Companhia de Jesus e de sua fixação na América portuguesa. Como se sabe, entre 1549 e 1599 implantou-se o *modus operandi* adotado pelos religiosos da ordem inaciana na América portuguesa, o que se fez através do aldeamento tutelado e da fundação dos colégios jesuíticos. As fontes primordiais são as cartas jesuíticas publicadas graças ao profícuo trabalho do insigne historiador da Companhia de Jesus, o padre doutor Serafim Leite. O que pretendo é abordar as cartas jesuíticas como instrumentos de trabalho e ação dos

---

sumariamente os conceitos operativos, de modo particular aqueles que se referem ao ciclo de produção e difusão das informações no âmbito militar, que foram utilizados na elaboração desta tese.

<sup>3</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu códice *Brasilia* 8, 352-355. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugal; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V.

próprios membros da ordem inaciana, utilizando os métodos tradicionais da pesquisa histórica, ou seja, a análise de documentos.

O segundo capítulo concentra-se na análise da dinâmica das invasões holandesas e prepara o cenário para a articulação do papel da Companhia de Jesus contra a presença das tropas de ocupação enviadas pelos dirigentes das Províncias Unidas ao nordeste brasileiro. Busca-se identificar de maneira mais sistemática, aspectos pouco explorados deste tema e cobre o período de 1600 até 1630. Por conseguinte, aborda os acontecimentos que resultaram na criação em junho de 1621 na Holanda, da West-Indische Compagnie, a Companhia das Índias Ocidentais. De fato, fiel aos seus objetivos de colonização e comércio mediante conquista, a WIC organizou e patrocinou o ataque à cidade de Salvador, sede da administração colonial, cuja capitulação ocorreu em 1624. A análise prosseguirá detendo-se sobre a reconquista da Bahia, em 1625, conseguida pelas tropas reunidas na ‘Jornada dos Vassalos,’ comandadas pelo fidalgo, D. Fradique de Toledo Osório. Concluindo-se o capítulo com a análise dos fatos que culminaram com o envio da segunda expedição batava ao nordeste brasileiro.

Afortunadamente boa parte das fontes jesuíticas utilizadas para a elaboração desse capítulo, também foi publicada graças ao profícuo trabalho do padre doutor Serafim Leite. Por conseguinte, em sua monumental *História da Companhia de Jesus – Assistência de Portugal*, inúmeras cartas dos jesuítas que testemunharam o ataque dos holandeses, bem como as lutas de reconquista do solo baiano, podem ser consultadas. Dentre os inacianos que viveram aquele período, destaca-se Antônio Vieira, então começando seus estudos como noviço no Colégio da Bahia.<sup>4</sup>

O terceiro capítulo tem o foco principal na ação dos jesuítas e nas lutas de resistência aos holandeses, com grande atenção ao teatro de guerra, explorando-se aspectos de história militar e que tem sido alvo de novos trabalhos e abordagens. Nesse sentido, abordará a conjuntura dos primeiros anos do Brasil holandês, estendendo-se de 1630 até 1638. Período curto, porém pródigo de acontecimentos. Por um lado, a análise se deterá sobre a vitória retumbante obtida pelos holandeses no ataque a Pernambuco, em contraste com a situação que suas tropas tiveram de enfrentar posteriormente. O cotidiano desses primeiros anos do Brasil holandês foi marcado pela inquietação. De

---

<sup>4</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950.

fato, a tática de guerrilha, empregada na resistência aos invasores limitou o domínio das forças terrestres da West Indische Compagnie ao litoral, cujos soldados tiveram de enfrentar uma nova modalidade de luta para a qual não estavam preparados, conforme destacaram os relatos holandeses sobre aquela ‘guerra do mato.’<sup>5</sup>

Por outro lado, será analisado o papel desempenhado pelos religiosos da *Societatis Iesu*, cujas ações se traduziram em duas vertentes, que longe de se excluírem, se complementaram. A primeira, através da assistência religiosa aos combatentes da resistência pernambucana, de acordo com o *modus operandi* dos inacianos previsto nas *Constituições da Companhia de Jesus*. A segunda, mediante a presença de missionários junto aos ‘índios frexeiros’, trazidos pelos jesuítas das aldeias do interior e dirigindo as surtidas desencadeadas contra os invasores calvinistas, como foi o caso do padre Manuel de Moraes. O capítulo concluirá com a constatação do impasse e exaustão, a que foram levados os combatentes de ambos os lados envolvidos no conflito. Embora, com pequena vantagem para os integrantes das tropas da WIC, graças, sobretudo, às deserções de Calabar em 1632, à qual se somou a do jesuíta Manuel de Moraes, em 1635, cujas conseqüências serão abordadas no capítulo seguinte.

As fontes sobre esses acontecimentos são inúmeras. Todavia entre os cronistas coloniais destaco Manuel Calado do Salvador, autor de *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, originalmente escrito em 1646, e publicado em Lisboa dois anos depois.<sup>6</sup> Contudo, a correspondência jesuítica também traz informações preciosas, com relatos em primeira mão que expõem as vicissitudes do período. Nesse sentido destacam particularmente as cartas que compõem os códices *Brasilia 5 e Brasilia 8*, que se encontram depositadas no Archivum Romanum Societatis Iesu, em Roma.

Entretanto, para a análise da luta contra os holandeses é imprescindível a leitura do diário escrito pelo quarto donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Albuquerque Coelho, *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. (Madrid, 1654). Trata-se de uma narrativa

---

<sup>5</sup> Joan Baers. *Olinda Conquistada*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM. ; Cutberth Pudsey. *Diário de uma estada no Brasil 1629-1640*. (Tradução e leitura paleográfica por Nelson Papavero & Dante Martins Teixeira). Petrópolis: Editora Index, 2000. (volume III da Coleção Brasil Holandês).

<sup>6</sup> Manuel Calado. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4ª ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985.2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14).

circunstanciada dos combates em Pernambuco e Paraíba. Embora, o foco da obra penda favoravelmente às ações empreendidas por Matias de Albuquerque, não por acaso, irmão do autor.<sup>7</sup>

O quarto capítulo abordará a consolidação da presença holandesa no nordeste, pois, de fato, a expansão dos domínios da WIC atingiu o auge durante a administração de Maurício de Nassau, governador do território conquistado, e comandante supremo das tropas neerlandesas nos trópicos, entre 1637 e 1644. Como se sabe, inúmeras fontes sobre a presença holandesa no Brasil foram copiadas na Europa, em fins do século XIX, por José Hygino Duarte Pereira, estando acessíveis na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*. O capítulo encerrará tratando do triunfo holandês nas capitânicas nordestinas e a repercussão desse acontecimento sobre o destino da Companhia de Jesus no Brasil. Do mesmo modo, serão também analisadas as descrições feitas por autores que se encontravam a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, dentre os quais destaque Joan Nieuwhof, que permaneceu nos trópicos entre 1640 e 1649, além de Gaspar Barleus e Joannes de Laet.<sup>8</sup>

No entanto, cabe destacar que este capítulo traz uma significativa novidade ao propor a análise dos primeiros indícios da formação, no âmbito da Companhia de Jesus, de um sistema de busca e coleta de informações estratégicas e militares durante as guerras contra os holandeses. Por conseguinte, será abordado especificamente o papel da correspondência jesuítica na resistência aos holandeses, entre os anos de 1630 e 1636. Nas cartas do período se podem vislumbrar os sinais da resistência e as marcas da luta. As fontes primordiais são as cartas trocadas entre os religiosos que se encontravam nos trópicos e os dirigentes da ordem na Europa, citadas acima. Nesta direção destaca-se o valor inestimável das informações que os jesuítas faziam circular, através de suas cartas, para além dos limites do Brasil holandês acerca do cotidiano vivido no front nordestino.

---

<sup>7</sup> Duarte de Albuquerque Coelho. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 398 p. (Coleção Recife, v. 12).

<sup>8</sup> Joan Nieuwhof. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981.; Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM. Joannes de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636*. (original de 1644). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.



O que por certo explica a repressão que os inacianos sofreram pelas mãos dos soldados das tropas da West Indische Compagnie. Apesar da liberdade de consciência e de culto que permitiram aos colonos sob sua jurisdição, particularmente durante o período nassoviano, a aparente tolerância dos calvinistas não se estendeu aos Companheiros de Jesus. De fato, uns foram mortos em combate, como o padre Antonio Bellavia, outros deportados e postos a ferros nos porões dos navios, em condições tão desumanas que faleceram durante a longa travessia do oceano, como foi o caso do padre José da Costa, entre muitos outros.<sup>9</sup>

O quinto capítulo tratará do papel dos jesuítas na conjuntura da Restauração de Portugal, que pôs fim a sessenta anos de dominação espanhola. Nesse sentido, serão analisadas as consequências da Aclamação de D. João IV para o destino da guerra contra os holandeses nas capitânicas do nordeste brasileiro. O que se poderá vislumbrar através da análise da correspondência jesuítica da época, na qual se percebe as inúmeras hesitações e conflitos que matizaram aquele período. Do mesmo modo, serão explicitadas as diversas formas de atuação dos religiosos da Companhia de Jesus da Província de Portugal, bem como dos missionários que integravam a Província do Brasil. Por conseguinte, as fontes primordiais para o estudo desse período são àquelas que contém as cartas dos inacianos que participaram daquela conjuntura e os documentos da administração régia de Portugal e Espanha.

De todo modo, é inegável que os inacianos da província lusitana participaram da conspiração que levou ao trono o oitavo Duque de Bragança. Posteriormente, alguns religiosos da Companhia de Jesus foram incumbidos de missões diplomáticas de relevância pelo rei D. João IV, conforme ressaltou Charles Boxer.

A prova da aliança de D. João IV com os jesuítas e do apoio franco prestado pela Província portuguesa da Companhia de Jesus à Restauração não é difícil de ser encontrada. A literatura da época abunda em alusões ao apoio daqueles padres à nova dinastia, crescendo que muitos jesuítas foram enviados pelo novo monarca como seus representantes pessoais em diversas e importantes missões diplomáticas.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Serafim Leite. História da Companhia de Jesus... . volume V, p.352.

<sup>10</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.156-157. (Coleção Brasileira volume 353).

## Capítulo I O Legado de Loyola

Desde o início de sua existência canônica é através da correspondência dos religiosos da Companhia de Jesus, que se torna possível verificar a amplitude do seu processo de consolidação institucional, iniciado pelo padre Inácio de Loyola, fundador e primeiro padre geral da ordem, cujo generalato se estendeu de 1540 até sua morte, ocorrida em 31 de julho de 1556. Nesse sentido, o mesmo cuidado com a estruturação das atividades desenvolvidas pelos inacianos, também matizou as ações dos sucessores de Loyola. De fato, particularmente durante boa parte do século XVI, além do inegável avanço missionário, os dirigentes da ordem buscaram sistematizar os procedimentos internos de modo a obterem a máxima eficácia em suas ações de evangelização.

Por conseguinte, a amplitude desse processo está presente nas cartas escritas pelos religiosos que participaram do esforço missionário, cuja abrangência atingiu ao longo do tempo uma escala planetária. Do mesmo modo, após inúmeras consultas aos seus integrantes, muitos dos quais se encontravam dispersos pelas mais distantes latitudes, os jesuítas chegaram ao consenso sistematizado no texto das *Constituições da Companhia de Jesus*.

Todavia, por se tratar de um documento produzido por religiosos para ser seguido por todos os demais confrades, o texto faz inúmeras recomendações diretamente ligadas ao desenvolvimento espiritual dos jesuítas. Aliás esta particularidade foi destacada pelo padre Pedro de Ribadeneira, no prólogo da primeira edição impressa em 1559.

[...] Em suma, as Constituições formam todos nós para a perfeição, e ensinam com que armas devemos lutar contra nossos três inimigos mais poderosos, contrapondo a castidade à concupiscência da carne, a pobreza à concupiscência dos olhos e a obediência à soberba da vida.[...].<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Cf. carta escrita pelo padre Pedro de Ribadeneira, em data incerta do ano de 1559 aos ‘queridos irmãos em Cristo da Companhia de Jesus.’ In: *Constituições da Companhia de*

No entanto, cabe destacar que apesar do senso comum atribuir aos jesuítas uma rígida centralização, exercida a partir da Cúria Generalícia em Roma, este controle somente foi possível depois de transcorridos quase vinte anos desde que obtiveram sua aprovação pontifícia, pelo Papa Paulo III, através da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540. Todavia, foi somente no ano seguinte, logo após sua eleição como padre geral, Inácio de Loyola pode iniciar a redação das *Constituições da Companhia de Jesus*.

A elaboração deste documento basilar dos jesuítas, cuja finalidade é ordenar todos os procedimentos adotados para o ‘bom governo’ dos inacianos, realizou-se após longas e maduras reflexões, cuja amplitude foi registrada na vasta correspondência de Loyola, da qual são conhecidas quase sete mil cartas. Do mesmo modo, a meticulosidade do processo de elaboração do texto foi bastante ampla, a tal ponto que mais de oito anos foram necessários para que se chegasse à definição das linhas gerais.

A partir de então, foi possível formular uma versão preliminar. A demora deveu-se, sobretudo, a morosidade com que chegavam a Roma as inúmeras cartas que traziam sugestões, vindas de todos os quadrantes da atividade jesuítica. Como se sabe, naquela época a missão da ordem inaciana já atingira a Índia portuguesa, onde se encontrava desde 1542 o jesuíta Francisco Xavier, um dos seus fundadores, e que se tornou primeiro missionário da Companhia enviado ao ultramar.

Por fim, após 1549, quando se conseguiu reunir em Roma a maior parte dos membros fundadores da *Societatis Iesu*, foi possível definir o formato e o conteúdo adotados na versão definitiva das *Constituições da Companhia de Jesus*. O texto aprovado em 1556, determinava entre outros assuntos, os procedimentos administrativos e as normas gerais de ação que se tornaram obrigatórios, a partir de então.

Todavia, cabe ressaltar que a versão originalmente aprovada naquela ocasião sofreu inúmeras alterações e atualizações, particularmente quando da realização das Congregações Gerais. O constante processo de atualização, previsto nas *Constituições da Companhia de Jesus*, estendeu-se até nossos dias. Não obstante, jamais foi alterada a

---

*Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p.17.

estrutura geral da versão de 1556. Por conseguinte, desde sua primeira edição de 1556, as *Constituições da Companhia de Jesus*, estão divididas em dez partes.

1. Admissão à provação
2. Demissão da Companhia
3. Noviciado - conservação e formação dos noviços
4. Formação dos futuros jesuítas após o noviciado
5. Admissão ao corpo da Companhia
6. Vida pessoal dos que já foram admitidos na Companhia
7. Missão e ministérios da Companhia
8. Fomento da união entre os membros da Companhia
9. Governo da Companhia
10. Conservação e expansão da Companhia

De fato, como ressalta outro historiador da Companhia de Jesus, o padre doutor John O'Malley, as *Constituições*, caracterizam-se por articular estruturas e procedimentos internos que foram institucionalmente adotados para alcançar suas metas, visando, sobretudo, acompanhar o futuro jesuíta,

[...] desde o momento em que fazia o pedido para se tornar membro da Companhia, durante seu treinamento, até os ministérios nos quais ele se engajaria, e concluíram com considerações concernentes às qualidades do superior geral da Companhia como um todo.<sup>12</sup>

De todo modo, o nó dessa articulação destacada acima residia na correspondência sistemática entre seus integrantes, que se tornou um instrumento poderoso para assegurar a sua coesão enquanto instituição e para debater as normas e procedimentos que implementava. O que se buscou inicialmente foi estabelecer um modelo específico quanto à forma e o conteúdo das cartas dos missionários, percebidas desde o início das atividades da Companhia de Jesus como fontes inestimáveis de informações. Por conseguinte, os jesuítas construíram uma rede de informações, pouco usual para a época, que operava de forma muito próxima daquelas preconizadas pelos teóricos dos serviços de inteligência de nossos dias, valorizando o domínio do

---

<sup>12</sup> John O'Malley. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora Unisinos, Bauru: Edusc. 2004. p.24

conhecimento – designados ‘busca de dados’ nestas organizações – para orientar a tomada de decisões. De fato, como ressaltou Shermann Kent.

A busca de dados é a atividade mais característica das Informações. Sem ela não pode haver levantamentos nem pesquisas. Em consequência, um órgão de Informações não pode subsistir sem uma ampla e sistemática atividade de busca [...].<sup>13</sup>

## O Governo pela pena

As normas que regem a correspondência dos inicianos foram definidas na oitava parte, aquela que trata especificamente “da união entre os membros da Companhia”. Não foi por acaso que essa percepção típica de Loyola, o cuidado com a correspondência, foi institucionalmente adotada nas *Constituições*. A constante preocupação de Loyola com os religiosos, que se encontravam dispersos pelos mais distantes pontos da cristandade, foi ali textualmente expressa:

§673 - Concorrerá também de maneira muito especial para esta união [da cabeça com os membros em geral], a frequente correspondência epistolar entre súditos e superiores, com o intercâmbio de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas das diversas partes. Este encargo pertence aos superiores, em particular ao Geral e aos Provinciais. Eles providenciarão para que em cada lugar se possa saber o que se faz nas outras partes, para consolação e edificação mútuas em Nosso Senhor.<sup>14</sup>

Ao mesmo tempo, os inicianos não mediram esforços para dar às cartas de seus missionários a mais ampla divulgação externa possível. Por conseguinte, esta prática institucional dos inicianos foi corroborada pela assertiva de Bouza-Álvarez, acerca da especialização requerida para a efetiva publicidade das atividades da ordem inaciana, pois, segundo ele,

---

<sup>13</sup> Shermann Kent. *Informações Estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967. p.159.

<sup>14</sup> *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p.211.

Copiar, extrair ou trasladar manuscritos era um trabalho a que se dedicaram profissionalmente os chamados copistas, copiadores, escreventes (...). Além de todos eles, parecem ter-se convertido em amanuenses para fazer traslados os secretários, estudantes pobres e os próprios leitores.<sup>15</sup>

Nesse sentido, não se pode negar que na Europa a publicação das cartas jesuíticas serviu para reavivar a fé dos católicos, particularmente naquelas regiões que se encontravam sob a ameaça das interpretações heterodoxas que contradiziam os ensinamentos da Igreja de Roma. Embora também houvesse a preocupação de assegurar uma ampla circulação da correspondência jesuítica entre os cristãos mais próximos da ortodoxia. Esta tarefa foi favorecida graças ao inegável apelo de edificação religiosa contido nos relatos dos missionários.

Por outro lado, o contato dos jesuítas com as distantes e desconhecidas latitudes do mundo colonial ultramarino, causou um deslumbramento entre os europeus. Afinal, a nova face da humanidade com que se defrontavam os missionários, foi descrita com riqueza de detalhes, tanto acerca do modo de vida daqueles povos, quanto ao ambiente exótico que habitavam. Inegavelmente tinham grande apelo entre o público, fosse ele letrado ou não. Por conseguinte, o sucesso obtido pelos inicianos na difusão destas cartas alcançou grande amplitude, pois, conforme assegura Adriano Prospero,

[...] a Companhia de Jesus especializou-se na recolha, elaboração e difusão desse tipo de informações: uma abundante literatura impressa, resultante da seleção de um grande volume de informações contidas nas cartas dos jesuítas criou um laço duradouro entre a Companhia e o público, alimentando uma curiosidade sempre desperta em relação ao maravilhoso e ao exótico.<sup>16</sup>

Ainda na mesma direção, a adoção dessa estratégia possibilitou-lhes obter o reconhecimento dos ‘senhores principais’, ou seja, reis, rainhas, funcionários régios ou quaisquer ocupantes de posições de mando que pudessem, de algum modo, auxiliar ou até mesmo prejudicar a expansão da ordem. Como se sabe, o apoio dos detentores dos poderes seculares, obtido pelos jesuítas, foi decisivo para o sucesso de suas atividades de ensino na Europa, bem como para a implementação dos métodos de missão adotados no ultramar.

---

<sup>15</sup> Fernando Bouza-Alvarez. ‘Cultura Escrita e História do Livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. In: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: nº 9-10, 2001. p.72.

<sup>16</sup> Adriano Prospero. ‘O Missionário.’ In: Rosário Villari. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p.149.

Nesse aspecto em particular, surge outro traço típico da ação dos jesuítas: a importância que atribuíram às notícias que poderiam interessar até mesmo aos que não fossem membros da Ordem. Ou seja, a relevância de registrar em suas cartas as informações que iam além daqueles assuntos mais afeitos à edificação religiosa. Sem dúvida tais informações foram decisivas para aumentar o conceito dos inicianos junto aos ‘senhores principais.’ Entretanto, esse desejo de receber informações detalhadas acerca das atividades dos missionários, também fazia parte das preocupações de leitores que não pertenciam aos quadros da Companhia de Jesus, dentre os quais muitos ocupavam postos nos altos escalões da hierarquia da Igreja, conforme destacou Adriano Prospero, por exemplo, numa das cartas enviadas por Loyola em 5 de julho de 1553.

[...] O cardeal Marcello Cervini, por exemplo, mandara pedir a Francisco Xavier, por intermédio de Inácio Loyola, para responder, nas suas cartas, a perguntas como estas: ‘Como andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas em que duermen, y qué costa haze cada uno dellos. También, quanto la región, donde está, em qué clima... y qué costumbres.’<sup>17</sup>

De todo modo, as prescrições originais de Polanco e Loyola foram formalmente adotadas nas *Constituições*.

§824 - Deverá, sobretudo, manter-se a benevolência da Sé Apostólica, à qual a Companhia deve especialmente servir. Depois, a dos príncipes seculares, e das pessoas importantes e de valia, que com sua atitude favorável ou desfavorável podem contribuir muito para abrir ou fechar a porta do divino serviço e bem das almas. De maneira análoga, quando se sentir má vontade da parte de alguns, sobretudo sendo pessoas de influência, há de rezar-se por eles, e não de empregar-se os meios adequados para conquistar-lhes a amizade, ou ao menos, para que não nos sejam adversos. E isto, não por temor de contradições e de vexames, mas para que, pela benevolência deles, Deus Nosso Senhor seja mais bem servido e glorificado em todas as coisas.<sup>18</sup>

Posteriormente, já em pleno século XVII, como veremos nos próximos capítulos, esta determinação será levada ao limite durante o longo período da luta deflagrada contra a dominação holandesa nos trópicos brasílicos.

---

<sup>17</sup> *Monumenta Ignatiana, Epistolae V*, Roma: 1965. p.165. Apud: Adriano Prospero. ‘O Missionário.’ In: Rosário Villari. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p.149.

<sup>18</sup> *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p.251

De todo modo, desde a adoção do texto final das *Constituições*, e sempre visando a ‘união dos corações’, a difusão interna das cartas enviadas pelos missionários atingiu duas metas cruciais para o sucesso obtido pela ordem inaciana, no âmbito vocacional e no administrativo. No primeiro deles, a circulação interna da correspondência contribuiu para despertar vocações religiosas entre os alunos de seus colégios, o que garantiu a existência de uma reserva de futuros missionários e o aumento constante de seu efetivo, alimentando entre os noviços o desejo de se engajarem nos ministérios da ordem.

Dentre as obras produzidas com este objetivo destaco o *Memorial de Varias Cartas e Cousas de Edificaçam dos da Companhia*, impresso em 1596. Esta edição teve grande difusão entre fins do século XVI e as primeiras décadas do XVII. O volume contém cópias de inúmeras cartas, dentre as quais encontram-se algumas do padre José de Anchieta, bem como relatos de confrontos entre os jesuítas e calvinistas franceses, com descrições pormenorizadas do martírio de vários religiosos da Companhia de Jesus, ocorridas durante as guerras de religião que assolaram a Europa.<sup>19</sup>

Por outro lado, mais próximo da esfera administrativa e institucional dos inacianos, o cuidado com que várias cartas foram copiadas e reenviadas para todas as regiões em que se encontravam os jesuítas, tornou possível aos seus dirigentes tomar conhecimento e adaptar, *mutatis mutandis*, as estratégias aplicadas, testadas e aprovadas em outras latitudes.

Essa possibilidade se tornou particularmente importante para a definição das medidas de governo implementadas pelos que se encontravam imersos na dura realidade do ultramar. Por conseguinte, particularmente na esfera administrativa, a correspondência contribuiu para a divulgação dos procedimentos que os jesuítas passaram a adotar para o governo da sua vasta rede de casas e colégios. Como se pode perceber, a difusão das cartas tornou-se a peça chave para a formação de uma identidade tipicamente jesuítica. Ou, por outras palavras, foi decisiva para o sucesso da ‘campanha para o auto conhecimento’, levada a cabo pelos dirigentes da ordem inaciana, pois, conforme ressalta John O’Malley, os jesuítas de então,

---

<sup>19</sup> *Memorial de Várias Cartas e cousas de edificaçam dos da Comp.<sup>a</sup> para uso e proveyto spual dos Noviços vendo o exemplo dos Antigos*. [original de 1596 - manuscrito nº 554 da Biblioteca Pública Municipal do Porto]. Reconstituição do texto de José Pinto. Porto: Editora Marânus, 1942.



tinham de ser instruídos no que a Companhia era e como ela ‘procedia’ e então tinham de ser animados a perseverar no compromisso. Inácio e seus associados mais chegados estavam claramente conscientes de que a comunicação de ideais, metas e estilo da Companhia não ocorriam automaticamente e que tinham de ser sustentados numa base consistente e contínua. [no entanto]. Eram impedidos de alcançar tal comunicação pela falta de qualquer tipo de literatura sobre a Companhia que pudesse ser referência para os jesuítas prospectivos, exceto os Exercícios Espirituais [não impressos até 1548] e as Constituições [não impressas até 1559]. Essa situação explica a ênfase extraordinária que as Constituições colocaram como um meio para alcançar a ‘união dos corações’. [...], um ideal de comunicação frequente e franca. Sempre que podiam, os jesuítas continuavam a sua correspondência oficial e não oficial entre eles, não em latim, mas no vernáculo, o que significa que muitas cartas daquele período são em espanhol, português e italiano.<sup>20</sup>

De certa maneira, ainda que de forma sucinta é o que também afirma Charlotte de Castelneau-L’Estoile, acerca da inegável construção de uma identidade jesuítica, notadamente a partir da circulação das cartas dos inicianos.

A correspondência desempenhava um papel maior na difusão do ‘modo de fazer’ jesuíta, fundamento de sua identidade [...]. Essas cartas permitiam também aos jesuítas isolados tomar consciência da especificidade do grupo e reafirmar, por meio da escrita ou da leitura das cartas, seu pertencimento à Companhia [...].<sup>21</sup>

De fato, não se pode negar que uma certa unidade no modo de proceder foi então mantida através da correspondência, pois, conforme determinava o texto das *Constituições*, os jesuítas enviavam com a maior brevidade e regularidade possível, as cartas que informavam ao Geral sobre as atividades que desenvolviam. Por conseguinte, embora pouco se ausentasse da cidade eterna, Inácio de Loyola exerceu sobre os destinos da Companhia um verdadeiro *governo pela pena*, que se estendeu aos seus sucessores, particularmente aqueles que dirigiram os destinos da ordem inaciana durante o século XVI, Diego Laynez (1556-1565); Francisco Borgia (1565-1572); Everardo Mercuriano (1573-1580) e Claudio Aquaviva (1580-1615).

Data dessa mesma época o cuidado metódico com que foram mantidas, nos mais variados arquivos da Companhia de Jesus, as cartas dos seus dirigentes e missionários. Nesse sentido, pelo que indicam as fontes narrativas que tratam dos

---

<sup>20</sup> John O’Malley. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora Unisinos, Bauru: Edusc, 2004. pp. 102-103.

<sup>21</sup> Charlotte de Castelneau-L’Estoile. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006. p.73.

primeiros momentos de existência da ordem, o artífice da mentalidade arquivística desenvolvida pelos jesuítas foi o padre Juan Alphonso de Polanco.

Este curioso personagem seria cristão-novo, segundo o que afirmam alguns estudiosos da história da Companhia de Jesus, dentre os quais alguns cronistas da própria ordem inaciana. Aliás, o mesmo se dizia sobre as origens da família do padre espanhol Diego Laynez, um dos fundadores da Companhia e futuro padre geral. Embora não se possa deixar de levar em conta que essa possibilidade fosse bastante plausível entre os primeiros integrantes da Companhia de Jesus, notadamente entre aqueles que, a exemplo de Polanco e Laynez, provinham da península ibérica.<sup>22</sup>

De todo modo, é certo que Polanco nasceu numa rica e influente família da cidade de Burgos, na Espanha, entre 1516 e 1517. Por volta de 1533 iniciou seus estudos de Humanidades e Filosofia na Universidade de Paris, na qual permaneceu por oito anos. Após a conclusão do curso integrou-se na Cúria Romana como *scriptor apostolicus*. Naquela ocasião, ao que tudo parecia indicar, sua promissora carreira se iniciava junto à alta administração da Igreja sob as bênçãos da Santa Sé.

No entanto, ainda em 1541, Juan de Polanco fez os Exercícios Espirituais sob a direção de Diego Laynez, seu compatriota, a quem conhecera na época em que ambos cursaram a universidade de Paris. Tocado pela mística jesuítica e apesar das pressões em contrário da família, que desejava vê-lo cardeal, Polanco decidiu tornar-se um religioso da Companhia de Jesus. Assim sendo, e logo após sua admissão, o jovem sacerdote estudou mais quatro anos de teologia na Universidade de Pádua e ao final do curso se transferiu para a casa que os inacianos mantinham em Florença. Ali trabalhava quando foi convidado, pelo próprio Inácio de Loyola, para ser o substituto do padre Bartolomeu Ferrão, então bastante adoentado, que à época era o secretário pessoal do Geral dos jesuítas. Em julho de 1547, pouco tempo depois da morte do padre Ferrão, Juan de Polanco tornou-se o secretário da ordem inaciana e trabalharia com Loyola, até a morte deste, nove anos mais tarde. Nos dezesseis anos seguintes foi confirmado e mantido na mesma função pelos sucessores de Loyola, Diego Laynez e Francisco Borja. O padre Polanco faleceu em Roma, no ano de 1576.

---

<sup>22</sup> Para uma abordagem acerca das origens judaicas dentre os jesuítas fundadores ver: Jean Lacouture. *Os Jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre: LP&M, 1994. v.1. capítulo VII, p.206-223.

Sem dúvida, graças ao longo tempo que passou em contato direto com a alta administração da Companhia de Jesus, Juan de Polanco participou de todos os principais acontecimentos daquela época e contribuiu ativamente para a estruturação da ordem inaciana, exercendo um papel de destaque na redação do texto final das *Constituições*. As fontes a seu respeito indicam que o jesuíta aliava à sólida formação intelectual e teológica, um elevado senso de organização. Sem dúvida esse perfil, que lhe foi atribuído pelos que conviveram com ele, se encaixa perfeitamente naquele descrito por Salvatore Nigro, ao citar os manuais pelos quais se regia a vida dos funcionários que orbitavam as cortes do Antigo Regime.

Mão industriosa, de trabalho, a do secretário, e sua educação, no ato prático de escrever cartas. Se o 'quê' pertencia ao cliente e inspirador, o 'como' pertencia ao secretário, [...] o secretário era o filhote da obediência e amigo da servidão.<sup>23</sup>

Polanco era naturalmente dotado de grande senso organizacional, ao qual se somava uma força de vontade férrea. A conjunção de tais atributos pessoais foi de extrema importância para que pudesse realizar as gigantescas tarefas com as quais se deparou. No entanto, para executá-las contava quase sempre com o auxílio de apenas três auxiliares diretos. Esse pequeno grupo dedicava-se, sob a supervisão de Polanco, a organizar o fluxo das cartas que chegavam à sede dos inacianos em Roma. O trabalho compreendia o recebimento, a classificação e a posterior distribuição das inúmeras cópias das cartas trocadas entre o Padre Geral e os missionários. Além dessas tarefas cuidava da correspondência pessoal que era mantida por Loyola e seus sucessores, com reis, rainhas, funcionários régios e os membros da alta administração da Cúria pontifícia, além dos próprios ocupantes do Trono de Pedro.

A título de exemplo, vale lembrar o gigantesco volume da correspondência do padre Inácio de Loyola. Das quase sete mil cartas conhecidas que foram escritas pelo primeiro Geral da Companhia de Jesus, apenas cento e setenta e cinco delas, ou seja, pouco mais de 2,5% desse total, foram produzidas antes da nomeação de Polanco. Todas as demais, cerca de seis mil e oitocentas cartas, foram escritas no breve período

---

<sup>23</sup> Salvatore Nigro. 'O Secretário' In: Rosário Villari. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p.87.

de nove anos, decorridos entre 1547, quando se tornou secretário, até a morte de Loyola, ocorrida em 31 de julho de 1556.<sup>24</sup>

Juan de Polanco foi ainda o verdadeiro mentor do *Archivum Romanum Societatis Iesu* [ARSI], estruturando-o para ser o arquivo geral da Companhia de Jesus. De fato, basta lembrar que até sua nomeação como secretário, o fluxo da correspondência dos jesuítas não seguia um ordenamento específico. Comprovam essa assertiva inúmeras cartas relativas aos primeiros anos da década de 1540, que se encontram depositadas ainda hoje no ARSI, que trazem no verso anotações de próprio punho de Loyola, indicando onde deveriam ser guardadas. Por conseguinte, foi somente a partir de sua chegada à sede dos inacianos que a correspondência jesuítica passou a seguir um fluxo específico e previamente determinado quanto ao seu arquivamento.

Assim sendo, deve-se reconhecer que graças a esses poucos abnegados auxiliares do padre Juan de Polanco, tornou-se possível estabelecer rotinas e procedimentos internos para o processamento das cartas. Esse trabalho incluía a recepção e classificação daquelas que chegavam a sede da Companhia de Jesus, bem como das que o padre Geral enviava. Dedicava-se atenção especial à guarda e a redistribuição das muitas cópias para fazer com as notícias circulassem o mais rápido possível entre as diversas casas e colégios dos inacianos que, a partir de então, se multiplicavam pelas mais diversas regiões do planeta.

Do mesmo modo, Polanco implantou normas precisas para que fossem registradas as atas e demais documentos jesuíticos, conforme se pode verificar através das preciosas indicações do antigo diretor do *Archivum Romanum Societatis Iesu*, o padre Edmond Lamalle.<sup>25</sup>

Curiosamente, no entanto, as *Constituições da Companhia de Jesus* não determinaram nenhum cuidado específico para o arquivamento das cartas recebidas na sede dos inacianos em Roma. De fato, no texto aprovado em 1558, ‘a palavra arquivo não aparece uma só vez’, conforme ressalta Fernando Pérez.<sup>26</sup> Entretanto, existe uma

---

<sup>24</sup> John O’Malley. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora Unisinos, Bauru: Edusc, 2004. p.558.

<sup>25</sup> Edmond Lamalle.(S.I.). ‘L’archivio dun grande Ordine religioso. L’archivio Generale della Compagnia di Gesù.’ In: *Archiva Ecclesiae*. XXIV-XXV,1,(1981-1982), pp.89-120.

<sup>26</sup> Fernando del Ser Pérez. ‘La província jesuítica de Castilla en el Archivum Romanum Societatis Iesu’. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. nº 20, Servicio de Publicaciones.

carta de Loyola, escrita em 1547, na qual é textualmente definido o perfil desejado para a função de secretário da Companhia de Jesus.<sup>27</sup>

Todavia, não se pode esquecer que a Companhia de Jesus se formou na tradição administrativa de matriz ibérica, ou mais apropriadamente, castelhana. Pois, como se sabe, durante sua vida de cortesão, Inácio de Loyola cumpriu todas as etapas da carreira de um filho da pequena nobreza castelhana. De fato, de acordo com o que pode verificar em sua *Autobiografia*, a partir de 1507, com pouco mais de quatorze anos de idade, colocou-se ao sob a proteção de seu padrinho, o *contador mayor* [encarregado das finanças] de Espanha, Juan Velasquez de Cuellar. Durante os dez anos seguintes Loyola serviu ao fidalgo ao qual serviu sucessivamente como pajem, escudeiro e secretário. Somente após a morte de Cuellar, Loyola se voltou para a carreira das armas. No entanto, esta se encerrou bruscamente em 1521 durante o cerco de Pamplona, onde foi gravemente ferido. A partir de então, se iniciou a fase mística e religiosa de sua existência, que culminará com a fundação da Companhia de Jesus em 1540.

De todo modo, cabe destacar que apesar de seus biógrafos ressaltarem seu passado de soldado, Loyola exerceu por mais tempo funções administrativas, particularmente como secretário do *contador mayor*. Por conseguinte, esteve a maior parte do tempo em contato com o *modus faciendi* da burocracia régia castelhana.

Como se sabe, o volume de documentos produzidos pelas secretarias dos reis de Espanha atingiu cifras astronômicas. Certamente graças ao cuidado com que foram preservados, muitos sobreviveram aos caprichos do tempo, e podem ser consultados no Arquivo de Simancas. Dentre os inúmeros pesquisadores que tiveram a oportunidade de trabalhar com a documentação produzida pela alta administração filipina, destaco o incansável historiador pernambucano, José Antônio Gonsalves de Mello. De fato, num de seus relatórios de pesquisa, que apresentou à Universidade de Recife, podemos perceber, por um lado, os procedimentos adotados pelo rei e pelos agentes da burocracia régia. Por outro lado, sem dúvida mais conhecido pelos historiadores, podemos vislumbrar a abrangência do mundo colonial espanhol.

---

Universidad Complutense. Madrid:1998. p.169. Agradeço à professora Maria de Fátima Silva Gouvêa pela indicação.

<sup>27</sup> Mario Scaduto (S.I.). 'Uno scritto ignaziano inedito: il "Del officio del secretario" del 1547'. Roma: *Archivum Historicum Societatis Iesu*. 1960. v.58,a. XXIX. pp.305-328

O investigador que examina esses papéis, como eu o fiz, fica surpreendido pelo trabalho imenso e eficiente da burocracia espanhola. Dos assuntos submetidos à apreciação dos conselhos há duas e três minutas de consulta e pareceres, de cartas, de papéis vários: destinavam-se elas a ser emendadas pelos vários conselheiros, a cujo exame eram oferecidos. Surgem depois as minutas de redação final, também corrigidas por várias mãos, até chegar ao texto aprovado e rubricado pelos conselheiros, pronto para ser submetido à apreciação do Rei. Todos esses papéis - é claro - estão escritos à mão, um a um, pois não havia então meios mecânicos de cópias múltiplas. Era assoberbante o trabalho dos escreventes das secretarias espanholas e o pesquisador de hoje fica perplexo pela tarefa realizada pelos burocratas do tempo dos Filipes. Estes, os Reis de Espanha, não trabalhavam menos do que os seus súditos das secretarias, pois os despachos são todos, um por um, da mão do próprio Rei, mesmo quando de assuntos miúdos e triviais. E ainda mais: Filipe II chegava ao extremo de reclamar qualquer atraso em lhe serem enviados papéis a despachar ou a examinar, como se aquela papelada imensa fosse pouca matéria para sua diligência. E o mundo espanhol dos Filipes abrangia toda a América do Sul, a Central, parte da do Norte, as Filipinas, o mundo português da América, da África e da Ásia, além da Flandres e de várias regiões da Itália: quase o mundo inteiro.<sup>28</sup>

Seja como for, Como já tivemos a oportunidade de destacar anteriormente, do mesmo modo que Loyola, Juan de Polanco também trabalhou algum tempo em contato com as lides administrativas. Embora, no seu caso, tenha exercido a função de *scriptor apostolicus* na Cúria romana. Sem dúvida, o futuro secretário da Companhia de Jesus, certamente conheceu e lidou de perto com os inúmeros documentos e procedimentos adotados pelos integrantes das secretarias que assessoravam os dirigentes da alta hierarquia eclesiástica.

Neste sentido, se pode perceber que a implantação e a consequente profissionalização da administração eclesiástica e régia, tornou imprescindível a adoção de técnicas de arquivamento. A execução dessas tarefas estava diretamente ligada ao trabalho específico do secretário. Por conseguinte, para os religiosos da Companhia de Jesus, sem dúvida herdeiros dessa tradição administrativa, não haveria nenhuma necessidade de nomeá-la especificamente no texto das *Constituições*. Portanto, acredito que a inexistência de qualquer referência que determine o arquivamento da correspondência dos jesuítas pode indicar, na realidade, uma naturalização dessa

---

<sup>28</sup> José Antonio Gonsalves de Mello. 'Boletim Informativo da Universidade do Recife.' N°3 maio., 1961, pp. 36-41. In: José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo de Jornal*. Recife: Editora Massangana, 1998. p.205-211.

atividade, a qual desde tempos imemoriais, se ligava diretamente ao trabalho específico do secretário.

De fato, o cotidiano das secretarias régias, era muito próximo daquele vivido pela hierarquia eclesiástica e impôs a criação de um saber específico, que foi além do domínio da escrita. Destacava-se, sobretudo, o conhecimento de técnicas de redação e das rotinas administrativas peculiares, pois, como assegura Pedro Cadarso,

[...], a proliferação de documentos epistolares não teria sido possível sem o avanço do que denominamos como cultura escrita, ou mais especificamente, sem a alfabetização praticamente total que se percebe desde o século XVI, entre as elites castelhanas, [...] já não era apenas uma questão de dominar a escrita e a leitura, mas demonstrar certa perícia específica, ou seja, ser capaz de manejar um vocabulário apropriado a cada caso, escrever em verso, dispondo de certos rudimentos das línguas clássicas, empregando uma caligrafia que permitisse escrever e assinar de forma elegante, como convinha a um Cavalheiro.<sup>29</sup>

De certo esses atributos se encontravam presentes na mentalidade dos cortesãos daquela época. Homem de seu tempo, o próprio Loyola, muitos anos depois, já como Geral dos jesuítas, confidenciou ao seu primeiro biógrafo, o padre português Luis Gonçalves da Câmara, que dentre todas as habilidades adquiridas durante o período em que viveu na corte castelhana, somente permitia-se sentir orgulho de uma delas: a perfeição de sua caligrafia. Aptidão que certamente desenvolveu durante seus tempos de secretário do *contador mayor*.<sup>30</sup>

Quanto ao padre Juan de Polanco, sua influência pessoal manifestou-se mesmo antes da adoção do texto final das *Constituições*, cujo espírito compreendia como poucos. Por conseguinte, teve sempre a preocupação de fazer da correspondência entre os membros da Companhia, o elo perene e invisível, que os manteria unidos ‘como membros de um só corpo.’ Na realidade essa dedicação já se fazia presente desde a primeira carta que escreveu, em 25 de julho de 1547, a todos os jesuítas, exatamente no mesmo dia em que assumiu a função de secretário do Geral Inácio de Loyola:

Ainda que não nos possamos ver pessoalmente, há muito tempo que me tenho ligado estreitamente com Vossa Reverência, em Jesus Cristo

---

<sup>29</sup> Pedro Luis Lorenzo Cadarso. ‘La correspondencia administrativa en el Estado Absoluto castelhana siglos XVI-XVII’. In: *Tiempos Modernos: Revista electrónica de Historia Moderna*. n°5. 2001.pp.1-29. <http://www.tiemposmodernos.org/viewissue.php?id=5> . Tradução minha. (acesso em outubro de 2008).

<sup>30</sup> Jean Lacouture. *Os Jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre: LP&M. 1994.

Nosso Redentor e Senhor, de modo que apertando os vínculos da caridade comum, com que nos une a todos, como membros de seu corpo, [...] não haverá razão alguma, [...] que me impeça de escrever à Vossa Reverendíssima.<sup>31</sup>

Logo a seguir sua meticulosidade levou-o a ser mais direto e incisivo, pois alguns missionários consideravam mais importante ocuparem-se dos trabalhos de evangelização, negligenciando a correspondência com a sede dos inacianos em Roma. Dirigindo-se especificamente a estes recalcitrantes, o padre Polanco afirmou que os poucos religiosos que assessoravam o Geral também se defrontavam com inúmeras tarefas, sem que no entanto, deixassem de manter o contato frequente com as demais casas da Companhia de Jesus. Por conseguinte, o secretário foi fulminante ao dirigir-se aos seus confrades menos atentos aos pormenores da correspondência:

Certamente que os que estão fora daqui o farão com maior facilidade que aqueles que estão em Roma; pois eles só têm que dar conta do que fazem; no entanto, aqui é necessário satisfazer a todos que se encontram nas diversas partes em que se encontra dispersa a Companhia, dando-lhes notícias de tudo o que se passa não só aqui como nas outras partes. Assim sendo, para atendermos a todos, ocupamo-nos de boa vontade, apenas três ou quatro de nós, nessa tarefa de escrever a todos. Deveria, pois, Vossa Reverendíssima, não ter por muito gastar um pouco de tempo e trabalho em algo tão necessário como é este de escrever.<sup>32</sup>

Seja como for, a falta de regularidade no envio de cartas ainda persistiu por mais alguns anos. De fato, a mesma preocupação pode ser percebida na carta que Polanco escreveu de Roma, em 13 de agosto de 1553, dirigida aos provinciais da Companhia no Brasil e na Índia. Naquela ocasião o secretário da Companhia antecipou as normas que, somente após a adoção das *Constituições*, iriam se tornar obrigatórias para a correspondência institucional dos jesuítas.

Até aqui se têm informações muito imperfeitas das coisas que acontecem nestas missões [Brasil e Índia]. Isso se deve ao fato que se deixa aos que ali trabalham o cuidado com o escrever para Roma. E assim uns o fazem outros não, e estes são a maioria. Mesmo os que escrevem dão informações de algumas coisas e de outras não, embora fosse mais conveniente que se soubesse. Assim, para remediar isso nosso Padre Mestre Inácio, ordena a Vossa Reverência, e a quem quer que tenha o cargo de Provincial, que se encarregue de escrevê-las ou

---

<sup>31</sup> *Monumenta Ignatiana, Series Prima, Sancti Ignatii de Loyola Epistolae et Instructiones.* Madrid: Gabriel Lopez del Horno, 1903. volume 1, p.110.

<sup>32</sup> *Monumenta Ignatiana, Series Prima, Sancti Ignatii de Loyola Epistolae et Instructiones.* Madrid: Gabriel Lopez del Horno, 1903. volume 1, p.111.



determine alguém para fazê-lo, com a devida antecedência, para que não deixem de ser enviadas a tempo.<sup>33</sup>

Como se pode perceber o padre Polanco repetia nesta carta a necessidade de se cuidar com maior atenção do envio da correspondência. No entanto, ao mesmo tempo, indicava a constante falta de ordenamento nas informações que chegavam à sede dos inicianos em Roma, como um sério entrave à boa administração e governo da Companhia. Para sanar tais dificuldades, recomendava aos provinciais, bem como aos demais religiosos que ocupavam postos de chefia, que a partir de então, cuidassem de enviar as cartas com maior regularidade, levando-se em conta as disponibilidades de transporte peculiares de cada região.

Doravante, surgiu outro aspecto que caracterizará a correspondência jesuítica. De fato, ao indicar como deveriam ser escritas estas cartas, Polanco, sistematizou um modelo que privilegiava a clareza e a objetividade. Destaque especial foi dado ao trabalho de coleta e de registro das informações que deveriam obrigatoriamente constar de todas as cartas enviadas a Roma. Ao definir quais assuntos deveriam obrigatoriamente constar do texto o secretário, mais uma vez, enfatizou o cuidado especial com o conteúdo das cartas enviadas pelos missionários.

E quanto ao que se deverá escrever direi aqui os pontos que deverão abordar. Nas cartas que poderão ser mostradas [aos de fora], se dirá em quantas partes existem residências da Companhia, quantos vivem em cada uma delas e em que se ocupam, tocando-se no que seja assunto de edificação; também como se vestem, de que se alimentam e como estão alojados além de discriminar o trabalho que cada um executa. Quanto à região em que habitam, deve-se informar o clima e a temperatura. Quanto á vizinhança [nativos], quem são, como se vestem, de que se alimentam, como são suas casas, quais são os seus costumes, quantos cristãos pode haver entre eles, quantos do gentio e quantos são mouros. E, por fim, como a outras pessoas se escreve por curiosidade, dando-lhes muitas informações particulares, o mesmo se faça com nosso Padre Mestre, para que melhor se saiba como prover, e também se satisfará a muitos senhores principais, devotos, que desejam saber algo sobre o que acima indiquei.<sup>34</sup>

Como se pode perceber a intenção de Polanco era definir o formato e sistematizar o conteúdo das cartas, inexistindo a preocupação com o talento literário de quem as redigia. Neste sentido, se por um lado, Inácio de Loyola percebeu desde cedo o

---

<sup>33</sup> Serafim Leite, *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega. (Opera Omnia)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. p. 513-514.

<sup>34</sup> Serafim Leite. *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega. (Opera Omnia)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. p. 514.

valor das informações que podiam ser obtidas pelos seus companheiros, por outro, mostrava-se mais preocupado em orientar a coleta, o registro minucioso e a posterior difusão dessas informações. Por conseguinte, foi graças às percepções destes dois religiosos, Loyola e Polanco, sistematizadas posteriormente no texto final das *Constituições*, que a Companhia de Jesus conseguiu estabelecer uma gigantesca rede de informantes que atuou em todas as latitudes do avanço missionário dos inicianos.

Todavia, apesar das recomendações e cuidados do padre Juan de Polanco, somente em meados da década de 1560, durante o generalato de Diego Laynez (1556-1565), o primeiro sucessor de Loyola, chegou-se, finalmente, a um certo ordenamento quanto ao formato e à regularidade da correspondência jesuítica. A partir de então ela passou a ser produzida e classificada em três categorias distintas.

Em primeiro lugar, os *Catálogos*, nos quais deviam ser listados os religiosos que viviam e o grau que possuíam na Companhia, ou seja: noviços, escolares, coadjutores temporais ou espirituais e os professores. Informando-se ainda, o lugar de nascimento, o tempo de Companhia e a data em que cada um tinha sido admitido, bem como a relação dos falecidos e os detalhes do estado material das casas e colégios.

Em segundo lugar, somente a partir de 1559, determinou-se o registro minucioso de todas as cópias de contratos, dotações régias, escrituras e quaisquer outros documentos que tratassem ou se referissem à posse de bens materiais, particularmente os imóveis, que porventura constituíssem o patrimônio da Companhia de Jesus.

Por fim, as *Cartas*, que deveriam seguir as normas previstas na versão final das *Constituições*, determinando-se que fossem enviadas a cada quatro meses. Todavia, a partir da 2ª Congregação Geral, reunida em 1565, ficou decidido que as cartas de edificação e de notícias fossem enviadas anualmente, o que fez delas as conhecidas *cartas anuas*. Logicamente toda a correspondência deveria ser enviada para a sede da Companhia em Roma. Assim sendo, conforme afirma Charlotte de Castelneau-L'Estoile.

A correspondência epistolar é a verdadeira chave do sistema jesuíta. [...] é compreendida como tendo um papel ativo no governo da ordem. Sua importância justifica que a troca epistolar seja codificada de

maneira relativamente precisa, que procure não multiplicar as prescrições [...].<sup>35</sup>

Em 1572, com a eleição do novo Geral da Companhia, o padre Everardo Mercuriano, Antonio Possevino tornou-se o novo secretário da ordem. No entanto, ainda naquele mesmo ano Juan de Polanco foi encarregado pelo recém eleito dirigente máximo dos jesuítas de escrever a crônica detalhada das atividades realizadas pelos inacianos desde os primórdios de sua história. Para a realização desta tarefa o antigo secretário de Loyola pesquisou os arquivos da correspondência que havia sido recebida em Roma, cujo acervo Polanco conhecia melhor que qualquer outro jesuíta.

Desse trabalho resultou o *Chronicon Societatis Iesu*, que abrange o período de 1537 até 1556, não por acaso o mesmo ano da morte de Inácio de Loyola. O texto de Polanco inicia-se quando Inácio, acompanhado por outros seis estudantes da universidade de Paris, proferiram o voto de Montmartre, segundo o qual se comprometiam solenemente a difundir o Evangelho entre os ‘infiéis na Terra Santa’. Dessa resolução do pequeno grupo surgiu, poucos anos depois, a futura Companhia de Jesus. No entanto, cabe ressaltar uma peculiaridade da fase embrionária da história dos jesuítas, iniciada em 1534. Refiro-me especificamente à origem universitária da ordem inaciana, pois, como afirma Jean Lacouture,

[...] os seis homens que se uniram em torno de Loyola por votos solenes na igreja rural, agarrada ao flanco de uma colina chamada Montmartre, no dia 15 de agosto de 1534, eram o que hoje chamamos de intelectuais, formados há uma dezena de anos no crisol faiscante do Humanismo [...] que era a Paris de Francisco I, onde eles haviam recebido uma educação, antes de tudo, filosófica e literária. A grande congregação de castelhanos, navarreses, saboianos, bascos e portugueses na capital intelectual do Ocidente não foi motivada por uma intimação da fé, mas por uma convocação do saber.<sup>36</sup>

Todavia, os seis peregrinos que pretendiam partir para o Oriente Médio foram impedidos pelos acontecimentos posteriores de cumprir o voto proferido em Montmartre. Dentre os inúmeros obstáculos com que se defrontaram naquela ocasião um foi decisivo e conseguiu frustrar os seus planos. Como se sabe, em fins da década de 1530, o irresistível avanço das tropas turcas, através do Mediterrâneo, alcançou os portos do mar Adriático, tornando a pretendida viagem com destino a Terra Santa, uma

---

<sup>35</sup> Charlotte de Castelneau-L’Estoile. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006. p.72.

<sup>36</sup> Jean Lacouture. *Os Jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre: LP&M, 1994. v.1.p.51.

aventura irrealizável para qualquer cristão. Por conseguinte, Loyola e seus companheiros reformularam seus objetivos iniciais e desistiram da viagem através da Palestina. De todo modo, inspirados por Loyola, os antigos estudantes de Paris seguiram para a Cidade Eterna, onde somente em 1540 obtiveram o apoio do Papa Paulo III para a criação da *Societatis Iesu*.

Todos esses pormenores constam do *Chronicon Societatis Iesu*. Contudo, essa seria a última missão cumprida pelo padre Juan de Polanco, de fato, com a saúde já bastante debilitada, o jesuíta concluiu a redação do *Chronicon* em 1574 e morreu dois anos depois em Roma. A importância do derradeiro relato do antigo secretário da Companhia de Jesus pode ser avaliada pela assertiva de John O'Malley,

O *Chronicon* desfaz o estereótipo de uma Ordem religiosa sob estreita disciplina militar, com cada membro atuando como um peão unicamente sob as ordens de seu superior. Substitui esta imagem com o quadro de uma vasta rede de indivíduos empreendedores, que mantinham estreita comunicação com seus superiores e recebendo deles orientação e consolação.<sup>37</sup>

Seja como for e apesar de todos os relevantes serviços prestados à Companhia de Jesus, o padre Juan de Polanco não escapou às críticas daqueles que se dedicaram ao estudo da história da *Societatis Iesu*. Existe entre estes pesquisadores uma certa unanimidade em imputar-lhe cortes desastrosos nos textos originais das cartas escritas pelos seus confrades. Segundo estes críticos, sejam eles jesuítas ou não, durante o tempo em que trabalhou como secretário dos gerais da Companhia, Polanco agiu com a eficácia de um censor inquisitorial.

De fato, sua atenção sobre o conteúdo das cartas era absoluta, pouca coisa escapava aos seus olhos zelosos e atentos. Movido, quem sabe, por escrúpulos excessivos, Polanco suprimiu trechos preciosos das cartas dos missionários recebidas em Roma, nas quais estes haviam deixado registradas suas impressões e percepções sobre a terra e a gente que encontravam em seu trabalho de evangelização nos confins da cristandade. Por outro lado, não se pode negar que estes relatos estivessem inevitavelmente matizados por uma visão etnocêntrica, para não dizer mais especificamente europocêntrica.

No entanto, em defesa da posição do então secretário da Companhia de Jesus,

---

<sup>37</sup> John W. O'Malley. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora Unisinos; Bauru: Edusc, 2004. p.29.

pode-se argumentar que Polanco agiu como um homem de seu tempo. Ou, por outras palavras, atuou como um religioso afeito aos meandros da Cúria Romana, cujo funcionamento conheceu de perto, como já referimos acima. Não bastasse essa particularidade, também deve ser levada em conta sua origem espanhola, a qual lhe permitia perceber o imenso poder de que dispunha a Inquisição, sempre vigilante e atenta agindo sob a égide da defesa da fé, sempre pronta a lançar os *domini cani* sobre os desviantes da ortodoxia católica.

Seja como for, diante da possibilidade ou, quem sabe, da probabilidade de despertar a atenção inquisitorial sobre os inacianos, todo o cuidado era mais que recomendável, em particular no caso dos jesuítas. De fato, se tratava de uma ordem religiosa recém fundada que abrigava em seu seio alguns suspeitos de descenderem de *gente de raça infecta*, dentre eles o próprio Polanco. O somatório desses fatores talvez possa explicar as intervenções mutiladoras do secretário, pois, diante de tais perspectivas pouco encorajadoras, e sendo um homem de seu tempo, com suas grandezas e temores, Polanco talvez buscasse evitar que a publicação destas novidades servisse de argumento contra o trabalho missionário da Companhia, matizado, como se sabe, por inúmeras acomodações ao ambiente de fronteira em que atuavam os Companheiros de Jesus.

Não obstante, os religiosos da Companhia de Jesus, imersos no ambiente tropical, ainda que encantados com a diversidade dos povos e da natureza naquelas latitudes, tiveram sempre a preocupação de registrar tudo aquilo que observaram, obedecendo as solicitações enviadas de Roma. Neste sentido, além de cumprirem uma norma institucional, através de suas cartas, colocaram para mentalidade européia do século XVI problemas inéditos, em termos de distâncias a superar entre a realidade e os pressupostos de que dispunham para entender a nova face da humanidade com que se defrontavam no Novo Mundo, pois, até então,

Era clássica no Ocidente cristão a doutrina da unidade fundamental do gênero humano. Postulava-a Sagrada Escritura, defendiam-na os Padres da Igreja, professavam-na os doutores da escolástica. O homem, contudo, (...) era apenas o adamita - habitante do mundo arábigo-cristão e da sua periferia.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> José Sebastião da Silva Dias. *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, 1974. p.175

De todo modo, as intervenções de Polanco atingiram também as cartas enviadas do Brasil. Para localizá-las vale recorrer, mais uma vez, aos trabalhos publicados pelo padre Serafim Leite. Durante suas pesquisas realizadas no acervo do *Archivum Romanum Societatis Iesu* [ARSI], constatou que dentre os códices do Brasil, o mais atingido pela pena zelosa de Polanco é: *Bras. 3-1[ARSI]. Epist.1550-1660*. O códice contém 178 documentos, predominando as cartas de notícias e cartas ânuas em português, espanhol, latim e italiano. Destas, estão publicadas trinta e sete na *Monumenta Brasiliae*.<sup>39</sup>

As cartas dos missionários da Companhia de Jesus constituíram um volumoso manancial de fontes a partir da segunda metade do século XVI. A primeira edição impressa das cartas enviadas do Brasil tornou-se um monumento bibliográfico. O único exemplar conhecido repousa nos dias atuais, na Biblioteca Nacional de Lisboa.<sup>40</sup>

O volume contém a tradução castelhana de seis cartas escritas por alguns dos jesuítas que desembarcaram na Bahia em março de 1549. Em primeiro lugar, traz a famosa *Información de las partes del Brasil*. Apesar de ter se tornado um sucesso editorial, se levarmos em conta os padrões de circulação da época, trata-se na verdade de uma carta escrita na Bahia pelo padre Manuel da Nóbrega, enviada em dia incerto do mês de agosto de 1549, aos padres e irmãos que então viviam no colégio da Companhia de Jesus de Coimbra.<sup>41</sup>

Cabe ressaltar, no entanto, que o texto original dessa carta, escrito em português, é considerado como perdido. Conforme assegurou o padre Serafim Leite, apenas uma

---

<sup>39</sup> Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae* I, p.62. (Introdução Geral).

<sup>40</sup> *Copia de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega dela Companhia de Iesus: y otros padres que estan debaxo de su obediencia: al padre maestre Simon preposito de la dicha Compañia en Portugal: y a los padres y hermanos de Iesus de Coimbra. Tresladadas de portugues en castellano. Recebidas el año de MDLI.*

<sup>41</sup> Inseridos no mesmo volume, seguem-se, pela ordem, as seguintes cartas: do padre Antonio Pires, dirigida aos padres e irmãos de Coimbra, enviada da Capitania de Pernambuco, em 2 de agosto de 1551; do padre Nóbrega a Simão Rodrigues, da Capitania de Pernambuco, no dia 11 de agosto de 1551; duas cartas, do padre Afonso Brás aos padres e irmãos de Coimbra, escrita na Capitania do Espírito Santo, em 24 de agosto de 1551; carta do padre João de Azpilcueta Navarro, enviada aos padres e irmãos de Coimbra, escrita na cidade de Salvador em dia incerto do mês de agosto de 1551; carta do padre Leonardo Nunes, [fora da ordem cronológica] enviada de São Vicente, aos padres e irmãos de Coimbra, em 20 de junho de 1551.

cópia desse manuscrito, em espanhol, sobreviveu aos caprichos do tempo e repousa nos dias atuais no Archivum Romanum Societatis Iesu – ARSI.<sup>42</sup>

Além dessa edição em espanhol de 1551, ainda durante o século XVI, fizeram-se outras quatro edições, na Itália em 1552, 1559, 1562 e 1565. Do mesmo modo, em 1569 veio a público uma edição impressa na cidade de Louvain, na Bélgica e, por fim, em 1586, em Ingolstadt, na Alemanha. Posteriormente, já no século XVIII, em Portugal, o livro *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio de Coimbra*, em dois tomos, cujo autor é o padre jesuíta Antonio Franco, traz referências a inúmeras cartas de jesuítas que atuaram nos mais diversos quadrantes da expansão lusitana.<sup>43</sup>

Entretanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a política de afirmação do poder régio, implementada pelo marques de Pombal, tornou a Companhia de Jesus *persona non grata* nos ambientes culturais de Portugal e seus domínios. Somente no século seguinte foi publicada no Brasil, uma pequena parte da correspondência jesuítica. De fato, a partir de 1835, no sexto volume dos *Annaes do Rio de Janeiro* de Baltasar da Silva Lisboa, se encontra a *Informação das Terras do Brasil* de Nóbrega, bem como as cartas deste a Tomé de Sousa de 5 de julho de 1559 e ao Cardeal Infante, com data de 1º de junho de 1560. Cabe ressaltar, no entanto, que a carta de Nóbrega ao primeiro governador geral do Brasil, também consta do terceiro volume das *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, vindos à luz originalmente na Bahia entre 1835 e 1843, graças ao empenho de Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Como se sabe, posteriormente esta obra teve uma segunda edição publicada entre 1919 e 1937.

Todavia, somente após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e com a criação da sua *Revista*, no ano seguinte, se tornou possível publicar documentos jesuíticos de maneira mais ordenada notadamente entre 1840 e 1880. Entre toda a documentação dos inicianos, trazida a público pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, destaco o volume 43, editado em 1880, no qual se encontra *O Diálogo sobre a conversão do gentio do Padre Manuel da Nóbrega*,

---

<sup>42</sup> Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956. p.147-154. *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega. (Opera Omnia)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. p.59-67. (Edição facsimilar). Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, vol. 211.

<sup>43</sup> António Franco. *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio de Coimbra em Portugal*. Évora; Coimbra: 1719. 2 volumes.

extraído de um códice existente na Biblioteca de Évora, em Portugal, que até então permanecera inédito entre nós.<sup>44</sup>

Já entre 1886 e 1887 por iniciativa de Capistrano de Abreu, ao qual se associou Alfredo do Valle Cabral, ambos pertencentes aos quadros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do funcionário da Imprensa Nacional, Silveira Caldeira, publicou-se *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil*, série na qual se pode encontrar vasta documentação jesuítica, tais como a *Informações e fragmentos históricos do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586)* que apresenta uma preciosa introdução e acuradas notas de Capistrano de Abreu.

Em dezembro de 1888 veio a público: *Cartas do Padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*. A obra contém todas as cartas conhecidas de Nóbrega até então. Já em 1887, publicou-se o último volume da série: *Cartas Jesuíticas III – IV: Cartas Avulsas (1550-1568)*, contendo sessenta e três cartas escritas por vários religiosos que missionaram na América portuguesa, exceto as cartas de Nóbrega e Anchieta.

Todavia, apesar da grande quantidade de documentos reunidos para a elaboração daquele volume, o livro foi impresso sem as notas e introdução que caberiam a Valle Cabral. Entretanto, ele jamais as realizou, pois foi acometido de insidiosa moléstia, morrendo em 1894.<sup>45</sup> De todo modo, esta malfadada coleção não teve a continuidade desejada, e os poucos exemplares que eventualmente chegaram a ser impressos, foram totalmente consumidos num incêndio que atingiu as instalações da Imprensa Nacional.<sup>46</sup>

Também digna de nota tornou-se a iniciativa da Academia Brasileira de Letras que entre 1931 e 1933, publicou três volumes contendo alguma correspondência dos inicianos do século XVI. Pela ordem em que saíram do prelo tivemos as *Cartas Jesuíticas I – Manoel da Nóbrega. Cartas do Brasil 1549-1560*, com nota preliminar de Afrânio Peixoto, e prefácio de Alfredo do Vale Cabral. Como se pode perceber trata-se de uma reedição daquela anteriormente publicada em 1886 pela Imprensa Nacional. No entanto, nessa nova edição teve o acréscimo do texto completo do *Diálogo sobre a conversão do gentio do padre Manoel da Nóbrega*.

Ainda publicados em 1931 saíram os volumes subsequentes, as *Cartas*

---

<sup>44</sup> (Biblioteca de Évora). Cota: CXVII/I-33

<sup>45</sup> José Honório Rodrigues. 'Alfredo do Valle Cabral 1851-1894.' In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 73: 22-24, 1954.

<sup>46</sup> Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I (1538-1553)*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956. p. 76.



*Jesuíticas II: cartas avulsas 1550-1568*, com nota preliminar, introdução, notas e sinopse histórica de Afrânio Peixoto; as *Cartas Jesuíticas III: cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)*. Logo a seguir em 1933, embora fora da ordem cronológica desejada pelos editores, mas já inserida na Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, fez-se a publicação de *Cartas Jesuíticas II – Cartas Avulsas 1550- 1568*. Posteriormente, os três volumes dessa coleção foram reeditados em 1988, sob os auspícios da Editora da Universidade de São Paulo, em conjunto com a Editora Itatiaia.<sup>47</sup>

### **Dispersão e reorganização do acervo jesuítico**

A vasta documentação jesuítica dispersou-se desde os tempos da supressão da ordem, pelo Papa Clemente XIV, em 1773. Somente em 1814 a Companhia de Jesus foi restaurada, a partir de então, seus religiosos dedicaram-se a uma intensa reestruturação interna que se estendeu por vários anos. De todo modo, somente na última década do século XIX, foi possível iniciar e desenvolver uma ampla pesquisa sobre as cartas e demais documentos escritos durante a primeira fase da história dos inacianos. Para alcançar esse objetivo alguns de seus mais proeminentes pesquisadores e professores foram encarregados da edição crítica dos documentos existentes sobre a origem e expansão da Companhia de Jesus entre 1540 e 1773.

Numa segunda fase, as fontes existentes passaram a ser publicados na série *Monumenta Historica Societatis Iesu*, cujo primeiro fascículo veio à luz em 1894. A partir de então e até 1925, foram publicados 61 volumes, dedicados tanto à história de Santo Inácio de Loyola, quanto à da própria Companhia de Jesus na Europa. Pertencem

---

<sup>47</sup> *Cartas do Brasil, 1549-1560 / Manoel da Nóbrega*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 147); *Cartas Avulsas, 1550-1568 / Azpilcueta Navarro e outros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 148); *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões / José de Anchieta*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 149).

a este período a edição histórico-crítica das *Constituições* e a *Monumenta Paedagogica*. Em 1930, por ocasião da fundação do *Institutum Historicum Societatis Iesu – IHSI*, a sede da *Monumenta Historica*, deixou Madrid mudando-se para Roma. Desde então a seção que se ocupa das fontes produzidas pelos missionários da Companhia trabalha tanto com a documentação proveniente tanto das missões orientais, quanto das ocidentais.

Por conseguinte, coube ao insigne historiador da Companhia de Jesus, o padre doutor Serafim Leite (1890-1969), pesquisar os documentos existentes nos mais variados arquivos em cujos acervos encontrou verdadeiras preciosidades sobre as atividades dos inacianos na América portuguesa. Como se sabe, o jesuíta escreveu inúmeros trabalhos sobre a missionação realizada por seus confrades no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. De fato, para elaborar os dez volumes da sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil - Assistência de Portugal 1549-1760*, cuja publicação se estendeu de 1938 até 1950, consultou inicialmente os arquivos da Companhia. No entanto sua incansável busca pelas cartas e demais documentos produzidos pelos religiosos da ordem inaciana, dos quais muitos eram até então inéditos ou desconhecidos, levou-o a percorrer os mais variados arquivos e instituições.

Sua vasta obra nos domínios da história teve início em 1937, com a publicação do livro *Páginas de História do Brasil*. Somente três anos depois veio a público o primeiro trabalho de sua autoria especialmente dedicado à correspondência jesuítica: *Novas Cartas Jesuíticas de Nóbrega a Vieira*, uma obra de fôlego, na qual podem ser encontradas inúmeras cartas, até então inéditas. Durante a segunda guerra mundial, enquanto a sanha assassina das hostes nazistas devastava a Europa, o padre Serafim Leite radicou-se no Brasil, onde prosseguiu suas pesquisas. Por essa razão, apenas os dois primeiros volumes de sua *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, foram publicados em Lisboa, os demais tiveram edições na terra que tão generosamente o acolhera.<sup>48</sup>

De todo modo, já em 1955, o jesuíta publicou em sua terra natal as *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega*, sob o generoso patrocínio da

---

<sup>48</sup> Serafim Leite. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937. (Coleção Brasileira, v. 93); *Novas Cartas Jesuíticas: de Nóbrega a Vieira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940. (Coleção Brasileira, v. 194).

Universidade de Coimbra.<sup>49</sup> No entanto, desde o início daquela década, os dirigentes do IHSI, o Instituto Histórico da Companhia de Jesus em Roma já haviam convidado o padre Serafim Leite para uma nova empreitada, cuidar da edição das fontes produzidas pelos missionários jesuítas que atuaram no Brasil.

Para que se possa avaliar a grandiosidade da tarefa que foi lhe confiada então, é preciso retroceder a narrativa. Como se viu acima, desde 1894 a Companhia de Jesus já cuidava institucionalmente da publicação histórico crítica de documentos acerca de sua origem e expansão. No entanto, somente a partir de 1930 os jesuítas puderam cuidar da organização do vasto acervo que retornava aos cuidados do ARSI, o Archivum Romanum Societatis Iesu. Por conseguinte, somente após vinte anos os trabalhos de tratamento, organização e classificação de todos os documentos chegaram a um estágio que permitiu aos dirigentes do IHSI, através de uma seção que se ocupa da publicação dos documentos pertencentes aos mais variados quadrantes da expansão missionária da Companhia de Jesus, cuidarem da publicação daquele magnífico acervo. Coube a partir de 1950 ao padre Serafim Leite a elaboração da *Monumenta Brasiliae*, na qual trabalhou até pouco antes de falecer, em Roma, no ano de 1969.<sup>50</sup>

Posteriormente, já no alvorecer do século XXI, durante as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em 2000, fez-se nova edição fac-similar das *Cartas de Nóbrega*, original de 1955, da Universidade de Coimbra.<sup>51</sup> No que tange às atividades realizadas pelos jesuítas nos trópicos brasílicos, e apesar das inúmeras dificuldades que enfrentou, o padre Serafim Leite conseguiu reunir e publicar cerca de trezentas cartas que cobrem os primeiros tempos da ‘Missão do Brasil,’ que podem ser consultadas em duas publicações: a *Monumenta Brasiliae* e as *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*.<sup>52</sup>

A primeira, originalmente publicada entre 1956 e 1968, é composta de cinco volumes pertencentes à série *Monumenta Historica Societatis Iesu* [MHSI], editada pelo Instituto Histórico da Companhia de Jesus [IHSI]. A segunda publicação deve-se ao

---

<sup>49</sup> Serafim Leite. *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1955.

<sup>50</sup> Idem. *Monumenta Brasiliae*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956-1968. 5 v.

<sup>51</sup> Serafim Leite, *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega. (Opera Omnia)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

<sup>52</sup> Serafim Leite. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão para a Comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. 3. v.

trabalho desenvolvido por ocasião das comemorações do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo, em 1954. Naquela ocasião, graças à amizade existente entre Serafim Leite e Sérgio Buarque de Holanda, além dos entendimentos institucionais entre o governo de São Paulo e o Geral da Companhia de Jesus, foi possível a publicação de *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, antes mesmo da edição patrocinada pela própria Companhia. Ao que parece a publicação no Brasil dessas cartas jesuíticas, que naquela ocasião estavam sendo coligidas para a série *Monumenta Histórica*, era um desejo antigo de Serafim Leite, como se pode observar na carta que Sérgio Buarque escreveu, em 1952, ao amigo jesuíta, então residindo em Roma.<sup>53</sup>

No entanto, as edições diferem entre si pela apresentação em português dos resumos das cartas em *Cartas dos Primeiros Jesuítas*; ao passo que em *Monumenta* estes estão em latim. A edição brasileira é composta de três volumes e a de *Monumenta* possui cinco, dos quais o último deles, *Monumenta Brasiliae V - Complementa Azevediana I*, publicado em 1968, reúne as cartas do primeiro visitador da Companhia em terras do Brasil, o padre Inácio de Azevedo, morto em 1570 com outros missionários jesuítas por corsários huguenotes, em pleno Atlântico, no episódio dos *Quarenta mártires do Brasil*.

Esse corpo excepcional de fontes para os primórdios da colonização e da cristianização do Brasil, no entanto, após os esforços do padre Serafim, praticamente só foram objeto de estudos por parte de especialistas em Teoria Literária, como Alcir Pécora e João Adolfo Hansen, que se debruçaram sobre elas detendo-se, mais especificamente, na análise dos parâmetros da narrativa adotados pelos jesuítas.<sup>54</sup>

Curiosamente, no entanto, cabe destacar que numa direção diversa da difusão externa das cartas jesuíticas, particularmente aquelas escritas por Nóbrega e seus companheiros de missão nos trópicos, uma das mais importantes obras da missão jesuítica, produzida originalmente em meados do século XVI, circulou durante muitos anos entre as aldeias e colégios da Companhia de Jesus apenas em manuscrito. Refiro-me à *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, que foi escrita em

---

<sup>53</sup> Serafim Leite. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão para a Comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. volume I, pp.5-6.

<sup>54</sup> Alcir Pécora. 'Cartas à Segunda Escolástica.' In: Adauto Novaes.(org.) *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 379. João Adolfo Hansen. (org.). *Cartas do Brasil – Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2003.

apenas seis meses pelo então noviço José de Anchieta, cujas primeiras cópias circularam a partir de 1556.

Posteriormente, sob a inspiração do primeiro Provincial do Brasil, o padre Manuel da Nóbrega, determinou-se que *Arte* fosse utilizada para o aprendizado da ‘língua Geral,’ tornando-se, por conseguinte uma obra de leitura obrigatória para todos os jesuítas que atuavam na catequese dos brasis.<sup>55</sup> No entanto, somente em 1595, quase cinquenta anos depois de ter sido escrita por José de Anchieta, a *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil* foi impressa, em Portugal. De todo modo, essa demora talvez se possa explicar por se tratar de uma ferramenta específica, ainda que imprescindível para o trabalho dos missionários que atuavam nos trópicos brasílicos. Por conseguinte, a versão impressa destinou-se, em primeiro lugar, aos Colégios da Companhia de Jesus, cujos estudantes se preparavam para se tornarem os futuros missionários no Brasil.<sup>56</sup>

## **Os jesuítas no Brasil Colônia: enquadramentos historiográficos**

Como se viu acima, a historiografia que trata das atividades da Companhia de Jesus no Brasil foi dominada no século XX pela figura singular do padre Serafim Leite. De fato, desde a publicação de sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tornou-se obra de referência sobre o tema. Tal relevância, sem nenhum favor, se deve ao inegável método e erudição com que foi preparada, permitindo ao leitor atento localizar inúmeras referências acerca das atividades desenvolvidas pelos jesuítas, seja junto aos nativos, seja no trato direto com os colonos.

---

<sup>55</sup> Hélio Abranches Viotti. *O anel e a pedra*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993. p.93.

<sup>56</sup> *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de IESV. Com licença do Ordinario & do Preposito geral da Companhia de IESV*. Em Coimbra per Antonio de Mariz. 1595. No Brasil somente no século XX, graças ao empenho da direção e dos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicou-se: *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil feita pelo P. Joseph de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

Todavia, não se pode deixar de registrar a relevância da obra de outro grande mestre. Refiro-me ao historiador inglês Charles Ralph Boxer que durante sua longa e produtiva existência produziu obras fundamentais para o entendimento das dinâmicas internas e externas da expansão ibérica. Nesse sentido dentre sua vasta produção bibliográfica destaco trilogia constituída por *A Igreja e a Expansão Ibérica*; *A Índia Portuguesa em meados do século XVII* e *O império colonial português*. De fato, foi graças à comunhão de interesses da Igreja de Roma e dos reinos católicos da Península Ibérica que a cruz e a espada atuaram inseridos na grande aventura da expansão marítima. Nesse sentido as ordens religiosas tornaram-se a ponta de lança do avanço missionário e dentre elas a Companhia de Jesus teve uma atuação destacada nos mais variados quadrantes da cristandade que se formou no ultramar.<sup>57</sup>

No entanto, outras publicações, notadamente a partir das últimas décadas do século passado, trouxeram valiosa contribuição para o entendimento das peculiaridades das ações empreendidas pelos missionários da Companhia de Jesus no Brasil. Neste sentido, destacarei a seguir obras as que considero como as mais importantes para se entender a ação jesuítica no Brasil.

A primeira delas, das mais representativas da vertente de análise antropológica sobre os métodos de catequese e dos brasis ao cristianismo, é o livro de Luiz Felipe Baeta Neves, *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*, de 1978. O autor analisa especificamente a imposição dos valores da religião e da cultura europeia dos Quinhentos, realizada pelos missionários jesuítas sobre as sociedades ameríndias, que os colocava como portadores da verdade diante daquelas populações sem Fé, sem Lei e sem Rei.<sup>58</sup>

Do mesmo modo, também cabe ressaltar outra publicação que segue a mesma vertente de análise, embora mais afeita ao papel desempenhado pelos nativos na vida colonial da América Portuguesa. Refiro-me ao instigante livro, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de John Manuel Monteiro. Publicado em 1994, trata-se de uma obra fundamental para o entendimento da política de aldeamento empregada pelos inicianos. Embora a ênfase do autor recaia sobre a região da atual

---

<sup>57</sup> Charles Ralph Boxer. *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982.; *A Igreja e a expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1980.; *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.

<sup>58</sup> Luiz Felipe Baeta Neves. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

cidade de São Paulo, graças à relevância e sofisticação conceitual de suas assertivas, é possível estendê-las para os demais quadrantes das ações dos missionários nos trópicos.<sup>59</sup>

Ainda no mesmo viés interpretativo acerca da política de aldeamento tutelado dos nativos, criada e implementada pelos missionários da Companhia de Jesus a partir da segunda metade do século XVI, sobressai o livro de Regina Celestino, *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Originalmente tese de doutorado da autora, defendida na Unicamp, em 2000, e premiada pelo Arquivo Nacional no ano seguinte.<sup>60</sup>

O argumento central da obra confere à criação e delimitação de um espaço territorial diferenciado, no qual se formaram os aldeamentos jesuíticos, uma especificidade que permitiu aos nativos a obtenção de uma identidade própria perante os europeus e demais indígenas, de modo particular em relação àqueles que não participaram do projeto missionário dos inacianos. De fato, os índios aldeados se valeram desse *status* diferenciado em inúmeras ocasiões, notadamente para o encaminhamento de seus pleitos perante os agentes da administração colonial. Esta prática se manteve mesmo após a controversa expulsão dos inacianos dos domínios coloniais de Portugal, ocorrida em meados do século XVIII.

Quanto ao aspecto patrimonial da Companhia de Jesus cito a recente publicação, em 2004, do livro de Paulo de Assunção, *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*, que trata da formação do vasto patrimônio fundiário dos inacianos. Com se sabe, a grandiosidade patrimonial dos jesuítas em terras brasílicas serviu como pano de fundo para as inúmeras contestações antijesuíticas que eclodiram em diversas capitanias, entre os séculos XVI e XVIII. No entanto, cabe ressaltar que uma das maiores motivações para tais embates gerou-se, na realidade, devido à defesa intransigente da liberdade dos nativos, por parte dos mesmos religiosos da Companhia de Jesus.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>60</sup> Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>61</sup> Paulo de Assunção. *Negócios jesuíticos, o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.

Quanto às ações missionárias da Companhia de Jesus, cabe destacar a recente publicação em nosso país do livro da historiadora francesa Charlotte Castelnau-L'Estoile, *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. A autora, valendo-se de vasta documentação institucional da Companhia, analisa as peculiaridades do cotidiano missionário nos trópicos, e as práticas adotadas pelos missionários envolvidos nas ações de conversão e catequese.

No entanto, para além das nuances desta tarefa, verdadeira pedra de toque da ação missionária jesuítica, a autora destaca a centralidade que a correspondência assumiu para o sucesso das inúmeras atividades desenvolvidas pelos inacianos, não só na América portuguesa, com também nas diversas latitudes onde atuaram seus integrantes. De fato, a relevância que a correspondência inaciana tem para a administração da ordem foi magistralmente abordada por Charlotte de Castelnau-L'Estoile. Por conseguinte, confesso-me tributário de sua vertente de análise, particularmente quanto à centralidade exercida pela troca de cartas entre os membros da Companhia de Jesus, pois, conforme assegurou,

A importância que a instituição dava à escrita é fundamental para compreender toda a leitura dos textos jesuíticos. Ela implica que os documentos sejam recolocados em seu contexto institucional para serem corretamente analisados. De fato, a maior parte dos documentos foi enviada ao governo central da ordem; assim, eles são escritos e lidos num quadro institucional preciso.<sup>62</sup>

Por outro lado, esse corpo excepcional de fontes para os primórdios da colonização e da cristianização do Brasil, tem sido objeto de estudos por parte de especialistas em Teoria Literária, como Alcir Pécora e João Adolfo Hansen, que se detiveram, mais especificamente, na análise dos parâmetros da narrativa adotados pelos jesuítas. De acordo com o primeiro, por exemplo, até finais do século XV, a epistolografia esteve presa aos modelos rígidos preconizados pela *Ars Dictaminis*.<sup>63</sup>

Trata-se da arte de escrever cartas, em voga desde os anos finais do século XI, que teve, como centro irradiador, o convento beneditino de Montecassino, na Itália, no qual pontificavam os monges Alberico de Montecassino e Juan de Gaeta, este futuro

---

<sup>62</sup> Charlotte de Castelnau-L'Estoile. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006. p.73.

<sup>63</sup> Alcir Pécora. 'Cartas à Segunda Escolástica.' In: Adauto Novaes.(org.) *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 379. Ver também João Adolfo Hansen.(org) *Cartas do Brasil: Antonio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2003.



papa Gelásio II (1118-1119). No século seguinte, a cidade de Bolonha passou a ser o *locus* a partir do qual se difundiram as normas epistolares. Posteriormente, o Humanismo deu novos ares ao gênero, que passou a ser influenciado pelas cartas de Cícero, divulgadas por Petrarca (1304-1374).

O principal objetivo deste trabalho não consiste, porém, em considerar as cartas jesuíticas do Brasil sob esse ângulo literário, ainda que o contexto no qual foram produzidas não possa ser ignorado. Na realidade o que se pretende é tomá-las – as próprias cartas – como objeto. Não no sentido – insiste-se – em que Alcir Pécora e João Adolfo Hansen as vem trabalhando, como artefatos retóricos e literários, o que exige competências específicas a outras especialidades, mas, num viés histórico, como instrumentos de trabalho e ação dos próprios jesuítas.

Inegavelmente as cartas jesuíticas são a chave para a compreensão da dinâmica administrativa e missionária implementada pelos inacianos. Como se poderá observar nos próximos capítulos, esta característica adquirida pela frequente correspondência epistolar entre os inacianos, será levada ao limite no século XVII, durante a conjuntura da guerra de conquista desencadeada pelos holandeses que dominaram, a partir de 1630, vastas regiões produtoras de açúcar no nordeste brasileiro.

De fato, durante aquela conjuntura as cartas dos jesuítas cumpriram um papel muito mais amplo que simples missivas institucionais. Nesse sentido, constituíram-se nos elementos primordiais para a montagem de um serviço de inteligência, que atuou infiltrado nas áreas dominadas pelos invasores calvinistas, contribuindo decisivamente para a expulsão dos holandeses em 1654. Aliás, cabe destacar que se trata de um tema que nenhum dos consagrados historiadores e historiadoras citados acima examinou em suas obras.

## “Província *Brasília*: ação inaciana nos quinhentos”

A amplitude das atividades desenvolvidas pelos integrantes da Companhia de Jesus no Brasil está registrada na correspondência que produziram. De fato, se por um lado, as cartas jesuíticas venceram distâncias geográficas e culturais, por outro, serviram, sobretudo, para garantir uma ação coordenada dos inacianos. Sem dúvida, foi através da correspondência que os religiosos, em postos de chefia na Europa, mantiveram-se informados e em contato com os missionários que, partindo de Lisboa, dispersaram-se até os limites geográficos da cristandade no Oriente, na África e na América.

Neste sentido, não se pode negar que muito se tem escrito sobre a atividade dos inacianos em terras brasílicas, e as cartas dos jesuítas são, indiscutivelmente, as fontes primordiais em tais circunstâncias. Contudo, e apesar da precariedade dos meios de transporte e comunicação da época, as inúmeras cartas escritas pelos jesuítas que missionaram na América portuguesa cumpriram um papel muito mais amplo.

No entanto, ainda que se leve em conta a preocupação dos dirigentes da ordem na Europa com a padronização de procedimentos, penso que uma característica própria dos primeiros momentos da missão jesuítica, particularmente em terras brasílicas, tenha sido pouco percebida. Refiro-me especificamente a ausência, durante um longo período de quase dezessete anos, de um *modus operandi* jesuítico para as ações que implementavam nas missões ultramarinas.<sup>64</sup>

Assim sendo, e apesar das prescrições que buscavam, sobretudo, um ordenamento quanto ao formato, ao conteúdo e à periodicidade das cartas, as *Constituições* também tiveram de levar em conta a lentidão dos meios de transporte e comunicações da época. Nas cartas deste período se pode observar que frequentemente, durante esses primeiros anos, as atividades implementadas pelos missionários foram decididas por aqueles que se encontravam imersos no ambiente colonial, diante de situações inusitadas e no calor dos acontecimentos.

---

<sup>64</sup> Neste ponto aprofundo questões inicialmente abordadas em minha dissertação de mestrado: *Nóbrega, as cartas jesuíticas e as estratégias de conversão do gentio*. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-Graduação em História. 2005. 174p.

Esse modo de proceder mostrou-se tão eficiente que foi, posteriormente, sistematizado através das *Constituições da Companhia*, que passaram a encorajar a tomada das decisões que os missionários julgassem mais apropriadas, ao momento em que surgissem obstáculos. De fato, o texto de seu prefácio é claro e remete-se unicamente ao princípio norteador da mística jesuítica: *a maior glória de Deus*.

Mas além das Constituições e Declarações que tratam de pontos imutáveis que devem ser universalmente observados, são ainda necessárias outras Ordenações adaptáveis aos tempos, aos lugares e às pessoas nas diferentes casas, colégios e ofícios da Companhia, [...] deve cada qual observá-las nos lugares onde elas estão em vigor, conforme a vontade do seu Superior.<sup>65</sup>

Neste sentido, a concessão dos dirigentes da ordem era particularmente empregada pelos religiosos que atuavam na linha de frente do avanço missionário, e de modo mais intenso, nas inúmeras ocasiões em que a frequente e incontornável escassez de notícias impusesse à tomada de decisões. Nessas ocasiões, devido à incerteza na obtenção das respostas em tempo hábil, somente o *feeling* dos jesuítas serviu como referencial.

Como se sabe, na esteira da expansão comercial e militar ultramarina de Portugal vieram os missionários. De fato, a expansão da fé estava inevitavelmente atrelada àquela outra, a do império. Por conseguinte, somente a bordo das naus da Carreira da Índia os religiosos podiam chegar às regiões mais distantes do império colonial lusitano, cujos contornos se desenharam a partir das primeiras décadas do século XV. Portanto, não se pode negar que os anseios de expansão do catolicismo para além dos limites geográficos da Europa, estavam fortemente atrelados aos objetivos comerciais dos lusitanos.

A atividade missionária da Companhia de Jesus não fugiu a essa imbricação de interesses mercantis e religiosos. Por conseguinte, foi sob o patrocínio régio de D. João III, que o padre Francisco Xavier tornou-se o primeiro jesuíta a deixar a Europa, em princípios de 1540, com o objetivo de propagar o catolicismo nas distantes terras banhadas pelo oceano Índico. Sua partida ocorreu mesmo antes do reconhecimento

---

<sup>65</sup> *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 72.

oficial da Companhia de Jesus, que somente ocorreria em fins de setembro daquele mesmo ano.

Em Portugal permaneceu o padre Simão Rodrigues, o único português dentre os integrantes do pequeno grupo, composto por apenas seis estudantes da Universidade de Paris, que juntamente com Inácio de Loyola, lançou as bases para a criação da Companhia de Jesus. Graças aos seus contatos na corte de D. João III, o padre Rodrigues permaneceu na metrópole onde trabalhou com grande eficiência e entusiasmo para a consolidação da Companhia. De fato, a partir de então Lisboa tornou-se o celeiro de futuros missionários e o ponto de partida dos que embarcaram para atuar no vasto mundo colonial lusitano.

Embora presente na corte portuguesa desde 1540, a Companhia de Jesus somente chegou aos trópicos em 29 de março de 1549. Neste dia atracou na Bahia a frota que conduzia Tomé de Souza, primeiro governador-geral e um pequeno grupo de missionários, composto de apenas seis religiosos. A primeira leva de jesuítas enviada à América portuguesa era chefiado pelo padre Manuel da Nóbrega, doutor em Cânones e Direito Civil pela Universidade de Coimbra. Ele foi o superior da missão durante quatro anos, até 1553, quando foi designado Provincial do Brasil, permanecendo no cargo até 1560. Nóbrega morreu dez anos depois, logo após ter sido novamente indicado como Provincial, em substituição ao o padre Inácio de Azevedo, assassinado por corsários huguenotes, em pleno oceano Atlântico, naquele mesmo ano de 1570, quando se dirigia ao Brasil com outros missionários jesuítas.

Entre 1549 e 1570, ou seja, durante o período em que o padre Manuel da Nóbrega viveu nos trópicos, estruturou-se a ação evangelizadora dos inicianos em terras brasílicas. De fato, ainda no mesmo ano de sua chegada, o superior da missão tratou de enviar os seus companheiros para os limites geográficos da colônia. Dessa maneira os padres Diogo Jácome e Leonardo Nunes alcançaram Ilhéus e Porto Seguro, onde se fixaram. No início de 1550, porém, avançando bem mais, Nunes prosseguiu até a vila de São Vicente, que naquela época assinalava o limite mais ao sul da presença lusitana.

Não foi por acaso que os missionários da Companhia de Jesus, ensaiaram os primeiros passos para a catequese e conversão dos brasis ao cristianismo, no mesmo momento em que se iniciava a colonização da América portuguesa sob o controle direto

da coroa lusitana. De fato, a nova iniciativa régia visava, com a criação do Governo Geral do Brasil, além de povoar a terra tornar economicamente rentável a colônia tropical.

O novo sistema administrativo fundamentado na pessoa do Governador Geral veio sobrepor-se ao modelo das Capitânicas. Todavia, isso se fez de acordo com a lógica típica do Antigo Regime, ou seja, sem que fosse formalmente extinto o antigo modelo baseado nas donatárias, cujas primeiras cartas de doação datam de 1534. Como se sabe, as capitânicas somente foram formalmente extintas em 1759.<sup>66</sup>

Para o sucesso da nova iniciativa de governação em terras brasílicas, tornou-se imprescindível, por parte dos religiosos e dos agentes do rei, a ampla negociação em bases sólidas, não só do novo modelo administrativo, como também da atividade missionária. Por certo, essa imbricação de interesses não excluiu a necessidade de compromissos e acomodações, de acordo com uma visão bastante pragmática daquela realidade, com que se defrontavam esses representantes do rei e da Igreja, na fronteira tropical da cristandade.

Quanto às atividades dos jesuítas vale destacar que pouco tempo depois de sua chegada ao Brasil, o padre Manuel da Nóbrega, acompanhado de outro missionário, o padre Antônio Pires, se dirigiu para a região setentrional da América portuguesa, desembarcando no litoral da capitania de Pernambuco em fins de julho de 1551. Em janeiro do ano seguinte, logo após concluir sua visita pastoral, o chefe dos jesuítas retornou para Salvador deixando o padre Pires na Vila de Olinda.

A primeira informação sobre a capitania de Pernambuco, que se pode encontrar na epistolografia jesuítica do século XVI, está na carta escrita pelo padre Antonio Pires, que a enviou aos religiosos da Companhia, em Coimbra, datada de 2 de agosto de 1551. Entre outros assuntos, o jesuíta expõe as primeiras impressões sobre a terra e a gente que a habitava, ao mesmo tempo dá as primeiras notícias acerca da grande quantidade de escravos africanos que encontrou

[...] aqui fomos muito bem recebidos deste povo, principalmente os Capitães que são homens virtuosos e amigos de Deus, e, porque esta terra é povoada de muita gente, há nela muitos pecados. Mas ainda que assim seja, parece-me que o povo está dócil e bem inclinado. Há também muitos escravos. [...] Foi coisa para dar muitas graças ao

---

<sup>66</sup> Maria de Fátima Silva Gouvêa. Verbete: 'Capitânicas Hereditárias.' In: Ronaldo Vainfas. (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. pp.92-94.

Senhor ver, neste domingo passado, uma igreja muito grande repleta de escravos que vinham para a doutrina, que seriam cerca de mil, sem contar os que estão nas fazendas, que são muitos, porque existe fazenda que tem duzentos escravos.<sup>67</sup>

Pernambuco era a capitania mais próspera da América portuguesa, graças, sobretudo, a produção de açúcar. O desenvolvimento dessa atividade foi conseguido graças ao incentivo de Duarte Coelho, um dos fidalgos agraciados com extensas sesmarias, doadas por D. João III, quando da criação do regime de capitanias hereditárias em princípios da década de 1530. O donatário de Pernambuco já se encontrava nos trópicos, desde 1535, decidido a tornar rentável sua propriedade, a qual denominou Nova Lusitânia.

Duarte Coelho veio para os trópicos acompanhado de sua mulher, Brites de Albuquerque, do cunhado Jerônimo de Albuquerque além de algumas famílias de agricultores oriundos do norte de Portugal. Coube a esse pequeno grupo de pioneiros implantar nos trópicos as bases da futura riqueza da terra: o açúcar. O que foi realizado, sobretudo, graças à introdução de novas técnicas de produção, originalmente desenvolvidas nas possessões lusitanas do Atlântico, em particular na ilha da Madeira; de onde provinham, também, os primeiros mestres de açúcar.

A capitania do fidalgo Duarte Coelho possuía cerca de doze mil léguas quadradas, constituindo-se naquela de maior extensão da América portuguesa, cujo território limitava-se ao norte com a capitania de Itamaracá, estendendo-se até o limite sul, às margens do rio São Francisco, no atual estado de Alagoas. Logicamente os custos deste empreendimento eram elevadíssimos, mas a lucratividade do grande empreendimento garantiu a pujança econômica da colônia lusitana nos trópicos.

Para a instalação da Companhia de Jesus em Pernambuco, foi primordial o auxílio dos colonos abastados. De fato, a exemplo do que também ocorreu noutras capitanias, a formação da vasta rede de propriedades teve sua origem nas doações espontâneas recebidas desses colonos, dos quais o melhor exemplo é Pero Correia, antigo preador de índios, que no entanto, tocado pela pregação do padre Leonardo Nunes, um dos que desembarcaram na Bahia em 1549, se tornou irmão coadjutor e doou inúmeros bens para a fundação do colégio de São Vicente no litoral paulista.

---

<sup>67</sup> Serafim Leite. *Monumenta Brasiliae I*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956. p.261-262.

Apesar disso, inúmeros religiosos da Companhia não viam com bons olhos a doação desses bens que julgavam ser contra a ‘pobreza evangélica’, preconizada desde os primórdios do cristianismo. Um desses opositores internos de Nóbrega foi o padre Luis da Grã. Nascido em Portugal por volta de 1523, frequentou a universidade de Coimbra, onde concluiu os cursos de Direito e Artes. Foi admitido na ordem inaciana aos vinte anos de idade, e a partir de 1547 tornou-se o reitor do Colégio de Coimbra.

Em 1553 foi mandado para o Brasil, como chefe da terceira leva de missionários enviada aos trópicos, onde desembarcou em julho do mesmo ano. Já em fins de 1554, Grã deixou o litoral baiano e partiu para São Vicente ao encontro de Nóbrega para tratar de assuntos ligados ao governo da Companhia em terras brasílicas. Por razões administrativas Luís da Grã permaneceu em São Vicente até 1560, como superior dos jesuítas que atuavam no sul da colônia. Retornou a Salvador quando de sua nomeação como substituto de Nóbrega no cargo de Provincial.

Em 1570, ao término de seu mandato, permaneceu na cidade como reitor do Colégio da Bahia, entre 1574 e 1575. Dois anos mais tarde viajou para Pernambuco, onde se dedicou à fundação do Colégio de Olinda, do qual foi reitor até 1589, e ali faleceu aos oitenta e seis anos de idade em novembro de 1609.<sup>68</sup>

Nas cartas escritas por Nóbrega e Grã se pode observar que frequentemente defendiam opiniões e procedimentos muitas vezes antagônicos. A controvérsia entre os dois jesuítas derivava dos traços característicos das suas personalidades: Nóbrega ativo e voluntarioso, Grã, taciturno e temeroso de desagradar os seus superiores na Europa. No entanto, o principal ponto de discordância entre eles estava na aceitação de doações, ponto de vista defendido por parte de Nóbrega, no entanto, e apesar da opinião contrária de Grã, permitiram a formação de um patrimônio fundiário pela Companhia.<sup>69</sup>

Nestas condições repetiu-se no Brasil, a mesma controvérsia que grassara no seio da Companhia de Jesus na Europa, em fins da década de 1540. Naquela ocasião a questão foi debatida entre os dirigentes da ordem, e esteve diretamente ligada à fundação dos primeiros colégios jesuíticos. Pois, apesar da gratuidade do ensino

---

<sup>68</sup> ‘Historia dos Collegios do Brasil, copiada de um manuscrito da Bibliotheca Nacional de Roma.’ In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 20: 75-144, 1898.

<sup>69</sup> Para uma análise em profundidade das controvérsias entre Nóbrega e Grã, ver: Serafim Leite. *Breve itinerário para uma biografia do P. Manoel da Nóbrega*. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.

oferecido pelos inacianos, a construção de sedes e a obtenção de meios que garantissem a subsistência dos religiosos, que neles trabalhavam, exigia o aporte de consideráveis recursos materiais.

De todo modo, enquanto aguardava-se a definição do *imbróglio* entre Nóbrega e Grã, prevaleceu no Brasil a opinião do primeiro. Somente através das *Constituições*, foi possível a resolução do impasse. No entanto, a situação a situação voltou a agravar-se a partir de 1560, logo após sua substituição no cargo de Provincial por Luís da Grã. Para resolver a controvérsia foi enviado de Roma, a pedido de Nóbrega, o primeiro visitador das missões ultramarinas da Companhia de Jesus, o padre Inácio de Azevedo, que permaneceu na colônia entre 1566 e 1568.

Ao que tudo indica, Azevedo demonstrou simpatia pela posição de Nóbrega, que se traduziu posteriormente em apoio institucional, com a preparação da maior expedição missionária da Companhia enviada aos trópicos em 1570, não por acaso, chefiada pelo antigo visitador. No entanto, o fatídico e conhecido desfecho deste empreendimento, que passou à história como ‘Os quarenta mártires do Brasil,’ causou danos irreparáveis aos planos dos dirigentes da ordem inaciana.

No que tange às atividades da Companhia de Jesus, particularmente nos primeiros anos de sua atuação no ambiente tropical, cabe ainda ressaltar que Nóbrega foi o artífice do processo de aldeamento tutelado desenvolvido e adotado pelos Soldados de Cristo a partir das aldeias originais dos nativos que já existiam nas imediações da cidade de Salvador. Sem dúvida, foi graças ao desenvolvimento dessa nova modalidade de missionação, que os religiosos passaram da pregação itinerante pelas aldeias originais dos brasis, para o modelo que adotaram.

O sucesso obtido na conversão dos nativos ao cristianismo, deve muito ao desenvolvimento do novo tipo de aldeamento tutelado pelos religiosos da Companhia. De fato, o acerto desta estratégia, foi de tal amplitude que acabou por tornar-se, mais do que uma simples experimentação empírica, um verdadeiro método que legaram à posteridade. Aqui, sem dúvida, reside a novidade e o traço de modernidade dessa estratégia, presente também nos colégios que a Companhia fundara na Europa e no Oriente. Dessa forma, sem descuidar do componente sagrado da missão de evangelização, o novo modelo valorizou, na realidade, a ação do homem no mundo,



através do conhecimento adquirido pela experimentação no trato direto com o gentio, e que levou os jesuítas no Brasil ao constante aperfeiçoamento da prática da catequese.

Por conseguinte, essa percepção da dinâmica do processo de cristianização se manifestou, de maneira inequívoca, no aldeamento dos convertidos sob a tutela dos companheiros de Jesus. A delimitação desse espaço diferenciado conferiu aos nativos uma identidade própria, perante os europeus e brasis, conforme demonstrou amplamente Regina Celestino.<sup>70</sup>

Numa direção bastante próxima, o mesmo se pode dizer sobre os colégios fundados pelos inacianos na colônia. Todavia, há de se destacar um pormenor curioso, a Companhia de Jesus não possuía originalmente o cunho docente, pois, desde a fase embrionária de sua existência, a evangelização era o ideal dos sete fundadores que fizeram o voto de Montmartre em 1534. Eles a queriam e pensavam como uma ordem missionária. No entanto, na medida das necessidades de seu tempo, eles tiveram que redirecionar esse objetivo. Como sempre, em se tratando de jesuítas, a opção foi pelo possível. Assim sendo, em conformidade com a *Fórmula do Instituto*, cujo texto foi incluído na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, do Papa Paulo III, que aprovou a criação da Companhia de Jesus, definiu-se o ‘apostolado pelo ensino’.

Qualquer um que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz e servir ao único Senhor e a Romano Pontífice, vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo mesmo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade e nomeadamente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo deste seu Instituto, que é como caminho para chegar a ele, e de conseguir por todas as forças este fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da Graça, que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zelo não regulado pela ciência.<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>71</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. v.I, p.6. Grifo meu.

No entanto, embora tenham formalizado desde cedo a idéia do ‘apostolado pelo ensino’, foi somente a partir de 1548 quando fundaram efetivamente o seu primeiro colégio, na cidade italiana de Messina, pois, segundo a assertiva de O’Malley, os jesuítas sem dúvida,

[...] abriram uma nova era para a educação formal no catolicismo romano. A Companhia foi a primeira ordem religiosa a empreender sistematicamente como um ministério primário e autônomo, a operação de colégios totalmente desenvolvidos para quaisquer estudantes, leigos ou clérigos, que escolhessem vir a eles. Isso marcou uma ruptura decisiva com os primeiros padrões de relação entre a Igreja e as instituições educacionais.<sup>72</sup>

Enquanto isso, na América portuguesa, a despeito das incertezas e dificuldades, típicas do viver em colônia, foi graças à adoção das medidas, inicialmente defendidas por Nóbrega, que a Companhia de Jesus desenvolveu e consolidou o seu *modus operandi* nos trópicos. Por um lado, através da criação dos aldeamentos tutelados pelos missionários, foi possível desenvolver e ampliar o alcance da catequese e da conversão dos brasis ao cristianismo, distribuindo-se os poucos missionários pelas aldeias que se iam formando no entorno da cidade de Salvador.

Por outro lado, a opção pelo ensino permitiu aos inacianos que atuavam nos trópicos, a exemplo do que também já ocorria na Europa, o desenvolvimento de suas atividades junto aos colonos em bases mais consistentes. Ressalte-se porém, que embora iniciado de maneira titubeante nas brenhas tropicais, em princípios da década de 1550, o funcionamento dos colégios inacianos na América portuguesa, e a conseqüente adoção dos métodos do ensino, pouco diferiam daqueles que eram oferecidos na Europa de então.

De fato, somente em finais do século XVI, a Companhia de Jesus conseguiria chegar ao modelo institucionalmente adotado, seguindo as normas que foram definidas na versão final do *Ratio Studiorum* de 1599, no qual,

O currículo incluía, para os alunos mais adiantados, classes de gramática, latim e filosofia.[...]. A instrução dada aos filhos dos leigos nos estabelecimentos coloniais mais distantes, como os do Rio de Janeiro e São Paulo não incluía tudo isso. Nesses lugares não se ia muito além de ensinar a ler, escrever e contar, ao que às vezes se acrescentava um pouco de latim, para os alunos mais adiantados. Mas,

---

<sup>72</sup> John O’Malley. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora Unisinos. Bauru: Edusc, 2004. p.372.

em todo o século XVII, em qualquer parte da Europa, dificilmente se ensinaria aos meninos mais do que isso.<sup>73</sup>

Quanto ao modelo adotado pelos jesuítas nas aldeias que se formaram sob sua tutela, é imprescindível lembrar que o termo aldeamento somente aparece na documentação administrativa da governação colonial por volta do século XVIII, conforme ressalta Regina Celestino, estando ausente nos documentos relativos aos séculos XVI e XVII.<sup>74</sup>

Por conseguinte, pelo menos durante os dois séculos da atividade missionária dos inacianos nos trópicos, o aldeamento pressupõe a idéia do processo através do qual se promoveu a reunião de grupos de nativos que se mostrassem inclinados a viver em aldeias formadas pelos inacianos. De fato, os próprios missionários da Companhia de Jesus empregaram em suas cartas apenas o termo aldeia, fosse para designar aquelas que estavam sob sua tutela, fosse para referir-se àquelas habitadas por nativos que não participavam da catequese inaciana.

Todavia, para além das implicações que a adoção do novo modelo de difusão do cristianismo entre os brasis suscitara no seio da própria Companhia, a atenção de Nóbrega estava voltada para outras dificuldades mais urgentes. A despeito do senso comum que atribui ao padroado régio a formação do patrimônio da Companhia de Jesus em terras brasílicas, as cartas de Nóbrega indicam outra direção.

O superior dos jesuítas nos trópicos percebeu muito cedo as limitações impostas pelo cenário econômico, causado pelo declínio da presença lusitana no Oriente. Por conseguinte, o patrocínio da coroa portuguesa não teve, a princípio, uma participação muito destacada. A tal ponto que segundo Nóbrega, as verbas e os auxílios de Lisboa, eram normalmente recebidas de três maneiras: ‘mal, tarde ou nunca’.

Portanto, frente às inúmeras dificuldades, vividas pelos religiosos da Companhia de Jesus, as duas modalidades de ação desenvolvidas pelos inacianos nos trópicos, possibilitaram a evangelização das populações indígenas, a partir da formação de aldeias que os isolavam da sanha escravista dos colonos. Ao que se somou, na mesma ocasião, a criação dos colégios voltados para o ensino dos filhos dos colonos.

---

<sup>73</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 24-25. (Coleção Brasileira, v.353.).

<sup>74</sup> Maria Regina Celestino de Almeida. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.41.

Nesse particular a experiência dos jesuítas que missionaram nos primeiros dez anos de atividade no Brasil é emblemática. Afinal, enquanto não se havia chegado ao texto final das Constituições, cuja redação preliminar o próprio Loyola iniciara em 1541. Por essa razão, Nóbrega, ao partir para o Brasil em 1549, só contava com as instruções que recebera do Provincial da Companhia em Portugal, padre Simão Rodrigues, e com a sua própria experiência adquirida nos cinco anos decorridos desde sua admissão na Companhia. Nesse aspecto, é preciso não esquecer que o período durante o qual Nóbrega viveu no Brasil, de 1549 a 1570, correspondeu a uma intensa busca e reflexão por parte dos membros da Companhia de Jesus sobre o seu papel e atuação, que conduziu ao estabelecimento em bases sólidas das estruturas administrativas da ordem.

Afinal, após sua criação, em 1540, data de 1548 o aparecimento do primeiro colégio destinado a estudantes leigos na Sicília; de 1553, as normas da direção geral para orientar a composição das cartas; de 1558, as Constituições da Companhia; e, somente em 1599 – ou seja, cinquenta anos após a chegada dos inicianos ao Brasil, chegou-se à versão final do *Ratio Studiorum*, que organizou definitivamente as normas que passaram a reger os colégios dirigidos pelos jesuítas. Reafirmando, sem dúvida, o espírito dos fundadores da Companhia.<sup>75</sup>

Todavia, não se pode esquecer a função primordial exercida pela correspondência na vida administrativa da Companhia de Jesus. Sem dúvida, a exemplo do que também ocorreu nos demais quadrantes da expansão jesuítica, a troca de cartas serviu, sobretudo, para orientar e implementar a adoção de procedimentos internos da Ordem, de acordo com uma visão bastante pragmática da realidade, pois, conforme assegura Frederico Palomo,

[...] numa época em que o registro escrito se converteu, sob vários pontos de vista, num elemento cada vez mais essencial para o exercício do poder, nas distintas configurações que este adotava (régio ou religioso) também a Companhia de Jesus soube estabelecer um complexo sistema de circulação da informação, o qual, com o recurso sistemático à carta, embasaria e, ao longo do tempo, refletiria uma

---

<sup>75</sup> John W. O'Malley. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora Unisinos. Bauru: Edusc, 2004.

importante e relativamente eficaz máquina burocrática e administrativa.<sup>76</sup>

Embora num viés mais próximo da sua missão espiritual, a correspondência tenha sido empregada para reavivar a fé dos católicos em geral, notadamente entre a cristandade mais antiga ou naquelas regiões cujos fiéis mostravam-se vacilantes em relação à ortodoxia da Igreja de Roma. De fato, porém não menos importante, suas cartas acalentaram a fé e mitigaram a solidão dos Soldados de Cristo que missionavam em terras distantes, como bem soube dizer o padre Jorge Rodrigues, na carta que escreveu aos seus companheiros em Portugal, em agosto de 1565.

Porquanto é muito santo este tão louvado costume que nos deixaram nossos Padres, [de] comunicarmos nossas coisas uns com os outros como verdadeiros membros da Companhia, dando parte a nossos Irmãos assim de nossa alegria como de nossa tristeza, e, quando não podemos por palavra, por cartas para [que] a uns e outros nos consolemos e animemos a servir a Cristo todos os dias da nossa vida contando seus louvores e maravilhas.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Frederico Palomo. 'Corregir letras para unir espíritus. Los jesuitas y las cartas edificantes em el Portugal del siglo XVI.' In: *Cuadernos de Historia Moderna- Anejo IV*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 2005. pp. 57-81. p.59.

<sup>77</sup> Carta do padre Jorge Rodrigues aos padres e irmãos de Portugal. [Ilhéus, na Bahia, em 21 de agosto de 1565]. In: *Monumenta Brasiliae IV*. p. 277.

## CAPÍTULO II: Expansão holandesa no Atlântico: a barreira jesuítica



Mapa1: Invasões Holandesas Bahia (1624-1625) – Pernambuco (1630-1654)  
Fonte: Atlas Histórico Escolar.<sup>78</sup>

A história da presença holandesa no Brasil do século XVII tornou-se um tema bastante frequentado, graças, sobretudo, à vasta e qualificada bibliografia que suscitou. Do mesmo modo, a disponibilidade de fontes impressas contribuiu para que novas e instigantes abordagens sejam realizadas. Por conseguinte, tornou-se possível destacar as nuances dos registros produzidos por ambos os lados que se confrontaram durante as lutas que matizaram o Brasil holandês.

<sup>78</sup> Manoel Maurício de Albuquerque; Arthur Cezar Ferreira Reis; Carlos Delgado de Carvalho. *Atlas Histórico Escolar*. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1980.p.26.

## As guerras holandesas em Pernambuco: panorama bibliográfico e documental

Coube a Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), a primazia na realização dos estudos acerca da dominação holandesa no século XVII, que se estendeu sobre vastas áreas da América portuguesa. De fato, a sua primorosa *História das Lutas contra os holandeses no Brasil de 1624 até 1654*, originalmente publicada em 1871, representou uma valiosa contribuição para o estudo do tema, cuja mais recente reedição foi patrocinada pela Biblioteca do Exército Editora, em 2002.<sup>79</sup>

Curiosamente, segundo afirmou José Honório Rodrigues, a obra foi escrita com um objetivo de inculcar nos contemporâneos do autor uma certa dose de patriotismo, que se encontrava bastante abalado pelas duras condições vividas pelas tropas imperiais durante os dois primeiros anos da guerra do Paraguai . Por conseguinte, segundo a assertiva de Rodrigues, através de sua *História*, Varnhagen visava, sobretudo,

[...] avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso e, por fim, vencido, contra uma das nações mais guerreiras da Europa.<sup>80</sup>

Outro autor que também se dedicou a estudar a presença holandesa no nordeste brasileiro do século XVII, foi o professor alemão Hermann Julius Eduard Wätjen, cujo livro *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein Kapitel aus der Kolonialgeschichte des 17 Jahrhunderts* veio a público, originalmente na cidade de Gotha, em 1921. Esta obra de Wätjen conheceu sua primeira edição brasileira em 1938: *O Domínio Colonial Holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial do século XVII*, traduzida por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, sendo posteriormente reeditada em 2004. Dentre outros aspectos este livro vale ser consultado pelos detalhes acerca da

---

<sup>79</sup> Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. (original de 1871). Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército Editora, 2002.

<sup>80</sup> Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871, p.VI [introdução]. Apud: José Honório Rodrigues. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. p.18

conjuntura que resultou na criação da West Indische Compagnie e sobretudo, pela ampla discussão dos aspectos econômicos do Brasil holandês.<sup>81</sup>

Quanto aos títulos produzidos sobre o tema, destaca-se o livro de José Antônio Gonçalves de Mello, *Tempo dos Flamengos, Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*, publicado em 1947. Trata-se de uma obra de referência sobre a presença holandesa no Brasil do século XVII, que se fundamenta sobre os documentos produzidos pelos agentes da West Indische Compagnie. Como se sabe, cópias desses documentos compõem a ‘Coleção José Hygino’ do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, reunidas nos arquivos da Holanda entre 1885 e 1886, pelo então professor da Faculdade de Direito do Recife.<sup>82</sup>

Todavia, outra contribuição abrangente acerca da presença holandesa nos trópicos foi escrita originalmente em língua inglesa. Refiro-me ao livro do consagrado historiador Charles Ralph Boxer. O seu magistral *The Dutch in Brazil 1624-1654*, veio a público em 1957, graças a Oxford University Press. Posteriormente, quatro anos mais tarde, o livro foi traduzido para o português e publicado pela Companhia Editora Nacional, *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*, integra a Coleção Brasileira e tornou-se, uma edição raríssima.<sup>83</sup>

De todo modo, em suas páginas podemos acompanhar os pormenores das ações intentadas pelos soldados e agentes das Províncias Unidas. A narrativa é matizada pela graça e erudição, que caracterizam as obras de Boxer, apresentando desde a malograda tentativa de fixação na Bahia, entre 1624 e 1625, até os momentos finais da ocupação da região nordeste do Brasil, em 1654. Outro grande destaque desta obra se deve à cuidadosa apresentação dos dados biográficos dos principais personagens do período. Essas informações foram inseridas ao final do volume na *Personalialia*, e são de grande valia para a compreensão dos intrincados meandros daquela época conflituosa.

---

<sup>81</sup> Hermann Wätjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: Um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso de Uchoa Cavalcanti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira volume 123.). A edição mais recente de 2004 deve-se à Companhia Editora de Pernambuco.

<sup>82</sup> José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. (original de 1947). Recife: Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1979. 2<sup>a</sup> edição. (Coleção Pernambucana volume XV.).

<sup>83</sup> Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Coleção Brasileira volume 312.).



Do mesmo autor vale citar também, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. Neste livro Charles Boxer, longe de se deixar seduzir pelo engrandecimento de seu biografado, apresentou valiosa contribuição para o entendimento das nuances que marcaram a trajetória de um dos mais importantes personagens do Brasil do século XVII. Do mesmo modo, em sua narrativa o autor ressaltou as relações de interdependência entre a América portuguesa e a África, cuja amplitude permite acompanhar as diferentes conjunturas que envolveram os ataques holandeses desfechados nos dois lados do Atlântico.<sup>84</sup>

Cabe ainda destacar o livro do folclorista Luís da Câmara Cascudo, *Geografia do Brasil holandês*, obra fundamental para o entendimento das questões ligadas à expansão territorial da conquista holandesa. No entanto, o livro também é valioso para a percepção do modo de vida dos habitantes da região nordeste do Brasil, particularmente acerca do cotidiano e das modalidades do contato estabelecido entre colonos e os integrantes das tropas e de ocupação da West Indische Compagnie.<sup>85</sup>

Já em meados da década de 1970 o ensaísta Mário Neme publicou *Fórmulas Políticas no Brasil holandês*. Trata-se de um alentado estudo que apresenta e analisa o modo de governar adotado pelos agentes da Companhia das Índias Ocidentais. A ênfase recai sobre as medidas de governo adotadas, criticando, de uma maneira bastante acirrada, a ideia consagrada pelos eruditos do século XVII, que creditaram a João Maurício de Nassau o mérito de ter sido, ao mesmo tempo, o idealizador e o introdutor de algumas medidas que pretensamente conduziram à liberalização e modernização da representação política na colônia, instituída pela força das armas, sob o beneplácito da Companhia das Índias Ocidentais.<sup>86</sup>

Mais próximos de nosso tempo são os livros de Evaldo Cabral de Mello, que já a partir do consagrado *Olinda restaurada*, o primeiro de sua lavra, publicado originalmente em 1975, alcançou merecida repercussão, levando a sucessivas reedições, com valiosos acréscimos, até a ‘terceira e definitiva’, da qual me vali para a elaboração

---

<sup>84</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. (Coleção Brasileira volume 353.).

<sup>85</sup> Luís da Câmara Cascudo. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

<sup>86</sup> Mário Neme. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

deste capítulo. Sem favor algum, trata-se de uma das maiores contribuições para o estudo da conjuntura em que se formou o Brasil holandês. Todavia, com a publicação de *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. (1986) e *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*. (1998), o mestre se superou e a trilogia formada desde então se constituiu em referência obrigatória para qualquer pesquisa sobre o tema.

Em *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana* (1997), Cabral de Mello abordou, com a profunda erudição que caracteriza sua obra, os aspectos simbólicos e políticos presentes nas ações que culminaram com a derrota dos holandeses. Evidenciando a apropriação do ideal da nobreza da terra, constituída pela elite dos proprietários dos engenhos de açúcar, como os artífices da Restauração pernambucana.<sup>87</sup>

Dentre os cronistas do Brasil holandês destacam-se as obras escritas pelos agentes da Companhia das Índias Ocidentais. Apesar de se valerem, na sua grande maioria da vasta documentação de cunho administrativo, eles produziram obras fundamentais que abordam duas vertentes principais. Por um lado, os aspectos institucionais da ação intentada pelos neerlandeses na região açucareira do nordeste brasileiro, enfatizando a descrição da conjuntura de enfrentamento armado pelo controle das zonas produtoras de açúcar da Várzea. Por outro lado, destacaram-se as obras mais afeitas à descrição do *modus vivendi* da colônia neerlandesa nos trópicos.

Inscrita na primeira linha de análise, privilegiando portanto a abordagem dos aspectos institucionais da West Indische Compagnie, cito a *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, impressa em Leiden no ano de 1644, cujo autor o geógrafo e erudito de Antuérpia, Joan de Laet (1582-1649), foi também um dos diretores da Câmara de Amsterdam e membro dos *Heeren XIX* (Conselho dos Dezenove Senhores), que geria a administração dos destinos da Companhia das Índias Ocidentais, e, por conseguinte, do Brasil holandês. No entanto, a exemplo de outros cronistas da West Indische Compagnie, Joannes de Laet jamais esteve nos trópicos. Todavia, isto não o impediu de escrever uma das mais importantes

---

<sup>87</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007. (3ª edição definitiva); *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*. São Paulo: Topbooks, 1998; *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

obras acerca das atividades da WIC. De fato, Laet valeu-se prioritariamente de vasta documentação administrativa que lhe chegava às mãos, principalmente aquela que foi remetida por seus agentes que serviram no Brasil holandês.

Por conseguinte, a *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* apresenta alentado relato das tratativas que resultaram na criação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, traçando a trajetória daquela organização até 1630. Por outro lado, no que tange especificamente ao Brasil holandês, descreve, com rigor cronológico, entre outros acontecimentos, a tomada de Olinda, Recife e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634) e da Paraíba (1635). A abrangência das informações, compiladas pelo autor, fez com que fossem copiadas por outros cronistas. O mesmo se pode dizer das ilustrações que fazem parte desta edição, também reproduzidas em outras publicações da época.<sup>88</sup>

Posteriormente, já no Brasil do século XIX, essa primeira edição do livro de Joannes de Laet, foi traduzida para o português pelo erudito José Hygino Duarte Pereira, sob o título: *História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*.<sup>89</sup>

Outra obra de destaque é a *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, cujo autor, embora nunca tenha pisado o solo brasílico, o filólogo e erudito de formação clássica Gaspar Barleus (1584-1648), escreveu o mais belo e interessante livro sobre o domínio holandês nos trópicos. Nesta obra escrita por encomenda de João Maurício de Nassau (1604 - 1679), Barleus aborda especificamente o período em que seu mecenas governou o Brasil holandês entre 1637 e 1644, por conseguinte, trata-se de fonte importante para estudo do período nassoviano.

A narrativa cobre o período imediatamente posterior ao descrito por Johannes de Laet, cujo relato se encerra em 1636. Barleus abordou, entre outros temas, as medidas administrativas e aquelas que permitiram a consolidação do poder militar dos

---

<sup>88</sup> Joannes de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636*. (original de 1644). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.CD-ROM.

<sup>89</sup> *História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874.

neerlandeses nos trópicos, descrevendo, por outro lado, os aspectos geográficos e paisagísticos do nordeste brasileiro, enaltecendo a exuberância da natureza tropical.<sup>90</sup>

A obra foi originalmente publicada em latim, na cidade de Amsterdam no ano de 1647, *Casparis Barlaei. Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura Illustrissimi Comitiss I Mavritti, Nassoviae*, contém gravuras do famoso pintor Frans Post (1612-1680). O livro foi posteriormente traduzido para o alemão, em 1659, o holandês em 1923 e finalmente para o português, em 1940.

O autor valeu-se dos arquivos pessoais de Maurício de Nassau, embora tenha consultado outras fontes, entre as quais o *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses*, de Adriaen Van der Dussen. De todo modo, e apesar de se tratar de obra feita sob encomenda, Barleus apresenta com riqueza de detalhes a querela que envolveu o governador do Brasil holandês e o coronel polonês Crestofle d'Artichau Artichewski, o melhor comandante militar que a West Indische Compagnie teve ao seu serviço nos trópicos, que apesar disso, ou por ciúmes de sua inegável competência, acabou preso por Nassau e extraditado para as Províncias Unidas em 1639.

A seguir destaco a obra de Joan Nieuhof (1618-1672), *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. O autor era um alto funcionário da Companhia das Índias Ocidentais e esteve no Brasil entre 1640 e 1649. Embora não fosse um erudito, escreveu a mais abrangente obra sobre o período que antecedeu o final da dominação holandesa, cobrindo os quatro últimos anos da administração de Nassau, e descreveu boa parte dos primeiros anos da Insurreição Pernambucana. De volta à Holanda Nieuhof ainda trabalhou para a Vereenigde Oost-Indie Compagnie - VOC (Companhia das Índias Orientais), a irmã mais velha da West Indische Compagnie, atuando na Indonésia, China, Ceilão, Malabar e Malaca. No entanto, é certo que Johan Nieuhof desapareceu em 1672 quando se encontrava na ilha de Madagascar. Embora não se saiba ao certo as circunstâncias que envolveram o seu desaparecimento, é provável que tenha sido morto em combate contra os habitantes locais com os quais tentava estabelecer contato, em nome da VOC, com vistas a uma possível aliança comercial.

---

<sup>90</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. (original de 1647). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM

No entanto, graças ao empenho pessoal de seu irmão Hendrick, os manuscritos da *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, foram reunidos e finalmente publicados postumamente no ano de 1682 em Amsterdam. Todavia, deve-se reconhecer que não se trata de uma edição graficamente elaborada, como foi a belíssima edição de Barleus, por exemplo.

Seja como for e apesar da desordem com que vários assuntos ancilares são apresentados por Nieuhof, estas deficiências não chegam a comprometer sentido geral da narrativa. Trata-se de um livro indispensável para o entendimento da conjuntura vivida no Brasil holandês durante grande parte da década de 1640. Nesse sentido, o foco central da obra é a percepção holandesa acerca da Insurreição Pernambucana, deflagrada em 13 de junho de 1645. De fato, graças à descrição minuciosa dos acontecimentos, sobressai o cuidado do autor em apresentar transcrições da documentação oficial neerlandesa acerca do levante dos pernambucanos contra a dominação da West Indische Compagnie.<sup>91</sup>

Outro livro relevante para o estudo do período holandês no Brasil, é o *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses*. Escrito por Adriaen van der Dussen (1585-1642), que do mesmo modo que Joan Nieuhof, também era funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, embora tenha iniciado sua carreira na Companhia das Índias Orientais, na qual trabalhou entre 1602 e 1623. Apesar de sua competência como administrador Dussen foi afastado de suas funções, ao que parece, por ‘adultério e libertinagem’ cometidos no exercício de suas funções. Por conseguinte, embora nada tenha ficado comprovado contra ele, acabou recambiado para a Holanda, onde ocupou vários cargos na administração municipal de Rotterdam, entre 1624 e 1629.

Posteriormente, em 1632, graças aos seus contatos e a inegável capacidade como administrador foi admitido pela West Indische Compagnie como diretor da Câmara da Companhia naquela cidade. Quatro anos depois, Dussen fez parte da comitiva de Maurício de Nassau. Entre 1637 e 1639 serviu no Alto e Secreto Conselho que assessorava o governador do Brasil holandês. Em fins de seu último ano de serviço nos

---

<sup>91</sup> Joan Nieuhof. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. (original de 1682). Introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; volume 35.).

trópicos, a saúde do conselheiro apresentou os primeiros sinais de decadência, no entanto, ainda teve condições de redigir o *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses*. Em 1640, já bastante adoentado retornou finalmente aos Países Baixos. Todavia, Adriaen van der Dussen jamais se recuperou das mazelas tropicais que contraiu e morreu na cidade de Rotterdam em 1642.

O *Relatório* de Dussen apresenta descrições precisas sobre os engenhos existentes no Brasil holandês, o que fez desta obra, segundo Gonsalves de Mello, ‘a relação mais completa que se conhece.’<sup>92</sup> Por outro lado, deve-se ressaltar o estilo pragmático e direto, presente em toda a narrativa. Um dos melhores exemplos desta característica aflora ao descrever os detalhes da fabricação do açúcar, expondo claramente a distribuição das tarefas e a organização do trabalho adotados nos engenhos da Várzea Pernambucana, típica do *modus faciendi* da atividade açucareira.<sup>93</sup> Como se sabe, o domínio desse conhecimento era decisivo para a obtenção de um produto de alta qualidade, e naquela conjuntura de alta de preços do açúcar na Europa, ocupava o centro das atenções dos dirigentes e acionistas da West Indische Companie.

Por outro lado, mais afeito aos aspectos sociais do Brasil holandês, o *Relatório* apresenta inúmeros detalhes sobre a prática religiosa dos católicos, bem como dos calvinistas e dos judeus. Por conseguinte, apesar do pragmatismo de sua narrativa, surgem informações preciosas acerca das peculiaridades do cotidiano vivido na verdadeira babel colonial em que se transformara a capital da colônia neerlandesa nos trópicos.

Outra obra que merece destaque, embora seja menos conhecida, é o livro escrito pelo navegador e cartógrafo Dierick Ruiters, *A Tocha da Navegação*, [*Tortsee der zee-vaert*]. Os capítulos referentes ao Brasil foram traduzidos pelo embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, durante sua estadia na embaixada do Brasil em Haia. Posteriormente, o texto foi publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Apesar de tudo, Sousa Leão considerou-o ‘curioso e fantasista’, embora reconheça seu

---

<sup>92</sup> José Antonio Gonsalves de Mello. ‘Introdução’. Apud. Adriaen van der Dussen. *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses, 1639*. (Tradução introdução e notas de José Antonio Gonsalves de Mello). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. p16.

<sup>93</sup> Adriaen van der Dussen. *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses, 1639*. (Tradução introdução e notas de José Antonio Gonsalves de Mello). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. p.21.

valor como documento histórico. De todo modo, vale ser consultado também pelos mapas que traz, dos quais, ainda segundo informou Sousa Leão, há reproduções no *Rijks-Archief* na Holanda.

Quanto a Dierick Ruiters, pouco se sabe além de ter sido navegador e cartógrafo da Zelândia, de onde partiu em direção aos trópicos, provavelmente por volta de 1617, no comando do *Blauwe Zee* [Mar Azul]. No ano seguinte já se encontrava nas proximidades da Ilha Grande, localizada no litoral sul do atual estado do Rio de Janeiro. Naquela ocasião os tripulantes foram atacados por uma tropa composta de índios flecheiros, que viviam nas aldeias jesuíticas próximos ao litoral, reforçados por um pequeno destacamento de soldados das forças de defesa coloniais. Ao final de um breve combate, apenas o capitão e um grumete, Rouloux Baro, então com pouco mais de oito anos de idade, sobreviveram. Os dois foram capturados e levados para a cidade do Rio de Janeiro, e posteriormente para Salvador, onde o grumete foi enviado para uma aldeia jesuítica.

O capitão Ruiters passou cerca de trinta meses como prisioneiro dos portugueses no Brasil, conseguindo escapar para a Holanda em 1622. No ano seguinte já estava de volta à terra natal, onde publicou o seu livro, *A Tocha da navegação*, no qual relata as aventuras que viveu nos trópicos, descrevendo em detalhes as regiões por onde vagou como prisioneiro. A narrativa foi enriquecida com mapas das cidades de Salvador e Olinda. Sem dúvida essas informações e os mapas, sobretudo os mapas, contribuíram para que Ruiters fosse contratado pela *West Indische Compagnie* em 1623. Sem perda de tempo ele incorporou-se, à expedição comandada por Willenkens, que se preparava para atacar a capital colonial do Brasil. Apesar do fracasso daquela investida, Ruiters foi um dos que conseguiram sobreviver ao combates que culminaram com a reconquista de Salvador, obtida pelos soldados e marinheiros da *Jornada dos Vassalos*.

De todo modo, em fins de 1625 Ruiters já havia conseguido retornar para a Holanda, onde lamentavelmente seu rastro se perde. No entanto, é provável que tenha voltado a combater no litoral brasileiro e participado do ataque à capitania de Pernambuco, em 1630. Seja como for, já não vivia em fins de 1640. Ao menos é o que se pode concluir pelo texto de uma petição, apresentada por sua mulher aos dirigentes da Câmara da Zelândia. De fato, as fontes sobre esses acontecimentos indicam que a senhora Ruiters buscava receber uma pensão das Províncias Unidas, pois, segundo a

petição que apresentara, o incansável navegador teria morrido em ação na costa do Brasil.<sup>94</sup>

No âmbito dos cronistas luso-brasileiros, destaco as obras que descreveram as lutas contra a dominação holandesa, Os relatos que produziram permitem visualizar também o cotidiano da resistência ao Brasil holandês, cujos limites geográficos no auge de sua expansão militar, se estenderam desde o rio São Francisco até o Maranhão.

Dentre todas as obras que tratam desses acontecimentos destaco, inicialmente, as *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empezando desde el de MDCXXX*. A obra foi escrita por Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário da capitania de Pernambuco, onde desembarcou em setembro de 1631, encontrando-a sob ocupação das tropas da West Indische Compagnie. Com a preocupação de registrar os acontecimentos do dia-a-dia da chamada ‘guerra da resistência,’ Albuquerque Coelho procurou reunir as ‘Relações Diárias’ escritas por seu irmão Matias de Albuquerque. No entanto, consultou outros combatentes quanto aos fatos anteriores ao seu desembarque.

O donatário da capitania de Pernambuco participou da luta contra os neerlandeses até dezembro de 1638, quando então retornou para a Espanha, onde suas *Memorias diarias de la guerra del Brasil*, foram publicadas em Madrid no ano de 1654. Trata-se, portanto, de uma obra fundamental para o estudo das lutas contra os holandeses em Pernambuco, particularmente entre os anos de 1630 e 1638. Relata o cotidiano da guerra de guerrilhas empreendida contra os invasores. Todavia, apesar da narrativa favorecer a atuação de Matias de Albuquerque, no comando da resistência, foi seguida e copiada por cronistas posteriores.<sup>95</sup>

Outra obra de referência sobre as lutas contra as tropas da Companhia das Índias Ocidentais, é *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica*, escrita por Francisco de Brito Freire. Nascido em Portugal no ano de 1625, desde muito jovem seguiu a carreira das armas, incorporando-se à marinha, na qual galgou todos os postos. Em 1653 comandava a frota de escolta das naus da Companhia de Comércio do Brasil, que

---

<sup>94</sup> Dierick Ruiters. ‘A Tocha da navegação’. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: 269; 3-84; out. - dez. 1965.

<sup>95</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. CD-ROM.



derrotou a resistência dos holandeses, vitória que se mostrou decisiva para o abandono de Recife no ano seguinte, pondo fim a mais de vinte anos de ocupação daquela praça.

Posteriormente Brito Freire foi nomeado governador da capitania de Pernambuco (1661- 1664) e retornou à metrópole em 1665, onde governou a cidade de Beja. Entretanto, caiu em desgraça durante os acontecimentos que culminaram com deposição do rei D. Afonso IV e acabou condenado à prisão em 1669, permanecendo no cárcere até 1675. Brito Freire somente conseguiu retornar ao mar, e à carreira das armas, no ano de 1678. No entanto, jamais recebeu outro comando de importância e morreu em Lisboa no ano de 1692.

A *História da Guerra Brasília* foi escrita em resposta ao livro de Gaspar Barleus, durante os seis anos que Brito Freire permaneceu, segundo suas próprias palavras, ‘em ócio ocupado’ nos cárceres lusitanos. Trata-se de um texto típico do século XVII, no qual sobressai a narrativa rebuscada do discurso barroco. De fato, em alguns momentos, ficção e história se mesclam, muito embora se possa perceber o cuidado com a cronologia dos eventos e o aporte de fontes documentais, além da utilização de informações pessoais obtidas a partir dos depoimentos dos homens que participaram dos fatos descritos pelo autor.<sup>96</sup>

O foco central da obra é a guerra de resistência que matizou as ações de combate contra a ocupação holandesa no Brasil, desde a conquista de Salvador, em 1624, e a posterior retomada, no ano seguinte, pela ‘Jornada dos Vassalos’. A narrativa prossegue relatando a vitória obtida pelas tropas neerlandesas no ataque a Pernambuco em 1630. Brito Freire encerra sua obra abordando momentos cruciais daquela conjuntura, enfatizando, em cores fortes, a penosa retirada empreendida pelos combatentes luso-brasileiros e espanhóis, que foram vencidos pelos invasores calvinistas, até que conseguissem se refugiar em Salvador. Por fim, Brito Freire descreve o cerco da sede administrativa da colônia, em 1638, pelas tropas comandadas por Maurício de Nassau, que, confrontado com forte resistência não logrou vencer os sitiados e teve que se retirar para Pernambuco.

Outra obra que se ocupou das lutas contra os holandeses, *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade*, tornou-se uma das mais conhecidas crônicas daquele período.

---

<sup>96</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

Seu autor, o frei Manuel Calado do Salvador, nasceu em Vila Viçosa (Portugal), no ano de 1584. Admitido na Ordem de São Paulo Eremita em abril de 1607, o religioso passou cerca de trinta anos no Brasil. Manuel Calado testemunhou e participou de vários acontecimentos do período da ocupação holandesa de 1630 até 1646, e produziu a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da época. Regressou a Lisboa, por volta de 1647, morrendo poucos anos depois, em 1654.

De fato, *O Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade*, apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses. A obra é predominantemente em prosa, mas em alguns trechos é dominada pelo verso. De caráter clássico e barroco, varia entre o criativo poético, embora um tanto quanto enfadonho, e o discurso histórico acentuadamente laudatório.<sup>97</sup>

De todo modo, a narrativa de Frei Manuel Calado do Salvador, é valiosa não apenas porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, por ter privado da amizade de Maurício de Nassau. O texto foi produzido entre 1645 e 1646, no teatro de operações da Guerra de Restauração Pernambucana, portanto no calor dos combates. O que talvez possa explicar o tom apaixonado, para o bem e para o mal, presente no relato do frei Manuel dos Óculos, como também era conhecido.

Seja como for, o livro do frei Calado cumpriu o papel de divulgação das atividades da resistência aos ‘hereges invasores,’ buscando sensibilizar as autoridades do reino português, recém liberto do domínio espanhol, para o auxílio aos insurgentes de Pernambuco. No entanto, a melhor análise acerca desta obra pertence à lavra do erudito e incansável historiador pernambucano, José Antônio Gonsalves de Mello.

O livro é admirável, pois, além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador pernambucano, iniciado em junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena, quase um pincel de mestre pintor, dá vida e movimento.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Manoel Calado do Salvador. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.

<sup>98</sup> José Antônio Gonsalves de Mello. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 11-12.

Por fim, merece registro outra obra do período, *O Castrioto Lusitano*, escrito por Rafael de Jesus frade beneditino, nascido em Guimarães por volta de 1614. Embora seja muito inferior ao livro de Manuel Calado, no qual se baseou, vale ser consultado sobretudo sobre os fatos pós-1646. Afinal, segundo José Honório Rodrigues, ‘sua obra é quase toda, até julho de 1646, baseada em Calado.’<sup>99</sup> De todo modo, apresenta inúmeras informações sobre os feitos de João Fernandes Vieira durante as lutas da Restauração Pernambucana, que culminaram com a expulsão das tropas da West Indische Compagnie em 1654.

### O registro inaciano das guerras holandesas

No que tange às fontes jesuíticas relativas ao período, cabe ressaltar que, dentre todos os documentos existentes no Archivum Romanum Societatis Iesu, os códices *Brasilia 5*; e *Brasilia 8*, são aqueles que possuem a maior parte da documentação jesuítica produzida pelos missionários que viveram na região nordeste do Brasil durante o século XVII. No entanto, também existem outros documentos jesuíticos publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Esse é o caso, por exemplo, da *Relaçam Verdadeira da tomada da Villa de Olinda e lugar do Recife*, escrita muito provavelmente, por um dos religiosos que viviam no Colégio de Olinda, cuja análise, por uma questão de cronologia, será feita no próximo capítulo.<sup>100</sup>

Afortunadamente, no entanto, a exemplo do que também ocorreu com as cartas escritas pelos jesuítas que missionaram no Brasil do século XVI, boa parte da correspondência jesuítica produzida entre 1600 e 1630, foi publicada, graças ao

---

<sup>99</sup> José Honório Rodrigues. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. p.145.

<sup>100</sup> ‘Relaçam Verdadeira e breue da tomada da Villa de Olinda e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta authoridade, & que foy testemunha de vista de quase todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo té os dezoito de Abril deste presente & fatal anno de 1630.’ [original de 1630]. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 20: 125-132, 1898.

profícuo trabalho do padre doutor Serafim Leite. De fato, em sua monumental *História da Companhia de Jesus*, podem ser consultadas algumas cartas dos jesuítas que testemunharam o ataque desfechado pelos holandeses sobre a cidade de Salvador.<sup>101</sup>

Do mesmo modo, também se pode consultar outras cartas que trazem os relatos, em primeira mão, acerca das lutas pela reconquista da cidade de Salvador em 1625. Por conseguinte, a análise destas cartas permite perceber, por um lado, numa chave de leitura religiosa, o testemunho vivo dos missionários, pois, apesar de todas as vicissitudes por que passaram, tiveram o cuidado de realçar o favor divino concedido aos Companheiros de Jesus e seus aliados, na luta contra as hostes dos invasores calvinistas desde 1624.

Por outro lado, no entanto, numa abordagem mais propriamente histórica, é possível notar que estas cartas são documentos preciosos sobre o cotidiano daquela época conflituosa. Assim, graças à riqueza de detalhes divulgados pelos missionários através de suas cartas, é possível ao leitor atento, vislumbrar para além do pano-de-fundo do cenário colonial, bem como o ambiente de incertezas que matizou as atividades dos religiosos da Companhia de Jesus.

Do mesmo modo, também se pode acompanhar o dia-a-dia e a evolução das ações de guerrilha, nas quais se destacaram os índios flecheiros das aldeias jesuíticas do entorno de Salvador. Como se sabe, foi graças ao esforço combinado destes nativos combatendo ao lado dos demais soldados e colonos, que se tornou possível resistir aos invasores holandeses por mais de um ano. Posteriormente, os remanescentes das tropas da Companhia das Índias Ocidentais, acabaram sitiados e foram finalmente expulsos da cidade em 1625, com o decisivo auxílio dos reforços da Jornada dos Vassalos, enviados da metrópole.

---

<sup>101</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950.

## A Companhia de Jesus e o Brasil do século XVII

Como vimos no capítulo anterior, as determinações emanadas pela alta direção da Companhia de Jesus em Roma, desde os primeiros momentos de sua existência canônica, contribuíram decisivamente para o estabelecimento de uma vasta e eficiente rede de informações que se formou, a partir de então e passou a operar em todos os quadrantes da expansão jesuítica. Posteriormente, as determinações relativas ao trato com a correspondência foram normatizadas e adotadas nas *Constituições da Companhia de Jesus*. De fato, a partir de 1556 estavam definidas a frequência da circulação das cartas e a relevância dos assuntos que deveriam ser prioritariamente enviados para a sede dos inacianos em Roma.

Por conseguinte, os missionários tornaram-se observadores privilegiados da expansão jesuítica, cuja abrangência nos séculos seguintes alcançou uma escala planetária. No entanto, outro fator que merece destaque na atividade dos Companheiros de Jesus, foi sua eficiência para a coleta sistemática de informações. O que se tornou possível graças ao elevado grau de conhecimento que adquiriram acerca das peculiaridades do cotidiano, da língua e dos costumes das populações nativas, que habitavam as terras onde os religiosos atuavam, atuando como verdadeiros postos de vanguarda do avanço missionário da Igreja de Roma.

Apesar de todas as atividades realizadas pelos inacianos durante as lutas contra a dominação holandesa, inúmeros cronistas das guerras de Pernambuco pouco, ou quase nada, relataram sobre as ações dos religiosos da Companhia de Jesus durante aquele longo conflito. De certo modo, as poucas referências que eventualmente surgem, aqui e ali, nos textos produzidos naquela época, quando muito, se referem apenas às ações dos jesuítas ligadas mais diretamente aos encargos dos religiosos, tais como confissões, missas e procissões. De fato, desde então permaneceu o silêncio e a omissão acerca das ações que foram inspiradas, conduzidas ou realizadas pelos Soldados de Cristo.

Entretanto, cabe destacar que os religiosos da ordem inaciana participaram de todas as fases da guerra de resistência movida contra as tropas invasoras enviadas aos trópicos pelos dirigentes das Províncias Unidas. Na verdade é preciso reconhecer que

desde 1624 quando do primeiro ataque à cidade de Salvador pelos soldados da West Indische Compagnie, os jesuítas apoiaram incondicionalmente as forças coloniais que se defrontaram com os holandeses até que a capital colonial do Brasil fosse reconquistada em 1625. Posteriormente, a partir de 1630, os missionários da Companhia de Jesus em Pernambuco atuaram de maneira semelhante na resistência aos invasores calvinistas.

No entanto, ainda que se possa escrever a história daquelas guerras sem fazer qualquer menção à participação dos inacianos, penso que, nesse caso, a narrativa estará irremediavelmente comprometida e incompleta dificultando o entendimento de acontecimentos cruciais daquela conjuntura. Afinal, se por um lado, é necessário reconhecer que os cronistas daqueles episódios certamente tiveram que enfrentar limitações de acesso às informações, por outro lado, é correto afirmar que também tiveram suas motivações pessoais para exaltar os feitos de uns e calar as realizações de outros. Todavia, desarmados os espíritos, penso que não se pode menosprezar a contribuição dos relatos dos cronistas e dos religiosos ao trabalho dos historiadores. De fato, foi a partir de suas obas e suas cartas, produzidas em grande parte no calor dos acontecimentos, que se tornou possível aos historiadores analisar, entender, explicar, e resgatar, na medida do possível, as nuances daquela realidade distante.

### **Guerras do açúcar, guerras de religião**

Ainda que desde 1580 Portugal estivesse sob o domínio dos Filipes de Espanha, a participação de lusitanos no circuito comercial do atlântico norte tornou-se fundamental para burlar as limitações impostas por Madri à participação dos comerciantes e marinheiros das Províncias Unidas naquele lucrativo empreendimento. De fato, conforme ressaltou Charles Boxer,

O intercâmbio comercial da Holanda com as colônias atlânticas das duas coroas ibéricas foi muito mais importante do que comumente se imagina. Durante os oitenta anos em que as Províncias Unidas estiveram em guerra com a Espanha para alcançar sua independência

(1568-1648), fora exercido, forçosamente com base no contrabando.<sup>102</sup>

Por conseguinte, foi graças ao conluio de comerciantes portugueses e holandeses, que grande parte dos navios das Províncias Unidas singrava os mares abarrotados de produtos coloniais. No entanto, o interesse holandês datava da primeira metade do século XVI. Muito embora, segundo afirmou Hermann Wätjen,

Como nos arquivos neerlandeses existe lamentavelmente bem pouco material procedente do terço final do século XVI, e as fontes só começam a fluir mais abundantemente depois de 1640, faltam-nos elementos necessários para determinar com precisão o tempo do início das expedições marítimas neerlandesas para a América do Sul.<sup>103</sup>

Como se sabe, mesmo antes da União das Coroas, pelo menos desde 1570, a costa atlântica da América do Sul, particularmente o litoral brasileiro, eram frequentados com regularidade pelos marinheiros holandeses. De fato, seus navios agiam em associação com mercadores das cidades do Porto e Viana. Posteriormente, a partir de 1580, em consequência das severas proibições de Felipe II da Espanha (1527-1598), os marinheiros e comerciantes das Províncias Unidas navegaram para o Brasil sob a bandeira de Portugal, acobertados pelas casas de comércio da Península Ibérica.

Nesta mesma direção apontaram as pesquisas de Charles Boxer. No entanto, o historiador inglês adiantou um pouco mais a datação da presença de navios e mercadores holandeses no litoral brasileiro. Assim, segundo suas assertivas, o apogeu dessa atividade ocorreu nos primeiros anos do século XVII.

[...] foi porém durante a trégua de 1609-21 que o tráfico com o Brasil tomara grande impulso, isso a despeito das explícitas e reiteradas proibições baixadas pela coroa espanhola no tocante ao comércio dos estrangeiros com a colônia.<sup>104</sup>

Dentre os produtos oriundos da colônia tropical lusitana destacava-se o açúcar da capitania de Pernambucano, que sem dúvida alguma era o que mais interessava aos holandeses. Como já vimos acima, sua rota de distribuição na Europa iniciava-se com uma breve e estratégica escala nas cidades de Viana e Porto. A partir dali grande parte

---

<sup>102</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.55. (Coleção Brasileira, volume 353.).

<sup>103</sup> Hermann Wätjen. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1938. p.68-69.

<sup>104</sup> Charles Ralph Boxer. *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p.27.

das caixas, que pesavam em média vinte arrobas, cerca de trezentos quilos, eram transportadas para as demais regiões consumidoras do velho continente.

Nessas condições, as principais zonas produtoras de açúcar, situadas na região nordeste da América portuguesa, representavam o ponto inicial do circuito comercial que ligava a colônia às regiões consumidoras da Europa. O que certamente contribuiu para a pujança econômica dos movimentados portos das Províncias Unidas, cuja importância vinha crescendo desde a segunda metade do século XVI. Dentre outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento do comércio naquela região do continente europeu, destacou-se, sem dúvida, a posição geográfica dos Países Baixos, pois, de fato,

[...] constituem uma ligação entre o norte e o sul . Seus portos acolhem e estocam o trigo russo e polonês, os vinhos, o azeite, o sal da Península Ibérica, que assim como as mercadorias do Novo Mundo, são distribuídas para a Europa a partir de seus entrepostos. Essa atividade comercial acarreta a acumulação de capitais, do que se beneficia em primeiro lugar a Antuérpia, a grande praça financeira do mundo.<sup>105</sup>

No entanto, o papel de liderança exercido pela cidade de Antuérpia no processo de acumulação de capitais, fundamental para o crescimento do comércio intraeuropeu, notadamente a partir da segunda metade do século XVI, mudará de mãos no século XVII. De fato, a partir de então, o mercado internacional do açúcar e até mesmo a implementação do sistema agroindustrial envolvido em sua produção, serão grandemente favorecidos pela participação de capitais da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, em sua comercialização.

Como se sabe, esses recursos eram constituídos em sua grande parte, por capitais flamengos e brabantinos, bem como de cristãos-novos e judeus de origem ibérica, que buscaram um refúgio seguro na cidade de Amsterdam, que se tornou, a partir de então, o polo irradiador da prosperidade das Províncias Unidas. Todavia, conforme afirma Evaldo Cabral de Mello.

A arrancada que produzirá o Século de Ouro, Rembrandt e companhia, inclusive o que já se chamou de ‘a primeira economia moderna’, data dos anos noventa de Quinhentos. [...] É sabido que Amsterdam herdou a fortuna histórica de Antuérpia. Esta que aderira por alguns anos à revolta dos Países Baixos do norte contra a

---

<sup>105</sup> Henry Méchoulan. *Dinheiro e Liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p.17.



Espanha, foi reconquistada em 1585 pelo exército espanhol, o que causou uma migração maciça de capitais flamengos e sefarditas para Amsterdam.<sup>106</sup>

De todo modo, cabe destacar uma peculiaridade do ambiente colonial brasileiro. De fato, segundo a assertiva de Stuart Schwartz, a economia açucareira nos trópicos desenvolveu-se, com mais vigor a partir de 1570, expandindo-se em escala ascendente até, pelo menos, a década de 1620.<sup>107</sup> Uma ideia da pujança e rentabilidade econômica alcançada pela rota marítima que transportava a produção dos engenhos de Pernambuco até os portos do norte europeu, pode ser avaliada se atentarmos, por exemplo, para o ano de 1621, quando circularam a bordo dos navios das Províncias Unidas cerca de 50.000 caixas de açúcar. Curiosamente existe outra particularidade que não deixa de causar certo espanto, afinal a prosperidade deste circuito mercantil uniu através do oceano Atlântico comerciantes católicos e calvinistas, evidenciando que os seus interesses econômicos sobrepuseram-se às suas crenças religiosas.

Seja como for naquela mesma época ocorreram eventos que se tornaram relevantes para os comerciantes que auferiram elevados ganhos no trato açucareiro. De fato, embora aparentemente desligados entre si, esses acontecimentos tornaram-se decisivos para o entendimento da conjuntura que levou os holandeses a tentarem dominar e ocupar as zonas produtoras situadas no litoral nordeste do Brasil, inicialmente em 1624-1625, e posteriormente, de forma mais eficaz e duradoura, a partir de 1630, estendendo-se sua presença até 1654.

O primeiro fato a que me refiro ocorreu em 1621, e se deve ao fim da trégua, que perdurava desde 1609, no conflito que passou à história como a Guerra dos Oitenta Anos, que envolveu a Espanha e as Províncias Unidas. Como se sabe, a longa contenda originou-se a partir das contestações dos habitantes dos Países Baixos contra as medidas adotadas por Filipe II de Espanha. De fato, naquela ocasião, o rei visava aumentar a influência da coroa espanhola sobre os Países Baixos, em detrimento dos interesses dos mandatários locais até então leais ao trono espanhol.

Por conseguinte, as reivindicações apresentadas pelos representantes dos Países Baixos buscaram manter intactas as prerrogativas que detinham desde o reinado de

---

<sup>106</sup> Evaldo Cabral de Mello. 'Questão de cronologia.' In: Evaldo Cabral de Mello. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002. pp.102-109. p.106.

<sup>107</sup> Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1555-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.146.

Carlos V No entanto, como era de seu feitio o austero e intransigente Filipe II considerou que se tratava apenas de mais uma insurreição, que seria facilmente debelada com o envio de tropas.

Inegavelmente outras motivações envolveram a eclosão daquela rebelião, cujo cerne estava muito além de simples questões provinciais. De certo faltou habilidade política ao rei de Espanha, bem como aos membros de seu Conselho, que se mostraram irredutíveis em suas convicções, pois, diante dos fatos somente enxergavam uma solução militar para o conflito. Todavia, os habitantes dos Países Baixos não ignoravam as intenções centralizadoras de Filipe II.

De fato, todo o tecido social constituído pelo povo, pelos os burgueses e pelos nobres logo compreendeu que o desejo de Filipe II era impor o modelo castelhano, centralizador e intolerante quanto à questão da ortodoxia católica. Por conseguinte, a guerra tornou-se iminente, embora não se possa atribuir a uma única razão os motivos que levaram a eclosão do conflito. Pois, conforme afirmou Henry Méchoulan, naquela conjuntura,

[...] as causas políticas, econômicas e religiosas são indissociáveis. Em certos momentos, há predominância de uma ou outra, mas permanece uma constante: a defesa das liberdades que formam a trama social do país.<sup>108</sup>

Seja como for, a violência inaudita com que as tropas comandadas pelo Duque de Alba reprimiram o levante acabou por exacerbar ainda mais os ânimos, desempenando um papel decisivo para a sucessão de massacres que foram perpetrados pelos dois lados envolvidos no sangrento conflito. Em todo esse episódio não se pode deixar de registrar a inabilidade política revelada por Filipe II para lidar com os anseios dos súditos dos Países Baixos, que almejavam manter intactas as franquias e liberdades, asseguradas desde o reinado do finado Carlos V, o pai do intransigente rei de Espanha.

De todo modo, já no século XVII e com o fim da trégua em 1621, esperava-se para breve a retomada das hostilidades entre holandeses e espanhóis, cujo teatro de operações seria, mais uma vez, o território europeu. Naquela ocasião não se cogitava a hipótese de um possível desdobramento das ações militares nas áreas coloniais ultramarinas dominadas pelos espanhóis.

---

<sup>108</sup> Henry Méchoulan. *Dinheiro e Liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p.19

Mas, o ano de 1621 estava apenas começando. Em julho era fundada a mais nova companhia de comércio neerlandesa: a West-Indische Compagnie - WIC [Companhia das Índias Ocidentais]. Foi esse o segundo evento que se tornou decisivo para o futuro ataque neerlandês sobre as áreas produtoras de açúcar nos trópicos. Na verdade poucas regiões coloniais escapavam ao amplo espectro de ação da WIC, que se estendia da costa ocidental africana, até o Cabo da Boa Esperança. Incluía ainda, as Índias Ocidentais, ou seja, todo o continente americano, da Terra Nova ao Estreito de Magalhães, e os meridianos compreendidos entre o leste do Cabo da Boa Esperança, e a oeste, a extremidade oriental da Nova Guiné.

Como se pode perceber, dentre os alvos potenciais da nova companhia constituída nas Províncias Unidas, se encontravam os principais centros produtores de açúcar, então localizados na América portuguesa, além das zonas de exportação de mão de obra escrava no continente africano. Naquela ocasião, não era necessário o auxílio de um exímio estrategista para perceber as probabilidades de uma futura uma ação armada contra o litoral nordeste do Brasil. De fato, bastaria apenas uma leitura atenta dos estatutos da Companhia das Índias Ocidentais, para que se pudesse comprovar essa possibilidade.

§2º - [...] a referida Companhia, em nosso nome e autoridade pode fazer contratos, pactos e alianças com os príncipes e naturais dos países compreendidos e ali construir algumas fortalezas ou fortificações, admitir gente de guerra, nomear governadores e funcionários de justiça e outros, para todos os serviços necessários à conservação das praças, manutenção da ordem e policia e desenvolvimento do comércio [...] prover de população as regiões férteis e desabitadas, e fazer tudo o que for útil ao país e o que o interesse e o adiantamento do comércio exigirem.<sup>109</sup>

Aliás, coube a Charles Boxer o comentário mais direto e incisivo acerca das intenções de saque e conquista embutidas na fria linguagem dos burocratas das Câmaras de Amsterdam, e das demais cidades que se associaram para a criação da Companhia das Índias Ocidentais. Segundo a assertiva do sagaz historiador inglês, o novo empreendimento patrocinado pelos acionistas das Províncias Unidas,

[...] não era uma corporação visando à colonização pacífica e ao intercâmbio comercial, mas, pelo contrário, tinha confessadamente

---

<sup>109</sup> Joan de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.8-9. CD-ROM.

como objetivo a colonização e o comércio mediante a conquista. Em muitos pontos era ela moldada pela Companhia das Índias Orientais, mas o lado comercial de suas atividades estava subordinado aos interesses navais e militares.<sup>110</sup>

Por conseguinte, e forçoso reconhecer que era verdadeiro esse objetivo, pois, exatamente no quinto parágrafo dos estatutos da Companhia, a máscara que até então servira para ocultar as verdadeiras intenções dos seus acionistas, cedeu ao peso das evidências. Como se viu acima, o texto do legislador neerlandês já admitira o emprego de tropas, ou ‘gente de guerra’, como então se dizia. Mas, no quinto parágrafo, sem nenhum disfarce retórico ou semântico, direta e incisivamente, admitiu-se claramente a possibilidade de que o novo empreendimento das Províncias Unidas, somente seria realizado mediante o uso da força.

§5º - [...] e como para o estabelecimento, segurança e defesa desse comércio, será preciso empregar tropas, proveremos a Companhia segundo a situação do país e as circunstâncias, de soldados e oficiais para o campo e para as fortificações, tanto quanto necessário com a condição de serem pagos e mantidos pela Companhia.<sup>111</sup>

Portanto, naquela ocasião, as inquietações causadas na corte espanhola foram plenamente justificadas. Afinal, desde 1602, quando foi criada a Vereenigde Oost-Indie Compagnie - VOC (Companhia das Índias Orientais), inúmeras incursões de saque e conquista haviam sido realizadas sobre as possessões espanholas na Ásia, cujas conseqüências nefastas para o reino estavam bem vivas na memória de Felipe II de Espanha. De todo modo, como se viu acima, essa perspectiva de comércio mediante conquista também constava das intenções formais da West Indische Compagnie - WIC, a irmã mais nova da Vereenigde Oost-Indie Compagnie - VOC.

Não bastassem todos esses indícios havia uma questão que também preocupava o rei de Espanha. Refiro-me ao proselitismo religioso dos calvinistas das Províncias Unidas. Como se sabe, desde o século XVI as guerras de religião devastaram o continente europeu, e continuavam na ordem do dia das questões militares do século XVII. De fato, conforme destacou Charles Boxer,

---

<sup>110</sup> Charles Ralph Boxer. *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961, p.9.

<sup>111</sup> Joan de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o começo até o fim do ano de 1636*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.9. CD-ROM.

[...] a Companhia das Índias Ocidentais era essencialmente uma criação dos calvinistas militantes, ou seja do partido Contra-Remonstrante, que encarava qualquer tolerância para com o papado como um conchavo com a ‘Grande Meretriz da Babilônia’.<sup>112</sup>

Mas não eram esses os únicos problemas que atormentavam o rei de Espanha e seus conselheiros. Apesar daquela conjuntura adversa que poderia de alguma forma ameaçar as possessões atlânticas, havia outro alvo que todos consideravam potencialmente mais lucrativo para a esquadra neerlandesa: a realização de um ataque contra os navios da Frota da Prata, que escoavam para a metrópole os metais preciosos extraídos na América. Sem dúvida, pelo menos os espanhóis sabiam que tempos sombrios estavam por vir.

Na realidade, deve-se ressaltar que desde o início do século XVII já circulavam informes sigilosos que davam conta de uma ação armada contra o Brasil. No entanto, persistia uma dúvida: sobre qual região se voltava o interesse dos dirigentes das Províncias Unidas, a capitania de Pernambuco ou a cidade de Salvador, a capital da colônia. Como se sabe, a espionagem é uma das mais antigas atividades humanas e o rei de Espanha, Filipe II, que certamente não possuía a sagacidade do pai, o imperador Carlos V (Carlos I como rei de Espanha), soubera pelo menos criar, manter e legar aos seus sucessores no trono espanhol, uma eficiente rede de informantes que operava nos Países Baixos. A bem da verdade, é preciso lembrar que naquela ocasião, ou seja, antes da eclosão da guerra que duraria oitenta anos, os agentes então recrutados por Filipe II de Espanha, estavam mais atentos aos desvios da fé e prontos para enviar suas denúncias, no sentido de garantir a ortodoxia da Igreja de Roma, ‘naquela terra de hereges.’<sup>113</sup>

A eficiência dessa rede de espionagem pode ser avaliada pelas inúmeras informações que seus integrantes conseguiram enviar para Madri, particularmente quando a situação chegou ao impasse. Por conseguinte, mesmo durante a vigência da trégua, ou seja, entre 1609 e 1621, a luta prosseguiu noutra dimensão menos ostensiva,

---

<sup>112</sup> Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. pp.169-170. Sobre os aspectos específicos do proselitismo calvinista no Brasil holandês veja-se Frans Leonard Schalkwijk. ‘Índios evangélicos no Brasil holandês.’ In: Marcos Galindo. (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Editora Massangana, 2005. pp.101-140.

<sup>113</sup> Henry Méchoulan. *Dinheiro e Liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. pp.15-35.

desenvolvendo-se nas sombras. O que nos permite supor a possibilidade de que alguns desses ‘leais vassallos de sua majestade’, que certamente haviam sido infiltrados nos escalões administrativos das Províncias Unidas, tenham conseguido enviar notícias ao trono espanhol.

Seja como for, é certo que informações vindas das Províncias Unidas conseguiram burlar as defesas holandesas e chegaram até a corte espanhola, onde foram consideradas dignas de crédito. Ao menos é o que se pode depreender pelo texto da carta que foi enviada ao capitão de Pernambuco, Alexandre de Moura, em 1613, na qual o rei Filipe III de Espanha (1578-1621), declarava claramente que,

[...],por avisos que se tiveram de Holanda de boa parte, se tem entendido que aqueles rebeldes pretendem cometer este ano essa Capitania, com intento de a tomar [...] me pareceu mandar-vos logo este aviso com esta caravela [...] que tanto que o receberdes, sem perder uma só hora de tempo, vos ponhais em ordem e defensão [sic].<sup>114</sup>

Em vista de tais informações, cuja veracidade tinha o aval do próprio soberano e dos membros do Conselho, esperava-se para muito breve um ataque holandês aos trópicos. Todavia, o ataque não se confirmou naquela ocasião. Dentre outros fatores que contribuíram para o abandono daquela operação, certamente estava a questão religiosa que por vários anos cindiu a sociedade neerlandesa.

De fato, entre 1610 e 1619, os calvinistas das Províncias Unidas estavam divididos entre as proposições teológico-dogmáticas antagônicas, defendidas por um lado, por Jacobus Arminius (1560-1609), adepto do livre-arbítrio, que valorizava o homem como agente fundamental para a salvação de sua alma. Por outro lado, a tese de Franciscus Gomarius (1563-1641), mais ortodoxo, pregava a predestinação radical da salvação das almas, ao passo que no aspecto mais próximo do mundo secular, preconizava a submissão da Religião Reformada ao Estado. Somente entre 1618 e 1619, no Sínodo de Dordrecht, a situação se resolveu a favor das proposições de Gomarius, e a conseqüente condenação dos pressupostos de Arminius e seus partidários.

No entanto, ainda que se encontrassem imersos no ambiente conflituoso das Províncias Unidas, os agentes de Espanha mantiveram-se ativos, de tal forma que em meados de 1623 remeteram informes mais precisos, que davam conta das intenções dos

---

<sup>114</sup> José Antonio Gonsalves de Mello. ‘Na biblioteca do Itamarati’. In: *Diário de Pernambuco*. Recife, 9 de julho de 1950. (Grifo meu)

dirigentes da recém-fundada Companhia das Índias Ocidentais. Segundo eles estava em preparação o envio de uma frota de ataque cujo destino era o Brasil, mais precisamente a cidade de Salvador.

Daquela vez e apesar de todos os cuidados tomados pelos dirigentes da West Indische Compagnie no sentido de burlar os agentes de Espanha, o movimento dos portos das Províncias Unidas, não conseguiu passar despercebido. De fato, naquela ocasião os boatos sobre a preparação de um ataque ao Brasil circulavam de boca em boca entre os marujos.

A murmuração geral chegou a tal ponto que Willem Usselinx, o verdadeiro inspirador da criação da West Indische Compagnie, tornara-se um opositor declarado daquela empreitada nos trópicos. Segundo sua opinião era uma temeridade atacar, pois, os súditos de Filipe II estariam preparados, sendo impossível que eles já não soubessem dos preparativos dos neerlandeses. Por fim, sua exasperação levou-o a dizer claramente, que até mesmo ‘as mulheres em seus bancos de lavar, e as crianças nos corredores falam abertamente a respeito das intenções de atacar a Bahia’.<sup>115</sup>

Sem dúvida, o trabalho dos agentes espanhóis foi muito favorecido pelo comentário geral nos portos das Províncias Unidas, permitindo-lhes informar a partida de vários navios da esquadra neerlandesa, que se iniciara em dezembro de 1623. No entanto, os espiões a serviço do trono de Espanha foram mais além, conseguindo confirmar que a Bahia era o destino final das tropas de assalto, cujo embarque, numa última tentativa de despistar os informantes de Madri, foi realizado em diversos portos da costa neerlandesa. No entanto, na Espanha, conforme deixou registrado o cronista Francisco de Brito Freire, nem todos os conselheiros de sua majestade concordavam quanto à veracidade das informações.

Assim começaram logo os sucessos brasílicos a ter mais de fatalidade que inadvertência; movendo-se tão vagarosamente a Armada inimiga. E igualando-se a pouca prevenção da América, o grande descuido da Espanha, muito antes que saísse do porto de Holanda [em 21 de dezembro de 1623], chegou notícia à Corte de Castela. Tendo já avisado os mercadores de Amsterdam aos de Lisboa: que suposto

---

<sup>115</sup> Charles Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.59.

fossem também os ameaços sobre as Índias, que os golpes havia de receber o Brasil [...].<sup>116</sup>

Apesar dessas dilações o governador da Bahia, Diogo de Mendonça Furtado foi alertado. De fato, naquela ocasião uma poderosa esquadra de ataque deixara os portos holandeses em destacamentos sucessivos. Tudo fora realizado na esperança de evitar quaisquer possibilidades de vazamento de informações acerca do destino final daqueles navios. Neste sentido, foram dadas ordens expressas, cujo conhecimento era apenas compartilhado pelos comandantes das embarcações, sobre o ponto de reunião dos escalões de ataque, assinalado previamente e que se realizou em pleno oceano Atlântico, nos arredores dos Açores.

Como se pode perceber, apesar de todos esses cuidados tomados pelos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, os agentes de Espanha já haviam conseguido executar sua missão. Na realidade é forçoso reconhecer que apesar do meticuloso planejamento da West Indische Compagnie, um pormenor óbvio havia sido menosprezado. De fato, em qualquer lugar do mundo o ambiente das docas nunca foi o lugar mais indicado para realizar embarques de natureza reservada, ou seja, que precisam ser mantidos em segredo. No entanto, apesar dos portos Províncias Unidas serem os mais frequentados naquela época, esse cuidado não foi levado em conta pelos dirigentes neerlandeses. Por conseguinte, tornou-se humanamente impossível manter o sigilo daquela operação.

Alheios a tudo isso os marinheiros que já haviam zarpado dos portos holandeses enfrentaram outras dificuldades. Por diversos motivos, dentre os quais se destacaram as condições do mar na costa inglesa, somente em princípios de 1624, já nas proximidades de Cabo Verde, foi possível reagrupar os navios da frota de ataque. Após a abertura dos envelopes que continham as ordens, que até então tinham permanecido lacrados e em poder dos capitães das embarcações, finalmente puderam partir para o objetivo da operação: atacar e ocupar militarmente a cidade de Salvador na Bahia.

O alvo escolhido pelos holandeses era plenamente satisfatório, pois, além de sede da administração colonial ibérica era uma presa valiosa pelo ponto de vista geopolítico. Sem dúvida a posição geográfica da baía de Todos os Santos, onde se localizava o principal porto da Bahia, era estratégica. Por esta razão, a intenção dos

---

<sup>116</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.p.60; §115.



atacantes era utilizá-lo como base de operações para futuros ataques às demais possessões luso-espanholas na América, o que também lhes permitiria controlar a navegação no Atlântico Sul, garantindo, ao mesmo tempo, o domínio sobre o fluxo de navios que traziam os escravos, oriundos dos portos da costa africana.

Mas a cidade destacava-se também pelo aspecto institucional e simbólico. Salvador era o centro administrativo da colônia, ‘a cabeça do Brasil’, como então se dizia e ali residiam o Governador, o Bispo, além de sediar a mais alta corte dos trópicos, o Tribunal da Relação. No entanto, para além da esfera institucional, desde sua fundação em 1549, a cidade tornara-se uma escala prioritária na viagem das naus da Carreira da Índia. Muito embora naquelas décadas iniciais do século XVII, o império ultramarino no Oriente já estivesse entrando em seu ocaso, e a hegemonia ibérica no Índico se encontrasse em franca decadência, como revelou José Roberto do Amaral Lapa.<sup>117</sup>

Na verdade, para além dessas considerações estratégicas, o alvo máximo da cobiça dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais era, sem dúvida alguma, o açúcar produzido pelos engenhos localizados no Recôncavo Baiano. A riqueza daquela região era expressa por uma considerável quantidade de caixas de açúcar, cujo valor não deixou de ser levado em conta pelos estrategistas e dirigentes da WIC durante o planejamento do ataque.

Mas, com toda essa riqueza, qual seria o aspecto da cidade de Salvador naquela época? Segundo Charles Boxer, a capital colonial da América Portuguesa,

[...] não tinha mais do que umas mil e quatrocentas casas construídas de pedra e cal, sem falar nos conventos e nas igrejas, a parte residencial da cidade estando situada no alto de uma colina, cujas encostas íngremes eram cobertas de mato baixo e capim. O cais e os armazéns alinhavam-se ao longo da praia, no sopé do morro, comunicando-se com a cidade, que ficava no alto, por meio de dois escorregadores de madeira, providos de guindastes para içar os volumes pesados. Devia-se este dispositivo aos jesuítas, que já haviam construído coisa semelhante no Rio de Janeiro, [...]<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> José Roberto do Amaral Lapa. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p.2. (Coleção Brasileira volume 338.).

<sup>118</sup> Charles Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.62-63.

No entanto, a informação mais importante para as forças de desembarque da Companhia das Índias Ocidentais, não aparece nessa descrição bucólica. De fato, o que interessava prioritariamente aos atacantes era a exata localização dos fortes e baluartes que faziam parte do sistema defensivo da capital. Todavia, essas posições já haviam sido assinaladas graças à presença corriqueira de navios dos Países Baixos no litoral e nos portos do Brasil. Portanto, durante a longa fase de preparação da frota enviada aos trópicos, uma boa quantidade de notícias sobre a cidade de Salvador chegara aos ouvidos e olhos dos diretores da West Indische Compagnie.

Dentre estas informações destaco a narrativa de uma testemunha presencial, o zelandês Dierick Ruiters, que fora um ‘hóspede forçado’ dos portugueses por mais de dois anos. O antigo comandante do malfadado *Blawe Zee*, expôs de maneira direta e objetiva a localização das defesas de Salvador, as quais, segundo ele,

[...] constituíam-se de dois fortes situados um em cada lado da entrada da baía, embora não estivessem tão distantes que impedissem o fogo cruzado. Havia outro forte, mais próximo da praia, e os baluartes construídos próximos aos deslizadores de madeira do porto.<sup>119</sup>

Por conseguinte, os atacantes estavam embasados pelas valiosas informações de Dierick Ruiters, que, como se viu anteriormente, também voltava ao litoral brasileiro como integrante da expedição de saque e conquista patrocinada pela WIC. Assim, os comandantes dos vinte e seis navios da frota de ataque, que traziam bordo mais de três mil homens em armas, além das quinhentas bocas de fogo, sabiam a exata localização do dispositivo defensivo de Salvador, quando chegaram ao litoral baiano em maio de 1624.

Seguindo o que estava estabelecido nas ordens recebidas dos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, alguns navios trataram de isolar e bloquear a saída do porto. A seguir, desfecharam pesado ataque de artilharia sobre a cidade, cuja defesa, apesar do alerta recebido, pouco pôde fazer para impedir o desembarque das tropas holandesas, que rapidamente tomaram aquela praça no dia 10 de maio de 1624.

---

<sup>119</sup> Dierick Ruiters. ‘A Tocha da navegação.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 269; 39-40; out.-dez. 1965.

## Os jesuítas sob ataque: ‘olhos no céu e os pés firmes na terra’

Dentre os inicianos que viveram aquele período conturbado encontrava-se Antônio Vieira, que embora tenha nascido em Portugal no ano de 1608, veio para o Brasil ainda criança, com pouco mais de oito anos de idade. A partir de então Vieira seguiu a mesma trajetória da maioria dos filhos dos colonos e dos funcionários da administração régia, tornando-se aluno externo dos inicianos. No entanto, contra o desejo paterno, segundo afirmam alguns de seus biógrafos, aos quinze anos de idade solicitou seu ingresso formal na Companhia de Jesus, sendo recebido no Colégio da Bahia pelo padre Fernão Cardim.

Já em 1624, Antônio Vieira iniciava sua vida religiosa como escolástico no mesmo Colégio, quando a cidade de Salvador foi tomada pelos holandeses. Em virtude da fragorosa derrota sofrida pelos defensores da capital colonial, perante as tropas e marinheiros da West Indische Compagnie, Vieira, a exemplo dos demais jesuítas que ali viviam, teve que abandonar a cidade. A retirada foi realizada sob forte comoção popular, agravada pelo incontrolável pânico que se estabeleceu, atingindo, inclusive, os soldados das tropas coloniais que deveriam defender a cidade contra a investida dos holandeses. Após inúmeras peripécias, os religiosos da Companhia de Jesus finalmente conseguiram refúgio nas aldeias indígenas, de São João e Espírito Santo, localizadas a poucas léguas de distância de Salvador.

Para o entendimento desta conjuntura adversa, vivida a partir de então pelos jesuítas da Bahia, cabe uma ressalva. Embora desde o início de suas atividades nos trópicos os missionários da Companhia de Jesus tenham se notabilizado pela adoção do aldeamento tutelado dos nativos, que se tornou a partir de então, o *locus* privilegiado para catequese e conversão dos nativos ao catolicismo, os habitantes destas aldeias desempenharam outro papel decisivo para o sucesso do processo de colonização iniciado nos trópicos. Refiro-me especificamente à função militar que os índios flecheiros passaram a desempenhar no sistema defensivo estabelecido pelas agentes da colonização.

Afinal, desde a década de 1550, os nativos das aldeias jesuíticas participaram de inúmeras expedições punitivas contra as tribos que se mostraram hostis ao avanço da colonização. Do mesmo modo, os flecheiros também foram decisivos para a consolidação da presença lusitana, particularmente nos enfrentamentos às investidas de corsários e aventureiros europeus. Esse foi o caso, por exemplo, dos temiminó de Araribóia, cujo auxílio foi imprescindível na guerra movida contra os franceses e seus aliados tamoio, os quais, em meados do século XVI, sob o comando e inspiração de Villegaignon, tentaram estabelecer na baía de Guanabara a França Antártica.

No entanto, na Bahia de 1624, apesar dos avisos recebidos de Madri acerca da iminência de um ataque holandês contra a cidade de Salvador, os flecheiros das aldeias jesuíticas não foram acionados para rechaçar as tropas das Províncias Unidas que desembarcaram entre os dias 8 e 9 de maio. De todo modo, cabe ressaltar um pormenor que pode explicar os motivos pelos quais os flecheiros não foram mobilizados naquela ocasião.

Como se viu anteriormente, ao tratarmos dos planos de ataque dos holandeses à Bahia, os estrategistas da WIC determinaram que os navios da frota comandada pelo almirante Jacob Willekens, deveriam chegar ao mesmo tempo na baía de Todos os Santos, porém isso não aconteceu. De fato, o navio *Hollandia*, no qual viajava o comandante das tropas de desembarque, coronel Van Dorth, havia se desgarrado dos demais navios e faltara ao encontro no ponto de reunião previamente assinalado Atlântico. Sem conseguir estabelecer o contato com os demais navios da frota de ataque, o comandante do *Hollandia* decidiu abrir as ordens que permaneciam lacradas até então. Desse modo, logo após tomar conhecimento de que o objetivo final daquela operação era atacar a cidade de Salvador, partiu para o litoral baiano na esperança de reencontrar os demais navios. Todavia, o *Hollandia* estava bastante adiantado em relação à frota, e chegou ao litoral baiano com muita antecedência, quase um mês antes das demais embarcações holandesas.

Nessa mesma ocasião os defensores de Salvador se encontravam em seus postos de combate, conforme determinara o governador do Brasil, Diogo Furtado de Mendonça. Entretanto, os vigias da costa baiana acabaram surpresos e aliviados com a presença de apenas uma única embarcação holandesa. De fato, em fins de abril, o

*Hollandia* havia sido avistado pelos defensores, e se manteve, por vários dias, navegando a uma distância segura das praias do Recôncavo Baiano.

De todo modo, tão inesperadamente como surgiu, o *Hollandia* desapareceu da vista das sentinelas baianas. Convencidos que nada mais ocorreria, inúmeros comandantes das defesas luso-espanholas, e até mesmo o bispo do Brasil, Dom Marcos Teixeira, aconselharam a desmobilização das tropas, alegando, com certa dose de impaciência, que as informações recebidas da Espanha, dando conta do iminente ataque holandês, mostraram-se um rebate falso. Assim e apesar da oposição do governador, boa parte das forças de defesa da Bahia, que até então permaneciam em alerta, deixaram suas posições.

Entre as tropas que se retiraram naquela ocasião, certamente estavam os índios flecheiros. De fato, vários deles retornaram para as suas aldeias, onde efetivamente se encontravam quando a cidade foi tomada pelas tropas da West Indische Compagnie. Por conseguinte, devido à rapidez com que a cidade capitulou, não houve havido tempo de trazê-los para auxiliar na defesa de Salvador. Seja como for, em sua *História do Brasil*, o Frei Vicente do Salvador afirma o contrário, assegurando que havia índios flecheiros entre as tropas que defendiam a cidade, pois, quando os holandeses entraram,

[...] o governador Diogo de Mendonça repartiu logo as estâncias pelos capitães, e gente das freguesias de fora, que ainda aqui estavam, e da cidade; e deixando a companhia de seu filho, que era de soldados pagos, e recebiam soldo da fazenda de el-rei, para acudir, aonde fosse necessário, mandou a outra companhia com seu capitão Gonçalo Bezerra ao porto da Vila Velha, que é meia légua da cidade; e o escrivão da Câmara Rui Carvalho com mais de cem arcabuzeiros do povo, além de sessenta índios flecheiros de Afonso Rodrigues da Cachoeira, que os capitaneava.<sup>120</sup>

De todo modo, os sessenta flecheiros, citados apenas no relato do frade franciscano, constituíam um efetivo irrisório diante do efetivo das tropas de ataque holandês. Na verdade naquela ocasião, isto é, nos primeiros dias do mês de maio de 1624, os flecheiros já haviam sido desmobilizados e retornado às aldeias jesuíticas do Recôncavo, cuja mais próxima situava-se a seis léguas de distância do litoral, ou seja, a trinta e seis quilômetros de Salvador.

---

<sup>120</sup> Vicente do Salvador. *História do Brasil*. [original de 1627]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>, p.141-142. (acesso em dezembro de 2008).

Por outro lado, basta uma leitura atenta de sua *História do Brasil* para perceber que o frei Vicente Salvador não era lá muito amigo dos brasis. De fato, no texto de sua obra surgem com frequência observações pejorativas quanto ao valor guerreiro dos índios. A certa altura, por exemplo, o frade chegou a afirmar que os nativos foram responsáveis pelo fracasso de uma tentativa de retomada da cidade de Salvador. Essa desastrosa incursão teria acontecido no dia 13 de junho de 1624, sob o comando do bispo Dom Marcos Teixeira, que naquela ocasião,

[...] determinou entrar na cidade no dia do bem-aventurado Santo Antônio, de madrugada, e porque no mosteiro do Carmo, que está fora defronte dela, se haviam agasalhado dois portugueses com suas mulheres e família, se murmurava deles que serviam de espias aos holandeses, e lhes davam sinal, e aviso com o sino; para que então lho não dessem mandou diante Francisco Dias de Ávila *com índios flecheiros* e alguns arcabuzeiros que os prendessem, o que os índios fizeram com tanta desordem, que antes eles foram os que deram aviso e sinal, porque em chegando ao dito mosteiro, dando um urro de vozes tão grande, que ouvido pelos holandeses, tiveram tempo de se aperceber [...].<sup>121</sup>

As notícias acerca da tomada de Salvador também foram registradas na carta anua escrita por Antônio Vieira, então jovem estudante da Companhia de Jesus, no dia 30 de setembro de 1626. De acordo com o que determinavam as *Constituições* e por se tratar de uma carta institucional da ordem inaciana, ela foi endereçada ao padre Múcio Vitelleschi, cujo mandato como Padre Geral dos jesuítas estendeu-se de 1615 até 1645. O noviço cumpriu fielmente o papel de escrivão oficial do Colégio da Bahia e descreveu minuciosamente todos os acontecimentos, ainda que estivessem mais afeitos à esfera secular. Por esta razão Vieira destacou especialmente o ataque holandês de maio de 1624 e suas consequências para o destino dos jesuítas da Bahia. A narrativa é rica em detalhes acerca do sofrido cotidiano vivido pelos refugiados de Salvador, expondo também as incertezas dos combates da guerra de guerrilha movida contra os invasores, na qual se engajaram, além dos moradores, os remanescentes das tropas coloniais e os índios flecheiros das aldeias jesuíticas do Recôncavo.

Sem dúvida, esta carta é um dos mais conhecidos documentos da epistolografia jesuítica do século XVII, sendo frequentemente citada por todos aqueles que se

---

<sup>121</sup> Vicente do Salvador. *História do Brasil*. [original de 1627]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>, p.145. Grifo meu (acesso em dezembro de 2008.).

dedicaram ao estudo da história colonial do Brasil. Na realidade trata-se de uma missiva de caráter institucional e informativo, na qual se encontra o relato pormenorizado das atividades realizadas pelos religiosos da Companhia de Jesus no Brasil, entre os anos de 1624 e 1625. Atualmente esse precioso documento se encontra conservado no acervo do *Archivum Romanum Societatis Iesu*. Embora o texto siga fielmente as diretrizes traçadas pelas *Constituições*, cabe ressaltar que foi originalmente redigido em latim e logrou sobreviver aos caprichos do tempo. Somente muitos anos depois o próprio Antônio Vieira, já padre da Companhia de Jesus, conseguiu fazer a revisão e ampliação do texto original, vertendo-o para o idioma português.

Somente no século XIX essa versão ampliada da anua de 1626 foi finalmente impressa no Brasil, conhecendo-se duas edições. A primeira delas foi publicada em 1843, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No entanto, o texto impresso naquela ocasião não é completo. A *Revista* divulgou apenas um pequeno trecho, composto de pouco mais de cinco páginas, sob o prosaico título ‘Ânua da missão dos mares verdes: do ano de 1624 e 1625, mandada a Roma pelo padre Antônio Vieira’. Na verdade esse relato faz parte da anua originalmente escrita por Antônio Vieira em 1626, e traz a narrativa do ‘descimento’ de quatrocentos índios da etnia paranaubi, ou ‘verdes mares’, como também eram conhecidos no século XVII. Os nativos viviam numa região que atualmente pertence ao estado de Minas Gerais, e dali foram conduzidos ao litoral capixaba por missionários da Companhia de Jesus sediado na Capitania do Espírito Santo.<sup>122</sup>

Assim, foi preciso esperar até os últimos anos da década de 1890, para que esta carta anua fosse publicada na íntegra. O que se fez graças ao empenho pessoal do doutor José Alexandre Teixeira de Mello, que então era o diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Portanto, o texto completo desta carta anua, escrita em 1626, somente foi publicada no Brasil em 1897, ou seja, mais de duzentos anos depois de ter sido escrita.<sup>123</sup>

Embora seja uma carta bastante conhecida essa anua possui algumas peculiaridades que a distinguem das demais. Como se sabe, de acordo com as determinações das *Constituições da Companhia de Jesus*, cabe ao Provincial redigir as

---

<sup>122</sup> ‘Ânua da missão dos mares verdes: do ano de 1624 e 1625, mandada a Roma pelo padre Antônio Vieira.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 5:335-338, 1843.

<sup>123</sup> *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. volume XIX. 1897. pp.176-217.

cartas anuas. No entanto, em 1626 o padre Domingos Coelho, Provincial do Brasil entre 1621 e 1628, ainda era mantido nos cárceres da Holanda, onde fora aprisionado desde sua extradição, logo após sua captura no litoral da Bahia em 1624, quando, ainda nos primeiros dias da ocupação holandesa, se encontrava a bordo da fragata da Companhia de Jesus. Naquela ocasião o Provincial retornava de uma viagem de inspeção que realizara às demais casas e escolas que os jesuítas mantinham em São Vicente e Piratininga, bem como às capitanias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Aliás, esse episódio foi narrado em detalhes pelo o padre franciscano, Vicente do Salvador, autor da primeira *História do Brasil*, que estava entre os religiosos que foram aprisionados na mesma ocasião pelos holandeses.

Entre estes navios tomados foi logo dos primeiros um o dos padres da companhia, em que costumam visitar os colégios e casas, que tem por esta costa, e nesta ocasião vinha ao Rio de Janeiro o padre Domingos Coelho, seu provincial, que ia já acabando, e o padre Antônio de Mattos, que lhe havia de suceder, e outros padres e irmãos da companhia, que por todos eram 10. Vinham também quatro religiosos de S. Bento, e eu, e meu companheiro da ordem do nosso padre S. Francisco: amanhecemos aos 28 de maio da dita era de 1624 na ponta do morro de S. Paulo, que é por onde se entra na primeira boca da Bahia, onde vimos duas lanchas, e uma nau, que se vieram a nós, e brevemente ferraram do navio por vir desarmado, e se senhorearam dele, e de quanto trazia, que eram caixões de açúcar, marmeladas, dinheiro, e outras coisas de encomendas, e de passageiros, que nele vinham e nos trouxeram para o porto, donde nos repartiram pelas suas naus de dois em dois, e de quatro em quatro, e assim estivemos até o fim de julho, [...].<sup>124</sup>

Extraditado para as Províncias Unidas, o padre Domingos Coelho somente foi libertado depois de passar mais de dois anos e meio nos cárceres neerlandeses. Por conseguinte, o Provincial dos jesuítas do Brasil somente conseguiu retornar ao Brasil em 1628.

Assim, durante o impedimento forçado pela prisão do provincial, o seu substituto imediato, ainda de acordo com as *Constituições*, deveria ser o reitor do Colégio da Bahia, função que naquela ocasião era ocupada pelo padre Fernão Cardim, já muito idoso e bastante adoentado. A gravidade da situação vivida pelos religiosos impunha que outro jesuíta, com mais vigor físico e que estivesse em melhores

---

<sup>124</sup> Vicente do Salvador. *História do Brasil*. [original de 1627]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf> p.149. [acesso em dezembro de 2008.].



condições de saúde, se ocupasse daquele encargo. Assim, o padre Cardim foi substituído interinamente pelo padre Manuel Fernandes, então Mestre dos Noviços admitidos no Colégio dos jesuítas. Por conseguinte, nada mais natural que o padre Fernandes tenha se decidido pela indicação do seu mais brilhante discípulo, o noviço Antônio Vieira, para escrever a carta anua.

Todavia, existe outra particularidade desta carta anua que merecer ser destacada. Conforme as instruções que recebeu do padre Manuel Fernandes, o jovem Antonio Vieira relatou os acontecimentos pertinentes ocorridos durante o intervalo de dois anos, 1624 e 1625. No entanto, isso estava em total e flagrante desacordo com o que determinavam as *Constituições*, pois, desde 1623 não eram enviadas informações com a frequência anual requerida. Contudo, a explicação para a ocorrência dessa inconformidade era plenamente justificada, e o escrivão Vieira iniciou o texto explicando ao Padre Geral dos jesuítas os motivos da demora.

Ainda que a guerra algumas vezes não impede a pena com que se exprimem os sucessos dela, contudo, é ela outras vezes tal (como esta em que nos achamos) que tudo perturba e não dá lugar a escrituras; pelo menos as que são mais largas, e requerem tempo e algum descanso. Por esta razão, até agora se não escreveu nem mandou Anua a Vossa Paternidade, desde o ano de 1624 para cá, e também porque não vieram relações de outros colégios e casas; e algumas vieram tarde por falta de embarcações que neste tempo tão trabalhoso foram maiores que nunca. Pelo que, sou forçado a dar a Vossa Paternidade conta nesta do que sucedeu nos dois anos de 1624 e 1625, [...].<sup>125</sup>

Como se sabe, desde meados do século XVI, quando iniciaram suas atividades nos trópicos, os missionários da Companhia de Jesus valeram-se das embarcações que faziam a ligação com a metrópole para enviar a sua correspondência. No entanto, particularmente durante os primeiros anos da década de 1620, a dilatação do prazo previsto para o envio das suas cartas, deveu-se, sobretudo, à ocupação da cidade de Salvador pelos holandeses. Mas, essa situação também foi agravada pela constante presença das naus da Companhia das Índias Ocidentais que patrulhavam o litoral baiano. De fato, a incessante atividade naval dos holandeses contribuiu para tornar o trânsito dos navios que demandavam os portos da Península Ibérica, uma aventura incerta e perigosa. Por conseguinte, durante aquela conjuntura adversa, a circulação da correspondência jesuítica também foi especialmente prejudicada, pois, não existiam

---

<sup>125</sup> João Lúcio de Azevedo. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. v.1 p.3-4. (Carta 1).

condições de segurança que permitissem enviar suas cartas para a sede dos inacianos em Roma, dentro dos prazos determinados pelas *Constituições*.

Por outro lado, não se pode esquecer que o ataque holandês a Salvador em 1624, também causou embaraços e desorganizou completamente a vida na colônia. Como não podia deixar de ser, o noviço Antonio Vieira deu conta de todas essas dificuldades na carta que escreveu. Assim, prosseguindo em sua extensa e minuciosa narrativa, e sempre fiel ao modelo adotado desde o século anterior para a redação da correspondência oficial dos inacianos, o noviço informou qual era o efetivo dos religiosos que trabalhavam na Província do Brasil, exatamente cento e vinte homens. Dentre estes, quantos eram os sacerdotes e quais os graus que tinham, se eram professores de três ou quatro votos. Indicou também quantos eram os coadjutores, além da quantidade de alunos que frequentavam os colégios jesuíticos.

Neste aspecto teceu comentários acerca de cada um dos três estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus existentes nos trópicos, na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Vieira individualizou a narrativa, apresentando as ocorrências havidas em cada um dos colégios mantidos pela Companhia de Jesus, dos quais o mais antigo era o da Bahia. Ainda informou nominalmente os três jesuítas que passaram ‘a melhor vida’, dentre os quais se encontrava o padre Fernão Cardim, um dos maiores jesuítas de seu tempo, que chegou ao Brasil em 1583 como secretário do Visitador Cristóvão Gouveia.

No entanto, conforme consta nos arquivos da Companhia de Jesus em Roma, durante sua longa e produtiva existência, o padre Fernão Cardim, professo de quatro votos, foi também reitor do Colégio da Bahia e do Rio de Janeiro. Em 1598 viajou para Roma, como Procurador da Província. Pouco mais de três anos depois o padre Cardim retornava dessa missão, quando foi capturado por corsários ingleses, comandados por Sir John Gilbert. O jesuíta permaneceu prisioneiro em Londres, até ser libertado por volta de 1603, numa negociação nebulosa que envolveu o pagamento de resgate e a troca de prisioneiros. Fernão Cardim voltou aos trópicos em 1604, onde foi Provincial até 1609. Posteriormente foi novamente o reitor do Colégio de Rio de Janeiro, e logo a seguir, exerceu a mesma ocupação no Colégio da Bahia, onde se encontrava quando a cidade de Salvador foi ocupada pelos holandeses. Apesar de sua idade avançada Cardim

participou da retirada realizada pelos jesuítas, refugiando-se com outros companheiros de infortúnio na aldeia do Espírito Santo, onde morreu, poucos meses após sua chegada.

Na anua de 1626, Vieira deixa transparecer seus sentimentos, pois, relatou com genuíno pesar o falecimento do padre Fernão Cardim, a quem se ligara profundamente desde que este o recebera poucos anos antes no seio da Companhia de Jesus.

Nesta desgraça da Bahia [o ataque e a posterior ocupação da cidade de Salvador pelos holandeses] era Reitor; e por isso quebravam nele mais todas as ondas das adversidades. Entrou na Companhia em no ano de 1556, de 15 anos de idade, viveu nela 60, e faleceu de 75, aos 27 de janeiro do ano de 1625.<sup>126</sup>

Esse pequeno trecho permite, mais uma vez, ressaltar o valor da documentação jesuítica para a pesquisa histórica e, de modo particular, as cartas anuas. De fato, elas se constituíram em fontes preciosas. Tal relevância se deve, sobretudo, à maneira clara e objetiva com que foram redigidas. Sem dúvida, ao seguirem o padrão adotado em toda a correspondência institucional da Companhia de Jesus, o ordenamento com que são expostos os assuntos, facilita a coleta das inúmeras informações contidas nos relatos produzidos pelos religiosos. Dentre outras possibilidades, essas cartas permitem ao pesquisador atento, estabelecer comparações, cotejando-as com outras fontes menos amplas. Por outro lado, também permitem que se estabeleçam correlações e o aprofundamento do contexto em que se desenrolaram os fatos narrados, auxiliando sobremaneira a verticalização das análises.

Um exemplo destas características da correspondência dos jesuítas pode ser verificado no trecho em que Vieira relata, com a vivacidade que caracteriza sua narrativa, o desenrolar dos primeiros movimentos das forças navais holandesas durante o ataque a Salvador.

[...] a 8 de maio de 1624, apareceram de fora, na costa, sobre esta Baía, 24 velas holandesas de alto bordo, com algumas lanchas de gávea, as quais fizeram crer aos cidadãos, costumados a viver em paz, o que lhes não persuadiram de todo os avisos que dois anos antes mandara Sua Majestade [...].<sup>127</sup>

Prosseguindo, Vieira descreveu as manobras empregadas pelas forças atacantes. Neste ponto de sua narrativa vivaz, se destacam a rapidez e a violência com que os

---

<sup>126</sup> João Lúcio de Azevedo. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. v.1 p.6. (Carta 1).

<sup>127</sup> Idem, *ibidem*. p.14.

soldados e marinheiros da Companhia das Índias Ocidentais caíram sobre a cidade de Salvador.

E foi tal a tempestade de fogo e ferro, tal o estrondo e a confusão, que a muitos, principalmente aos pouco experimentados, causou perturbação e espanto, porque, por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espessa do fumo não havia quem se visse [...] Mas, enquanto nos ocupávamos em defender a praia, duas ou três naus holandesas, que ficavam na retaguarda, despejaram na ponta de Santo Antônio muita gente, e dizem que seriam quinhentos para seiscentos soldados [...].<sup>128</sup>

Como se pode perceber pelo relato do jesuíta, apesar das informações repassadas ao governador do Brasil Diogo de Mendonça Furtado, não houve o empenho necessário para preparar a defesa da cidade de Salvador. Por outro lado, se pode presumir que os jesuítas não desconheciam a existência e o teor das informações que circularam entre o rei de Espanha e os agentes da administração colonial nos trópicos. De fato, como se viu anteriormente, o governador fora alertado em meados de 1623, por uma carta do soberano, na qual este lhe repassava as informações sobre a iminência de um ataque holandês, que haviam sido obtidas pelos agentes espanhóis, infiltrados nas Províncias Unidas.

Mas voltemos ao texto da carta anua. A exemplo de outros cronistas do período, Antônio Vieira não se absteve de narrar os fatos que desabonam a conduta dos combatentes que deveriam defender a cidade. Segundo o relato do noviço da Companhia de Jesus, em vista do avanço das tropas holandesas, cujo desembarque não encontrou nenhuma oposição, os soldados de duas companhias que deveriam defender Salvador desertaram e fugiram.

[...] não se atrevendo a resistir, voltaram para a cidade, esquecidos daquele nome português, que ainda em nossos tempos fez tremer e fugir exércitos inteiros e posto que um padre nosso os animava que tornassem, adiantando-se com ânimo de verdadeiros soldados de Cristo, até chegar cara a cara com os inimigos, armados só da confiança em Deus, contudo estavam tão frios de medo, que não foi parte para os apertar o fervor e o espírito do padre.<sup>129</sup>

Apesar de não ter seu nome revelado por Vieira, o religioso jesuíta que tentou impedir a debandada daqueles soldados foi identificado posteriormente, por Pedro

---

<sup>128</sup> João Lúcio de Azevedo. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. v.1. p.15. (Carta 1).

<sup>129</sup> João Lúcio de Azevedo. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. volume I. p.3-4. (Carta 1).

Calmon.<sup>130</sup> No entanto, não se pode deixar de registrar que essa informação era conhecida, pois, esta registrada na *História do Brasil* do frei Vicente de Salvador.

Os do porto da Vila Velha estavam com os seus arcabuzes feitos detrás do mato, para os dispararem ao desembarcar dos batéis; porém vendo ser muito maior o número dos inimigos não os quiseram esperar, quis detê-los Francisco de Barros na Vila Velha animando-os, ainda que velho e aleijado, mas iam tão resolutos, que nem bastou esta admoestação, nem outra que lhes fez o padre Jerônimo Peixoto, pregador da companhia, o qual os foi esperar a cavalo, dizendo-lhes porque fugiam, pois tinham por todo aquele caminho, de uma parte e de outra, matos donde se podiam embrenhar, e a seu salvo fazer a sua batalha sem os inimigos saberem donde lhes vinham.<sup>131</sup>

Todavia, ainda que se leve em conta o empenho e a coragem demonstrados pelo padre Peixoto naquela ocasião, pouco se sabe sobre sua vida. Segundo o que indicam as fontes jesuíticas, listadas por Serafim Leite, o padre Jerônimo Peixoto veio para o Brasil em 1598 e foi professor do curso de artes do Colégio da Bahia. Posteriormente atuou como missionário na capitania de Pernambuco, tornando-se vice-reitor do Colégio de Olinda no ano de 1607. Ao que parece retornou à cidade de Salvador no princípio da década de 1620, pois, segundo o relato de Antônio Vieira, o padre Jerônimo Peixoto vivia no Colégio da Bahia quando se deu a invasão holandesa. Também é certo que participou das guerrilhas contra as tropas da West Indische Compagnie, e da reconquista da capital no ano de 1625. A partir de então, o nome deste jesuíta não mais aparece em nenhuma das fontes que consultei.<sup>132</sup>

Por outro lado, apesar da viva indignação que se pode perceber na narrativa de Vieira, a fuga das tropas que deveriam defender a capital colonial do Brasil generalizou-se. A debandada chegou a tal ponto que mais pareceu ‘um salve-se quem puder’. A partir de então, se tornou impossível resistir ao assédio holandês, devido, sobretudo, ao incessante troar dos canhões dos navios, cujos disparos causavam, segundo as palavras do próprio jesuíta,

[...] com a nuvem espessa do fumo não havia quem se visse; por outra, o contínuo trovão da artilharia tolhia o uso das línguas e

---

<sup>130</sup> Pedro Calmon. *História do Brasil*. São Paulo: s/ed. 1941-1944. volume II. p.67.

<sup>131</sup> Vicente do Salvador. *História do Brasil*. [original de 1627]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>. p.142. (acesso em dezembro de 2008).

<sup>132</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. volume X, p.184

orelhas, e tudo junto, de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos, era o terror a muitos e confusão a todos.<sup>133</sup>

Mas, além desta anua de 1626, cabe ressaltar que na correspondência jesuítica do século XVII, existe outra carta na qual se pode consultar outra narrativa dos acontecimentos daquele conturbado período. O documento conservou-se nos arquivos da Companhia de Jesus em Roma por vários anos, mantendo-se inédito até 1945, quando foi então publicada pelo incansável padre Serafim Leite<sup>134</sup>

Trata-se da carta que foi escrita na aldeia de São João, situada nos arredores de Salvador, em 25 de julho de 1624, portanto, quase um ano antes da anua de 1626. Seu autor é o padre Manuel Fernandes. Como não podia deixar de ser, a carta era endereçada ao padre Geral da Companhia de Jesus, Múcio Vitelleschi. Na verdade, embora a anua de escrita por Antônio Vieira seja a mais conhecida carta jesuítica daquele período, esta carta do padre Fernandes é, de fato, o primeiro documento escrito por um jesuíta no qual foram relatados os momentos iniciais do ataque das tropas da Companhia das Índias Ocidentais à cidade de Salvador.

Esta carta do padre Manuel Fernandes é pródiga em informações e bastante detalhada. Os fatos são apresentados em rigorosa ordem cronológica e a minuciosa narrativa do jesuíta em muito se assemelha a de um verdadeiro diário da guerra de guerrilha, que se travou contra as tropas invasoras. Por outro lado, também se pode constatar que o texto expressa a surpresa, para não dizer a incredulidade, do padre Fernandes diante da rapidez e da relativa facilidade com que a capital colonial do Brasil foi tomada pelos holandeses.

Tanto que os inimigos entraram, além das naus, que no porto deram a bateria, e renderam os navios, dos quais alguns se queimaram, por não se entregar, foram outras [naus] uma légua da cidade deitar gente em terra, a qual veio marchando aquele dia sem impedimento algum e se apossaram de uma ermida de São Pedro; e depois, mais adiante do mosteiro dos Padres de São Bento, que fica defronte de uma porta da cidade pouco mais que um tiro de mosquete, ali ficaram aquela noite.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> João Lúcio de Azevedo. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. volume I. p.15.

<sup>134</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil...* . volume V. pp.30-34.

<sup>135</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Brasilia 3 (1)*, p.205-206. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.30.

Em vista do verdadeiro pânico que tomou conta das tropas de defesa, a cidade caiu em poder dos atacantes no dia seguinte, praticamente sem oposição. O padre Fernandes também mencionou que poucos homens da administração régia portaram-se de maneira digna da posição que ocupavam. De fato, o jesuíta somente poupou das acusações de covardia e de conduta desonrosa, o próprio governador Furtado de Mendonça, o filho deste e alguns poucos fidalgos que tentaram opor alguma resistência às hostes holandesas.

Fiquei-me no Colégio a dar ordem que fossem todos e assim despejamos o Colégio naquela madrugada. A verdade é que toda a gente de guerra (que seriam perto de quatro mil homens) fugiu naquela noite da cidade e o Senhor Governador ficou só com alguns homens muito poucos dos mais graves, porém os inimigos não entraram na cidade, senão as oito para as nove horas daquele mesmo dia, dez de maio, dia de S. Giordano e Epímaco, mártires.<sup>136</sup>

Do mesmo modo, o padre Fernandes relatou a conduta do bispo D. Marcos Teixeira, que abandonou a cidade ainda nos primeiros momentos da luta, retirando-se ao anoitecer de 9 de maio. O prelado da Bahia buscou refúgio na Quinta do Tanque, localizada nos arredores de Salvador e que pertencia aos inacianos, sendo originalmente utilizada como local reservado para as férias dos estudantes do Colégio da Companhia de Jesus e convalescença dos doentes.

No entanto, ainda segundo o informou o jesuíta, perante a debandada geral, até mesmo os padres e estudantes do Colégio da Companhia, tiveram que deixar a cidade, refugiando-se na Quinta do Tanque, onde já se encontrava o bispo. Posteriormente, no entanto, em vista da ocupação holandesa em Salvador, alguns daqueles religiosos partiram para as aldeias jesuíticas do Recôncavo Baiano, onde se instalaram.

Chegados que fomos ao Tanque, o Senhor Bispo se partiu logo para a Aldeia do Espírito Santo, com Padre Reitor [Fernão Cardim]. Outros padres e eu os acompanhamos todos a pé, porque não vieram cavalos por mais que se buscaram. Depois de chegarmos à Aldeia, daí a três ou quatro dias, se abriram as vias de El-Rei (porque o Senhor Governador como ficou na cidade foi preso pelos inimigos com seu filho e alguns que o acompanhavam), e na primeira nomeação saiu por Governador Geral deste Estado, Matias de Albuquerque, capitão atual de Pernambuco. Logo mandou a Sua Senhoria recado o Senhor Bispo e fez com que elege-se a Câmara um Capitão o qual com a

---

<sup>136</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Brasilia 3 (1)*, p.205-206. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.31.

gente que pudesse e com alguns índios, andasse dando assaltos aos inimigos, que saíssem fora da cidade em particular porque sabiam já que eram os inimigos menos do que cuidávamos, a saber mil e quinhentos homens de guerra afora marinheiros, e por todos seriam três mil pouco mais ou menos.<sup>137</sup>

A citação, embora longa, permite que se observe a preocupação do padre Manuel Fernandes com a divulgação das medidas adotadas para restabelecer a hierarquia administrativa do governo. Por conseguinte, a partir de então, a aldeia do Espírito Santo passou a ser a sede do governo provisório, ao mesmo tempo em que se cuidava de reorganizar as combatidas forças de defesa da Bahia. Cabe ressaltar que é nessa carta que surge, pela primeira vez na documentação inaciana produzida durante a ocupação holandesa de Salvador, uma referência ao emprego dos índios flecheiros das aldeias jesuíticas.

De fato, foi graças àqueles nativos que a resistência baiana logrou realizar seu maior feito de combate. Tudo aconteceu em meados de junho, quando o coronel Jan van Dorth, comandante das tropas de desembarque dos holandeses, retornava de uma inspeção às posições mantidas por seus soldados. Apesar da forte escolta que o acompanhava, o incauto coronel caiu numa emboscada dos flecheiros, sendo morto a menos de dois quilômetros dos muros da cidade, sob os olhos atônitos e impotentes de suas sentinelas. De todo modo, vale relembrar a importância desse episódio, cuja relevância foi ressaltada por Charles Boxer,

A morte de van Dorth nessa emboscada, narrada pormenorizadamente pelos padres Fernandes e Coelho, e confirmada pelas fontes flamengas foi posteriormente engrandecida, como um duelo homérico entre o infeliz coronel holandês (que foi feito em pedaços, achando-se ele debaixo do cavalo e impossibilitado de mover-se) e um capitão português de nome Francisco Padilha, que teria matado o seu adversário, segundo se propalo, em combate singular. Em verdade, Padilha foi apenas o comandante do grupo de índios que, por detrás de seu esconderijo, lançou ao chão o oficial holandês.<sup>138</sup>

Prosseguindo em sua narrativa o padre Manuel Fernandes informou que, em vista da prisão do governador Diogo de Mendonça Furtado, e conforme determinavam

---

<sup>137</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Brasilia 3 (1)*, p.205-206. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. Tomo V. p.32.

<sup>138</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.69, nota 25. (Coleção Brasileira volume 353.).



as Ordenações do Reino, foram abertas as ‘vias de sucessão’. Como se sabe, esse documento estabelecia a cadeia de comando da administração colonial do Brasil, no caso de vacância do posto, ou de impedimento do governador nomeado. Ao que tudo indica, a resolução de declarar a vacância do governo foi tomada sob a inspiração do bispo D. Marcos Teixeira.

De todo modo, embora o padre Fernandes não o afirme, é bastante provável que ‘o capitão de Pernambuco Matias de Albuquerque,’ indicado pelo rei para assumir o posto em caso de impedimento do governador, tenha sido cientificado, através de uma carta enviada pelo bispo, das suas novas funções e das medidas tomadas, até então, pelos representantes do governo provisório que se instalara na aldeia do Espírito Santo.

Outra informação que se pode extrair deste trecho da carta do padre Manuel Fernandes, indica que as forças de resistência já sabiam qual era o efetivo total das tropas de ocupação da Companhia das Índias Ocidentais. Ao que tudo indica essa informação fora obtida através prisioneiros inimigos, capturados por volta de julho de 1625, quando a carta do jesuíta foi escrita.

Seja como for, esse detalhe permite supor que ao escrever a anua de 1626, na qual narrou os mesmos acontecimentos, Antônio Vieira seguiu de perto a narrativa do padre Manuel Fernandes, que certamente franqueou ao seu discípulo as anotações que fizera durante os primeiros meses da luta. Como se pode perceber, em comparação com a carta do padre Manuel Fernandes, a carta redigida por Antônio Vieira é mais abrangente e detalhada, pois esta foi produzida conforme preceituavam as *Constituições da Companhia de Jesus*.

Dentre os fatos ocorridos durante a luta contra os invasores holandeses, muitos deles mencionados na carta anua escrita pelo então noviço da Companhia de Jesus, um tem merecido pouca atenção por parte dos historiadores. Refiro-me ao trecho em que Antônio Vieira relata o que teria acontecido a três homens que se deixaram ficar em Salvador, ao que parece por ordem do bispo da Bahia, passando a agir como informantes da resistência. Todavia, segundo consta da anua de 1626, suas atividades foram descobertas pelos soldados da West Indische Compagnie, e os ‘espias do bispo’ acabaram sendo justificados.

Ajudavam muito, para os nossos saberem as saídas dos inimigos, três portugueses que o Senhor Bispo trazia na cidade, um deles bem exercitado na língua holandesa, os quais com passaportes que tinham

do holandês, entravam e saíam livremente; mas sendo-lhes achada uma carta, em que Sua Senhoria [o governador Matias de Albuquerque] mandava perdão aos rebeldes que se quisessem sair, depois de mortos na cidade os penduraram em São Bento em uma picota por cadeias de ferro, e em cima a sentença escrita em pergaminho: ‘Que condenavam à morte, a Manuel Gonçalo de Almeida e Francisco de Figueiredo, por traidores e tratarem com os portugueses [...]’.<sup>139</sup>

Embora Antônio Vieira relate a existência de três informantes portugueses infiltrados em Salvador, curiosamente, só dá o nome de dois deles. O que terá acontecido com o terceiro? Teria se bandeado para o lado inimigo? Continuou a agir sem que fosse descoberto pelos holandeses? Impossível saber, pois Vieira nada mais escreveu sobre esse assunto.

Por outro lado, até mesmo os cronistas holandeses pouco ou quase nada informaram acerca desses agentes do bispo. De todo modo, é certo que seus nomes e ações foram mencionados nos relatórios enviados pelas tropas da West Indische Compagnie. Disso não resta dúvida, pois, de outra maneira não teriam sido citados pelo cronista oficial da Companhia das Índias Ocidentais, o erudito Joannes de Laet. No entanto, o dirigente da WIC em Amsterdam foi lacônico e limitou-se a fazer apenas uma rápida menção acerca do envio de um emissário dos chefes da resistência na Bahia, dentre os quais Laet citou o bispo da Bahia.

No fim deste mês [junho de 1624] veio à cidade, da parte do Bispo e de outros chefes, um português de nome Almeida para fazer com os nossos um acordo razoável, mas em breve retirou-se sem se haver resolvido coisa alguma [...].<sup>140</sup>

No entanto, pela semelhança de sobrenome e por se tratar de um português que sabia a língua holandesa, tudo indica que se tratava do mesmo Manuel Gonçalo de Almeida, citado na carta anua de Antônio Vieira. Seja como for, sabe-se que pouco tempo depois o emissário da resistência baiana retornou a cidade de Salvador, onde tentou fazer um acordo com os invasores. A narrativa deste acontecimento consta da narrativa de Laet, que felizmente, ao menos dessa vez, estendeu-se um pouco mais ao tratar do retorno do emissário da resistência baiana. Mas as coisas não saíram como era

---

<sup>139</sup> *Cartas do Padre Antônio Vieira*. (coordenadas e anotadas por João Lúcio Azevedo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. Tomo I. p.30-31.

<sup>140</sup> Joannes de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636*. (original de 1644). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.p.75. CD-ROM.

esperado, pois, foi nessa ocasião que os reais objetivos de Almeida acabaram sendo descobertos pelos holandeses.

Na entrada de agosto, tornou à cidade o dito Almeida, blasonando que tinha plenos poderes para fazer com os nossos um pacto sobre a liberdade do comércio interno entre os nossos e os portugueses, o que não passava de pura manha; pois, às ocultas, trazia o perdão dos portugueses que residiam na cidade, entre os nossos, e também dos negros, que estavam na cidade, e secretamente lhes indicava de que modo nos haviam de abandonar. Porém, esta traição foi oportunamente descoberta e presos, Almeida e seus cúmplices.<sup>141</sup>

Curiosamente, se Vieira identificou em sua narrativa apenas um dos companheiros de infortúnio de Almeida, um certo Francisco de Figueiredo, silenciando acerca do outro, Joannes de Laet, por sua vez, sequer indicou qualquer outro nome, limitando-se a informar que Almeida não estaria agindo sozinho. A informação do cronista da Companhia das Índias Ocidentais, acerca do destino final dos espiões capturados é lacônica. Por certo, Laet julgou desnecessário tecer quaisquer comentários adicionais sobre o enforcamento daqueles homens enviados pelo bispo Marcos Teixeira. De fato, a sentença de morte era o tratamento dispensado aos informantes capturados e se tornara uma prática corriqueira adotada pelos dois lados envolvidos no conflito.

Afortunadamente, no entanto, outro relato coevo ajuda a lançar alguma luz sobre esse episódio. Em sua *História do Brasil*, escrita em 1627, o frei Vicente do Salvador, narrou a captura e o enforcamento por parte das tropas holandesas, de três moradores da Bahia, sob a acusação de espionagem. Todavia, o franciscano também não informou o nome de nenhum daqueles homens.

[...] por este tempo, [julho de 1624] andava um português, morador na terra, que falava a língua flamenga, o qual depois acharam que lhe era tredo,[traíçoeiro] e os enganava, pelo que o prenderam, e depois o enforcaram com um irmão seu, e um mulato, que os acompanhava.<sup>142</sup>

Seja como for, o cotejo dos relatos de Vieira, Laet e Salvador permitem supor, pelo menos, que existiram alguns moradores da colônia que, de fato, agiram como espiões da resistência baiana. No caso de que nos ocupamos especificamente, eles seriam três, dos quais pelo menos um falava a língua holandesa; o que nos conduz a

---

<sup>141</sup> Idem, *ibidem*. p.76.

<sup>142</sup> Vicente do Salvador. *História do Brasil*. [original de 1627]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf> p.149-150. [acesso em dezembro de 2008.].

outra possibilidade, ou seja, de que este bilíngue pudesse ser um comerciante cristão-novo português. Da mesma forma, se pode aventar outra hipótese sobre o silêncio acerca da identidade do terceiro espião: tratava-se de um residente que não pertencia aos estratos mais abastados da colônia, de fato, neste perfil se encaixa o ‘mulato que os acompanhava’, cujo nome se perdeu, citado apenas pelo padre Vicente Salvador. Seja como for, temos favor dessa hipótese a possibilidade de que, graças à sua condição de mestiço, esse agente baiano pudesse circular com mais desenvoltura para além dos limites da sitiada capital da Bahia, levando em seu poder as preciosas informações de que careciam as forças da resistência, até então comandadas naquela ocasião pelo bispo da Bahia.

De todo modo, esse episódio ajuda a corroborar as notícias acerca da mudança de atitude e de conduta de Dom Marcos Teixeira, que mudou radicalmente, os meses subsequentes ao ataque holandês. Ao menos é o que consta na carta anua escrita por Antônio Vieira. Segundo relata o jesuíta, o bispo deixou de lado a tibieza e o medo que demonstrou nos primeiros dias, e assumiu pessoalmente a responsabilidade de comandar as tropas da resistência baiana.<sup>143</sup>

Por outro lado, não se pode negar que os acontecimentos posteriores confirmam as assertivas do então noviço. De fato, a partir da aldeia do Espírito Santo, transformada em base das operações de guerrilha desencadeadas contra os invasores holandeses, o prelado tornou-se o verdadeiro capitão daquelas tropas, das quais faziam parte os colonos, os soldados do reino e os índios flecheiros.

O bispo comandava os ataques e andava pelas trilhas e caminhos do Recôncavo de ‘armas na mão’, conforme relatou outro jesuíta, o padre Miguel Rodrigues, na carta que escreveu na aldeia do Espírito Santo, ao Geral da Companhia de Jesus, padre Vitelleschi, no dia 18 de julho de 1624. O padre Rodrigues se tornara o companheiro mais frequente de Dom Marcos Teixeira durante as ações de combate que o prelado comandava, e descreveu em detalhe os ‘assaltos que fazia ao inimigo.’

O Bispo ajuntou gente para cometer a cidade, [...]. Agora tornou com os Índios e alguns filhos da terra, que se lhe ajuntam, para andar aos assaltos, impedindo a saída dos inimigos e a entrada e comércio dos nossos com eles, e leva-me por companheiro, por não haver aqui outro que se atrevesse. E eu vou de muito boa vontade, porque

---

<sup>143</sup> Para um resumo da vida e obra deste prelado, Wanderley Pinho. *D. Marcos Teixeira: quinto Bispo do Brasil*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

entendo que há de ser isso coisa de muito serviço de Deus e de Sua Majestade em prol do bem comum e honra da Companhia, porque não é bem que nos acolhamos todos para os matos sem haver quem em tal tempo console, anime e conserve na fé os cristãos, principalmente andando o Prelado em campo com as armas na mão.<sup>144</sup>

Graças aos catálogos da Companhia de Jesus sabe-se que este ‘irmão de armas’ do bispo da Bahia, o padre Miguel Rodrigues, nasceu por volta de 1578, em Lisboa e foi admitido na Companhia de Jesus em Évora, no ano de 1598. Embarcou três anos depois para a missão do Brasil. Mestre em Artes e professo de quatro votos foi missionário nas aldeias do Recôncavo Baiano, onde se tornou fluente na língua geral. Exerceu ainda as funções de Pregador, professor de filosofia e de teologia no Colégio da Bahia, do qual foi vice-reitor e Mestre dos Noviços. Após a expulsão dos holandeses em 1625, o padre Rodrigues foi mandado para o Colégio do Rio de Janeiro, onde faleceu por volta de 1640.<sup>145</sup>

Entretanto, o bispo não sobreviveu aos rigores da vida de guerrilheiro que tão resolutamente adotara. Dom Marcos Teixeira morreu de exaustão no dia 8 de outubro de 1624. A notícia de sua morte consta da anua escrita por Antônio Vieira. O jesuíta informou que o quinto bispo do Brasil, deixou este mundo devido aos trabalhos que se submeteu.

Caiu o bom pastor Dom Marcos Teixeira em cama, mais de cansaço e trabalho que de doença. Nela esteve oito dias, e em breve foi gozar da coroa, que em menos de seis meses mereceu que fosse tão acabada e perfeita como são as dos outros grandes no céu. Deixou todos os seus súditos tão saudosos que não sabiam falar nem lembrar senão de suas virtudes [...] e de sua vida em tudo tão exemplar, trazendo à memória o muito que padeceu e, enternecendo-se agora mais do que quando o viam *andando pelos matos, sem comer, nem beber, vestido de burel, com a barba crescida e com as armas às costas* [...].<sup>146</sup>

Apesar de tudo, a luta contra os invasores não podia parar, enquanto o bispo agonizava em seu leito de morte, chegou à aldeia do Espírito Santo, vindo de

---

<sup>144</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasilia* 5, 131v. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.50-51

<sup>145</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Lusitania*. 4, 58. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo IX. P.90-91.

<sup>146</sup> *Cartas do Padre Antônio Vieira*. (coordenadas e anotadas por João Lúcio Azevedo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. Tomo I. pp.33-34. Grifo meu.

Pernambuco, o capitão-mor Francisco Nunes Marinho, que havia sido designado por Matias de Albuquerque para assumir o comando da resistência na baiana.

Existe outra carta jesuítica desse período que também é digna de nota. Refiro-me àquela que foi enviada ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, pelo provincial dos jesuítas no Brasil, o padre Domingos Coelho, em 24 de outubro de 1624. As informações sobre a vida deste religioso constam dos catálogos da Companhia de Jesus, e indicam que ele nasceu por volta de 1564 na cidade de Évora, onde foi admitido na ordem inaciana em 1578. Posteriormente, já em 1587, foi mandado para a Missão do Brasil onde se ordenou em 1592. Domingos Coelho era Mestre em Artes, professor de teologia e filosofia. O jesuíta exerceu inúmeras funções administrativas, inicialmente como secretário de vários Provinciais do Brasil, até ser nomeado Reitor do Colégio do Rio de Janeiro e posteriormente exerceu o mesmo cargo no Colégio da Bahia.

Em 1624, quando de sua captura no litoral baiano pelo comandante holandês Piet Heyn, o padre Domingos Coelho estava concluindo seu período de governo como Provincial do Brasil e seria substituído pelo padre Antônio Mattos, que no entanto, também foi aprisionado junto com os demais religiosos que se encontravam na Fragata da Companhia de Jesus. O cativeiro perdurou até 1627, quando foram libertados mediante pagamento de resgate, seguindo então, para Roma e Lisboa. O Provincial conseguiu retornar ao Brasil no ano seguinte.

Em 1638 o padre Domingos Coelho era novamente o reitor do Colégio da Bahia e Provincial quando a cidade de Salvador foi atacada e cercada pelas tropas comandadas por Maurício de Nassau. Naquela ocasião o jesuíta disponibilizou os bens do Colégio para o pagamento e alimentação das forças coloniais, que haviam sido reunidas pelo governador Pedro da Silva. Visando reforçar as tropas coloniais o provincial permitiu que os estudantes da Companhia de Jesus participassem da resistência ao cerco, por conseguinte, vários alunos engajaram-se numa companhia de estudantes que lutou contra os holandeses, contribuindo decisivamente para a derrota dos soldados da West Indische Compagnie. Todavia, apesar da vitória que ajudara a obter, não restava muito tempo de vida ao Provincial. De fato, depois de ter prestado mais de sessenta anos de serviços à Companhia de Jesus, o padre Domingos Coelho morreu na Bahia no dia 8 de agosto de 1639.

Mas voltemos aos fatos de 1624. Como se viu anteriormente, o Provincial do Brasil foi capturado em fins de maio daquele ano e permaneceu confinado a bordo de um dos navios da esquadra holandesa por mais dois meses. Somente em julho ele e seus companheiros de cativo foram extraditados para a Holanda. Logo após a chegada o grupo de prisioneiros jesuítas foi dividido, parte seguiu para Dordrecht, outros, dentre eles o provincial, foi recolhido ao cárcere em Amsterdam.

Cabe destacar que graças ao trabalho do padre doutor Serafim Leite, incansável historiador da Companhia de Jesus, o texto original desta carta do Provincial do Brasil foi localizado no acervo *Archivum Romanum Societatis Iesu*, em fins da década de 1930. Até então, este documento permanecera inédito e somente foi publicado na íntegra, em 1945, no quinto volume da *História da Companhia de Jesus no Brasil*.<sup>147</sup>

Dentre as particularidades desta longa carta, cabe destacar que ela começou a ser escrita durante os dois meses de confinamento que o padre Domingos Coelho sofreu a bordo de um navio holandês, ancorado na Baía de Todos os Santos. Posteriormente, o jesuíta acrescentou o relato das peripécias que enfrentou, junto com seus companheiros de infortúnio durante a viagem entre o Brasil e a Holanda. A narrativa segue a ordem cronológica dos acontecimentos, a partir da captura da fragata da Companhia de Jesus no litoral da Bahia.

Pena sinto e muito grande em dar, nesta, conta a Vossa Paternidade, de coisas de tão pouco gosto, como são a tomada da cidade da Baía, cabeça do Estado do Brasil, e do Colégio, que nela tínhamos, e do cativo, meu e de meus companheiros, [...]. Depois de ter visitado o Rio de Janeiro e todas as suas residências, me parti em o nosso navio, da Capitania do Espírito Santo, para a Baía, em 23 de maio passado [1624], trazendo comigo os Padres Antônio de Matos, Manuel Tenreiro, João de Oliva, Gaspar Ferreira e os Irmãos Agostinho Coelho, Agostinho Luiz, Antônio Rodrigues, Manuel Martins e Pero da Cunha, com mais quatro Religiosos de São Bento e dois de São Francisco[...] aos 28 do mesmo [maio], junto ao morro de São Paulo, que dista da Baía 12 léguas [72Km], encontramos uma nau holandesa grande, bem artilhada, com duas lanchas das quais fomos tomados [...] os Holandeses que nos tomaram nos trataram a todos com respeito. E para nos consolarem nos disseram logo que a Baía já

---

<sup>147</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938 - 1950. volume V, pp.34-48.

estava tomada por eles e o Governador Diogo de Mendonça Furtado preso e retido em seus navios [...].<sup>148</sup>

A narrativa prossegue, dando conta das informações colhidas pelo Provincial do Brasil. Curiosamente, apesar de se encontrar confinado no navio do capitão Piet Heyn, o padre Domingos Coelho obter notícias fidedignas sobre o que havia acontecido em Salvador. Segundo suas próprias palavras, essas informações foram obtidas, ‘depois de me informar muito devagar assim dos mesmos holandeses como de portugueses de muito crédito que se acharam presentes’.

Sem dúvida, seus primeiros informantes foram, certamente, alguns dos boquirrotos marujos holandeses. Do mesmo modo, o padre Coelho teria conversado com alguns portugueses que foram aprisionados junto com o governador Diogo de Mendonça Furtado. Em sua carta o jesuíta expôs além dos pormenores do ataque holandês, a rapidez com que a cidade de Salvador foi abandonada pelas tropas coloniais. Por conseguinte, o Provincial dos jesuítas não titubeou em creditar o desastre aos que deveriam defender a capital colonial do Brasil.

E com isto, sem contradição alguma, ficaram os holandeses senhores da Baía, que nenhum tempo esteve mais para se defender que no presente, por ter em si perto de mil e quatrocentos homens entre brancos e índios, que bastavam para fazerem rosto a outro maior exército, se o extraordinário medo os não fizera fugir.<sup>149</sup>

No entanto, prossequindo em sua narrativa, o padre Domingos Coelho isentou de culpa o governador, cujo empenho no sentido de acelerar a adoção das medidas defensivas foi reconhecida pelo provincial do Brasil. De fato, o padre chegou inclusive, a citar as palavras do comandante Piet Heyn, vice-almirante da frota holandesa que conquistara Salvador.

[...] o próprio almirante holandês me disse muitas vezes, falando sobre o assunto, que o governador se houvera valorosamente e cumprira muito bem com sua obrigação, que assim o testemunharia se fosse

---

<sup>148</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasilia* 8, 352-355. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.34-35.

<sup>149</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasilia* 8, 352-355. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.40.



necessário, e que se alguém dissesse o contrário seria para encobrir o medo com que havia desamparado a cidade [...].<sup>150</sup>

O testemunho de Piet Heyn é desconcertante e revelador. Afinal, por razões óbvias, o holandês não nutria por Furtado de Mendonça nenhuma simpatia, todavia, segundo deixou registrado o jesuíta, ele não hesitou em reconhecer o valor do governador do Brasil como chefe militar.

Domingos Coelho também teceu amplos comentários sobre as providências tomadas pelos holandeses no sentido de cooptar o apoio da população de Salvador, permitindo aos beneditinos, franciscanos e carmelitas que retornassem à cidade e aos seus mosteiros. Do mesmo modo, os comandantes das tropas de ocupação concederam que os ofícios religiosos dos católicos fossem celebrados, desde que as missas e demais cerimônias fossem celebradas com as portas das igrejas fechadas. No entanto, com indisfarçável orgulho, o Provincial dos jesuítas relatou que únicos excluídos das benesses oferecidas pelos invasores aos religiosos foram os padres da Companhia de Jesus. Todavia, para regozijo do provincial dos inacianos, nenhum dos padres das outras ordens aceitou as condições impostas pelos holandeses.

O padre Domingos Coelho, descreveu o saque que a cidade de Salvador sofreu pelas mãos dos soldados da West Indische Compagnie, ressaltando a destruição que se abateu sobre as igrejas, os mosteiros e o próprio Colégio da Companhia de Jesus. Essas ações foram creditadas pelo jesuíta ao intenso ódio que os calvinistas holandeses manifestavam contra a Igreja de Roma. No entanto, embora todos os templos católicos tenham sido saqueados, e suas imagens sacras destruídas, numa clara manifestação de *odio fidei*, cabe lembrar que para os padrões da época, o saque das praças conquistadas era o *modus operandi* adotado pelas tropas qualquer que fosse a crença religiosa de seus soldados.

Todavia, as razões para a inegável perseguição movida pelas tropas da West Indische Compagnie aos religiosos da Companhia de Jesus, tinha raízes mais profundas e foi claramente exposta nesta carta. De fato, o Provincial do Brasil relatou que conversou com inúmeros holandeses durante o tempo em que permaneceu aprisionado no litoral baiano. No entanto, um deles, que se apresentou como mercador em

---

<sup>150</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasilia* 8, 352-355. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.40-41.

Amsterdã, acusou os religiosos da Companhia de Jesus de se envolverem em assuntos da alçada dos governantes, pois, segundo disse ao padre Domingos Coelho, os jesuítas ‘escreviam muitos livros que incentivavam e convenciam os príncipes cristãos a perseguirem e fazerem guerra contra os calvinistas’. Como era de se esperar, o superior dos inicianos negou que assim fosse, alegando que as Constituições da Companhia de Jesus os proibiam de participar dessas atividades.

É óbvio que o mercador de Amsterdã não se deixou levar pelos argumentos do Provincial do Brasil. Afinal, historicamente as imputações que fizera aos jesuítas tinham sua razão de ser. De fato, desde o século anterior os religiosos da Companhia de Jesus destacaram-se pela defesa da ortodoxia católica, frente aos postulados reformistas de Lutero e Calvino. O mesmo se pode dizer quanto à inegável influência que seus confessores exerciam sobre as consciências dos membros das casas reais da Europa.

Por outro lado, ainda que o Provincial tenha escrito que esses assuntos foram abordados em ‘conversas que teve com o comerciante de Amsterdã’, cujo nome não declinou, na verdade tratava-se de um interrogatório, ainda que tenha sido conduzido em latim, e sem o emprego de violência física, certamente o padre Domingos Coelho sabia dos riscos que corria. Portanto, como chefe dos jesuítas do Brasil, ele jamais poderia admitir a veracidade de tais acusações.

O relato do padre prossegue, informando sobre um painel, trazido pelas tropas invasoras, que foi colocado em posição de destaque no interior Colégio da Companhia de Jesus, mais exatamente na Capela dos Noviços, logo após a ocupação da cidade pelos holandeses. Segundo a descrição do Provincial, naquele quadro,

[...], estava pintado o Duque de Alva [Alba], com um diabo sobre o ombreiro, mandando justicar muitos flamengos, e um jesuíta com uns foles na mão, assoprando com eles nas orelhas do mesmo Duque, significando que todas aquelas justiças fazia o Duque persuadido dos Jesuítas.<sup>151</sup>

Sem dúvida, uma imagem vale mais que mil palavras... . Como se viu anteriormente, o Duque de Alva, em fins do século XVI, foi enviado por Filipe II como o ‘pacificador dos Países Baixos’. Posteriormente, já no século XVII, os pormenores de suas ações na Guerra de Independência dos Países Baixos, bem como a participação de

---

<sup>151</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Brasilia* 8, 352-355. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugal; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.42.

jesuítas espanhóis naquela conturbada e violenta campanha, foram descritas pelo jesuíta italiano, Famiano Strada (1572-1649), professor de Retórica no Colégio Romano da Companhia de Jesus, em seu livro *De Bello Belgico*.<sup>152</sup>

Prosseguindo em sua narrativa, o jesuíta deu conta ao Geral da Companhia, sobre os detalhes da extradição dos religiosos capturados na Bahia. O grupo foi confinado por quase dois meses nos porões dos barcos holandeses e, somente no dia 25 de julho de 1624, deixou a Baía de Todos os Santos com destino às Províncias Unidas, onde finalmente desembarcou em outubro daquele ano.

[...], chegamos a Amesterdão a 17 de outubro, onde foi logo o Governador [Diogo de Mendonça Furtado] com seu filho metido em uma casa com mais clausura do que esperava e desejava. Ao dia seguinte os Padres Manuel Tenreiro, João de Oliva, eu, e os Irmãos Pero da Cunha, Manuel Martins e António Rodrigues fomos metidos com alguns portugueses em um cárcere, que antigamente foi mosteiro de Santa Clara, onde estamos tão fechados que de nenhuma maneira podemos falar com pessoa alguma de fora. No mesmo aperto devem estar os Padres António de Mattos, Gaspar Ferreira com os Irmãos Agostinho Coelho e Agostinho Luiz que foram para Roterdão, e os Padres Gaspar da Silva e Simão de Soto-Maior, que dizem de certo estão em Pichilinga, os quais depois de tomada Baía e (não sei com que ordem) se foram embarcar em Pernambuco para o Reino e no caminho foram tomados. Até agora nos não têm falado, nem manifestado o que querem de nós. Como o fizerem, avisarei a Vossa Paternidade, em cuja benção e Santos Sacrificios me encomendo. Deste cárcere, 24 de outubro de 624. Domingos Coelho.<sup>153</sup>

De todo modo, apesar das dificuldades enfrentadas por seus integrantes naquela ocasião, deve-se ressaltar que a rede de informações estabelecida pela Companhia de Jesus na Europa, mostrou sinais claros e inequívocos de sua eficiência e abrangência. Afinal, ao que tudo indica, de alguma forma foi possível ao Provincial do Brasil, romper o isolamento a que foi submetido desde sua chegada ao cárcere em Amsterdam, e enviar sua carta ao Padre Geral Mucio Vitelleschi, que se encontrava na sede dos inacianos em Roma.

Por conseguinte, é bastante provável que essa carta tenha sido contrabandeada para fora das fronteiras das Províncias Unidas, ainda nos primeiros dias subsequentes à

---

<sup>152</sup> Famiano Strada. *Famiani Stradae... . De bello Belgico de cas prima ab excessu Caroli V Imp. usque ad initia perfecturae Alexandri Farnesii...* . Editio novissima, emendatior et accuratior. -Juxta exemplar Romae: impressum apud Hermannum Scheus, 1648.

<sup>153</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Brasilia* 8, 355. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.48.

chegada dos jesuítas prisioneiros em Amsterdam. Como se sabe, a Igreja de Roma, através da *Missio Hollandica*, mantinha um grupo de religiosos que atuavam secretamente naquela região, levando o conforto espiritual e ministrando os sacramentos à população católica dos Países Baixos.<sup>154</sup>

Do mesmo modo, conforme indicou o historiador italiano da Companhia de Jesus, padre Mario Scaduto, sabe-se que desde meados do século XVI, ou seja, logo após o reconhecimento canônico da ordem inaciana, os jesuítas se valiam do correio que ligava a Sé Apostólica aos demais quadrantes da cristandade.<sup>155</sup>

Por outro lado, também é possível que a carta do padre Domingos Coelho tenha conseguido chegar a Roma por outros caminhos menos conhecidos. Refiro-me aos inúmeros agentes comerciais, muitos deles criptocatólicos, que atuavam livremente nas Províncias Unidas. Afinal, em razão de suas atividades profissionais, esses homens faziam parte de uma rede de correspondentes cuja abrangência se estendia a todos os portos da Europa. De todo modo, é bastante provável que um deles, certamente simpatizante dos Companheiros de Jesus, possa ter sido cooptado para essa arriscada empreitada. No entanto, não se pode descartar a possibilidade de que esta carta do Provincial do Brasil, tenha sido levada para fora dos muros do cárcere em Amsterdam, mediante o suborno de marinheiros ou, quem sabe, de algum dos seus carcereiros.

Seja como for, para verificar a validade dessa hipótese, foi necessário avançar um pouco mais o limite cronológico proposto para este capítulo. Assim, consegui encontrar uma carta do padre jesuíta holandês Jacobo Roland, enviada da Bahia em 21 de maio de 1673, ao seu compatriota o padre Filipe Vanderstraeten, que naquela ocasião se encontrava em missão na cidade de Amsterdam. Neste documento, entre outros assuntos, o padre Roland citou nominalmente um agente comercial holandês, ‘o senhor Simão Granaet, que Deus guarde por muitos anos,’ que de sua casa em Lisboa, se encarregava de reenviar para as cidades de Roma e de Salvador, as cartas dos religiosos

---

<sup>154</sup> Detalhes acerca da *Missio Hollandica*, podem ser encontrados em: Ronaldo Vainfas. *Traição: Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>155</sup> Mario Scaduto. (S.I.). ‘La corrispondenza dei pimi Gesuiti e le poste italiane.’ In: *Archivum Historicum Societatis Iesu*; 19; 237-253, 1950.

da Companhia de Jesus, particularmente daqueles que se encontravam atuando em Flandres.<sup>156</sup>

Assim, é bastante provável que a rede através da qual circulava a correspondência jesuítica nas Províncias Unidas, apesar de todos os riscos envolvidos, estivesse operando secretamente há bastante tempo. Seja como for, caso tenham falhado todas as outras possibilidades indicadas anteriormente, a rede clandestina dos mercadores europeus certamente estava intacta e apta a fazer com que o Geral da Companhia de Jesus se tornasse um dos primeiros dirigentes da Europa a receber as informações, sobre a ousada ação militar realizada nos trópicos pelas tropas e navios da West Indische Compagnie, que constavam da carta do Provincial Domingos Coelho.

Da mesma forma que ocorreu no âmbito interno da Companhia de Jesus, também na esfera secular as notícias correram com bastante rapidez. De fato, em julho de 1624, ou seja, pouco mais de três meses após a chegada dos holandeses ao litoral da Bahia, já se sabia em Lisboa do ataque e da ocupação de Salvador pelas tropas das Províncias Unidas. Ao menos é o que se pode concluir pelas informações registradas por um dos cronistas das guerras da Restauração Pernambucana, o português Francisco de Brito Freire.

Havia já nos últimos de julho chegado a Madri o aviso da perda da Bahia. Grandes foram os discursos que causou em Europa; e maior o cuidado que deu El-Rei Dom Filipe. Cujos ministros por atenderam às conseqüências do risco a que se expunha toda a América tanto cabedal e tanto domínio; receando mais profundamente o ameaçado que o padecido, com dano evidentíssimo da Monarquia e reputação castelhana [...].<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> ‘Carta do Padre Jacobo Roland, ao Padre Filipe Vanderstraeten, Baía, 21 de maio de 1673’ Bruxelas: Archives Générale du Royaume; Archives Jes. Prov. Fl.-Belg., n° 872-915. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949. Tomo IX, p.103.

<sup>157</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.74. §168.

## A Jornada dos Vassalos

Sem dúvida alguma a coroa espanhola sentiu o golpe desfechado pelos holandeses na Bahia. No entanto, apesar de inúmeros adiamentos, em poucos meses uma armada luso-espanhola já estava pronta para partir em direção ao Brasil. O comando coube a Dom Fradique de Toledo, e seu objetivo principal era retomar a cidade de Salvador. De fato, a conquista holandesa mostrou-se efêmera, pois, o domínio espanhol foi finalmente restabelecido em 1625, menos de um ano após a invasão patrocinada pela West Indische Compagnie.

Dentre outros cronistas da época, a reconquista de Salvador foi descrita pelo padre jesuíta, Bartolomeu Guerreiro, cujo livro *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*, chegou a ser impresso em Lisboa ainda naquele mesmo ano de 1625. A importância desta obra foi ressaltada pelo mestre José Honório Rodrigues, que a considerou como sendo um dos mais importantes folhetos sobre a campanha militar que passou à história com o pomposo nome de ‘Restauração da Bahia’.<sup>158</sup>

Certamente a abalizada opinião de Rodrigues foi decisiva para que, graças aos esforços da direção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, viesse a ser preparada uma edição fac-similar da *Jornada dos Vassalos*, publicada em nosso país apenas no ano de 1966.<sup>159</sup> O texto se destaca pelo tom laudatório empregado pelo padre jesuíta para descrever o desassombro das ações empreendidas pelas tropas de socorro, que culminaram com a derrota dos ‘invasores hereges’ da Companhia das Índias Ocidentais.

As informações sobre o padre Bartolomeu Guerreiro existentes nos catálogos da Província da Companhia de Jesus em Portugal, indicam que ele nasceu por volta de 1564, em Ourique, no Alentejo, e entrou para a Companhia de Jesus no ano de 1582, e foi professor e pregador de renome. Além da *Jornada dos Vassalos*, escrita em 1625, dois de seus sermões também foram impressos posteriormente, em Lisboa. Sua última obra conhecida é o *Louvor Histórico aos Jesuítas Mortos nas Lutas pela Pregação da*

---

<sup>158</sup> José Honório Rodrigues. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. p.196.

<sup>159</sup> Bartolomeu Guerreiro. [original de 1625] *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (Coleção Rodolfo Garcia volume 1).

*Fé Católica*, publicado em 1642. O padre Bartolomeu Guerreiro morreu no dia 24 de abril daquele ano.

Outra obra que aborda os acontecimentos de 1625 na Bahia é a *Recuperação da cidade do Salvador*, escrita pelo capitão da armada lusitana, Manuel de Meneses, cuja carreira militar foi toda feita no mar, servindo durante anos na frota da Índia. Em razão dos bons serviços prestados, acabou sendo designado para comandar a esquadra portuguesa que participou da Jornada dos Vassalos. Todavia, o capitão Meneses morreu em 1627, desgostoso com a destruição de vários dos navios que se encontravam sob seu comando, atingidos por violenta tempestade quando navegavam na baía de Biscaia, no último trecho da viagem de regresso a Portugal, logo após sua vitoriosa missão no litoral da Bahia.<sup>160</sup>

Dentre as obras holandesas do mesmo período, a melhor descrição do estado de ânimo que tomou conta das Províncias Unidas, quando da derrota holandesa na Bahia, é a *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, de Joannes de Laet (1582-1649). Como se viu anteriormente, Laet foi um dos fundadores da West Indische Compagnie e participou do Conselho de notáveis, os Heeren XIX, que dirigia os destinos da companhia de comércio neerlandesa. Por conseguinte, estava particularmente bem informado sobre todos os detalhes daquela aventura tentada nos trópicos. De fato, seus comentários acerca do cotidiano vivido pelos soldados que se encontravam estacionadas em Salvador, testemunham a desaprovação dos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais com o total descaso dos comandantes holandeses.

Enoja e enfastia narrar o que se passou posteriormente na Bahia. Diremos em substância que, depois da morte do governador, o senhor van Dorth, os negócios correram ali mui descuidadamente. O novo coronel Allert Schouten não teve muito em respeito o prover a cidade das fortificações que requeria, e tendo morrido também, ainda menos olhou por elas seu irmão Willem Schouten, que se entregou a todos os desregramentos e não só não promovia as obras necessárias, como até recusava aos soldados, que queriam trabalhar, as remunerações que lhes eram devidas [...].<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> ‘Recuperação da Cidade do Salvador escrita por Dom Manuel de Meneses.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 22: 357-411; 527-633. 1859.

<sup>161</sup> Joannes de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636*. (original de 1644). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.76. CD-ROM.

O longo relato do erudito Joannes de Laet, prossegue dando várias informações acerca do absoluto descuido com as medidas de defesa, que deveriam ter ser tomadas pelas tropas da West Indische Compagnie, visando assegurar a ocupação de Salvador. Por fim, o cronista atribuiu a retomada da cidade, pelas forças luso-espanholas, ao despreparo e covardia demonstrado pelos oficiais e soldados holandeses.

[...] o que se pode dizer de mais seguro é que quase todos se esqueceram dos seus rigorosos deveres e sem necessidade e mui vergonhosamente fizeram entrega da praça. [...] havia na cidade víveres bastantes para três ou quatro meses, e ainda para mais tempo, se os poupassem com cumpria, e bem assim pólvora em mechas, além de outras munições de guerra.<sup>162</sup>

Como se sabe, para escrever a *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*, Joannes de Laet valeu-se prioritariamente da documentação oficial da West Indische Compagnie. No entanto, existe uma particularidade que deve ser destacada. Refiro-me ao cuidado que o cronista revelou para fundamentar sua narrativa acerca das lutas de reconquista da cidade de Salvador, chegando a utilizar outras fontes de informação, além daquelas disponíveis nos arquivos da WIC. De fato, visando restabelecer a veracidade dos fatos que narrou, Laet consultou as obras coevas publicadas pelos cronistas da Península Ibérica.

O que temos referido, até aqui, em maior parte colhemos do que os mesmos espanhóis têm publicado, porque dos nossos não podemos haver informações exatas, conquanto, tanto que os rendidos [cerca de dois mil homens] se recolheram à República, Suas Altas Potências os Senhores Estados Gerais mandassem proceder a uma rigorosa indagação. Tão várias e desencontradas foram as suas declarações, e as acusações que fizeram uns aos outros [...].<sup>163</sup>

Por fim, embora tenha sido escrito muito tempo depois, outro relato que merece ser destacado é o de Gaspar Barleus, certamente tributário da obra de Joannes de Laet. De todo modo, o episódio da derrota das tropas holandesas em 1625, foi abordado por Barleus para exemplificar o desleixo e a irresponsabilidade demonstrados pelos oficiais e soldados que participaram da fracassada empreitada da West Indische Compagnie na Bahia.

---

<sup>162</sup> Joannes de Laet. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636*. (original de 1644). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p. 130-131. CD-ROM.

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*. p. 130.



Enquanto se cuidava mais das delícias do que da utilidade, quebrantados, na ociosidade e na intemperança, os ânimos dos chefes e dos soldados, o espanhol recuperou a cidade com um rápido cerco efetuado pelo general D. Fradique de Toledo. Vencidos os holandeses mais pelos vícios do que pelas armas, voltaram para a sua terra inúteis à Companhia, vergonhosos para a Pátria, desprezados pelo inimigo, sofrendo assim, o castigo por seu desleixo e perfídia.<sup>164</sup>

No entanto, ainda que se leve em conta a veracidade destas informações, deve-se ressaltar que elas serviram a outro propósito. De fato, Gaspar de Barleus explorou o fracasso colhido pelos holandeses em 1625, para estabelecer um contraponto, e desse modo, exaltar as ações de governo implementadas, posteriormente, pelo Conde João Maurício de Nassau, não por acaso, mecenas de Barleus.

De todo modo, apesar do insucesso colhido em Salvador, a Companhia das Índias Ocidentais permaneceu em atividade noutros quadrantes do mundo colonial ibérico. Assim, pouco mais de três anos após o fracasso da ocupação da capital colonial do Brasil, seus navios conseguiram aprisionar a frota de prata que se destinava à Espanha. Sem dúvida, foi graças a esse admirável feito naval, que a West Indische Compagnie compensou os prejuízos sofridos com a derrota no litoral baiano. Por outro lado, é preciso reconhecer que a captura da mais preciosa presa espanhola que singrava periodicamente o mar do Caribe, realizada por Piet Heyn, o mais eficiente dos comandantes da marinha neerlandesa, confirmou a lucratividade das ações realizadas pelos corsários das Províncias Unidas.

Graças ao sucesso colhido naquela ocasião e, portanto, com os cofres abarrotados, os acionistas da West Indische Compagnie não desistiram de seus intentos nos trópicos. Por conseguinte, foram rapidamente retomados os planos de ataque ao Brasil. No entanto, aprendida a lição imposta pelo fracasso da aventura tentada anteriormente na Bahia, os dirigentes das Províncias Unidas sabiam que o sucesso dessa nova operação, dependia em grande parte, de uma preparação adequada das tropas e da frota que planejavam enviar ao litoral brasileiro.

No entanto, deve-se ressaltar que desde o primeiro ataque dos holandeses a Salvador em 1624, as sementes da resistência que seus soldados tiveram de enfrentar na nova empreitada de saque e conquista, já estavam presentes na correspondência dos missionários da Companhia de Jesus. Conforme se pode observar na carta que escreveu,

---

<sup>164</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p.31. CD-ROM

em julho de 1624, o reitor do Colégio da Bahia, o padre Manuel Fernandes. De certa forma, e sem se dar conta dessa particularidade, o jesuíta antecipou o *modus operandi* que também matizaria a partir de 1630, as atividades realizadas pelos Soldados de Cristo, durante o longo período das lutas contra os holandeses em Pernambuco, e nas capitanias adjacentes, como veremos no próximo capítulo.

[...] assim andaremos pelos matos, acudindo do modo que pudermos a esta pobre gente para que não se meta com os hereges, coisa que já fizeram alguns mais descuidados em suas consciências, até que Deus seja servido de nos socorrer por sua misericórdia.<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.34.

### Capítulo III: Os jesuítas e as guerras de resistência

Como se viu no capítulo anterior, os diretores e acionistas da West Indische Compagnie, embora tenham sido derrotados em sua tentativa de conquistar a Bahia em 1625, jamais abandonaram a ideia de se fixarem na América portuguesa. O mesmo desejo era compartilhado com os dirigentes das Províncias Unidas. Sem dúvida, tais anseios de conquista estavam alicerçados pelas informações colhidas durante o tempo em que suas tropas ocuparam a cidade de Salvador.

Curiosamente, no entanto, suas melhores informações foram obtidas na correspondência oficial enviada pelos agentes da administração régia. De fato, graças às cartas que conseguiram interceptar, os holandeses lograram obter valiosas informações estratégicas que originalmente se destinavam ao trono espanhol. Por conseguinte, os dirigentes e os estrategistas militares das Províncias Unidas passaram a constituir um amplo mosaico que lhes permitiu visualizar um panorama muito próximo das reais condições da rentabilidade econômica do trato açucareiro. Do mesmo modo, conseguiram traçar um esboço bastante confiável da situação em que se encontravam as tropas e as fortificações que integravam o sistema defensivo então existente na capitania de Pernambuco, que se tornara naquela época o centro mais produtivo da economia colonial do Brasil.

Pelas cartas do governador Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram eles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento que a milícia local não excedia a 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em quem não se podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também sabendo que as três capitanias do nordeste possuíam 177 engenhos de açúcar, cuja produção montava a cerca de 700.000 arrobas em média [...].<sup>166</sup>

---

<sup>166</sup> Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p.45.

Nessas condições, a probabilidade de ocorrer um novo ataque ao Brasil por parte das Províncias Unidas, era uma questão de tempo, aliás, pouco tempo. Na realidade desde os últimos meses de 1628, os *Heeren XIX* da West Indische Compagnie já haviam tomado a decisão final sobre a realização de uma nova incursão às possessões espanholas no atlântico sul. Por conseguinte, tratou-se de aprestar a maior frota que a WIC enviou aos trópicos. Em fins de 1629 ela já estava pronta para partir e contava com 67 navios, dotados de 1170 bocas de fogo e transportando cerca de 7.000 combatentes. Esta formidável potência flutuante era comandada pelo almirante Hendrik Cornelioszonn Loncq. Já as tropas de desembarque seguiram sob o comando do coronel Jonckheer Dieiderick van Waerdenburgh, que também seria o governador das terras futuramente conquistadas.

Inegavelmente, a partir de 1630, estendeu-se novamente aos domínios coloniais espanhóis a guerra que se iniciara, em fins do século XVI entre as Províncias Unidas e a Espanha. Nesse sentido, o ataque fulminante à Olinda e Recife, realizado pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais, foi o primeiro passo para o domínio holandês nos trópicos. Dessa vez o alvo da cobiça neerlandesa era o açúcar da capitania de Pernambuco, um produto de alto valor e que possuía um vasto mercado consumidor. Ironicamente o açúcar, que se tornara ao longo do tempo a fonte principal da riqueza pernambucana tornou-se o motivo de sua perdição.

Por outro lado, o objetivo militar da nova empreitada da West Indische Compagnie, era claro, ou seja, suas forças de ataque deveriam conquistar e manter sob ocupação a Vila de Olinda e o porto do Recife. A ação foi realizada através do desembarque de forte contingente de tropas de infantaria na praia do Pau Amarelo. Após o estabelecimento de uma cabeça de praia naquela localidade, os soldados marcharam para atacar Olinda, que então era a sede da capitania de Pernambuco. Na mesma ocasião, os navios neerlandeses bloquearam o acesso ao porto de Recife, o que lhes permitiu, posteriormente, controlar a navegação costeira no litoral pernambucano.

Assim sendo, e segundo os planos dos estrategistas da Companhia das Índias Ocidentais, uma vez destruídas as defesas da vila e neutralizadas as forças coloniais, seria mais fácil manter sob o controle das tropas holandesas a produção açucareira dos engenhos existentes na Várzea pernambucana, que como se sabe, era a denominação

coeva para designar o distrito açucareiro do Baixo Capibaribe, localizado ao sul de Olinda.<sup>167</sup>

## Os holandeses em Pernambuco

Conforme os planos delineados pelos estrategistas das Províncias Unidas, o desembarque realizado no litoral pernambucano em fevereiro de 1630, foi o primeiro movimento da manobra executada com grande eficiência pelas forças navais e terrestres, permitindo-lhes expulsar rapidamente os defensores de Olinda e Recife. Já no dia seguinte, os atacantes estavam firmemente estabelecidos no litoral, em condições de marchar sobre Olinda, que caiu em poder dos holandeses em pouco tempo. A vitória foi retumbante, deixando claro que os holandeses tinham vindo para ficar. No entanto, conforme ressaltou Charles Boxer, nem todas as esperanças dos atacantes se concretizaram. Embora exultante e satisfeito com a relativa facilidade com que seus objetivos foram alcançados, o almirante Loncq não foi capaz de cumprir a segunda fase da campanha, conforme havia sido determinado pelos dirigentes da West Indische Compagnie.

As ordens baixadas de princípio a Loncq com respeito à expedição de Pernambuco, estipulavam não só a rápida ocupação de todo o nordeste do Brasil, mas também, ao que parece a conquista do Rio de Janeiro, e até, se tudo corresse bem, a da Bahia e de Buenos Aires.<sup>168</sup>

Como se viu acima, a exemplo do que havia acontecido na capital baiana, poucos anos antes, a conquista da sede da capitania de Pernambuco foi rápida. No entanto, a resistência esboçada pelas tropas coloniais, que ali se encontravam posicionadas pelo general Matias de Albuquerque, foi muito mais intensa, tornando o cotidiano dos holandeses nos trópicos matizado pelas incertezas de uma guerra sem fim.

---

<sup>167</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. (3ª edição definitiva). São Paulo: Editora 34, 2007. p.33; nota 39.

<sup>168</sup> Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p.64.

Assim, durante os primeiros anos da ocupação neerlandesa, suas tropas e os funcionários das Províncias Unidas viveram uma situação *sui generis*. Apesar da eficiência com que conquistaram seus objetivos iniciais, os holandeses tiveram que enfrentar, logo a seguir, uma nova situação tática, que lhes era totalmente desfavorável. De fato, entre 1630 e 1634, o controle batavo limitou-se à estreita faixa do litoral, cuja manutenção somente se tornou possível, graças ao inequívoco domínio dos mares, que foi mantido a todo custo pelos navios da West Indische Compagnie.

Por outro lado, a zona de ação de suas tropas de infantaria não ultrapassava as áreas próximas de Recife e Olinda. Entretanto, na região mais próxima ao distrito açucareiro, ou seja, na Várzea pernambucana, onde se encontravam instalados os engenhos de cana, a situação era muito diferente. Nesse sentido, o cerco que foi imposto às forças invasoras pelos soldados da resistência colonial, cumpriu seu objetivo estratégico e limitou seriamente a liberdade de movimento dos holandeses. Naquelas condições extremamente adversas aos invasores apenas os destacamentos e patrulhas fortemente armados, quase sempre guiados por moradores que se aliaram aos invasores nos momentos iniciais da luta, e portanto, conhecedores dos seus caminhos e atalhos, conseguiram algum êxito em suas ações.

Na verdade, para dar combate aos soldados holandeses, esta manobra de cerco era a única que restara ao general Matias de Albuquerque. De fato, para enfrentar o mais poderoso exército europeu enviado aos trópicos no século XVII, os remanescentes das tropas coloniais, tiveram de se valer do apoio prestado pelos soldados da terra, passando a adotar táticas de combate, aprendidas dos indígenas, sobretudo a emboscada. Seja como for, não se pode deixar de registrar que um dos maiores responsáveis por essa mudança do *modus operandi* das tropas que passaram a constituir o exército da resistência pernambucana foi seu comandante.

Segundo as fontes a seu respeito, Matias de Albuquerque nasceu no Brasil, provavelmente em Olinda, por volta de 1595. Desde cedo optou pela carreira das armas, embora somente em 1620 foi nomeado capitão-general de Pernambuco, capitania que pertencia ao seu irmão Duarte Albuquerque. Posteriormente, devido à tomada da cidade de Salvador pelos holandeses em 1624, Albuquerque foi designado para substituir o governador geral do Brasil Diogo de Mendonça Furtado, preso e deportado para a Holanda, junto com o Provincial e outros nove religiosos da Companhia de Jesus.

De todo modo, logo após a expulsão dos holandeses em 1625, Albuquerque recebeu ordens de retornar a Europa. No entanto, em virtude da iminência de uma nova investida das tropas da West Indische Compagnie, já estava de volta ao Brasil no ano seguinte. Designado pelo rei de Espanha como superintendente da guerra e encarregado de reforçar fortificações das Capitanias do Norte, o general Matias de Albuquerque comandou a defesa de Pernambuco quando se deu o ataque das tropas de Waerdenburgh.<sup>169</sup>

### **Os jesuítas face ao avanço holandês**

Como se viu anteriormente, os jesuítas chegaram à capitania de Pernambuco no ano de 1551. Já naquela época a prosperidade da região se fundamentava, sobretudo, na produção de açúcar. Duarte Coelho, seu primeiro donatário, além de se ocupar com a implantação da agroindústria açucareira também prestou generoso auxílio aos padres da Companhia de Jesus, desde os primeiros momentos da chegada de Nóbrega e Antônio Pires ao litoral pernambucano. De fato, ainda naquele mesmo ano, doou aos inacianos a ermida de Nossa Senhora da Graça, construída na mais alta elevação da vila de Olinda. Logo a seguir aos jesuítas, outras ordens religiosas também se estabeleceram na capitania de Pernambuco. Por conseguinte, em 1585 chegaram os franciscanos, os Carmelitas em 1588 e, finalmente, os Beneditinos que se instalaram em Olinda no ano de 1592.

Seguindo o *modus operandi* jesuítico adotado nos trópicos, os missionários de Pernambuco dedicaram-se à catequese dos nativos e ao ensino. Por conseguinte, os dirigentes da ordem inaciana no Brasil, determinaram que o Colégio da Companhia de Jesus em Olinda, fosse construído junto à primitiva igreja doada em por Duarte Coelho. Já a primeira aldeia jesuítica formada Pernambuco para abrigar os neófitos foi a de São Francisco, em 1561, na qual se construiu uma igreja. Todavia, devido à extrema

---

<sup>169</sup> Belisário Pimenta. *O Memorial de Matias de Albuquerque*. Coimbra: 1944.

escassez de religiosos, não foi possível manter-se uma residência fixa dos inacianos naquele aldeamento e os nativos passaram a receber assistência espiritual dos padres do Colégio de Olinda. Para remediar de algum modo essa situação, decidiu-se, já por volta de 1586, centralizar as atividades dos missionários na aldeia de São Miguel.

Posteriormente, a partir de 1630 e durante todo o período da guerra de resistência contra as tropas da West Indische Compagnie, que se estendeu até 1635, essa aldeia tornou-se uma das mais importantes fontes de recrutamento de índios flecheiros. Naquela conjuntura de enfrentamento armado, as aldeias jesuíticas situadas no *hinterland* da capitania de Pernambuco, além de centros de catequese dirigidos pelos inacianos passaram a exercer a função de postos avançados da resistência, a exemplo do que já havia acontecido em 1624, quando do primeiro ataque dos neerlandeses a Salvador. Por conseguinte, graças aos esforços coordenados de colonos e soldados que se aliaram aos índios flecheiros dos aldeamentos jesuíticos, as ações de guerrilha tiveram um papel preponderante na luta contra os holandeses.

Por outro lado, mais afeito à esfera institucional da Companhia de Jesus, o longo período da dominação holandesa, que se estendeu até 1654, foi registrado nas cartas de seus religiosos. De fato, através delas se pode acompanhar os meandros da resistência nos trópicos durante as várias fases que matizaram o conflito. Esse foi o caso, por exemplo, da carta anua de 1630, cujo autor, o padre Salvador da Silva, além de informar detalhes do ataque dos holandeses à vila de Olinda e ao porto de Recife, teceu comentários pertinentes acerca dos motivos que ocasionaram a derrota das tropas comandadas por Matias de Albuquerque. Conforme o relato do jesuíta, devido ao rompimento das linhas de defesa luso-espanholas estabelecidas na região, vários religiosos, que até então viviam e trabalhavam no Colégio de Olinda, tiveram que buscar refúgio e auxílio nos aldeamentos mantidos pelos inacianos no interior da capitania de Pernambuco.

A partir de então, embora diante de condições extremamente adversas, as atividades dos religiosos da *Societatis Iesu*, se traduziram em duas linhas de ação, que embora possam parecer excludentes, na realidade se complementaram. A primeira delas, de acordo com o *modus faciendi* dos inacianos previsto nas *Constituições da Companhia de Jesus*, foi realizada através da assistência religiosa aos combatentes da resistência pernambucana.



Já a segunda vertente de atuação adotada pelos jesuítas durante a guerra contra os invasores holandeses, realizou-se através da constante presença de missionários junto aos índios flecheiros das aldeias jesuíticas localizadas no interior da capitania de Pernambuco. Como se sabe, em vista da inegável ascendência que os religiosos da Companhia exerciam sobre as lideranças indígenas, alguns missionários passaram a dirigir as surtidas dos flecheiros desencadeadas contra as tropas da West Indische Compagnie. O mais conhecido representante desta linha de conduta combatente adotada pelos inacianos foi o padre Manuel de Moraes. No entanto, nenhuma destas atividades estava isenta de riscos. Os jesuítas que atuaram naquela região enfrentaram toda a espécie de perigos. Inúmeros foram aprisionados e deportados, vários torturados, outros acabaram sendo mortos.

Durante a ocupação holandesa os jesuítas do Brasil também se destacaram por outro feito memorável. Refiro-me à manutenção do fluxo da correspondência jesuítica, apesar da ocupação do litoral pernambucano e do inegável controle das rotas de navegação atlântica, mantidos pelos navios das Províncias Unidas. De fato, na tentativa de burlar a severa vigilância exercida pelos holandeses, as cartas passaram a ser enviadas para a cidade de Salvador, e dali para a Europa. Todavia, as notícias também podiam seguir outra rota e chegar até à capitania da Paraíba, de onde eram reenviadas à sede dos inacianos em Roma. De todo modo, ainda que algumas daquelas cartas tenham sido interceptadas pelos navios da West Indische Compagnie, várias delas contendo preciosas informações acerca do cotidiano vivido no front nordestino, conseguiram chegar aos seus destinatários.

Por conseguinte, os inegáveis danos que suas atividades causaram aos planos dos dirigentes da West Indische Compagnie, certamente estiveram entre os motivos que ocasionaram a violenta repressão que os inacianos sofreram pelas mãos dos soldados das Províncias Unidas. Como se sabe, ainda que os invasores tenham assegurado a liberdade de consciência e de culto aos colonos que se mantiveram sob sua jurisdição, permitindo que continuassem a praticar a religião católica, esta aparente tolerância dos calvinistas holandeses não estendeu aos Companheiros de Jesus. De fato, uns foram mortos em combate, como o padre Antonio Bellavia, outros acabaram postos a ferros nos porões dos navios e deportados posteriormente, em condições tão desumanas que faleceram durante a longa travessia do oceano. Como não podia deixar de ser, este

capítulo de horrores também foi descrito nas cartas dos Soldados de Cristo.<sup>170</sup> Todavia, conforme ressaltou José Antônio Gonsalves de Mello, diante daquela conjuntura adversa,

[...], propugnar do púlpito ou lutar de armas nas mãos eram então dois aspectos de um só ato, já que naquela época Estado e Religião se confundiam em tantos pontos. Lutar pelo serviço de Deus era lutar pelo Rei, [...].<sup>171</sup>

De todo modo, não foi somente através da correspondência jesuítica que as notícias sobre os acontecimentos de Pernambuco circularam. Em Lisboa, naquele mesmo ano de 1630, veio a público a primeira notícia impressa sobre a conquista de Olinda e Recife obtida pelas tropas da West Indische Compagnie. Embora de autoria desconhecida, a *Relaçam Verdadeira e breue da tomada da Villa de Olinda e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda...* escrita em 18 de abril do mesmo ano, ou seja, pouco mais de três meses depois do ataque a Pernambuco. Embora contenha algumas imprecisões quanto à cronologia dos fatos, provavelmente ocasionadas pela leitura equivocada do manuscrito original, apresenta a primeira menção acerca das ações de combate das quais participaram os índios flecheiros oriundos dos aldeamentos jesuíticos. A narrativa enfatiza fortemente a liderança do padre Manoel de Moraes durante as ações de combate travadas contra os invasores holandeses.

[...] chegaram de socorro ao inimigo dez ou onze naus com perto de mil homens de peleja, destes quiseram vir algumas companhias provar a mão com os nossos, que já estavam entrincheirados, e com seu Arraial assentado, e posto que nas costas destes vieram outros a socorrê-los, uns e outros, que faziam número de mil e quinhentos, se recolheram com morte de cento e trinta, e muitos feridos, como depois constou. Neste bom sucesso tiveram boa parte os Índios da terra, a que o inimigo tem cobrado notável medo, porque andam tão encarniçados neles, que sem fazerem caso de seus mosquetes e pistolas arremetem como uns leões desatados, e os matam; e para testemunho de seu valor trazem as armas que tomaram aos inimigos ao Padre Manoel de Moraes religioso da Companhia de Jesus, ao qual obedecem como a seu Capitão, com grande pontualidade em tudo

---

<sup>170</sup> A carta jesuítica que narra em detalhes as ações e a morte em combate do padre Antônio Bellavia, causada pelos soldados da WIC em agosto de 1633, pode ser consultada na íntegra no **Anexo A. Carta do padre Manuel Fernandes, Visitador de Pernambuco, ao Geral Múcio Vitelleschi, Prepósito Geral da Companhia de Jesus em Roma. 5 de outubro de 1633.**

<sup>171</sup> José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura. 1979. p.239. (Coleção Pernambucana volume XV.).

quanto lhes manda. Tal graça deu Deus a este bom Padre, e tanto ânimo tem metido nos corações daqueles Índios.<sup>172</sup>

Segundo os arquivos jesuíticos, Manuel de Moraes nasceu no planalto de Piratininga em 1596, filho de mãe índia e pai português. Entretanto, apesar dos estatutos da pureza de sangue vigentes no mundo ibérico, sua condição de mameluco não foi impedimento para o ingresso na Companhia de Jesus. Quando se deu o ataque a Pernambuco, Moraes era o superior da aldeia de São Miguel e dali partiu, juntamente com cerca de trezentos flecheiros em direção à Vila de Olinda. Esses guerreiros formaram um dos primeiros grupos de combate que se apresentou ao general Matias de Albuquerque para enfrentar os soldados holandeses. Por outro lado, segundo as fontes jesuíticas em 1630, o padre Manuel de Moraes.

[...] tinha 35 anos, de saúde boa. Estudou quatro anos de Gramática, três de filosofia. Sabe com perfeição a Língua Brasília e ocupa-se dos índios há sete anos com grande talento. Bom Juízo e prudência mediana, compleição colérica..<sup>173</sup>

Quanto ao autor da *Relaçam Verdadeira*, nada se sabe ao certo. No entanto, se levarmos em conta as referências elogiosas à conduta do padre Manoel de Moraes e seus índios flecheiros, que também se estenderam às ações do general Matias de Albuquerque, se pode aventar uma hipótese bastante plausível. Creio que o ‘religioso de muyta autoridade,’ referido no longo título como sendo o autor dessa obra, possa indicar, quem sabe, que se tratava de um dos jesuítas que naquela mesma época residiam no Colégio de Olinda.

Como não podia deixar de ser, o ataque patrocinado pela West Indische Compagnie contra a capitania de Pernambuco consta de inúmeras fontes holandesas. Dentre elas, no entanto, destaco *Olinda Conquistada*, livro escrito pelo predicante calvinista Johannes Baers. A edição original em língua holandesa traz um longo título: *Olinda, situada na terra do Brasil, na Capitania de Pernambuco, auspiciosamente conquistada em 16 de fevereiro de 1630 sob o comando de Henrick Lonck, descrito breve e claramente por Johannes Baers servo do Verbo Divino no Senhorio de Vreeswijck e como homenagem aos seus 50 anos de idade*. De todo modo, o texto

---

<sup>172</sup> ‘Relaçam Verdadeira e breue da tomada da Villa de Olinda e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta authoridade, ....’ In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 20: 125-132, 1898.

<sup>173</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu códice *Brasilia* 5, p.136; p.143.

original somente foi traduzido para a língua portuguesa pelo erudito pernambucano Alfredo de Carvalho e publicado em Recife no ano de 1898. Atualmente a edição mais acessível, veio a público em 1977, graças aos esforços da Secretaria Estadual de Cultura do governo de Pernambuco.<sup>174</sup>

As informações acerca do reverendo Johannes Paschasius Baers são bastante sucintas. Sabe-se, no entanto, que ele nasceu em Gand (Bélgica) no ano de 1580. Em fins da década de 1620 era o Predicante da pequena aldeia de Vreeswijck, na província de Utrecht, quando pediu licença de seu ministério, pois, tencionava acompanhar a expedição que a West Indische Compagnie preparava, cujo objetivo era o de atacar a capitania de Pernambuco. Em fins de 1629 foi aceito como capelão do coronel Weerdenburch, que seguia para o Brasil como comandante das tropas de infantaria. Tão logo as forças holandesas ocuparam a vila de Olinda, Johannes Baers oficiou os primeiros atos religiosos calvinistas na igreja matriz do Salvador do Mundo, e permaneceu neste ministério por cerca de dez semanas. Todavia, sua permanência foi efêmera, pois, o predicante decidiu retornar aos Países Baixos em maio de 1630, desembarcando em Texel, em julho daquele mesmo ano, quando concluiu a narrativa de sua aventura nos trópicos. Segundo José Honório Rodrigues, o capelão Baers morreu em 1653.<sup>175</sup>

No entanto, existe outro relato daquela mesma época que apresenta a mais viva descrição dos primeiros dias de luta em Pernambuco. Refiro-me ao *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, escrito por um jovem de Strasburgo, Ambrósio Richshoffer, que se engajara em 1629 nas tropas da West Indische Compagnie. No ano seguinte participou da conquista da vila de Olinda e do porto do Recife. De todo modo, embora sua narrativa se encerre em 1632, quando finalmente conseguiu retornar à Europa, depois de cumprir três longos anos de serviço nos trópicos, Richshoffer descreveu o cotidiano do cerco vivido pelas tropas holandesas. Nesse sentido, seu relato é uma das primeiras fontes publicadas cujo texto, escrito por um combatente das tropas da WIC, mencionou, com riqueza de detalhes, as inúmeras ações de guerrilha realizadas pela resistência pernambucana sobre os soldados holandeses.

---

<sup>174</sup> João Baers. *Olinda Conquistada*. (Tradução de Alfredo de Carvalho. 2ª edição fac-similar). Recife: Secretaria Estadual de Cultura; Departamento de Cultura, 1977. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase).

<sup>175</sup> José Honório Rodrigues. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. p.216.

O jovem soldado enfatizou a ferocidade dos índios flecheiros, considerando-a como a característica que causava inegável terror às tropas de ocupação, até mesmo quando os destacamentos holandeses marchavam reforçados e, por conseguinte, contando com grande vantagem numérica sobre os efetivos dos guerrilheiros indígenas. De todo modo, pelas palavras de Richshoffer

O inimigo matou-nos alguns homens que se haviam adiantado demais pelo mato adentro, em consequência do que o senhor General ordenou que várias companhias (entre as quais a nossa) se dirigissem para ali. Depois de termos marchado um pedaço de caminho, fizemos alto em um prado, a fim de descansar, quando fomos completamente cercados pelo inimigo e acometidos com tal violência, que as balas e as flechas choviam de todos os lados [...].<sup>176</sup>

Por outro lado, mais afeito aos resultados estratégicos obtidos pelas ações dos flecheiros oriundos das aldeias jesuíticas, deve-se destacar que suas incursões limitaram o avanço das tropas da WIC, e permitiram que Matias de Albuquerque, embora derrotado no litoral, tivesse condições de reagrupar os remanescentes de suas tropas numa nova posição defensiva situada na Várzea pernambucana. De fato, o Arraial do Bom Jesus se tornou, a partir de então, o quartel-general das forças de resistência aos invasores holandeses.

Dentre os cronistas da Guerra de Pernambuco, o português Francisco de Brito Freire, descreveu com riqueza de detalhes o ‘Real do Bom Jesus.’

Dilata-se em campos fertilíssimos, de Olinda para o Recife, uma formosa várzea onde Matias de Albuquerque elegera para assistência de sua pessoa o melhor sítio que dista igualmente uma légua (6Km) de ambas estas praças. Acomodada a fortificação ao terreno, lhe plantaram quatro peças de quatro libras tiradas do navio que deitou a pique o inimigo sobre a barreta. E posta em defesa a obra, que cresceu depois à maior perfeição, lhe chamaram com o venerável nome o Real do Bom Jesus: cujo presidio constava das três companhias pagas e algumas da terra que fariam todas duzentos homens.<sup>177</sup>

Com toda a justiça rios de tinta têm corrido para louvar a coragem e o espírito indômito dos que lutaram naquela cidadela, encravada no flanco oeste das tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Todavia, devo ressaltar que o nome pelo qual aquele reduto da resistência passou à história, se deve aos religiosos da Companhia de Jesus.

---

<sup>176</sup> Ambrósio Richshoffer. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.49. CD-ROM.

<sup>177</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p. 126. §355.

Na realidade, segundo as fontes jesuíticas, foi graças a uma determinação do padre Manuel Fernandes, então Visitador da ordem inaciana em Pernambuco, que se consagrou ‘ao Bom Jesus’ uma pequena capela erguida no Arraial pelos jesuítas do Colégio de Olinda. Conforme se pode verificar na carta escrita pelo Visitador para informar ao Geral da Companhia de Jesus, sobre os detalhes da morte do padre Antônio Bellavia, assassinado por soldados holandeses em agosto de 1633.

[...], o trouxeram os índios em uma rede e o acompanhavam muitos chorando. Aqui o amortizamos nestas casinhas, ou choupanas onde estamos neste Arraial com muitas lágrimas assim de saudade como pena vendo a grande falta que nos havia de fazer, como na verdade faz. Depois de amortilhado o pusemos em uma capelinha, que aqui mandei fazer, onde o vieram ver estes fidalgos e capitães quase todos chorando muito, particularmente o senhor Matias de Albuquerque, e aclamando-o todos por santo.<sup>178</sup>

Também existem na documentação oficial produzida pelo comandante da resistência pernambucana, Matias de Albuquerque, inúmeras referências aos trabalhos realizados pelos jesuítas na guerra aos invasores holandeses. De fato, numa certidão emitida em 1635, o general registrou a existência de um ‘oratório público’, erguido pelos religiosos da Companhia de Jesus, onde os padres ministravam os sacramentos e prestavam consolo espiritual aos combatentes no Arraial.

Mathias de Albuquerque do Conselho Supremo de guerra de S. Mag.<sup>de</sup> e superintendente destas Capitãncias do Norte do Estado do Brazil. Certifico que em toda esta guerra vi assistir aos Reverendos P.<sup>es</sup> da Companhia de JESUS., e acudir a todos os postos de mayor perigo cõ muito zello, e trabalho [...] cõ grande Constancia fazendo caza e oratório publico dentro do Arrayal...<sup>179</sup>

De todo modo, além de assegurar as bênçãos do céu, os soldados da resistência pernambucana trataram de fortificar aquela posição da melhor maneira que puderam. No entanto, em termos de estratégia militar, deve-se destacar que a escolha daquela posição defensiva atendia duas premissas básicas. Inicialmente impedia o acesso das tropas da Companhia das Índias Ocidentais à Várzea, onde se localizava a maior parte dos engenhos de cana, a verdadeira base econômica da capitania de Pernambuco.

---

<sup>178</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu códice *Brasília* 8, f.425-426v.

<sup>179</sup> ‘Certidão de Matias de Albuquerque, 20 de novembro de 1635.’ In: Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941. p.193.

Por outro lado, o Arraial se estabeleceu numa elevação que se situava a cerca de uma légua, ou seja, apenas seis quilômetros de distância da vila de Olinda, e do porto do Recife. De fato, o ‘Real do Bom Jesus’, como também aparece nos relatos da época, se encontrava a cavaleiro do cruzamento de vários caminhos que demandavam o interior da capitania. Dessa base partiram os pequenos grupos de combate para enfrentar os invasores.

Assim, ainda nos primeiros meses de 1630, ou seja, logo após o fracasso das tropas coloniais em impedir o desembarque dos holandeses no litoral, as forças da resistência ficaram reduzidas a pouco mais de 300 homens em condições de lutar. Sem outra possibilidade, a tática de guerrilha foi adotada nas emboscadas desencadeadas sobre os mercenários que compunham as tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Os enfrentamentos naquelas condições eram rápidos e ferozes, causando pesadas e sentidas baixas aos holandeses.

Essas companhias de emboscada, como se tornaram conhecidas a partir de então, possuíam duas características principais: o número variável de combatentes e o baixo grau de adestramento militar. No entanto, nenhuma dessas particularidades impediu que aqueles homens se lançassem contra os inimigos mais numerosos, tornando-se indispensáveis na luta movida contra os invasores holandeses. De fato, naquela conjuntura adversa sob todos os pontos de vista, era esse o exército com o qual a resistência pernambucana podia contar, pois, como ressalta Evaldo Cabral de Mello.

Ao iniciar-se a resistência, mais do que uma concepção militar, a guerra volante atendia uma conveniência prática. Sem exército profissional nem gente treinada, a guerrilha era a única forma de utilização bélica da camada marginalizada da população colonial.<sup>180</sup>

Na realidade as fontes de recrutamento destas companhias eram as mais heterogêneas. Delas faziam parte os índios flecheiros dos aldeamentos jesuíticos, além dos antigos moradores da colônia e até mesmo os soldados do reino, remanescentes das tropas coloniais luso-espanholas. Estes, sem dúvida, os menos afeitos àquela nova modalidade de luta empregada nos trópicos. Todavia o correr da luta acabou por torná-los exímios guerrilheiros, que causaram inegável terror aos soldados das tropas da Companhia das Índias Ocidentais. De todo modo, e apesar das flagrantes deficiências

---

<sup>180</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34. 2007. p. 288.

em efetivos, suprimentos e armas, as companhias volantes, outro nome pelo qual se tornaram conhecidas, eram bastante ágeis e mostraram-se muito eficientes em combate.

Essas características podem ser verificadas nos relatos que chegaram até nossos dias, alguns dos quais escritos pelos próprios soldados da West Indische Compagnie. Dentre aqueles que conseguiram sobreviver para contar como havia sido nefasta a experiência de enfrentar aqueles soldados da terra, pelos caminhos e atalhos da Várzea pernambucana, destaco o relato do oficial inglês, Cuthbert Pudsey.

De fato, o seu *Diário de uma estada no Brasil*, escrito entre 1630 e 1640, durante o tempo em que serviu no Brasil holandês, apresenta uma das mais ricas descrições acerca da região onde atuaram os soldados da Companhia das Índias Ocidentais. Arguto observador o mercenário relatou as dificuldades de adaptação destes combatentes ao clima e à dureza do ambiente tropical, indicando que as baixas por doença vitimaram particularmente os que eram oriundos do norte da Europa, ou seja, a maior parte do efetivo das tropas alistadas pela WIC.

No entanto, Pudsey se deteve com mais vagar na descrição das estratégias e formas de combater empregadas pelos guerrilheiros da Várzea pernambucana. Sobre este última característica da guerra dos trópicos, o inglês chegou a ressaltar que,

[...] no começo, esta guerra do mato era algo estranha para nossos homens, devido às emboscadas que o inimigo propositadamente nos armava nas matas, uma invenção por demais assassina, que nos matava muitos dos nossos soldados [...].<sup>181</sup>

Mas, ainda que não tenha intenção de esgotar o assunto, existe outro viés das lutas daquele período que deve ser mencionado. Refiro-me às inúmeras deserções que atingiram tanto os holandeses, quanto os soldados da resistência. Nesse sentido, cabe lembrar que embora as deserções tenham sido causadas por decisões de foro íntimo, às quais não faltaram, com toda a certeza, doses variadas de oportunismo e covardia, elas se tornaram constantes.

Embora se leve em conta, por um lado, as inúmeras dificuldades de adaptação dos soldados holandeses ao ambiente tropical, e por outro, o empenho dos combatentes da resistência pernambucana, duas deserções de peso entre estes combatentes contribuíram para mudar a sorte da guerra. A primeira delas ocorreu em 1632, com a

---

<sup>181</sup> Cuthbert Pudsey. *Diário de uma estada no Brasil 1629-1640*. Tradução e leitura paleográfica por Nelson Papavero & Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Editora Index, 2000. p.12. (volume III da Coleção Brasil Holandês).



defecção de Domingos Fernandes Calabar, guerrilheiro audaz e destemido que participou da luta contra os invasores desde os primeiros dias da ocupação de Olinda e Recife. No entanto, tão logo se passou para os holandeses, participou de inúmeros ataques contra seus antigos companheiros de luta causando-lhes pesadas perdas.

Calabar nasceu em Porto Calvo e conhecia como poucos os caminhos e os atalhos da Várzea pernambucana. Do mesmo modo, também dominava as táticas empregadas pelas companhias de emboscada. Curiosamente as fontes holandesas que se referem ao mais famoso desertor de Porto Calvo, não mencionam essas qualidades guerreiras. De fato, grande parte dos relatos produzidos pelos invasores destacou, apenas, sua atuação como o guia preferido para as expedições punitivas realizadas pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais.

A única exceção a essa tendência narrativa está presente no *Diário* de Cuthbert Pudsey. Ao que tudo indica o inglês conviveu de perto com trãnsfuga, o que talvez possa explicar a existência de maiores detalhes sobre aquele desertor da resistência pernambucana. Nesse sentido, o seu relato permite supor que Pudsey e Calabar teriam participado de inúmeras incursões das tropas da West Indische Compagnie. Do mesmo modo, segundo deixou registrado o oficial inglês, se pode concluir que o antigo guerrilheiro da resistência pernambucana teria se passado para os holandeses por volta de 1632.

[...] veio até nós um português chamado Domingos Fernandes [Calabar], que por haver estuprado uma mulher na região de Camaragibe, e para que depois ela não contasse quem havia feito isto, cortou-lhe a língua da boca. Vivera como renegado por cerca de dois anos entre os portugueses. Então, tendo vindo servir aos holandeses, foi feito capitão. Graças a seus conselhos e meios molestamos muitíssimo o país, sendo ele um sujeito intrépido e político, sabedor de todas as picadas e caminhos através de toda a terra, jactando-se de nada mais fazer senão dano aos portugueses. Sendo ele mesmo um mulato, isto é, com um pai português e uma mãe negra. Desta espécie achamos muitos sujeitos intrépidos.<sup>182</sup>

Mas Calabar não foi o único desertor da resistência pernambucana. A mais espantosa traição foi perpetrada pelo padre da Companhia de Jesus, Manuel de Moraes. Como se viu acima, o jesuíta esteve entre os primeiros que se apresentaram, juntamente

---

<sup>182</sup> Cuthbert Pudsey. *Diário de uma estada no Brasil 1629-1640*. Tradução e leitura paleográfica por Nelson Papavero & Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Editora Index, 2000. p.18. (volume III da Coleção Brasil Holandês).

com os seus flecheiros da aldeia de São Miguel, para lutar contra os hereges calvinistas. A partir de então, conforme ressalta Ronaldo Vainfas, apesar de seu estado religioso, o padre Moraes... .

Participou ativamente das guerrilhas de Matias de Albuquerque, comandando seus trezentos índios da aldeia de São Miguel. Pegou em armas e chegou a matar muitos contrários, do que vários testemunharam, e ele mesmo admitiu mais tarde no Santo Ofício. Em fevereiro de 1630, comandou a ocupação da ermida de Santo Amaro, viabilizando a retirada em segurança de Matias de Albuquerque. Em março de 1630, estava à frente de enorme contingente de índios, inclusive os liderados por Felipe Camarão. [...] o gentio que comandava, guerreava com arco e flecha, sem armas de fogo, e apesar disto, ou por causa disto, ‘inspirava grande receio aos holandeses’ [...].<sup>183</sup>

Naquela conjuntura de enfrentamento armado, aliando audácia à coragem, o jesuíta executou com desenvoltura suas novas funções guerreiras, para as quais, certamente, valeu-se de suas origens brasílicas e do conhecimento da língua geral. A eficiência demonstrada pelo padre Moraes e pelos índios flecheiros que comandava, chegou a tal ponto que, segundo as palavras elogiosas de Matias de Albuquerque, o religioso combatia os invasores ‘com tão notável zelo e ardis como se fora a sua profissão a guerra e a milícia.’<sup>184</sup>

Elogios à parte, é certo que após participar de inúmeros combates contra as forças da Companhia das Índias Ocidentais, o padre Manuel de Moraes passou-se para o lado dos neerlandeses em fins de 1634, durante o controverso episódio que culminou com a rendição da Paraíba aos invasores. Um dos cronistas da resistência, Duarte Albuquerque Coelho, deixou-nos um relato, datado de 30 de dezembro de 1634, com os detalhes que conseguiu apurar naquela ocasião, sobre a rendição do padre Moraes aos holandeses.

O que não pode deixar de dizer-se com grande sentimento é que também o padre Manuel de Moraes com um lenço em um pau foi render-se ao inimigo; tão esquecido das obrigações de sua profissão, que a este deslumbramento juntou o maior, que foi o casar-se depois

---

<sup>183</sup> Ronaldo Vainfas. ‘Manuel de Moraes: lealdades incertas no Brasil Holandês.’ In: Ronaldo Vainfas; Georgina Silva dos Santos Guilherme Pereira das Neves. *Retratos do Império - Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Eduff, 2006. pp.135-151.

<sup>184</sup> ‘Certidão de Matias de Albuquerque, 20 de novembro de 1635.’ In: Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941. p.191.

em Amsterdã, sendo sacerdote e pregador apostólico e abraçar a seita de Calvino! Verdade é que seu anterior procedimento nunca teve aquela dignidade própria dos padres jesuítas, nem eles o desconheciam, pois algumas vezes o chamaram; e, como não obedecia, tiraram-lhe o companheiro, deixando-o só, quiçá como expulso e incapaz de sua religião. Estes e outros efeitos que referimos foram causados pela dilação com que se socorria o Brasil, obrigando-nos a uma guerra prolongada.<sup>185</sup>

Tudo indica que Duarte Albuquerque e o padre Manuel de Moraes conviveram e compartilharam os perigos e as incertezas da luta contra os holandeses durante longo tempo. O que pode indicar a sinceridade das palavras do cronista acerca do ‘grande sentimento’ causado pela deserção do religioso, particularmente por ter aquele sacerdote aderido ao calvinismo. Por outro lado, não se pode negar que Albuquerque Coelho isentou a Companhia de Jesus de qualquer responsabilidade naquele episódio nefasto, atribuindo a defecção do jesuíta ao deslumbramento deste com as coisas mundanas.

No entanto, apesar das informações existentes na correspondência jesuítica acerca do isolamento imposto como punição ao padre Moraes, a Companhia de Jesus somente o expulsaria em 1635. De todo modo, essa decisão somente foi tomada após a confirmação de sua deserção e viagem para a Holanda. De fato, conforme se pode verificar na carta do padre Provincial Domingos Coelho, escrita da Bahia em 14 de maio daquele ano, o superior dos jesuítas do Brasil deu conta da inquietação causada pelas atitudes do missionário.

[...] me vieram novas de que o Padre Manuel de Morais(sic), vindo do Rio Grande, com muitos índios em socorro da Paraíba, fora preso e cativo dos Holandeses, e. que, estando em seu poder, fizera algumas coisas indignas de cristão e Padre da Companhia.<sup>186</sup>

Seja como for, a vida e as peripécias de Manuel de Moraes foram magistralmente abordadas por Ronaldo Vainfas, em seu mais recente livro: *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*.<sup>187</sup>

Por outro lado, Duarte Albuquerque Coelho ao tratar das razões que levaram à derrocada da resistência depois de cinco anos de luta contra as tropas da West Indische

---

<sup>185</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p.278. CDROM.

<sup>186</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu códice *Brasilia* 8, 478v.. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.365.

<sup>187</sup> Ronaldo Vainfas. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

Compagnie, não deixou de criticar a lentidão da coroa espanhola, atribuindo-lhe o ônus de todas as dificuldades enfrentadas pelos combatentes da resistência. De fato, o cronista chegou a afirmar, com alguma dose de ressentimento, que toda aquela situação se devia ao pouco caso com que eram tratados em Madri os negócios da guerra do Brasil. Como se sabe, Duarte Albuquerque Coelho escreveu com conhecimento de causa, pois, desde sua chegada aos trópicos no ano de 1631, registrou grande parte dos acontecimentos da longa guerra de resistência, procurando reunir as ‘Relações Diárias’ escritas por seu irmão, o general Matias de Albuquerque. O cronista participou da luta contra os holandeses até dezembro de 1638, quando então retornou à Espanha. Curiosamente, apesar das pesadas críticas que fez à coroa espanhola e aos funcionários régios, o relato de Albuquerque Coelho foi impresso e publicado em Madri no ano de 1654, sob o pomposo título: *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*.

Por outro lado, ainda que a narrativa favoreça a atuação de seu irmão no comando da resistência, trata-se de uma fonte preciosa graças à riqueza de detalhes, particularmente acerca do cotidiano da guerra de guerrilhas empreendida contra os invasores. De fato, já no século XX, o valor das *Memórias Diárias* como fonte histórica foi assinalado pelo mestre José Honório Rodrigues, que a considerou “obra fundamental para o estudo das lutas holandesas em Pernambuco, de 1630 a 1638”.<sup>188</sup>

Quanto às inúmeras deserções que atingiram os holandeses, destaco o caso do brabantino Adriaen Verdonck, que segundo registrou Richosffer teria chegado à capitania de Pernambuco entre 1618 e 1620.<sup>189</sup> Aliado dos invasores desde os primeiros dias da conquista de Olinda e Recife, Verdonck preparou um minucioso relato no qual descreveu a situação das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande.<sup>190</sup>

De todo modo, Verdonck, ou Verdunc como também aparece em alguns relatos da época, adquiriu a confiança dos oficiais holandeses, chegando até mesmo a privar da mesa do comandante das tropas da West Indische Compagnie, o general Waerdenburgh,

---

<sup>188</sup> José Honório Rodrigues. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. p.222.

<sup>189</sup> Ambrósio Richosffer. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.65. CD-ROM.

<sup>190</sup> ‘Descrição das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande – Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adriano Verdonck, em 20 de maio de 1630.’ In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Recife: 54: 215-227, 1900.

que o tinha em grande conta. Todavia, tratava-se de um agente duplo que estava a serviço da resistência pernambucana e continuou agindo infiltrado entre os invasores durante todo o ano de 1630. Somente em princípios do ano seguinte sua sorte mudou, quando foi denunciado por um trãnsfuga da resistência que se passou aos holandeses. As peripécias que envolveram sua prisão, além da posterior condenação à morte, foram narrados no *Diário* de Ambrósio Richosffer.<sup>191</sup>

Ainda tratando dos casos de deserção entre as tropas da WIC, existem outros relatos que trazem notícias de muitas deserções, até mesmo de companhias inteiras, notadamente de católicos franceses que se passaram para o lado português. No entanto, esta era uma prática corriqueira durante as guerras do século XVII, que se exacerbou no ambiente dos trópicos, certamente devido às dificuldades da luta em solo estrangeiro, onde as lealdades eram incertas e oscilaram ao sabor das circunstâncias. De todo modo, como assegura Evaldo Cabral,

É impossível quantificar a deserção entre os luso-brasileiros, embora, inexistindo alternativas atraentes, ela deva ter sido substancialmente inferior à dos exércitos europeus, em que podia chegar a 40% ou mais. Em todo caso, terá sido maior durante a guerra de resistência.<sup>192</sup>

De todo modo, além das deserções de Calabar e do padre Manuel de Moraes, outros acontecimentos foram determinantes para a decadência do poder de combate das forças de resistência. Com o correr da luta eram claros os sinais do colapso que se avizinhava. De fato, ainda que reforços tenham sido enviados pela Espanha, os holandeses recebiam novas tropas com mais regularidade. Por fim, os sintomas da derrocada se agravaram, não só com a rendição da capitania da Paraíba, mas, principalmente, com a queda do Arraial do Bom Jesus.

Após resistir a inúmeros ataques os seus defensores foram finalmente subjugados pela fome. Por conseguinte, o quartel general da resistência pernambucana caiu em poder das tropas inimigas, no dia 8 de junho de 1635. A figura 1, inserida abaixo, apresenta uma gravura holandesa na qual estão representados os fortins e a disposição tática das tropas da WIC naquela ocasião.

---

<sup>191</sup> Ambrósio Richosffer. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. pp.65-70. CD-ROM.

<sup>192</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007. p.192.



**Ilustração 1:** Mapa Topográfico do Arraial do Bom Jesus e dos fortes sitiante com a representação do ataque e tomada do mesmo Arraial (ca. 1635). - Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>193</sup>

De todo modo, também nas fontes jesuíticas constam informações acerca da destruição do Arraial do Bom Jesus. Dentre elas destaco a carta escrita pelo padre Leonardo Mercúrio, capturado juntamente com o padre Gaspar Samperes e o irmão coadjutor Manuel Pereira, quando aquela posição foi tomada pelas tropas comandadas pelo coronel polonês Artichewski. Naquela ocasião, como se tornara o *modus operandi* das tropas neerlandesas quando lhes caía nas mãos um jesuíta, os religiosos foram encarcerados num dos navios da West Indische Compagnie e deportados para a ilha de São Domingos. Dali conseguiram chegar à cidade de Cartagena, na atual Colômbia.

Posteriormente, ali também chegaram outros jesuítas extraditados do Brasil. Eram eles os padres Francisco Vilhena e Francisco Ribeiro, que haviam sido capturados quando da rendição do Forte de Nossa Senhora de Nazaré, pouco tempo depois da queda do Arraial do Bom Jesus. Estes dois religiosos se encontravam naquele reduto

<sup>193</sup> Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart550195.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart550195.jpg) acesso em abril de 2009.

das forças de defesa que estava localizado nas proximidades do porto de Serinhaém, por onde os senhores de engenho pernambucanos, até então, continuavam escoando a produção açucareira da Várzea pernambucana. De fato, a Companhia de Jesus também se valeu daquele ancoradouro, protegido pelas tropas do Forte de Nazaré, para embarcar a correspondência institucional que seus missionários enviavam aos dirigentes inacianos na Europa.

Cabe ressaltar que os jesuítas deportados de Pernambuco, embora tenham conseguido chegar a Cartagena, tiveram de aguardar por mais um ano, até embarcar para a Espanha. Por conseguinte, somente no dia 29 de novembro de 1636, ou seja, quase dezoito meses após ter sido capturado pelas tropas da West Indische Compagnie, o padre Leonardo Mercúrio conseguiu enviar sua carta ao padre geral da Companhia de Jesus, o italiano Múcio Vitelleschi. Entre outros assuntos, o jesuíta descreveu como se deu o fim do Arraial do Bom Jesus.

Um domingo finalmente amanheceu o inimigo a tiro de mosquete do Arraial com trincheiras feitas, plantada a artilharia e com bateria feita. Saiu nossa gente a pelejar com eles e suposto que lhes matamos muitos e se ficou com o posto e pouco a pouco foi tomando outros, por ter grande poder e nos foi cercando, com quatro baterias de onde de dia e de noite nos abrasava com fogo. Não ficava casa nem trincheira que não desfizesse a artilharia inimiga; 35 balas deram na nossa casinha sem dano de pessoas. As necessidades que passamos foram muitas [...] mas, enfim, faltando totalmente todo o remédio de sustento e munições e desesperando já de socorro, [...] foram forçados a entregar-se rendendo-se o Arraial [...].<sup>194</sup>

Curiosamente, a exemplo do que também ocorreu com outros jesuítas que se destacaram na guerra de resistência aos holandeses, e apesar dos relevantes serviços prestados em varias ocasiões, pouco se sabe sobre o padre Leonardo Mercúrio. Dentre toda documentação jesuítica que sobreviveu aos caprichos do tempo e permaneceu conservada nos arquivos da Companhia de Jesus, somente os Catálogos da Província Lusitana possuem algumas informações, permitindo traçar a trajetória deste missionário. Sabe-se que ele nasceu por volta de 1587, em Siracusa, na Sicília sendo admitido na Companhia de Jesus na cidade de Messina. Em 1620 Leonardo Mercúrio partiu para o Brasil, já padre jesuíta e foi professor de Humanidades e Teologia no Colégio de

---

<sup>194</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Lusitania 74, 273-274*. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V. p.354.

Olinda, posteriormente tornou-se Mestre de Noviços, encarregado de orientar os candidatos à admissão na ordem inaciana.<sup>195</sup>

Leonardo Mercúrio era vice-reitor do Colégio de Olinda e padre professo de quatro votos em 1630, quando as tropas da West Indische Compagnie atacaram a capitania de Pernambuco. Retirando-se para a Várzea junto com os demais sobreviventes do Colégio, participou da resistência junto às tropas comandadas por Matias de Albuquerque e foi um dos fundadores da capela erigida no Arraial do Bom Jesus. O jesuíta atuou também como capelão das forças de guerrilha, residindo por algum tempo na aldeia de Caeté até março de 1635, quando, então, se apresentou ao padre Gaspar de Samperes, superior dos jesuítas no ‘Real do Bom Jesus’, para substituir o padre Francisco de Vilhena, que se transferira para o Forte de Nazaré.

Com a queda do Arraial o padre Leonardo Mercúrio foi capturado e desterrado para as Índias de Castela. Em sua minuciosa carta o religioso descreveu as vicissitudes que teve de enfrentar, juntamente com outros missionários da Companhia de Jesus, desde a queda do Arraial do Bom Jesus em junho de 1635.

Levaram-nos presos aos navios, passando de trabalhos a maiores trabalhos, dando-nos para comer um pouco de pão de cevada e para dormir uma tábua, porque saímos do Arraial somente com o que tínhamos em cima de nós. Neste aperto nos mantiveram quarenta dias, depois dos quais, repartindo a soldadesca e aos religiosos em quatro navios, nos mandaram lançar nas Índias de Castela. O trato que nos deram nesta viagem foi de hereges inimigos de católicos e em particular dos da Companhia. Deitaram-nos em uma Ilha chamada Santo Domingo, depois de trinta e oito dias de viagem e de trabalhos e angústias infinitas, mas assim ficamos livres de sua tirania, ainda que em terra estranha, pobres e necessitados e sem remédio. [...].<sup>196</sup>

---

<sup>195</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Lusitania* 74, p.273. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V p.355.

<sup>196</sup> ARSI. Códice *Lusitania*, 74, p.273. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950. Tomo V p.356



## A nova frente baiana, 1638

Embora tenham sido derrotados em todas as frentes de combate, somente a partir da queda do Arraial do Bom Jesus, as companhias de emboscada e os sobreviventes que lograram escapar do destroçado reduto da resistência pernambucana, tiveram que iniciar uma inexorável e lenta retirada para a Bahia. Em sua longa marcha para o sul, seguiram uma vez mais sob o comando de Matias de Albuquerque. No entanto, o efetivo da coluna não parava de aumentar, pois, devido ao colapso sofrido pelas tropas da resistência na Várzea de Pernambuco, outros grupos foram se agregando aos retirantes. Havia desde os colonos que buscaram escapar das áreas assoladas pelas tropas da West Indische Compagnie, até os sobreviventes do Arraial do Bom Jesus. Neste manobra os índios flecheiros das aldeias jesuíticas, agora comandadas por Felipe Camarão, que substituiu o padre Manuel de Moraes, tornaram-se imprescindíveis para garantir que a retirada fosse realizada com alguma ordem. Por conseguinte, foram encarregados de manter os soldados holandeses à distância, postando-se sempre na retaguarda da coluna de retirantes.

De todo o modo, aquela manobra foi realizada sob as mais adversas condições, agravada pela crônica falta de suprimentos. A situação era de tal forma desesperadora que em busca de alimentos, Albuquerque reuniu um pequeno grupo de guerrilheiros e se arriscou a atacar Porto Calvo. A povoação era defendida por um destacamento holandês, comandado pelo major Alexander Picard, que embora tivesse sob suas ordens um efetivo bem maior, se rendeu após os primeiros tiros dos atacantes.

Naquela ocasião o major da West Indische Compagnie foi convencido da superioridade numérica dos retirantes, e induzido a buscar uma ‘rendição honrosa,’ por Sebastião do Souto, um agente da resistência pernambucana, que havia se infiltrado junto aos holandeses e vivia em Porto Calvo, e se tornou um dos mais célebres capitães de emboscada. De todo modo, em 22 de julho de 1635 se encerrou a carreira de Domingos Fernandes Calabar junto aos soldados da WIC. O traidor acabou sendo entregue aos guerrilheiros da resistência pelos soldados holandeses como parte do

acordo de rendição. Logo a seguir o trãnsfuga acabou justificado por ordem de Matias de Albuquerque. Todo esse obscuro episódio foi narrado pelo padre Manuel Calado.<sup>197</sup>

Todavia, temendo a chegada de reforços holandeses, os combatentes da resistência continuaram em retirada, prosseguindo até as margens do rio São Francisco, tendo sempre nos calcanhares as tropas da Companhia das Índias Ocidentais. Nessa ocasião, apesar da longa folha de serviços prestados ao rei de Espanha, Matias de Albuquerque foi substituído pelo general espanhol, D. Luís de Rojas y Borgia, veterano das guerras de Flandres e ex-governador do Panamá, que acabava de chegar aos trópicos trazendo parques reforços da metrópole. Por conseguinte, o ex-comandante da resistência pernambucana retornou à corte espanhola, ainda naquele mesmo ano de 1635, onde se apresentou perante o rei. Todavia, como são incertas as glórias deste mundo,

[...] achou suas ações antes censuradas que bem aceitas; porque como perdeu e foi adiante, ficou exposto à primeira indignação dos ministros. Aos quais as empresas vistas de longe, parecem fáceis e quando são depois mal sucedidas descarregam-se os que a El Rei as aconselharam com os generais que as dispuseram. Alguns lhe achavam faltas na resolução, outros, na providência, e geralmente lhe faziam culpas do que eram desgraças [...].<sup>198</sup>

Matias de Albuquerque foi responsabilizado pela perda da capitania de Pernambuco e permaneceu encarcerado em Portugal por cinco anos. Somente recobrou sua liberdade após a vitória da conspiração que culminou com a Restauração Portuguesa. Reabilitado por D. João IV, Albuquerque foi integrado ao exército lusitano. Notabilizou-se nas guerras daquele período, de modo particular ao vencer a batalha de Montijo, em 1644, que o levou a ser agraciado com o título de conde de Alegrete. Todavia, envolvido por intrigas palacianas, acabou destituído de seu comando militar, e somente foi reabilitado dois anos depois. Acabrunhado e solitário morreu em 1647.<sup>199</sup>

Enquanto isso no Brasil, o substituto de Matias de Albuquerque como comandante da resistência pernambucana, o general espanhol Rojas y Borgia, também não conseguiu melhores resultados na guerra contra os holandeses. Em janeiro de 1636,

---

<sup>197</sup> Manuel Calado do Salvador. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. pp.64-67. CD-ROM.

<sup>198</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.220 §685.

<sup>199</sup> Maria de Fátima Silva Gouvêa. Verbete: Matias de Albuquerque. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p.384-385.

confiando nos reforços que trouxera, tentou retomar a iniciativa das ações de combate. Todavia, foi mais fácil planejar que executar. O antigo herói das guerras européias perdeu a batalha e a vida no combate da Mata Redonda, pois, a vitória coube ao melhor comandante militar da West Indische Compagnie, o coronel polonês Artichewski.

A partir de então a situação da guerra de Pernambuco chegou ao impasse. Por um lado, as forças da resistência, agora sob o comando do napolitano Giovanni Vicenzo de San Felice, conde de Bagnuolo, embora esgotadas, continuaram a enfrentar os destacamentos da Companhia das Índias Ocidentais, enviados em seu encalço. Por outro lado, os holandeses, apesar da série de vitórias que conquistaram, haviam chegado ao limite de sua capacidade de luta. Seus homens estavam exauridos e os suprimentos próximos do fim, por conseguinte, aquela frente de combate estabilizou-se às margens do rio São Francisco.

No entanto, na Holanda, outros acontecimentos preocupavam os dirigentes da West Indische Compagnie, pois, seus acionistas enfrentavam sérias dificuldades financeiras, causadas pela conjunção de vários fatores adversos. Apesar dos sucessos obtidos pelos corsários que atuavam no Atlântico, e das vitórias conseguidas na guerra de Pernambuco, o custo da aventura americana dos holandeses atingiu cifras altíssimas. De fato, a companhia debatia-se em grave crise de liquidez, pois, conforme assegurou Charles Boxer,

[...] o custo das frotas, tropas e suprimentos a que tiveram de atender, excedeu a mais de 45 milhões de florins, sem falar nos gastos com a ocupação das costas. Excediam estes últimos ao lucro proveniente da venda do açúcar, do pau-brasil e outros produtos coloniais, muito embora não fosse de maneira nenhuma insignificante a renda assim obtida. O fato é que as dívidas da Companhia eram da ordem de uns 18 milhões de florins [...].<sup>200</sup>

Diante de tais dificuldades os *Heeren XIX* decidiram adotar o modelo seguido pela Vereenigde Oost-Indie Compagnie, que centralizava a partir de sua sede na Batávia, o controle das suas operações no Oriente. O comando das atividades de saque e conquista era atribuição de um único funcionário graduado, que se reportava diretamente aos demais dirigentes da Companhia das Índias Orientais.

---

<sup>200</sup> Charles Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p.93. (Coleção Brasileira, volume 312).

Adaptando o modelo seguido pela mais antiga companhia de comércio neerlandesa, os dirigentes da West Indische Compagnie optaram pela contratação de um governador-geral para dirigir sua colônia tropical e comandar as forças de terra e mar, reportando-se diretamente aos Heeren XIX. Contudo, a sede administrativa do governo nos trópicos deveria permanecer no Recife, criando-se, no entanto, outra instância de assessoramento local, o Alto e Secreto Conselho, composto de funcionários graduados da Companhia, cuja presidência caberia ao governador.

Como se pode observar o perfil do cargo exigia experiência militar, capacidade administrativa e aguçado senso político. Essas qualificações foram amplamente preenchidas pelo conde João Maurício de Nassau (1604-1679), convidado para o cargo. A escolha não podia ser mais acertada, embora curiosa. Afinal, uma empresa de mercadores passou a contar, entre seus mais altos dirigentes, com o eficiente auxílio do filho de uma das mais tradicionais e antigas casas da nobreza alemã. Como se sabe, recentemente o mestre Evaldo Cabral de Mello escreveu a mais abrangente obra sobre o conde Maurício de Nassau.<sup>201</sup>

Sem dúvida alguma o auge do Brasil holandês ocorreu entre 1637 e 1644, sob a administração nassoviana. Nesse período a expansão dos domínios da West Indische Compagnie atingiu sua máxima extensão territorial. De fato, logo após o desembarque de sua comitiva no Recife, em janeiro de 1637, Nassau consolidou o controle das tropas holandesas sobre as margens do rio São Francisco. O que permitiu a construção do Forte Maurício, nas proximidades de Penedo. Em novembro do mesmo ano conquistou Sergipe. O ano ainda não terminara e o conde realizou outra conquista, dessa vez ao norte, com a ocupação do Ceará.

Animado com a série de vitórias o governador do Brasil holandês preparou-se para realizar o seu mais ambicioso projeto militar nos trópicos. Ao raiar do dia 6 de abril de 1638, à frente de pouco mais de 3.500 soldados da Companhia das Índias Ocidentais, auxiliados por cerca de mil tapuias e contando com uma frota de mais de trinta navios, Maurício de Nassau partiu de Recife. O seu objetivo era claro: tomar a sede do governo-geral do Brasil, a cidade de Salvador. Na verdade este ataque vinha sendo solicitado por vários acionistas da West Indische Compagnie, pois, segundo eles,

---

<sup>201</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

a ação era fundamental para a consolidação do domínio holandês na América. Ao menos foi o que deixou registrado o biógrafo de Nassau.

[...], incitaram o conde os diretores europeus, apertando-o de contínuo para realizar a conquista da Bahia, na qual se levava a mira. Era ali, diziam eles, o principal refúgio dos portugueses; era ali que se dava a máxima atenção à resistência contra o invasor e à honra do rei de Espanha; em nenhuma outra parte havia mais engenhos de açúcar e presa mais rica; com aquela vitória poderia o Brasil dentro em breve estar todo sujeito à Holanda; e nenhuma outra cidade galardoaria mais dignamente os vencedores e causaria danos aos adversários [...].<sup>202</sup>

A empreitada prometia ser uma campanha rápida. Afinal, graças a informações colhidas em cartas que foram tomadas de prisioneiros portugueses, em sua maior parte constituída de comerciantes capturados pelos corsários holandeses, o conde Nassau sabia das dificuldades com que se defrontavam as tropas encarregadas de defender a cidade de Salvador, agravadas com a chegada dos sobreviventes da retirada de Pernambuco, aumentando, consideravelmente, os problemas de abastecimento daquela praça. Não bastassem essas informações plenamente favoráveis aos anseios do governador do Brasil holandês, chegavam da Europa notícias acerca da insatisfação reinante em Portugal. De fato, a situação política na Península Ibérica agravara-se, chegando a tal ponto que resultara na eclosão das Alterações de Évora, prenúncio da Restauração de Portugal, que se fará somente em 1640, com a aclamação de D. João IV.

Por outro lado, as fontes que tratam das guerras contra a dominação holandesa no Brasil, permitem afirmar que os líderes da resistência descobriram, muito cedo, a chegada a Recife do novo comandante em chefe dos holandeses. Essa informação foi conseguida graças aos guerrilheiros da companhia de emboscada comandada pelo capitão Manuel Calheiros, que pertencia aos efetivos da tropa de Henrique Dias.

Tudo aconteceu na manhã do dia 23 de janeiro de 1637, quando o capitão Calheiros, cuja tropa, após tantos anos de combate contra os soldados da Companhia das Índias Ocidentais, reduzira-se a apenas doze homens, deparou-se com uma patrulha holandesa. Após violenta escaramuça, o destacamento inimigo foi desbaratado, restando apenas três sobreviventes, imediatamente capturados pelos guerrilheiros da resistência pernambucana.

---

<sup>202</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p. 109-110. CD-ROM.

Conduzidos à presença do Conde [Bagnuolo] e perguntados em separado, foram conformes em dizer que lhes haviam chegado de refresco dois mil e setecentos soldados com João Maurício, Conde Nassau, filho terceiro de João, Conde de Nassau e Diremburg, de sua segunda mulher Margarida, Princesa de Alsácia. Vinha por general de todo o exército e praças do Brasil, havidas e por haver, e com maiores poderes que todos os seus antecessores [...].<sup>203</sup>

Como era de se esperar as notícias foram prontamente remetidas ao governador Pedro Silva, que se encontrava em Salvador. No entanto, a informação foi recebida com indiferença. Porém, o mesmo sentimento não era compartilhado pelos guerrilheiros da resistência, que naquela ocasião estavam lutando por suas vidas, e enfrentando tropas da West Indische Compagnie nas vastidões de Sergipe. Para aqueles homens experimentados nas vicissitudes das lutas contra os holandeses a chegada de Nassau representava um perigo real e imediato. Pelo menos é o que se pode depreender das palavras de um destes combatentes, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Albuquerque Coelho.

Os depoimentos destes prisioneiros deram-nos maior cuidado, pelo numeroso reforço do inimigo e as circunstâncias dele; pois bem se deixava conhecer, pela pessoa que o conduzia, que o Príncipe de Orange, seu primo segundo, e os Estados Gerais das Províncias Unidas se empenhavam, para seus fins particulares, em coadjuvar a Companhia Ocidental, pondo à sua frente tal personagem como era o Conde de Nassau, resolvendo uns e outros, a empregar todas as suas forças com o intuito de serem senhores do Brasil.<sup>204</sup>

A percepção de Albuquerque Coelho sintetizava, sem sombra de dúvida, a opinião geral dos chefes da resistência. Afinal, não se pode esquecer que Nassau havia construído sólida reputação nas guerras européias, como chefe militar da Casa de Orange. Suas vitórias eram certamente conhecidas por aqueles que, a exemplo de Bagnuolo, haviam combatido no velho continente.

Por conseguinte, para esses homens, as ações anteriores de Nassau permitiam supor que agora no Brasil, como comandante dos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais, o belicoso conde buscava a ampliação do território conquistado nos trópicos, e não apenas a consolidação do domínio holandês sobre a região açucareira.

---

<sup>203</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001.p.393. CD-ROM.

<sup>204</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001.p.393. CD-ROM.

De fato, os prognósticos de Albuquerque, emitidos em janeiro de 1637, foram confirmados nos meses subsequentes pelas ações dos holandeses.

No entanto, menos afortunado pela sorte da guerra, não restou ao conde Bagnuolo outra opção, senão prosseguir em sua retirada rumo ao sul, acampando com suas tropas em Sergipe d'el Rei. Daquela precária posição de defesa enviou uma outra carta ao Governador-Geral em Salvador, colocando-se à disposição para socorrê-lo. Pedro da Silva considerou que tal ajuda traria mais problemas que benefícios. Certamente fiava-se na distância que o separava das tropas de Nassau, que segundo julgava, permaneceriam estacionadas em Recife. Por conseguinte, além de recusar o oferecimento, o governador determinou ao conde Bagnuolo que mantivesse a linha de defesa em Sergipe e se preparasse para impedir a passagem dos holandeses, caso surgissem por lá.

Mas as tropas da resistência foram novamente batidas pelos soldados da West Indische Compagnie e o que restou das forças comandadas por Bagnuolo teve que iniciar nova retirada. Dessa vez conseguiram recuar até a Torre de Garcia D'Ávila, onde finalmente conseguiram chegar no mês de dezembro de 1637, após dezoito meses da queda do Arraial do Bom Jesus. Todavia, aquele ano ainda não terminara e devido ao inexorável agravamento da situação, o governador-geral, quem sabe movido pelo temor, decidiu-se pela convocação de Bagnuolo a Salvador, para que pudessem deliberar acerca dos últimos acontecimentos.

Nos últimos dias de dezembro de 1637 o conde napolitano chegou à capital do Brasil. No entanto outros homens também haviam sido chamados pelo governador, participaram daquela reunião bispo de Salvador, D. Pedro da Silva Sampaio, o mestre-de-campo D. Fernando de Lodeña, o sargento-mor Pedro Martins, o sargento-mor do Conde de Óbidos, João de Araújo, e o Provedor-Mor do Brasil, Pedro Cadena de Vilhasanti. Na realidade formara-se um 'gabinete de crise' para analisar a situação. O primeiro chamado a expor sua opinião foi Bagnuolo, que traçou um panorama preocupante, afirmando que,

Era provável a vinda do inimigo a sitiá-la e que para defendê-la era forçoso aquartelar sua gente na Vila Velha, a meia légua da cidade; porquanto quatorze léguas de distância, em que estava a Torre de Garcia D'Ávila, não se venciam com rapidez precisa para socorrê-la; que ela necessitava de ser melhor fortificada, tanto interna como externamente, devendo fazer-se cuidadosamente toda a

prevenção de abastecimentos; pois era crível que Nassau não se limitasse a Porto Calvo e marchasse à sitiá-la esta praça, como a principal do Brasil, perdida a qual se podia considerar perdido tudo; que com isto e com o valor de seus soldados esperava ajudar muito aos da cidade na sua defesa.<sup>205</sup>

Como era de se esperar, apenas três tenentes, que não por acaso pertenciam às tropas do Conde Bagnuolo, concordavam com este parecer. Esposando outra opinião, o governador considerava que os holandeses não dispunham de homens e navios para tão arrojada iniciativa, no que foi seguido pelos outros participantes do encontro. Embora, conformando-se às razões de Bagnuolo, Pedro da Silva acabou por determinar apenas que iniciassem os preparativos para o reforço das muralhas da cidade. Instado pelo Provedor-Mor Pedro Cadena, acabou por decidir, também, que se tomassem as medidas necessárias para o armazenamento de suprimentos e munições para fazer frente a quaisquer eventualidades.

De todo modo, cabe aqui um esclarecimento. Apesar da sensatez com que emitiu suas opiniões, o conde Bagnuolo não era bem visto pelos outros participantes daquele grupo. Na realidade, desde sua chegada ao litoral de Pernambuco, por volta de 1631, como comandante do terço de Nápoles, seu desempenho em combate sempre foi alvo de duras críticas. De fato, tais opiniões desfavoráveis podem ser encontradas nas crônicas produzidas naquela época. Dentre as quais, conforme assegurou Charles Boxer,

Frei Manuel Calado, no seu *Valoroso Lucideno*, é um crítico muito escarninho de Bagnuolo. Seu relato é sem dúvida exagerado em muitos pontos, mas reflete fielmente a opinião corrente dos portugueses que tomaram parte da campanha de Pernambuco. [entretanto] Bagnuolo prestou bons serviços à expedição que retomou a Bahia em 1624-5 e à reconquista de Nevis e St. Kitts por Don Fradique de Toledo (1629-1630).<sup>206</sup>

Seja como for, o descontentamento com as ações do conde napolitano atingiu, inclusive, boa parte das tropas que comandava. Possuindo um temperamento esquivo, faltava ao conde Bagnuolo o entusiasmo e a vivacidade tão admirados pelos povos da Península Ibérica. Faltava-lhe, sobretudo, uma vitória sobre os holandeses. De fato, desde 1636 quando assumira o comando das tropas da resistência, devido à morte do general Rojas, que como se viu anteriormente, acabou vitimado numa escaramuça

---

<sup>205</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001.. p. 424. CD-ROM.

<sup>206</sup> Charles Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p.68. nota 35. (Coleção Brasileira, volume 312).



absolutamente inútil contra as tropas mais aguerridas da West Indische Compagnie, Bagnuolo apenas acumulou derrotas e comandou várias retiradas.

Por conseguinte, no limiar de 1638, em vista dos acontecimentos anteriores e da indefinição quanto à efetiva movimentação das tropas e navios de Nassau, os chefes militares reunidos em Salvador, dificilmente acatariam as opiniões de Bagnuolo. Assim, embora acabrunhado com a indiferença dos assessores militares do Governador, somente lhe restou retornar para sua instável posição de defesa junto à Torre de Garcia D'Ávila. Todavia, suas tropas, ou o que restara delas, embora exaustas, mantiveram-se ativas no seu perímetro defensivo. As companhias de emboscada patrulhavam com frequência a região do entorno do rio São Francisco, que naquela ocasião se transformara em verdadeira 'terra de ninguém'.

No dia 20 de março de 1638, uma destas companhias comandada pelo intrépido capitão Sebastião de Souto, o mesmo que tivera uma atuação destacada em julho de 1635, quando convenceu comandante das tropas holandesas à rendição em Porto Calvo, atacou uma trincheira ocupada por pouco mais de vinte marinheiros holandeses, cujos navios estavam retirando pau brasil em Cururuípe. O combate foi rápido e mortal, resultando em dezenove baixas ao inimigo. Conquistada a posição, o capitão Souto determinou que se revistassem os corpos.

[...] sendo um deles o capitão de um dos vasos, em cuja algibeira achou uma carta que havia recebido do Recife e constava dela que Nassau estava embarcado com toda a sua gente para ir sitiá-la a Bahia. Enviou imediatamente esta carta e dois prisioneiros ao Conde de Banholo [...].<sup>207</sup>

De todo modo, apesar da rapidez com que esta nova informação foi remetida ao comandante das tropas da resistência, o conde Bagnuolo, desde meados de fevereiro, já não estava acampado na Torre de Garcia D'Ávila, já havia partido com seus soldados para Salvador. Na realidade àquela altura a situação mudara radicalmente, pois, outra patrulha dos guerrilheiros pernambucanos, comandada pelo capitão de emboscada João de Magalhães, obtivera de dois prisioneiros holandeses uma informação segura: Nassau reunira todos os navios disponíveis em Recife e partira para atacar a Bahia.

No entanto, apenas em princípios de abril de 1638, os remanescentes das tropas de Bagnuolo conseguiram chegar aos arredores de Salvador, bem a tempo de

---

<sup>207</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p.432. CD-ROM.

participarem decisivamente dos combates. Apesar do perigo que se avizinhava, pouca coisa mudara no ânimo do Governador. Somente com a chegada das cartas apreendidas pelo capitão Sebastião Souto, Pedro da Silva finalmente foi convencido da iminência de uma invasão. Seja como for, um panorama realista da situação em que se encontravam as defesas da capital naquela ocasião foi descrito por Duarte Albuquerque Coelho.

Tal era o estado em que se achava a Bahia a 8 de abril quando lhe chegaram os prisioneiros e a carta enviados por Sebastião de Souto. Vendo-os a cidade convenceu-se que o inimigo viria sobre ela; vê-se, pois, claramente que toda a salvação estava naquela gente de Pernambuco, que desprezou por duas vezes; porque ela se ofereceu para socorrê-la, bem como mandou os avisos com que a fez acreditar na ruína que a ameaçava [...].<sup>208</sup>

Por fim, vencidos pelos fatos e movidos pela necessidade, os habitantes de Salvador puseram-se a trabalhar nas obras de reforço das muralhas, dos baluartes e das trincheiras. No entanto, por causa da incredulidade do governador, e para desespero de Bagnuolo, perdera-se tempo, aliás, muito tempo. Na realidade, como ressaltou Albuquerque Coelho, até princípios de abril os habitantes da cidade ainda,

[...] não haviam reparado uma só muralha nem levantado fortificação alguma de novo. Os religiosos, o Bispo e o mais clero foram os que começaram a fazê-lo, depois de já ter o inimigo tomado posições para o assédio. Nem as esplanadas estavam como deveriam, nem as balas apartadas segundo seus calibres, nem a pólvora encartuchada!<sup>209</sup>

De fato, os holandeses já estavam a caminho e vinham dispostos a conquistar Salvador. Ao menos é o que se pode verificar pelo relato de Gaspar Barleus, pois, naquela ocasião Maurício de Nassau já havia deixado o litoral pernambucano, e seus navios e as tropas que traziam a bordo, aproximavam-se cada vez mais do recôncavo baiano.

[...] proveu Maurício de mantimentos, armas e outros petrechos bélicos 22 navios para as necessidades do assédio, esperando que melhor obteria do inimigo o restante. Sem delongas, chamando para Conselheiro o almirante Gisselingh, membro do Conselho Supremo e Secreto, partiu de Pernambuco, com vento de feição, aos 8 de abril,

---

<sup>208</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p.433. CD-ROM.

<sup>209</sup> Duarte Albuquerque Coelho. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*. (Original de 1654) São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p. p.432. CD-ROM.

fazendo-se ao largo, surgiu diante da Bahia de Todos os Santos, após seis dias de próspera viagem [...].<sup>210</sup>

## O Cerco da Bahia de 1638

Pouco tempo depois, exatamente na manhã de 14 de abril, a esquadra holandesa foi avistada por sentinelas postadas em Itapoã. Dois dias mais se passaram, e os navios da West Indische Compagnie surgiram na baía de Todos os Santos. Dessa forma repetiu-se o mesmo *modus operandi* empregado em 1624, quando do ataque comandado pelo coronel Van Dorth. Assim, a infantaria de Nassau também logrou realizar um desembarque sem oposição na praia, que então existia, entre as ermidas de Nossa Senhora da Escada e São Brás; logo após as forças de ataque se reagruparam acampando a uma légua de distância da cidade de Salvador. Sem muitas opções para impedir a aproximação das tropas holandesas, o governador Pedro da Silva determinou que as soldados do terço comandado por D. Fernando Lodeña, marchassem para fora dos muros da capital visando barrar o avanço dos holandeses, no entanto, acabaram rapidamente derrotadas pelos invasores.

Em termos estratégicos deve-se registrar a superioridade da manobra concebida por Nassau para a realização do ataque contra a cidade de Salvador, que combinava ações de tropas de infantaria com deslocamentos navais. De fato, conforme o planejamento de Nassau, os navios da WIC conseguiram bloquear a baía de Todos os Santos, impedindo o acesso de reforços e mantimentos para a cidade.

Por outro lado, em terra firme, o movimento das tropas de ataque foi executado com rapidez e perfeição, anulando completamente a tentativa de bloqueio intentado pelos soldados de Lodeña. Afinal, o desembarque ocorreu sem oposição alguma, permitindo que fosse estabelecida uma posição privilegiada nos arredores de Salvador. Na verdade, menos de um dia após sua chegada ao litoral, as tropas holandesas estavam

---

<sup>210</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p. 111. CD-ROM.

firmemente postadas em terra, permanecendo prontas para iniciar a operação de cerco, na qual o governador do Brasil holandês era um especialista, e se notabilizara nas guerras européias de que participara.

Diante da rapidez dos acontecimentos, e prevendo o inexorável avanço das tropas inimigas sobre a capital, o governador Pedro da Silva entregou ao conde Bagnuolo o comando de todos os soldados das forças de defesa coloniais que se encontravam em Salvador. Segundo afirmaram alguns cronistas, com essa decisão o governador apenas tentara salvar a própria pele no caso de uma vitória dos holandeses. Muito embora outros afirmem que, ao contrário, Pedro da Silva, diante da realidade dos fatos, finalmente deu-se por vencido em seus argumentos. Seja como for, é impossível saber quais as razões que o levaram a tomar essa decisão, que ao fim e ao cabo mostrou-se a mais acertada.

Dentre os combates da guerra de resistência contra as tropas da West Indische Compagnie poucos foram tão bem documentados quanto o Cerco da Bahia de 1638. De fato, cronistas holandeses, e ibéricos registraram as diversas fases daquela campanha, que se estendeu por mais de quarenta dias. A fonte holandesa mais rica em detalhes é a *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, cujo autor, como se viu no capítulo anterior, foi o filólogo e erudito de formação clássica Gaspar Barleus (1584-1648).

No entanto, apesar de nunca ter vindo ao Brasil, o cronista dos feitos do período nassoviano escreveu o mais belo e interessante livro cerca daquela época. Nesta obra, escrita sob o patrocínio pessoal de João Maurício de Nassau quando de seu retorno a Europa, Barleus abordou em detalhes o período em que seu mecenas governou o Brasil holandês. Por conseguinte, sua narrativa apresenta, entre outros temas, as medidas adotadas, entre 1637 e 1644, para a consolidação do poder militar dos neerlandeses nos trópicos. De fato, justamente nesta particularidade reside a relevância da obra, pois, graças ao acesso irrestrito que Barleus teve aos papéis pessoais de Nassau, é possível, ao leitor atento, chegar bem próximo do modo de pensar, agir e governar adotados pelo conde de Nassau. Por esta razão utilizarei a descrição de Barleus para analisar as ações

intentadas pelas tropas da West Indische Compagnie, no cerco imposto à cidade de Salvador em 1638.<sup>211</sup>

Quanto às fontes ibéricas mais conhecidas destacam-se: *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil* de Duarte Albuquerque Coelho e a *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica* de Francisco de Brito Freire, escrita declaradamente em resposta ao livro de Gaspar Barleus. Todavia, existe um códice pouco utilizado, senão conhecido apenas por alguns poucos estudiosos da dominação holandesa nos trópicos, cuja relevância é sem igual. Refiro-me à *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*, escrita pelo Provedor-Mor do Brasil, Pedro Cadena de Vilhasanti.<sup>212</sup>

Durante muito tempo este maço de documentos manuscritos, ficou esquecido nas prateleiras do Arquivo Histórico Colonial em Lisboa (atualmente Arquivo Histórico Ultramarino), sob a classificação genérica de ‘Papéis de Serviço - Baía, 1638’. Somente no século XX, em meados de 1935, o códice foi encontrado pelo incansável historiador jesuíta, o padre doutor Serafim Leite. De fato, conforme ele mesmo assegurou naquela ocasião.

Nem Southey, nem Porto Seguro, nem Rocha Pombo conheceram esta Relação, como nenhum dos historiadores que consultamos. Rodolfo Garcia, digno sucessor de Capistrano, nas suas anotações a Varnhagen, assinala as *Memórias* de Albuquerque e as *Cartas Nassovianas*.<sup>213</sup>

Portanto, o ineditismo e a relevância da *Relação Diária* são inegáveis, seja pelo teor das informações que contém, seja pelo formato epistolar adotado por Pedro Cadena em sua narrativa. De fato, nas trinta e oito cartas escritas entre os dias 22 de abril e 29 de maio de 1638, o Provedor-Mor expôs ao rei de Espanha o dia-a-dia do cerco. Do mesmo modo, detalhou os pormenores da administração da cidade de Salvador, durante os quarenta longos dias em que a capital colonial do Brasil permaneceu sitiada pelas tropas de Maurício de Nassau.

Logicamente as razões que levaram à adoção das medidas administrativas não eram do conhecimento dos demais integrantes das tropas de defesa da cidade. Por

---

<sup>211</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. CD-ROM

<sup>212</sup> Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941. Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo

<sup>213</sup> Serafim Leite. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p.230. (Coleção Brasileira volume 93).

consequente, permaneceram em segredo e não puderam constar dos relatos dos demais cronistas portugueses ou espanhóis. No entanto, este não foi o caso do Provedor-Mor, pois, Cadena participou de todas as etapas vividas durante o cerco holandês, e teve entre os combatentes das tropas de defesa, o seu próprio filho, Gregório Cadena, que comandava uma companhia do terço da Bahia.

No entanto, apesar dos inegáveis serviços prestados por Pedro Cadena de Vilhasanti, pouco se sabe a seu respeito. Ao que parece ele teria iniciado a carreira das armas como soldado do Reino espanhol, ao longo do tempo foi promovido a alferes, capitão de mar e guerra e de artilharia. No Brasil serviu sucessivamente como capitão de cavalaria, escrivão da Fazenda, Provedor e Contador de Vossa Majestade, além de Administrador do Pau Brasil. No ano de 1625 participou da Jornada dos Vassalos, que conseguiu expulsar os holandeses de Salvador. Em reconhecimento aos serviços prestados naquela ocasião, Cadena foi nomeado governador da capitania da Paraíba, onde se tornou proprietário de um engenho. Dez anos depois foi nomeado Provedor-Mor do Brasil, conforme se pode ver na provisão de 15 de dezembro de 1635, na qual se faz menção expressa às suas qualidades como administrador,

[...] a experiência que tem, das matérias da Fazenda Real deste Estado pelos cargos que dela há servido, e confiança que Sua Majestade há feito de sua pessoa, assim nas ditas matérias como em outras do seu Real Serviço, em que o há ocupado e a satisfação que sempre deu de si.<sup>214</sup>

Pelo que se pode constatar através de sua folha de serviços, Pedro Cadena estava especialmente capacitado para o desempenho de atividades militares, administrativas e financeiras. Como já referimos anteriormente, ele participou do ‘gabinete de crise’ convocado pelo governador-geral Pedro da Silva, em janeiro de 1638. Meses depois, logo após o desembarque das tropas de Nassau, o provedor-mor empenhou-se pessoalmente para conseguir meios de garantir a subsistência das tropas de defesa da cidade de Salvador.

De todo modo, entre outros acontecimentos que Pedro Cadena abordou em sua narrativa, destaca-se a descrição do cotidiano vivido pelos defensores da cidade e a captura de espões infiltrados pelos holandeses na capital colonial, além de relatar os detalhes das escaramuças realizadas pelas companhias de emboscada. No entanto, no

---

<sup>214</sup> *Documentos Históricos XVI*. Rio de Janeiro: 1930. p.282. Apud: Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. Lisboa: 1941. p.8-9.

âmbito estratégico, devem ser ressaltadas as ações realizadas pelas patrulhas, enviadas pelos defensores de Salvador ao interior da Bahia, com a missão de trazer víveres e gado para as tropas sitiadas, contribuindo para que o cerco imposto pelas tropas da West Indische Compagnie fosse rompido.

Nesse sentido, dentre os relatos que constam da *Relação Diária*, o mais vibrante é certamente o que traz a narrativa do grande ataque holandês desfechado contra as defesas de Salvador, na noite de 18 de maio de 1638. Naquela ocasião os soldados de Nassau executaram uma manobra dispersiva atacando em três frentes, visando desorganizar as defesas da cidade. Todavia, foram surpreendidos com a tenaz resistência oferecida pelos sitiados e concentraram todas as suas forças num ataque direto à trincheira de Santo Antônio.

A decisão de Maurício de Nassau, contudo, se mostrou catastrófica para os holandeses. Afinal, ali estava constituído o baluarte mais fortificado da cidade Salvador, cujo reforço havia sido iniciado ainda nos primeiros dias de 1638. Por conseguinte, as defesas de Santo Antônio, na qual trabalharam os religiosos de todas as ordens que então viviam na capital, estavam muito mais adiantadas em relação às demais obras que deveriam reforçar o perímetro defensivo da cidade. Ao que parece estas condições foram levadas em conta pelo conde Bagnuolo, pois, decidiu concentrar naquela posição as melhores tropas e armas de que dispunha.

De todo modo, o testemunho de Cadena acerca daquele que se tornou o maior combate travado durante o Cerco da Bahia, foi escrito naquela mesma noite, ainda no calor da luta. Portanto, não resta dúvida de que suas palavras permitem perceber a ferocidade da luta que se travou naquela posição defensiva.

As sete da noite tocou o inimigo arma e nos investiu [...]. Logo acudiu o governador e o conde de Banholo às trincheiras e Reduto de Santo Antônio que estava a cargo do mestre de campo, D. Fernando de Lodenha, aonde o inimigo arremeteu com tanto ímpeto com dois mil homens juramentados a levá-lo ou morrer na empresa onde se pelejou constantemente de parte a parte pelo espaço de quatro horas que durou a briga, que se tem pela maior batalha que nunca houve no Brasil, pela firmeza com que se pelejou, o inimigo se meteu no nosso fosso fazendo escadas pela muralha com ferramentas que traziam que chegaram a subir a riba muitas vezes donde foi rebatido

galhardamente, sem embargo de nos abrasarem com muitas granadas.<sup>215</sup>

A luta na trincheira de Santo Antônio foi desesperada e feroz. O próprio Barleus reconheceu isso. De fato, o cronista dos feitos de Nassau relatou com imparcialidade a impressão dos atacantes holandeses quanto ao valor da resistência oferecida naquela ocasião pelos defensores de Salvador.

Era noite de luar, quando investindo tentaram os nossos a escalada, após renhida peleja de duas horas. Foi, porém um esforço inútil: para ali conduzir o inimigo toda a força da guerra, combatendo como se o conservar aquela posição fora o ponto central da luta, acredita-se ter sido avisado por um trãnsfuga, pois antes nunca defendera o que era seu com tão fortes atalaias. Com extraordinária destreza dos soldados, já se haviam arremessado contra o hornaveque (baluarte) mais de duzentas granadas, defendendo-o com igual ânimo e valentia, os portugueses, como se ali se pugnassem pela salvação da cidade.<sup>216</sup>

No dia seguinte à sua malograda tentativa e diante da impossibilidade de vencer as defesas de Santo Antônio, Maurício de Nassau solicitou um cessar fogo para que fossem recolhidos os mortos. Nesse caso as palavras de Cadena nos permitem acompanhar a descrição do resultado final colhido pelos holandeses naquele confronto.

[...], em carros fomos entregando seus mortos e lhes contamos na entrega trezentos e vinte e sete. Dos mais formosos homens que nunca se viram. Pareciam gigantes e sem dúvida era (sic) a flor dos holandeses. E eles se enfadaram de ver tantos que se foram, ficando mais de trinta para lhes mandar que ainda tínhamos, e estes fora muita quantidade que retiraram de noite, enquanto se pelejava com cinquenta redes. E se afirma que só de mortos passam de quinhentos e mais de setecentos feridos [...]. A nós, nos mataram na batalha sessenta homens e nos feriram noventa e nove, de que receio, muitos morrerão porque este conde de Nassau e os hereges seus companheiros fazem uma guerra muito suja, porque as balas vem untadas com toucinho rançoso, se bem que cauterizamos as feridas com fogo[...].<sup>217</sup>

De fato, desde que haviam sido expulsos da capitania de Pernambuco, o combate da trincheira de Santo Antônio tornou-se uma das mais completas vitórias conseguidas pelos luso-brasileiros sobre as tropas da West Indische Compagnie. Por outro lado, embora seu mecenas não tenha conseguido vencer a resistência dos defensores da

---

<sup>215</sup> Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. Lisboa: 1941. p.66-67.

<sup>216</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001.p.115-116. CD-ROM

<sup>217</sup> Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. Lisboa: 1941. p.67.



cidade de Salvador em 1638, não se pode negar que Gaspar Barleus descreveu, com riqueza de detalhes, o cotidiano dos combates e do cerco intentado contra a cidade de Salvador pelas tropas da WIC.

Raiando o dia, jaziam esparsos os cadáveres dos inimigos de envolta com os nossos, mostrando como fugiram e como resistiram. Por isso, combinado para aquele mesmo dia um breve armistício, aplicaram-se as duas partes rivais a enterrar os mortos. A maioria dos corpos eram dos nossos, encontrados dentro dos valos dos inimigos, mereceram do lugar onde tombaram, senão a glória de vencer, ao menos a do valor e do arrojo militar.<sup>218</sup>

Neste sentido, o testemunho de Barleus, escrito alguns anos depois no conforto de seu gabinete na Europa, certamente sem que ele soubesse, corroborou as informações relatadas pelo Provedor-Mor do Brasil, Pedro Cadena, que foram registradas durante os combates de Salvador, em sua *Relação Diária*. No entanto, cabe uma ressalva, pois, boa parte dos que se dedicaram a estudar o período da dominação holandesa no Brasil privilegiou o ponto de vista dos atacantes. Neste caso foram certamente influenciados pela retórica vibrante de Barleus, e pela obra pioneira de Varnhagen que, como se sabe, se debruçou sobre a documentação produzida pelos agentes da West Indische Compagnie e das Províncias Unidas, que sobreviveu aos caprichos do tempo estando preservadas nos arquivos da Holanda.

De fato, Varnhagen ao tratar do cerco de Salvador, particularmente entre os dias 18 e 19 de maio de 1638, afirmou que devido ao fracasso do grande ataque desfechado pelas tropas holandesas.

O dia imediato foi de tréguas e de luto, destinado para o enterro dos mortos. Na noite de 25, Nassau mandava retirar todas as suas tropas, sem que disso tivessem os nossos a menor notícia; de modo que, ainda pela manhã, disparavam balas e bombas para o campo inimigo como se ele estivesse ocupado.<sup>219</sup>

Posteriormente, seguindo o rastro deixado pelo ilustre historiador do século XIX, outros autores afirmaram que o grande feito militar realizado naquela ocasião teria sido exatamente a retirada concebida pelo gênio militar de Nassau. Por conseguinte, essa decisão estratégica do governador do Brasil holandês teria permitido aos soldados e

---

<sup>218</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001.p.116. CD-ROM.

<sup>219</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p.154. (Coleção General Benício; v.387).

navios da West Indische Compagnie, deixarem suas posições de combate sem que os defensores da cidade de Salvador tivessem se apercebido do que ocorria. Neste sentido, esta assertiva de Varnhagen confirmaria a narrativa apresentada por Barleus, que como se viu anteriormente, escreveu sua versão dos fatos baseando-se, em grande parte, na documentação que lhe foi fraqueada por seu mecenas, o conde de Nassau.<sup>220</sup>

No entanto, penso que atribuir ao gênio militar de Mauricio de Nassau o sucesso daquela manobra é contar, apenas, a metade da história. De fato, percebe-se que o conde Nassau foi obrigado a desistir do cerco de Salvador, sobretudo, pelas pesadas baixas que sofreu. Seja como for e ainda que não bastassem essas perdas, o comandante em chefe das tropas da West Indische Compagnie, a exemplo de seus antecessores, ao tomar a decisão de levantar o cerco de Salvador, teve que levar em conta a incerteza sobre a efetiva chegada de reforços que contava receber das Províncias Unidas.

Como aquele socorro jamais chegou, a situação tática de Nassau que já não era das melhores, deteriorou-se dia-a-dia. Por conseguinte, após o fiasco que colheu no combate de Santo Antônio, a única manobra que lhe restara era a retirada das tropas e navios que ainda dispunha sob seu comando. Essa decisão permitiu-lhe preservar os sobreviventes daquelas forças.

Ao menos é o que se pode constatar pelas afirmações do mesmo Gaspar Barleus. No entanto, ao narrar esses acontecimentos, o cronista apressou-se em ressaltar que a decisão foi tomada no “conselho de guerra,” do qual participou, entre outros, o conselheiro político Gisselingh que representava os interesses da West Indische Compagnie. Por conseguinte, confrontado naquela ocasião pelo malogro das várias tentativas de vencer a resistência dos defensores da cidade de Salvador, Maurício de Nassau, embora fosse o comandante em chefe das tropas neerlandesas, teve o cuidado de compartilhar a responsabilidade pela decisão de suspender o cerco e retornar para Recife.

Sabendo o nosso general que o voto dos comandantes nem sempre correspondem aos eventos das guerras, e que nem sempre os desígnios divinos se sujeitam aos dos homens, dividido muitas vezes o império de Deus com o de César, examinou rigorosamente, com o conselheiro Gisselingh e outros comandantes de terra e do mar, o

---

<sup>220</sup> Sobre essa tendência de análise ver: Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Coleção Brasileira volume 312). Hermann Wätjen. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. (original de 1938). 3ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

aspecto da presente guerra, o estado dos acampamentos e todas as circunstâncias da empresa, concluindo o seguinte: que, desfalcado o exército, restavam apenas, aptos para a luta, 2400 soldados e 900 brasileiros [índios tapuia]; que com tais forças não era possível nem a própria defesa, nem o ataque contra os inimigos, protegidos por diversos fortes e trincheiras [...]. Prouve, portanto, a todos antes suspender o cerco tentado que lançar em maior discrimine [sic] e incertezas do acaso o resultado geral da guerra [...].<sup>221</sup>

De todo modo, pelo lado dos defensores da cidade de Salvador, se pode contar com o relato de Pedro Cadena, que entretanto, permaneceu inédito até 1941. O Provedor-Mor do Brasil confirmou que a retirada dos sitiados não foi percebida pelos defensores de Salvador, devido a uma violenta tempestade que caiu durante a noite de 26 de maio. Porém, segundo o que informou ao rei de Espanha, aquela manobra intentada pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais, foi notada na manhã seguinte. Nesse sentido, aos olhos dos defensores de Salvador, a ‘retirada’ de Nassau e seus soldados mais pareceu uma debandada geral, quase uma fuga, devido à desordem com que os holandeses tentavam desesperadamente chegar aos seus navios.

A meia noite entrou uma tormenta de vento sul, com tanta ventania que puderam os holandeses retirar-se do seu quartel, como fizeram, sem ser sentidos dos nossos postos e emboscadas. Ao amanhecer, ainda que com muita chuva, pelo pouco rumor que havia nos quartéis se foram reconhecer e se acharam desamparados, fomos seguindo a retirada, e já achamos mui pouca gente na praia, que logo se embarcou descompostamente [...].<sup>222</sup>

De todo modo, o espírito de luta dos defensores mantinha-se alerta, para o caso de uma nova investida por parte dos holandeses. Ao menos é o que se pode perceber na última das 38 cartas que Pedro Cadena de Vilhasanti enviou ao rei de Espanha, datada de 12 de junho de 1638. O provedor informava acerca da vitória conseguida pelos defensores de Salvador sobre as tropas de Nassau.

Senhor, tenho dado conta a Vossa Majestade de tudo quanto se tem oferecido neste sitio que nos puseram os holandeses, por Relação Diária, desde 16 de abril até 29 de maio quando o inimigo desapareceu desta costa, em carta particular de cada dia tirado os de 18 e 19 de abril quando as ocupações não deram lugar a fazê-lo, [...] a experiência nos mostrou que todas quantas fortificações aqui achamos não servirão senão as que de novo fizemos agora, tomando as eminências opostas a esta cidade, iremos continuando com elas,

---

<sup>221</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p.117-118. CD-ROM.

<sup>222</sup> Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. Lisboa: 1941. p.82.

aperfeiçoando-as e fechando-nos pelas partes de São Bento para que se o inimigo retornar aqui (como sem dúvida o fará se lhe vir socorro) que nos ache com gente folgada sem ser necessário trabalhar nas fortificações. [...].<sup>223</sup>

Mas, os receios de Pedro Cadena não se concretizaram naquela ocasião, pois, entre fins de maio e os primeiros dias de junho os sobreviventes das tropas comandadas por Maurício de Nassau, que lograram escapar do verdadeiro alçapão em que se meteram na Bahia, já se encontravam a bordo de seus navios, iniciando uma melancólica viagem de regresso ao Recife. Como não podia deixar de ser, o estado de ânimo dos soldados e marinheiros da West Indische Compagnie, contrastava fortemente com aquele que exibiam poucos meses antes, quando embarcaram rumo ao litoral baiano.

Afinal, como se viu acima, em princípios de 1638, até o Governador do Brasil holandês, chegou a considerar que a cidade de Salvador seria tomada com relativa facilidade. No entanto, a realidade se encarregara de frustrar tais perspectivas otimistas. Contudo, bastaria um observador atento, para compreender que a derrota das tropas holandesas se delinearara desde o longo combate travado na trincheira de Santo Antônio. Ao menos é o que se pode verificar pelas palavras de Barleus, o insuspeitado cronista dos feitos de Nassau.

[...], compreendeu-se então que haviam sido falsas as informações dadas a Nassau sobre a discórdia entre Banholo e o governador da Bahia, pois cederá este àquele toda a sua autoridade sobre a milícia e a administração da guerra, havendo o bispo acudido com dinheiro à aflitiva inófia [penúria] da soldadesca queixosa. Penetrou fundo no ânimo de Maurício não ter ele podido, por falta e por demora de auxílio, vingar nesta célebre expedição, o renome da pátria, da companhia e o seu próprio [...].<sup>224</sup>

Por conseguinte, em face das informações acima, a retirada das tropas que sitiaram a capital colonial do Brasil em 1638, significou, sem dúvida, o grande fiasco da carreira militar de João Maurício de Nassau nos trópicos, a sua única derrota. Por outro lado, na *História da Guerra Brasilica*, de Francisco de Brito Freire, também se pode encontrar outra narrativa do revés experimentado pelos neerlandeses naquela inglória ação intentada na Bahia. Todavia, merece destaque sua descrição, ainda que sucinta, do

---

<sup>223</sup> Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. Lisboa: 1941. p.93.

<sup>224</sup> Gaspar Barleus. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001. p.120. CD-ROM

estado de ânimo que acabou por tomar conta da corte espanhola tão logo chegaram notícias da vitória conseguida pelos defensores de Salvador.

Espanha molestada e cuidadosa sentia perdas e receava ameaças, vendo armada contra si quase toda Europa, em Catalunha, Itália, Flandres e Alemanha; por haver tido da Nova Lusitânia instâncias apertadas, fez singular estimação das novas presentes: como supondo já, no Brasil, que ganhava muito em não acabar de perder tudo.<sup>225</sup>

De todo modo, longe das paixões que o episódio ainda possa causar, não se pode negar que um grande feito militar foi realizado pelos defensores da cidade de Salvador em 1638. Mais que isso, aqueles que participaram dos combates obtiveram uma vitória incontestável sobre as tropas sitiadas que representavam o melhor exército europeu enviado aos trópicos no século XVII.

No entanto, a grande novidade surgida naquela ocasião foi o emprego, por parte das forças de defesa coloniais, de um novo *modus operandi*, que se tornara o modelo adotado desde 1630 em todos os enfrentamentos da guerra de resistência às tropas da West Indische Compagnie. De fato, se por um lado, as forças de defesa da colônia tiveram que empregar as estratégias criadas e desenvolvidas nas guerras que assolavam a Europa. Por outro, valeram-se das técnicas de combate indígenas, particularmente a emboscada.

Por fim, dentre os ‘soldados da terra’ sobressaíram-se os flecheiros dos aldeamentos jesuíticos, as verdadeiras tropas de pronto emprego contra os invasores. À guisa de conclusão deste capítulo, cabe aqui relembrar as palavras do mestre Evaldo Cabral, acerca das peculiaridades da ‘guerra lenta’ travada nos trópicos, ou ‘guerra de Pernambuco’, como também aparece nas fontes que tratam daquele período conturbado.

Guerra de posições e guerrilha: eis os pólos entre os quais se moveram ambigualmente a resistência e a restauração, sem jamais serem inteiramente uma ou outra; eis, lado a lado, em embaraçosa convivência, a guerra européia e a “guerra brasileira”, o veterano de Flandres e o capitão de emboscadas, o soldado do reino e o soldado da terra.<sup>226</sup>

Mas há um outro viés do cerco de Salvador em 1638 que tem sido negligenciado. Refiro-me às ações dos religiosos da Companhia de Jesus durante os

---

<sup>225</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.273.

<sup>226</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34. 2007. p.257

quarenta dias do sítio imposto por Maurício de Nassau e suas tropas. De fato, uma carta do padre Domingos Coelho, enviada ao Geral Múcio Vitelleschi, no dia 30 de maio de 1638, tornou-se o primeiro documento jesuítico conhecido que traz a notícia da derrota sofrida pelos soldados da West Indische Compagnie. Ao que parece provincial dos inacianos no Brasil tinha muita pressa para que as boas novas chegassem o mais rápido possível à sede da Companhia de Jesus em Roma, pois sua carta foi escrita exatamente no dia seguinte àquele em que os navios holandeses deixaram a baía de Todos os Santos, e tomaram o rumo de volta ao Recife.

No entanto, apesar da prontidão com que o padre Domingos Coelho tratou de enviar esta carta, ela jamais chegou ao seu destino. Ao que tudo indica o manuscrito original foi retido pela zelosa burocracia espanhola, pois, não existe nenhum registro de sua existência nos arquivos da Companhia de Jesus. Na verdade, somente no século XX, este documento foi localizado pelo padre Serafim Leite nos arquivos na Biblioteca da Academia da História de Madrid.<sup>227</sup>

Seja como for, ainda naquele ano de 1638, a vitória obtida pelos defensores da cidade de Salvador contra os holandeses, inspirou um dos mais conhecidos textos da parenética jesuítica do século XVII. Refiro-me ao Sermão de Santo Antônio, proferido pelo padre Antônio Vieira, no dia 13 de junho daquele ano, ou seja, quando eram decorridos pouco menos de duas semanas da retirada das tropas sitiadas.

Ao escolher Santo Antônio como personagem central deste sermão, o jesuíta destacou duas características que haviam sido atribuídas ao frade franciscano antes mesmo de sua canonização em 1232, a taumaturgia e o combate aos hereges. Como se sabe, ambas se tornaram muito caras à devoção popular que matizava o catolicismo luso-brasileiro. No entanto, tendo em vista a guerra que se travava no Brasil desde 1630 contra as forças calvinistas das Províncias Unidas, Vieira destacou muito mais a face combatente de Santo Antônio. De todo modo, como ressalta Ronaldo Vainfas, ao se referir ao ‘mais português de todos os santos’,

O frei Antônio histórico nunca foi propriamente militar, embora combatesse com as armas da palavra pelo cristianismo romano contra infieis e hereges. Mas o Santo Antônio de Lisboa, ao menos no Brasil, fazia longa carreira de armas, batizando fortes e regimentos,

---

<sup>227</sup> Biblioteca de la Historia de Madrid, *códice Jesuítas*, t.119, f.246. Apud. Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. tomo VIII, p.165.

interferindo em batalhas diretamente, e sendo ele mesmo – em imagem, é claro – condecorado, promovido e reconhecido por serviços prestados a El-rei.<sup>228</sup>

Durante sua longa e profícua existência o padre Antônio Vieira recorreria outras vezes a Santo Antônio em seus sermões. Mas neste, pregado no dia 13 de junho de 1638, na igreja que tinha como orago o mesmo santo, na colina onde se travou o mais renhido combate, o jesuíta tratou especificamente da vitória alcançada na Bahia contra os holandeses. Por conseguinte, através deste sermão, se manifestou o reconhecimento do valor guerreiro demonstrado pelos combatentes da resistência.

Este é o lugar, onde por espaço de quarenta dias e noites como o dilúvio, sustentou a Bahia, posta em armas, aquela furiosa tormenta de trovões, relâmpagos e raios marciais, com que a presumida hostilidade do inimigo, assim como tem dominado em grande parte os membros deste vastíssimo Estado, assim se atreveu a vir combater, e quis também conquistar a cabeça. E neste mesmo lugar – bendita seja a bondade e providência divina – trocados os receios em alegria, as armas em galas, e a guerra em triunfo, vemos junta outra vez a mesma Bahia, para render a Deus as devidas graças pela honrada e tão importante vitória com que, desenganado o mesmo inimigo, ocultou de noite a fugida, e de dia o vimos sair tão humilhado e desairoso, por onde tinha entrado tão orgulhoso e soberbo.<sup>229</sup>

De todo modo, não se pode deixar de registrar que este sermão de Santo Antônio apresenta um forte apelo no sentido de uma ideologização das lutas contra os holandeses. Claramente se pode perceber esta intenção quando o padre Antônio Vieira destacou as vicissitudes enfrentadas por todos os que participaram ativamente, dos esforços para expulsar os hereges invasores, dentre os quais se encontravam não apenas os soldados, mas vários religiosos da Companhia de Jesus

Mas, o padre Antônio Viera já dava mostras de grande talento para o púlpito. De fato, se por um lado, no âmbito espiritual atribuiu a Santo Antonio a vitória colhida pelos defensores da cidade de Salvador, por outro lado, mais afeito às lides das armas, o jesuíta não hesitou em creditar aos soldados do ‘exército de Pernambuco’, grande parte da derrota militar infligida às tropas comandadas por Maurício de Nassau. Esse foi o

---

<sup>228</sup> Ronaldo Vainfas. ‘Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política’. In: *Revista USP*. São Paulo: 57: 28-37, 2003.

<sup>229</sup> ‘Santo Antônio, Em Nome de Todos os Santos, Protegeu a Baía.’ Sermão pregado na Igreja do mesmo santo em 13 de junho de 1638. In: Antônio Vieira, SJ. *Santo Antônio, luz do mundo*. (nove sermões). Organização, introdução e notas de frei Clarêncio Neotti, OFM. Petrópolis: Vozes, 1977, p.30.

caso, por exemplo, do uso de referências bíblicas acerca do episódio que envolveu Jacó e suas filhas de Labão, Raquel e Lia.<sup>230</sup>

Assim, através desse recurso literário e retórico, o pregador jesuíta visou, sobretudo, motivar os combatentes pernambucanos para que não se deixassem abater pelas incertezas da luta contra as tropas da West Indische Compagnie. Embora reconhecendo as dificuldades e os riscos da empreitada, Vieira assegurava aos soldados da resistência que, do mesmo modo como Raquel foi dada a Jacó ao final de um longo período de provação, Pernambuco seria restaurado.

[...] O mesmo digo eu agora. Serviram os filhos de Pernambuco pela sua formosa Raquel, pela sua Olinda, outros sete anos, ao cabo dos quais, não só a não recuperaram, mas a perderam de todo. Argumento grande de seu valor que houvessem mister os holandeses sete anos para conquistar Pernambuco, quando bastaram outros sete aos mouros para conquistar Espanha. Mas, se ao cabo de tantos trabalhos e serviços não concedeu Deus aos Pernambucanos a sua Raquel, não foi por lha negar, senão por lhe querer dar também a Lia. Quis-lhe dar primeiro a Bahia, como irmã mais velha e cabeça do Estado, e depois de levarem esta glória, de que ela sempre lhe deve ser agradecida, então lhes cumprirá seus tão justos desejos, e com redobrado e universal triunfo os meterá de posse de sua tão amada pátria, como digna de ser amada. Assim o confiamos da bondade de Deus, [...].<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> Jacó tencionava casar-se com Raquel e por isso teve que servir durante sete anos a Labão, pai de sua pretendida. No entanto, ao fim desse prazo Jacó recebeu Lia, a filha mais velha e teve que prolongar sua servidão por mais sete anos, e só então se casou com Raquel. Cf. Gênesis, 29, 9-30.

<sup>231</sup> ‘Santo Antônio, Em Nome de Todos os Santos, Protegeu a Baía.’ Sermão pregado na Igreja do mesmo santo em 13 de junho de 1638. In: Antônio Vieira, SJ. *Santo Antônio, luz do mundo*. (nove sermões). Organização, introdução e notas de frei Clarêncio Neotti, OFM. Petrópolis: Vozes, 1977, p.60.



## Capítulo IV: Os jesuítas em ação

Como se viu nos capítulos anteriores, vários jesuítas desempenharam funções de relevância durante a guerra de resistência. Por conseguinte, as ações de alguns destes missionários serão mais detidamente abordadas e analisadas ao longo deste capítulo, levando em conta, por um lado, os religiosos cujas ações estiveram inseridas nos quadros estratégicos mais amplos da luta contra os holandeses nos tópicos e, por outro lado, os padres cujas cartas veicularam informações que serviram para orientar o processo decisório dos dirigentes da Companhia de Jesus no Brasil e na Europa. Como não podia deixar de ser, a correspondência jesuítica, notadamente entre 1630 e 1640, é a fonte primordial para o entendimento da conjuntura da guerra de resistência aos soldados da West Indische Compagnie, e os seus reflexos na vida interna da ordem inaciana.

### Jesuítas: “os mais perigosos inimigos” da WIC

Em agosto de 1635, os *Herren XIX*, dirigentes máximos da West Indische Compagnie, receberam notícias animadoras de seus agentes em Pernambuco, que davam conta da rendição da Paraíba, e do inevitável colapso das tropas de Matias de Albuquerque. Embora exultantes com os resultados obtidos na luta contra a resistência pernambucana, numa carta enviada aos integrantes do Conselho Político da WIC no Brasil, determinaram claramente que a presença dos jesuítas não seria tolerada nas áreas ocupadas pelas tropas das Províncias Unidas. De fato, ‘o perigo dos eclesiásticos’ sempre assombrou o sono dos dirigentes holandeses. Os missionários da Companhia de

Jesus eram acusados, com razão devo dizer, de serem os mais perigosos inimigos da WIC no Brasil.

Na verdade, porém, boa parte dessas acusações devia-se à atuação daqueles religiosos nos ataques contra as tropas holandesas. De fato, os jesuítas sempre estiveram na vanguarda, fosse animando os soldados da resistência, através da assistência religiosa aos combatentes; ou então, enviando grupos de índios flecheiros que viviam nos aldeamentos jesuíticos. Os flecheiros, graças ao destemor com que combatiam, se tornaram indispensáveis nas surtidas que realizaram contra os soldados da West Indische Compagnie. Já referimos nos capítulos anteriores as ações de jesuítas que se destacaram como comandantes dos flecheiros, como foi o caso, por exemplo, do padre Manuel de Moraes e de seus flecheiros da aldeia de São Miguel do Muçuí, e do padre Lopo do Couto, que terá atuação destacada no Maranhão na década de 1640.

De todo modo, não se pode negar que estas ações dos missionários serviram como justificativa para as severas determinações dos *Herren XIX*, quanto ao tratamento que seria dispensado pelos soldados holandeses aos religiosos da Companhia de Jesus. Por conseguinte, as ordens dos dirigentes da WIC eram diretas e objetivas, determinando que todos os jesuítas, sem exceção, ‘deveriam ser mantidos à distância das nossas terras e proibida a comunicação com os moradores’.<sup>232</sup>

Embora os jesuítas e suas cartas tenham sido praticamente ignorados pelos cronistas luso-espanhóis e brasileiros, o mesmo não se pode dizer dos dirigentes, agentes e comandantes militares da West Indische Compagnie. De fato, durante a ocupação da capitania de Pernambuco, os invasores reconheceram o perigo que os missionários da Companhia de Jesus, e as notícias que faziam circular através de suas cartas, representavam para a sobrevivência do Brasil holandês.

No entanto, a preocupação dos dirigentes holandeses nesse sentido já se manifestara em 1624, quando do ataque que desfecharam contra a cidade de Salvador. Naquela ocasião os *Herren XIX* também tiveram o cuidado de instruir os comandantes e soldados holandeses determinando como deveriam suas tropas deveriam se precaver contra as ações dos Soldados de Cristo. Aliás, o episódio da captura do padre provincial

---

<sup>232</sup> ‘Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político. [Amsterdan, 1 de agosto de 1635]. Apud: José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 2ª edição Recife: Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1979. p.244. (Coleção Pernambucana volume XV).

Domingos Coelho e dos demais religiosos que o acompanhavam, serve para ilustrar o *modus operandi* adotado pelos holandeses no trato com os jesuítas que conseguiram capturar. Por conseguinte, as forças de ocupação da West Indische Compagnie sempre se mantiveram alertas contra a circulação das cartas daqueles padres que ‘escreviam demais’ e enviavam seus informes para além das áreas sob o domínio das forças terrestres e navais das Províncias Unidas.

De todo modo, ao final da primeira fase da guerra de resistência, em meados de 1635, ocorreu uma cisão entre os jesuítas, cujas origens e consequências passaram despercebidas aos holandeses. Esse episódio não foi sequer registrado pelos cronistas luso-brasileiros da guerra de Pernambuco. De fato, tudo começou a partir da queda do Arraial do Bom Jesus, em junho do mesmo ano. Naquela ocasião conturbada surgiu um desentendimento entre os missionários mais antigos, muitos dos quais veteranos na guerra contra os soldados da West Indische Compagnie, e o recém-nomeado Vice-Reitor do Colégio de Olinda, o padre Francisco Ferreira.

As fontes jesuíticas indicam que Ferreira nasceu por volta de 1583, em Setúbal, embora também conste no catálogo da Província de Portugal uma anotação de que sua diocese de nascimento seria a da cidade do Porto.<sup>233</sup> De todo modo, é certo que sua admissão na Companhia de Jesus se deu no ano de 1600, no colégio que os jesuítas mantinham na cidade de Évora. Ainda era irmão estudante quando veio para o Brasil, e obteve o grau de Mestre em Artes, aprendendo ainda a língua geral. O padre Francisco Ferreira fez sua profissão solene de 4 votos no Colégio da Bahia em 1621 e ali também foi Mestre de Noviços. Posteriormente transferiu-se para o Colégio de São Paulo de Piratininga, do qual se tornou vice-Reitor. Em fins de 1634 foi escolhido para exercer a mesma função no Colégio de Pernambuco, em substituição do padre Manuel Fernandes.<sup>234</sup>

Apesar da conjuntura absolutamente desfavorável e repleta de incertezas, causada pela ocupação holandesa daquela capitania, a indicação do padre Ferreira seguia uma norma administrativa prevista nas *Constituições da Companhia de Jesus*. Nesse sentido, sua nomeação para o cargo de vice-reitor assegurava-lhe, por conseguinte, a condição de Superior dos jesuítas de Pernambuco. Todavia, deve ser

---

<sup>233</sup> ARSI, códice *Lustania* 4, f.178.

<sup>234</sup> Idem, códice *Brasilia* 5, f.135.

ressaltado que perante a situação vivida em Pernambuco, tratava-se de uma filigrana administrativa tipicamente jesuítica. Na realidade o padre Ferreira tornara-se dirigente de um colégio que deixara de existir há mais de cinco anos.

De fato, como se viu no capítulo anterior, a vila de Olinda, onde se localizava a sede do colégio dos jesuítas, havia sido ocupada pelos holandeses desde os primeiros dias do ataque de 1630. Posteriormente, o comandante das tropas da West Indische Compagnie, alegando a impossibilidade de defendê-la convenientemente das surtidas dos guerrilheiros do Arraial do Bom Jesus, decidiu incendiá-la e Olinda foi reduzida a escombros.

Por conseguinte, logo após chegar em Pernambuco no dia 21 de fevereiro de 1635, ou seja, pouco depois da tomada da capitania da Paraíba pelos holandeses, o padre Francisco Ferreira resolveu instalar-se na aldeia de Pojuca. No entanto, poucos meses se passaram até que se tornou iminente a queda do Arraial do Bom Jesus, apesar dos esforços dos soldados da resistência que o guarneciam. Sabendo do destino que era reservado pelas tropas da West Indische Compagnie aos jesuítas que lhes caíam nas mãos, o Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, padre Domingos Coelho, o mesmo que havia sido capturado pelos holandeses em 1624, exercendo, então, o seu segundo mandato, determinou, através de uma carta enviada em princípios de janeiro de 1635, que, caso se confirmasse a derrocada do 'Real do Bom Jesus', todos os missionários deveriam buscar refúgio na Bahia.<sup>235</sup>

Na mesma ocasião o provincial dos jesuítas recomendou aos religiosos que não deixassem de conduzir para o território baiano todos os índios das aldeias jesuíticas situadas na capitania de Pernambuco. Deve-se ressaltar no entanto que, o mesmo cuidado já havia sido tomado pelos religiosos das aldeias situadas na Paraíba quando da controversa rendição daquela capitania aos holandeses no limiar daquele ano.

Mas, em Pernambuco, o padre Francisco Ferreira defendia outro ponto de vista. Segundo sua avaliação, caso a saída dos religiosos se concretizasse, os moradores da capitania ficariam sem os sacramentos e o consolo espiritual proporcionado pelos

---

<sup>235</sup> Infelizmente esta carta do padre Domingos Coelho se perdeu. De todo modo, as suas determinações aos missionários de Pernambuco, constam da carta que o provincial dos jesuítas enviou ao comandante da resistência, o general Matias de Albuquerque. Cf. ARSI, códice Brasília, ff.477-480v. Excertos desta carta podem ser consultados em: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Volume 5 pp.365; 371-373; 375.

padres da Companhia de Jesus. Por conseguinte, Ferreira solicitou permissão para permanecer na capitania com alguns jesuítas que esposavam a mesma opinião.

Na sede dos inacianos em Salvador, o provincial Domingos Coelho, embora levando em consideração as alegações do novo superior dos jesuítas de Pernambuco, esforçou-se para fazer com que aquele padre recalcitrante mudasse de ideia, mostrando-lhe os riscos que aquela decisão acarretaria, particularmente quando as tropas holandesas viessem a ocupar toda a região. Como se sabe, o padre Domingos Coelho argumentava com pleno conhecimento de causa, pois, entre 1624 e 1625 conhecera de perto a ‘hospitalidade’ reservada pelos calvinistas das Províncias Unidas aos religiosos da Companhia de Jesus.

Apesar das alegações do Provincial dos jesuítas, o padre Ferreira mostrou-se irredutível, e a crise instalou-se definitivamente. No entanto, as consequências dessa queda de braço entre os dois religiosos tiveram desdobramentos para além dos limites da própria ordem inaciana. De fato, o *imbróglio* acabou chegando ao conhecimento do comandante das tropas da resistência, o general Matias de Albuquerque, que se manifestou totalmente contrário à permanência dos missionários, reforçando os argumentos do padre provincial.

Os pontos principais que alicerçavam as opiniões do provincial, e de grande parte dos religiosos da Companhia de Jesus, foram explicitados na carta que Domingos Coelho escreveu ao general Albuquerque, em maio daquele ano.

Por ser matéria tão grave a consultei, [em] primeiro de fevereiro passado, com o Sr. Governador Geral deste Estado e com o Sr. Bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, e ambos, sem saber um do outro, me responderam uniformemente que por nenhum caso consentisse que os Religiosos da Companhia ficassem entre os rebeldes alevantados, ainda que fosse com tão justo fim como pretendíamos, [...]. Esta resolução mandei logo ao Padre Manuel Fernandes, Vice-Reitor que então era desse Pernambuco, e depois a dei ao Padre Francisco Ferreira, que lhe foi suceder no mesmo cargo, ordenando-lhes precisamente que, em caso que os outros Religiosos desejassem, me mandassem para esta Baía[sic] os Padres e Irmãos velhos e doentes, mas que os demais, que lá podiam trabalhar, ficassem e [se] ocupassem em serviço de Deus e de Sua Majestade.<sup>236</sup>

No entanto, cabe esclarecer que a crise entre os jesuítas de Pernambuco tinha raízes mais profundas, embora bem menos nobres que o zelo pastoral alegado pelo

---

<sup>236</sup> ‘Carta do padre Domingos Coelho a Matias de Albuquerque, Bahia, 14 de maio de 1635’. ARSI, códice *Brasilia* 8, ff.47-7478.

padre Francisco Ferreira. Para explicá-las é necessário retroceder ao ano de 1630. Como se viu no capítulo anterior, logo após a derrocada das linhas de defesa estabelecidas pelo general Matias de Albuquerque, e perante a rapidez com que as tropas da West Indische Compagnie ocuparam Recife e Olinda, os religiosos da Companhia de Jesus tiveram de se retirar para o hinterland da capitania. A partir de então, uns recolheram-se às aldeias jesuíticas, outros passaram a trabalhar no Arraial do Bom Jesus.

No entanto, estes últimos, sem dúvida alguma estiveram mais expostos aos perigos e incertezas da guerra de resistência movida contra os invasores das Províncias Unidas. O padre Francisco de Vilhena foi um dos que permaneceram no Arraial do Bom Jesus, e acabou por se tornar o jesuíta mais próximo de Matias de Albuquerque. Por outro lado, Vilhena tornou-se o mais ferrenho adversário daqueles que, segundo notícias que corriam entre os soldados do Arraial, ‘tinham trato com os holandeses’, ou por outras palavras, haviam estabelecido uma forma de coexistência pacífica, que se baseava na troca de favores entre os colonos e os soldados e funcionários da West Indische Compagnie.

As críticas e censuras públicas do padre Vilhena certamente estiveram na origem das diversas inimizades que o jesuíta acabou angariando entre alguns moradores de Pernambuco. Todavia, segundo se pode verificar através do exame da correspondência oficial dos inacianos, seu mais ferrenho opositor não se encontrava entre estes colonos. De fato, seu crítico mais feroz tornou-se, exatamente o padre Francisco Ferreira, que o acusava de ser muito próximo do general Matias de Albuquerque. Essa proximidade, ainda segundo as afirmações do superior dos jesuítas de Pernambuco, provocava várias inimizades e obstáculos ao trabalho desenvolvido pelos demais religiosos da Companhia de Jesus.

Seja como for, nas seis cartas escritas pelo padre Ferreira, que chegaram até nossos dias, e que atualmente fazem parte do acervo do Archivum Romanum Societatis Iesu, é possível vislumbrar que aquele religioso possuía uma personalidade inquieta e rancorosa, sempre pronto a denunciar qualquer desvio de seus subordinados. Na verdade esses traços de sua conduta estão mais visíveis em três cartas que escreveu, nas quais se encontra o mais completo registro sobre a defecção do padre Manuel de Moraes. De fato, ao tratar dos danos que a deserção do padre Manuel de Moraes causou à Companhia de Jesus, uma delas foi destacada por Ronaldo Vainfas.

Francisco Ferreira escreveu várias cartas ao padre Múcio Vitelleschi, geral da Companhia de Jesus em Roma, lastimando a conduta de Manuel de Moraes. Numa delas, escrita em Pernambuco, com data de 24 de junho de 1635, chegou a acrescentar um *post-scriptum* tratando da ida de Manuel de Moraes para a Holanda, realçando o dano que sua dissidência causou aos portugueses e à própria imagem da Companhia de Jesus.<sup>237</sup>

Contudo, no caso das opiniões de Ferreira acerca da conduta do padre Vilhena, eram outras as preocupações. O superior dos jesuítas sentia-se extremamente incomodado com a deferência e apreço que o general Matias de Albuquerque demonstrava para com aquele religioso. Na realidade, ao contrário do padre Francisco Ferreira, que havia chegado há pouco tempo à capitania, Francisco Vilhena era um veterano das lutas contra os holandeses. De fato, depois de cinco anos de luta, o jesuíta acabou por se tornar, mais que um ‘irmão de armas’ de Matias de Albuquerque, um especialista nos intrincados meandros da guerra de guerrilha movida contra os holandeses. Por conseguinte, o comandante da resistência sempre o consultava para que opinasse acerca das inúmeras questões relativas ao governo da guerra de Pernambuco.

Afrontado por esta proximidade entre o general e o missionário, e provavelmente sentindo-se suplantado em sua autoridade de chefe dos jesuítas, pela indisfarçável deferência de Matias de Albuquerque ao padre Francisco Vilhena, bastou pouco tempo para que o padre Ferreira passasse da inveja à maledicência. Assim, pouco menos de seis meses após assumir o cargo de vice-reitor do inexistente colégio de Olinda e superior dos jesuítas de Pernambuco, enviou uma carta ao geral da Companhia, datada de 13 de julho de 1635.

Naquela ocasião Francisco Ferreira queixou-se amargamente do padre Vilhena, a quem acusou formalmente de indispor os moradores da Várzea contra a Companhia de Jesus, devido às suas críticas acerca da pouca ajuda que os senhores de engenho, entre outros colonos, estariam prestando às tropas que se encontravam no Arraial do Bom Jesus.

É este padre mui apaixonado por o senhor Matias de Albuquerque, o qual, por acudir por ele e por seus descuidos e maus sucessos, não só corta pela honra [ofende] destes moradores a quem estamos mui obrigados, mas também pelos Padres deste Colégio, sendo assim que o têm feito uns e outros quanto podia ser no serviço de Deus e Sua

---

<sup>237</sup> Ronaldo Vainfas. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008. p.103-104.

Majestade. [...]. Vossa Paternidade, até saber e lhe constar a verdade, houvera de mandar retirar o Padre, e que tenham tento nele nesta matéria, mandando-lhe que em coisas de Pernambuco nem pró nem contra se meta a falar nem tratar delas.<sup>238</sup>

Certamente as queixas do padre Ferreira chegaram ao conhecimento de Múcio Vitelleschi em Roma. No entanto, aqueles que enxergam a Companhia de Jesus como uma milícia da contra-reforma, cujos integrantes estão sujeitos a uma rígida disciplina, ficarão pasmos ao saber que, apesar das reclamações do seu superior em Pernambuco, nada, absolutamente nada, aconteceu ao padre Francisco Vilhena. Na realidade a explicação é simples. Pouco mais de um mês depois do envio da carta queixosa do padre Ferreira acerca do procedimento do padre Vilhena, o provincial Domingos Coelho, certamente informado dos acontecimentos de Pernambuco, enviou ao Geral da Companhia de Jesus em Roma, um relato pormenorizado daquela situação.

Os holandeses estão absolutamente senhores de Pernambuco, porque ultimamente renderam por fome as duas últimas praças que só tínhamos, o Arraial e a Fortaleza de Nazaré. Escreveu-me Matias de Albuquerque que embarcavam com a nossa gente aos Padres Leonardo Mercúrio e Gaspar de Semperes,[sic] que estavam no Arraial, e o mesmo devem ter feito ao P. Francisco de Vilhena e ao Irmão Francisco Ribeiro, que assistiam com os nossos soldados em a praça de Nazaré.<sup>239</sup>

Como se pode observar, o provincial teve o cuidado de apresentar um panorama o mais próximo possível da real situação enfrentada pelos jesuítas que se encontravam atuando na capitania de Pernambuco, muitos deles desde o início das lutas contra os holandeses. Afinal, após cinco anos de riscos e privações e sem receberem reforços condizentes com as suas necessidades, o desgaste do poder de combate das tropas da resistência tornou-se irreversível.

Por conseguinte, apesar da bravura demonstrada pelos combatentes e pelos missionários da Companhia de Jesus, a derrota das tropas de Matias de Albuquerque era uma questão de pouco tempo. De fato, alguns dias depois da queda do Arraial do Bom Jesus, a Várzea pernambucana, que então era a mais rica região agrícola do Brasil colonial, onde se localizavam os engenhos e canaviais, caiu em mãos das tropas da West Indische Compagnie.

---

<sup>238</sup> ‘Carta do padre Francisco Ferreira ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, Pernambuco, 13 de julho de 1635’. Archivum Romanum Societatis Iesu: códice *Brasilia* 8, p.459.

<sup>239</sup> ‘Carta do padre Domingos Coelho ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, Bahia, 28 de agosto de 1635’. Archivum Romanum Societatis Iesu: códice *Brasilia* 8, p.476.



Embora, se por um lado, mais afeito ao ambiente interno da Companhia de Jesus no Brasil, o teor desta carta do provincial Domingos Coelho trate principalmente dos acontecimentos ligados às atividades dos jesuítas de Pernambuco, por outro lado, existem no texto alguns pormenores que permitem perceber que o sistema de coleta de informações estabelecido pelos missionários estava funcionando a contento. De fato, através desta carta, o padre Geral Vitelleschi, mais uma vez, tornou-se um dos primeiros a receber notícias sobre a inequívoca derrota sofrida pelas forças de defesa em Pernambuco e da ocupação holandesa das capitânicas que lhe eram adjacentes.

A carta prossegue trazendo informações diretamente ligadas ao cotidiano dos religiosos. Neste sentido, o provincial informou o que foi possível apurar sobre o destino dos demais missionários que acompanharam a retirada empreendida pelas tropas de Matias de Albuquerque. Do mesmo modo, aproveitou a ocasião para tecer os primeiros comentários sobre as dificuldades enfrentadas pelo padre Francisco de Vilhena, devido às inúmeras críticas que este fizera aos senhores de engenho da Várzea pernambucana.

Todos, em todo o tempo desta guerra, assistiram nela com grande satisfação, exceto o P. Francisco de Vilhena, que com a ter grandíssima destes fidalgos, não a teve de muitos seculares, pelo julgarem por demasiadamente afeiçoado, e os querer defender a torto e a direito, que é tributo ordinário de todos os privados.<sup>240</sup>

Cabe ressaltar que o padre Domingos Coelho não se deixou levar por partidarismos regionais, apenas ateve-se a relatar os fatos, conforme deles tivera conhecimento. Todavia, não se pode deixar levar em conta a possibilidade de que o provincial do Brasil tenha se valido de informantes confiáveis em Pernambuco. Dentre eles certamente se poderia incluir o nome do padre Manuel Fernandes, que além de ser veterano das lutas de 1624 e 1625, era antigo companheiro do chefe dos jesuítas e poderia lhe passar estas informações em primeira mão.

De todo modo, os fatos subsequentes ajudam a confirmar a possibilidade de que o padre Manuel Fernandes tenha sido o informante do provincial dos jesuítas do Brasil. Afinal, naquele mesmo mês de agosto de 1635, o padre Fernandes acabara de chegar a Salvador. Naquela ocasião, aquele jesuíta, cumprindo fielmente as determinações do provincial e do general Matias de Albuquerque, organizara e chefiara a difícil retirada

---

<sup>240</sup> ‘Carta do padre Domingos Coelho ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, Bahia, 28 de agosto de 1635’. *Archivum Romanum Societatis Iesu: códice Brasilia* 8. p.476.

dos índios e missionários, até então vivendo nas aldeias jesuíticas que se localizavam no vasto território da capitania de Pernambuco, que se estendia até a região das ‘alagoas’, ou seja, ao norte do rio de São Francisco.<sup>241</sup>

Por fim, nesta carta o padre Domingos Coelho, embora não tenha deixado de reconhecer as razões que causaram tantos problemas ao padre Francisco de Vilhena, também escreveu palavras de reconhecimento ao valor pessoal e à coragem demonstrada pelo missionário jesuíta. De fato, após a queda do Arraial do Bom Jesus, o padre Vilhena havia optado por permanecer prestando assistência aos soldados que guarneciam o Forte de Nazaré, que se tornou, a partir de então, a última posição defensiva das tropas de Matias de Albuquerque na capitania de Pernambuco.

E a verdade é que se achariam poucos ou nenhuns[sic] dos nossos que voluntariamente assistissem aos perigos a que ele pessoalmente assistiu; e ultimamente, largando estes fidalgos aquela praça com intento de lhe meter mantimentos para os soldados que nela deixavam, voluntariamente se ficou com estes o P. Vilhena, padecendo muitas fomes e arriscando-se ao cativo, que de presente tem, só por honra da Companhia, [...].<sup>242</sup>

Como se pode notar a carta do provincial Domingos Coelho realmente trazia as mais recentes notícias acerca dos acontecimentos em Pernambuco. Todavia, de permeio com os assuntos internos da Companhia de Jesus, seguiram informações preciosas relativas ao desenrolar da guerra contra as tropas da West Indische Compagnie. Dentre as funestas novidades enviadas pelo superior dos jesuítas do Brasil, destacava-se, sem dúvida, àquela que dava conta da queda de Serinháem, onde se localizava o forte de Nazaré, o último baluarte da resistência pernambucana, no qual foi capturado o padre Francisco de Vilhena. Desse modo, esta carta do padre Coelho serviu ao sistema de informações montado pelos jesuítas para colher, registrar e difundir informações de combate e informações táticas, tornando-se, sem dúvida alguma, um bom manancial para os estrategistas do reino.

No entanto, cabe destacar que embora a queda de Serinháem tenha sido um duro e decisivo golpe desfechado pelos holandeses sobre o sistema defensivo estabelecido por Matias de Albuquerque, suas consequências poderiam ter sido muito piores. De

---

<sup>241</sup> Luis da Câmara Cascudo. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

<sup>242</sup> ‘Carta do padre Domingos Coelho ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, Bahia, 28 de agosto de 1635’. *Archivum Romanum Societatis Iesu: códice Brasilia* 8. p.476-476v.

fato, o coronel Artichewski, que obtivera a rendição da capitania da Paraíba, retornara à capitania de Pernambuco e suas tropas conseguiram conquistar finalmente o Arraial do Bom Jesus. A seguir se lançou em perseguição aos remanescentes das forças pernambucanas.

Em termos estratégicos a intenção do comandante polonês a serviço da West Indische Compagnie era clara, Artichewski visava realizar uma manobra que lhe permitisse deter e destruir completamente a coluna dos ‘retirados de Pernambuco.’ Todavia, esse objetivo somente não foi alcançado graças ao empenho dos índios flecheiros da aldeia jesuítica de São Miguel de Muçuí, que desde a defecção do padre Manuel de Moraes passaram a ser comandados por Filipe Camarão. Naquela ocasião, durante a retirada para a Bahia, os ‘índios do Camarão’, como foram citados em inúmeros relatos coevos, mantiveram-se postados sempre à retaguarda da coluna dos retirantes de Pernambuco, conseguindo retardar e manter a distância as tropas de Artichewski.

Portanto, deve-se ressaltar que foi graças a essa manobra de retardamento, realizada pelos flecheiros oriundos de um das mais antigas aldeias missionadas pelos jesuítas de Pernambuco, que boa parte dos remanescentes das destroçadas forças coloniais conseguiram marchar em sua longa e difícil retirada até a segurança relativa da Bahia. De todo modo, estratégias militares à parte, é preciso reconhecer que, como sempre, a face mais cruel daquela conjuntura se mostrou aos civis que dela participaram. Assim, conforme ressaltou Gonsalves de Mello.

A retirada de Serinháem é um dos episódios dolorosos da guerra, pois, nela tomaram parte centenas de moradores que abandonavam engenhos, casas e haveres. Os religiosos deixavam também os seus conventos. Nesta transmigração, coube a Antônio Filipe Camarão a proteção da retaguarda. O destino era Porto Calvo, que o inimigo ocupava e que foi necessário atacar e render para que às tropas ficasse o lugar servindo de base e aos retirantes pudesse ficar garantida a passagem para Sergipe e Bahia.<sup>243</sup>

Mas existe outro relato daquela época que permite avaliar, não só os riscos e as dificuldades enfrentadas pelas tropas e demais retirantes de Pernambuco, como também as tarefas realizadas pelos jesuítas naquela ocasião. Refiro-me ao ‘Testemunho do Conde de Banholo’, escrito no dia 20 de junho de 1638.

---

<sup>243</sup> José Antônio Gonsalves de Mello. *D. Antônio Filipe Camarão Capitão-Mor dos Índios da Costa Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954. p.22.

Acompanharam da Alagoa[sic] para a campanha de Pernambuco ao General D. Luiz de Rojas, nove deles, que eram os padres Francisco da Fonseca e Antônio Caminha, Manuel de Oliveira e Gonçalo Fernandes, com gente de três aléias, retiradas por um caminho de mato mui áspero, que iam abrindo de novo a foíce, ou machado, e com a infantaria os padres Mateus Dias, Diogo Calvo, Belchior Pires e Manuel Fernandes com o irmão Manuel Ferreira [...]; e no quartel de Porto Calvo assistiram com os soldados, índios e brancos, até a retirada que se fez para Sergipe de El-Rei, [...].<sup>244</sup>

Entretanto, nem todos os religiosos da Companhia de Jesus se retiraram de Pernambuco. De fato, como já destacamos anteriormente, o padre Francisco Ferreira estava resolvido a ficar. Como não podia deixar de ser, o *imbróglío* causado por sua recusa em retirar-se para a Bahia, foi resolvido através do *modus faciendi* dos inacianos previsto nas *Constituições*. Na realidade, perante as alegações do padre Ferreira, o provincial Domingos Coelho, deixou a cargo da consciência de cada religioso da Companhia de Jesus a decisão final sobre a opção de permanência na capitania. Por conseguinte, o vice-reitor do inexistente colégio de Olinda, preferiu ficar onde estava e aguardar a chegada das tropas holandesas.

Seja como for, o alegado zelo apostólico que motivara a permanência daqueles jesuítas, não foi suficiente para proteger o padre Ferreira e os demais religiosos da Companhia que defendiam a mesma ideia. Na verdade basta observar com cuidado de onde partiu a última carta que o recalcitrante missionário enviou ao Geral padre Múcio Vitelleschi, no dia 26 de setembro de 1636, para perceber que algo saíra errado. De fato, confirmando os receios do provincial do Brasil, a carta do padre Francisco Ferreira foi remetida da cidade de Antuérpia!

Afinal, como era de se esperar, e confirmando o prognóstico dos jesuítas veteranos da guerra de Pernambuco, Francisco Ferreira e seu grupo foram capturados pelos soldados comandados pelo coronel Sigismund von Schkoppe, então comandante das tropas holandesas aquarteladas em Recife. No longo texto que escreveu o jesuíta narrou os pormenores de sua prisão. Contudo, enquanto esteve recolhido nos cárceres de Recife, antes de ser finalmente deportado para as Províncias Unidas, tratou de anotar detalhes preciosos acerca do que conseguira observar sobre o efetivo e a movimentação das tropas da West Indische Compagnie naquela região. Do mesmo modo, pelo que se

---

<sup>244</sup> Pedro Cadena de Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941. p.199.

pode perceber pelas minúcias que relatou, o padre Ferreira também conseguiu colher algumas notícias durante seu tempo de prisão nos cárceres da West Indische Companhia em Amsterdã.

Pernambuco está acabado. Têm os Holandeses mais de seis mil homens de guerra e agora vai Maurício Conde, com três mil homens com intento de, com os que estão em Pernambuco, ir à Baía [sic]. Isto reverendo padre são os pecados do Brasil.<sup>245</sup>

Dentre todas as notícias que constam desta carta, existe uma que surpreende por sua relevância. Desde meados de 1636 circulavam fortes rumores nas Províncias Unidas, percebidos e relatados pelo padre Francisco Ferreira, sobre a iminente partida da frota que conduziria até Pernambuco o recém-nomeado Governador e Comandante em Chefe das tropas holandesas nos trópicos, o nobre alemão Maurício de Nassau. Como se sabe, ele iniciou sua viagem no mês de outubro daquele ano, chegando ao Brasil em janeiro de 1637.

Na verdade, é preciso reconhecer a abrangência do sistema de informações da Companhia de Jesus naquela época. De fato, essa carta do padre Ferreira tornou-se um dos primeiros documentos através do qual os jesuítas fizeram com que a notícia de um novo ataque holandês à Bahia, viesse a circular para além das fronteiras geográficas das Províncias Unidas. Mas o padre Francisco Ferreira foi muito mais metucioso em seu relato, pois, indicou precisamente o objetivo primordial da missão confiada a Nassau: atacar a capital colonial do Brasil.

De fato, é nesta carta que surge claramente a primeira notícia acerca das intenções estratégicas dos dirigentes da West Indische Compagnie, a partir da nomeação de Nassau para governar o Brasil holandês. Nesse sentido, é possível perceber, por outro lado, que além da eficiência dos meios de coleta de informações da Companhia de Jesus, a existência de um sistema de transmissão destas notícias que se encarregava de fazer com que elas chegassem ao seu destino final, ou seja, à sede dos jesuítas em Roma. Aliás, a importância de um bom serviço de que se encarregasse da circulação e entrega de cartas foi ressaltado, entre outros, por Fernand Braudell, pois, segundo ele, ‘a

---

<sup>245</sup> ‘Carta do padre Francisco Ferreira ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, Antuérpia, 26 de setembro de 1636’. Archivum Romanum Societatis Iesu: códice *Lusitania* 74. p.270.

duração dos trajetos não é em função do seu comprimento mas da qualidade e frequência dos correios.<sup>246</sup>

Por conseguinte, não foi por acaso que o padre Ferreira esperou até que conseguisse chegar à cidade de Antuérpia, para então enviar as informações que tão pacientemente colhera durante a sua estadia forçada em Recife e nas Províncias Unidas. De fato, além de ‘terra católica’, aquela cidade contava com um serviço de correios cuja eficiência fizera com que se tornasse, ainda na segunda metade do século XVI, uma referência na Europa.<sup>247</sup>

Seguindo a rota existente desde o século anterior esta carta chegou inicialmente a Lisboa, sede da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, dali foi reenviada para o Padre Geral em Roma. De todo modo, o códice no qual foi inserida, e onde se encontra até os nossos dias, nos oferece outra pista valiosa sobre o sistema de informações jesuítico. Embora o teor desta carta se refira, em grande parte, aos fatos ocorridos em Pernambuco, a carta do padre Francisco Ferreira não foi incluída nos códices do Brasil, como a princípio era de se esperar. Terá sido um erro cometido por algum obscuro e desconhecido jesuíta do Archivum Romanum Societatis Iesu?

Creio que não. Afinal, como se viu no primeiro capítulo, ao tratarmos das normas e condutas adotadas pela Companhia de Jesus para a produção, circulação e arquivamento de sua correspondência, indicamos claramente que a partir de meados do século XVI, graças à meticulosidade do padre Juan de Polanco, os procedimentos para o arquivamento e circulação das cartas dos jesuítas foram instituídos. Desse modo, somente aquelas cujo teor indicasse a necessidade de circulação ampla foram copiadas e, levando-se em conta as condições daquela época, algumas cartas acabaram sendo impressas. No entanto, as cartas recebidas pelo padre Geral eram arquivadas em Roma, por conseguinte, a adoção desse procedimento resultou na formação de um vasto acervo de cartas e demais documentos reunidos em diversos códices. Posteriormente todos foram catalogados pelo nome da província jesuítica através da qual aqueles documentos foram enviados à sede central dos inicianos. Assim, o códice *Lusitania 74*, no qual foi encadernada esta carta do padre Francisco Ferreira, ajuda a elucidar essa questão, pois,

---

<sup>246</sup> Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na Época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p.404.

<sup>247</sup> Idem, *ibidem*, pp.401-412.

conforme se pode verificar, a carta foi encaminhada à sede dos inacianos pelos jesuítas da Província de Portugal.

No entanto, ainda persiste uma pergunta: qual seria o motivo que moveu o padre Francisco Ferreira a informar o Geral dos jesuítas sobre os efetivos das tropas holandesas em Pernambuco?

De fato, à primeira vista, pode parecer que as informações contidas na carta do jesuíta e ex-prisioneiro dos holandeses, não eram relevantes para o padre Vitelleschi, mas, com toda a certeza, interessavam muito ao rei de Espanha e aos seus estrategistas. Portanto, penso que a passagem dessa carta pela cidade de Lisboa, atendia inicialmente às especificidades da tramitação da correspondência jesuítica na Europa. Afinal, a rota que ligava Antuérpia-Lisboa-Roma já era utilizada há algum tempo, pelos religiosos da *Missio Hollandica*, cujas atividades, já foram referidas no segundo capítulo.

Por outro lado, ao chegar em Portugal, aquela carta do padre Francisco Ferreira foi prontamente entregue ao provincial dos jesuítas. Este certamente levou em conta a relevância das informações estratégicas enviadas pelo padre Ferreira. Por essa razão, penso que seja possível que o superior dos inacianos portugueses, tenha se encarregado de fazer com que tais notícias fossem enviadas a Madri e chegassem aos ouvidos de Filipe III.

De todo modo, não se pode negar que o sistema de informações jesuítico contou com a participação dos religiosos de outras províncias da Companhia de Jesus, muitos dos quais, aparentemente, não se envolveram diretamente na guerra que se travava no além mar. Por conseguinte, penso que é lícito afirmar que os jesuítas sempre estiveram inseridos no esforço comum, que congregava todo os seus integrantes na luta contra as hostes de hereges calvinistas, cujas tropas representavam um perigo constante para as possessões coloniais do cristianíssimo rei espanhol.

Seja como for, deve-se destacar que apesar das dificuldades, dos riscos e das distâncias que certamente envolveram toda aquela operação realizada pelo padre Francisco Ferreira, que incluiu não apenas a coleta, mas o registro e o envio de informações, sua carta foi recebida em Portugal alguns meses antes que os canhões dos navios do conde Maurício de Nassau disparassem os primeiros tiros contra a cidade de Salvador.

Por outro lado, levando-se em conta os meios da época, também merece ser destacada a rapidez com que os informes colhidos pelo padre Francisco Ferreira foram difundidos pelo sistema de informações da Companhia de Jesus. Desse modo, as notícias que davam conta de que uma nova incursão da West Indische Compagnie ao Brasil estava em preparação, chegaram ao conhecimento do rei de Espanha e de seus conselheiros e estrategistas, servindo, pelo menos, para corroborar as informações anteriores obtidas pelos agentes espanhóis.

Nesse sentido, cabe ressaltar que as ordens para que se organizasse a Armada que partiria para ‘Restaurar Pernambuco’, como então se dizia em Madri e Lisboa, foram emitidas com quase dois anos de antecedência. A adoção dessas medidas indica claramente que o rei de Espanha possuía informações confiáveis sobre os planos de ataque dos holandeses à sede do governo colonial na Bahia. Por conseguinte, a preparação da Armada, cujo comando caberia ao Conde da Torre, foi iniciada bem antes do cerco àquela cidade pelas tropas comandadas por Mauricio de Nassau, e não em razão da derrota que o governador do Brasil holandês sofreu em maio de 1638, conforme afirmaram alguns cronistas.<sup>248</sup>

Por fim, talvez cause algum estranhamento minha alegação acerca da possibilidade do provincial da Companhia de Jesus em Portugal ter lido a carta do padre Francisco Ferreira, endereçada ao Geral Múcio Vitelleschi. No entanto, dentre as prerrogativas do cargo de provincial, previstas nas *Constituições*, existe uma que permite aos provinciais lerem as cartas que seus subordinados enviam ao Geral, ou seja, exatamente como foi feito com esta carta do padre Francisco Ferreira. Contudo, cabe ressaltar que existe uma exceção a esta norma, determinando expressamente a todos os religiosos da ordem inaciana, que as cartas cujos invólucros externos tenham sido assinaladas pelo remetente, com a palavra latina *solis* [somente], serão abertas apenas pelo padre Geral.<sup>249</sup>

Quanto ao padre Francisco Ferreira foi possível saber, graças aos catálogos jesuíticos, que sua libertação dos cárceres da West Indische Compagnie, ocorreu em troca de alguns holandeses aprisionados em Portugal. De todo modo, é certo que o

---

<sup>248</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

<sup>249</sup> Charlotte de Castelneau-l’Estoile. Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620. Bauru: Edusc, 2006.p.71.nota.50.



missionário deixou da cidade de Antuérpia nos últimos meses de 1636. Ao que parece o antigo superior dos jesuítas de Pernambuco tencionava chegar a Portugal e dali retornar ao Brasil. Todavia, jamais cumpriu o seu intento. De fato, segundo o que consta nas fontes jesuíticas, o padre Ferreira já estava em território espanhol nos primeiros meses de 1637. No entanto, durante sua estadia no Colégio da Companhia de Jesus em Santander, na Cantábria, Francisco Ferreira morreu em consequência dos achaques que contraíra durante sua permanência nas prisões das Províncias Unidas.

Como se viu até aqui, não se pode negar que os jesuítas da Província do Brasil pagaram um alto preço por seu envolvimento nas lutas contra as tropas da West Indische Compagnie. Por outro lado, as dificuldades e os riscos que os missionários de Pernambuco tiveram de enfrentar foram registrados em sua correspondência, o que tornou as cartas daquele período fontes preciosas, através das quais se pode acompanhar o cotidiano das lutas contra os holandeses.

Dentre todas as cartas escritas durante aquela época conflituosa, uma delas possui especial importância para que se possa avaliar a extensão dos danos, em ‘sangue vidas e fazenda’, causados aos jesuítas pelos invasores holandeses. Refiro-me particularmente à carta anua de 1631, na qual foram relatadas as ações dos religiosos da Companhia de Jesus, que se encontravam no Colégio de Olinda e missionavam nas aldeias estabelecidas pelos jesuítas na capitania de Pernambuco, quando do ataque dos soldados da WIC em 1630. De fato, essa carta indica com exatidão, quantos e quais eram os padres e irmãos coadjutores que se defrontaram com as tropas holandesas, permitindo, por outro lado, avaliar a extensão das ações de guerrilha realizadas pela resistência pernambucana, da qual os jesuítas participaram desde os primeiros momentos da luta.

Na tabela número 1, elaborada a partir das fontes jesuíticas acima referidas, foram compulsadas informações relevantes acerca do número de missionários da Companhia de Jesus que estiveram presentes na Capitania de Pernambuco desde 1630 até serem expulsos pelas tropas a serviço dos holandeses em meados de 1635. Não deixa de causar espanto o fato de que durante todo aquele período conturbado, apenas 35 religiosos da Companhia de Jesus tiveram de se defrontar com milhares de soldados que constituíram as tropas de ocupação enviadas pelos dirigentes das Províncias Unidas à região nordeste do Brasil.

**Tabela nº 1: Companhia de Jesus em Pernambuco 1630 - 1635**

<b>Estabelecimento</b>	<b>Padres</b>	<b>Irmãos</b>	<b>Total</b>
Colégio de Olinda	13	10	23
Aldeia de São Miguel do Muçuí	2	-	2
Aldeia de Assunção	1	1	2
Aldeia de Santo André	2	2	4
Aldeia de N. S <sup>a</sup> da Escada	2	-	2
Aldeia de São Miguel de Uma	2	-	2
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>13</b>	<b>35</b>

**Fonte:** ARSI. Códices *Brasília* 5, ff.135-137; *Lusitania* 74, f.270.

Como se sabe, nos últimos meses de 1635 já não havia nenhum vestígio dos religiosos jesuítas nos arredores de Pernambuco. De fato, os missionários sobreviventes haviam optado por duas possibilidades distintas, a retirada ou a captura. A maior parte deles preferiu acompanhar as tropas que haviam se retirado para a Bahia, conforme as determinações do Provincial Domingos Coelho. Por outro lado, àquela altura dos acontecimentos, um pequeno grupo havia resolvido permanecer naquela capitania totalmente ocupada pelas tropas da West Indische Compagnie. No entanto, acabaram presos e desterrados para as Províncias Unidas.

Depois de mais de cinco anos de luta, ‘Pernambuco estava perdido,’ conforme assegurou o padre Francisco Ferreira na carta que enviou do cárcere nas Províncias Unidas. De fato, em fins de 1635 tornara-se evidente a supremacia das tropas holandesas que conseguiram expulsar da capitania as forças de defesa comandadas por Matias de Albuquerque. Por conseguinte, encerrou-se a primeira fase da guerra de resistência. A Companhia de Jesus também pagou um elevado preço por sua participação naquela campanha contra os invasores calvinistas. A tabela número 2, inserida abaixo, apesar da frieza dos números, permite visualizar a devastação causada

pelas tropas holandesas sobre o efetivo de missionários da Companhia de Jesus em Pernambuco.

**Tabela nº 2: Missionários da Companhia de Jesus em Pernambuco – 1635**

Situação	Quantidade	%
Retirados para a Bahia	11	31,43%
Cativos e Desterrados	7	22,86%
Cativos e Desterrados Mortos no Exílio	13	34,28%
Mortos causas naturais	3	8,57%
Mortos em Ação	1	2,86%
Total	35	100%

Fonte: ARSI. Códices *Brasília* 8, ff.517-530

Como se pode perceber pelos dados constantes da tabela número 2, dos trinta e cinco jesuítas que participaram da guerra de Pernambuco entre 1630 e 1635, apenas onze deles, ou seja, conseguiram chegar à Bahia. Durante o mesmo período, outros vinte religiosos da Companhia de Jesus foram capturados e desterrados para as Províncias Unidas; no entanto, desse total de prisioneiros, treze missionários, representando mais da metade dos jesuítas que caíram nas mãos dos soldados da West Indische Compagnie, morreram no exílio.

Quanto aos demais quatro jesuítas que morreram em Pernambuco durante a campanha contra os invasores holandeses, a tabela indica que três deles acabaram seus dias vitimados pelas vicissitudes impostas pelos combates. No entanto, um único jesuíta foi relacionado na situação de ‘morto em combate’. Trata-se do padre Antônio Bellavia (1593 - 1633), missionário na aldeia de São Miguel de Muçuí, quando do ataque da WIC a Olinda e Recife. Posteriormente, durante a guerra de resistência, o padre Bellavia tornou-se o capelão das tropas que guarneciam o Arraial do Bom Jesus. Segundo certificou o general Matias Albuquerque, no dia 5 de agosto de 1633, durante uma incursão contra as tropas holandesas, realizada pelos guerrilheiros da companhia de emboscada comandada por Luiz Barbalho, o padre Antonio Bellavia, ‘acabou morto

gloriosamente, às cutiladas, ao confessar um soldado ferido e lhe não morrer entre o inimigo herege sem confissão.<sup>250</sup>

Como não podia deixar de ser, os registros inacianos permitem identificar os missionários que pagaram com suas vidas o pesado tributo cobrado pelos soldados das Províncias Unidas, durante a primeira fase da guerra de Pernambuco. Refiro-me a uma relação intitulada ‘Religiosos Mortos no Desterro da Holanda’, que traz o nome de 13 jesuítas capturados em Pernambuco no ano de 1635, indicados na tabela número 3.

**Tabela nº 3: Religiosos Mortos no Desterro da Holanda**

nº	Nome	Local	Ano
1	Padre Gaspar de Samperes	Cartagena	1636
2	Padre Manuel Tenreiro	No mar	1636
3	Irmão Francisco Martines	No mar	1636
4	Irmão Afonso Rodrigues	Amsterdam	1636
5	Irmão Pedro Álvares	Pichilinga	?
6	Irmão Afonso Luiz	Flandres	?
7	Padre Francisco Ferreira	Cantábria	?
8	Padre José da Costa	No mar	1637
9	Padre Leonardo Mercúrio	No mar	1637
10	Irmão Manuel Pereira	No mar	1637
11	Padre Antônio Antunes	Rio de Janeiro	1638
12	Padre Simão Castilho	Santo Antão	1642
13	Padre Manuel	Rio de Janeiro	1648

**Fonte:** Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele . *Fondo gessuitico. 3492/1363, n.º 6.*

<sup>250</sup> Cf. ‘Testemunho de Matias de Albuquerque, 20 novembro de 1635’. Apud: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. volume V. p.352.

No entanto, cabe destacar que do mesmo modo que aconteceu com outros documentos produzidos pelos religiosos da Companhia de Jesus, esta relação dos ‘Religiosos Mortos no Desterro da Holanda’, não se encontrava sob a guarda do Archivum Romanum Societatis Iesu. De fato, embora se trate de uma fonte preciosa para o entendimento da participação dos missionários jesuítas nas lutas contra os invasores holandeses no Brasil do século XVII, o códice em que foi inserida esta relação nominal repousava em Roma, no acervo da Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele. Sua localização somente foi possível, em fins da década de 1930, graças aos incansáveis esforços do insigne historiador jesuíta, o padre doutor Serafim Leite.<sup>251</sup>

Todavia, apesar da relevância das informações que traz, até o presente momento, não foi possível saber quem teria sido o autor deste documento. De todo modo, sabe-se que foi produzido em finais da década de 1640. No entanto, ainda não foi possível determinar com exatidão qual teria sido a razão que motivou sua produção e nem mesmo através de qual província jesuítica esta listagem foi remetida a Roma.

Seja como for, o cotejo das informações contidas neste documento com outras fontes jesuíticas do período da dominação holandesa no Brasil, tornou possível destacar algumas particularidades. A primeira delas se refere ao título: ‘Religiosos Mortos no Desterro da Holanda’, todavia, quatro dos jesuítas cujos nomes estão listados ali, faleceram quando já se encontravam fora das Províncias Unidas. Esse foi o caso, por exemplo, do padre Francisco Ferreira, ao qual já nos referimos anteriormente, e que morreu de causas naturais no Colégio da Companhia de Jesus em Santander, na Cantábria no ano de 1637.<sup>252</sup>

Quanto a outro jesuíta relacionado, o padre Simão Castilho, foi possível determinar com exatidão que ele conseguiu chegar ao Colégio de Santo Antão em Lisboa, onde faleceu no dia 1 de novembro de 1642. Cabe destacar que seu nome correto é Pero Castilho. Este religioso escreveu um opúsculo intitulado: *Partes do Corpo Humano Pella Língua do Brasil* [original de 1613].<sup>253</sup>

O próximo caso é o do padre Antônio Antunes, que segundo o que consta no catálogo da província do Brasil de 1631, teria nascido na capitania do Espírito Santo por

---

<sup>251</sup> Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele. *Fondo gessuitico. 3492/1363, n.º 6*. ‘A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal.’ In: Serafim Leite SJ. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VII: 125-161; 1942. [1ª série].

<sup>252</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu: códice *Brasília* 8, f.518.

<sup>253</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. volume V. p.384; VIII p.157-158.

volta de 1573. O missionário vivia na aldeia de Santo Anré em Pernambuco em 1630. Sabe-se que o padre Antunes foi capturado pelos soldados da West Indische Compagnie em 1635 e se tornou um dos primeiros jesuítas banidos pelas tropas inimigas que conseguiu voltar ao Brasil em fins de 1637. Todavia, restava-lhe pouco tempo de vida. De fato, o padre Antônio Antunes morreu no Colégio do Rio de Janeiro no dia 20 de janeiro de 1638.<sup>254</sup>

Já o caso do padre Manuel Gomes, ajuda a ilustrar as vicissitudes e as duras condições vividas pelos jesuítas capturados pelos holandeses durante a primeira fase da guerra de Pernambuco. Nascido em Évora, por volta de 1570 e admitido na Companhia de Jesus no ano de 1586, Manuel veio para o Brasil em 1595. Já se tornara padre Professo de 4 votos [1609] e participou da Armada de Alexandre de Moura e da conquista do Maranhão em 1615. Posteriormente se transferiu para a Aldeia de Nossa Senhora da Escada, em Pernambuco, e ali vivia quando os holandeses atacaram a capitania em 1630. O padre Gomes participou da luta contra os soldados da West Indische Compagnie até ser capturado em 1635 e foi desterrado para as Índias de Castela.

No entanto, apesar dos relevantes serviços que prestou a Companhia de Jesus, é incerta a data em que o padre Manuel Gomes retornou ao Brasil. O seu nome somente reaparece na documentação jesuítica no ano de 1646. Segundo o Catálogo do Colégio do Rio de Janeiro consta que o jesuíta ali se encontrava e enfrentava os achaques típicos de sua idade. No entanto, outra informação existente na mesma fonte é mais reveladora, indicando que devido aos ‘tratos’ que recebera durante o tempo em que foi prisioneiro dos holandeses, o padre Manuel Gomes ficara louco. De todo modo, seus sofrimentos chegaram ao fim em outubro de 1648.<sup>255</sup>

---

<sup>254</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. volume V, p.387.

<sup>255</sup> Idem, *ibidem*, volume V. p.388.; VIII. pp.270-271.

## Armada do Conde da Torre

Na Espanha somente em fins da década de 1630, após inúmeros adiamentos, incertezas e indefinições tornou-se possível enviar uma armada combinada para ‘restaurar Pernambuco.’ Entretanto, aquela esquadra enfrentou problemas desde os primeiros momentos de sua organização. O primeiro deles se deu já a partir da indicação do comandante da expedição. A indefinição quanto ao processo que culminou com a escolha do Conde da Torre foi ressaltada, entre outros, por Charles Boxer.

Por fim, a escolha recaiu no menos desejável dos que haviam sido consultados, D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, que anteriormente fora governador de Tanger, mas que outra qualificação não possuía a não ser a de seu nascimento aristocrático.<sup>256</sup>

Não obstante a ocorrência de tais dificuldades, cerca de cinco mil homens foram recrutados e acomodados em quarenta e seis navios, dentre os quais se destacavam vinte e sete galeões. Somente em princípios de setembro de 1638 eles receberam ordens de partir em direção ao Brasil. Estava a caminho dos trópicos aquela que se tornaria a última tentativa patrocinada pela coroa espanhola, no sentido de libertar as capitânicas do nordeste brasileiro da ocupação holandesa.

No entanto, apesar do pomposo nome com o qual passou à história, a Armada do Conde da Torre, não conseguiu se livrar dos problemas que a afligiram desde o início de sua organização. Os infortúnios insistiram em acompanhar as embarcações e seus tripulantes até mesmo depois de terem deixado a segurança relativa da Península Ibérica. Sem dúvida, tantos foram os problemas, tantas as dificuldades e as doenças que se abateram sobre os homens que tomaram parte naquela expedição, que tudo parecia indicar que alguma maldição viajava a bordo daqueles navios.

Em janeiro de 1639, reduzida a pouco mais de trinta navios, a armada surgiu no litoral pernambucano, navegando à vista das tropas holandesas estacionadas em Recife. Segundo o que afirmaram alguns cronistas da Guerra de Pernambuco, embora as tropas luso-espanholas estivessem bastante desfalcadas, poderiam ter selado a sorte da West

---

<sup>256</sup> Charles Ralph Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.129 (Coleção Brasileira volume 353).

Indische Compagnie naquela ocasião, expulsando-as definitivamente da capitania de Pernambuco.<sup>257</sup>

Afinal, segundo afirmaram as mesmas fontes, Maurício de Nassau, que naquela ocasião governava o Brasil holandês, também enfrentava sérias carências em suprimentos e tropas. De fato, a situação dos neerlandeses era dramática, pois, além das perdas sofridas no ano anterior durante o fracassado cerco da cidade de Salvador, a escassez de soldados agravara-se ainda mais pela partida das tropas que seguiram sob o comando do almirante Cornelis Jol, conhecido como ‘houtbeen’ [perna de pau], com destino às Antilhas, com o intuito de interceptarem as lentas e abarrotadas naus da frota de prata.

No entanto, embora a fragilidade das forças de Nassau fosse desconhecida por todos aqueles que se encontravam a bordo dos navios remanescentes da armada do Conde da Torre, vários oficiais, que ao menos nominalmente estavam sob o seu comando, acreditavam na incapacidade dos soldados holandeses para a efetiva defesa do Recife. Assim, boa parte da oficialidade julgava que bastaria um desembarque de suas tropas de assalto, em algum ponto desguarnecido do litoral pernambucano, para que as forças inimigas fossem rapidamente derrotadas.

Cabe ressaltar que estas opiniões foram descritas pelos cronistas das guerras contra os holandeses. Dentre aqueles que se ocuparam da narrativa daqueles fatos, destaco Diogo Lopes Santiago. De fato, em sua *História da Guerra de Pernambuco*, ao tratar dos acontecimentos que envolveram a presença da Armada do Conde da Torre no litoral pernambucano, no início de 1639, Santiago não poupou críticas ao comandante daquela expedição.

Estando as cousas de Pernambuco no estado que temos referido, chegou à vista do Recife a 10 de janeiro de 1639 (...) o conde da Torre D. Fernando Mascarenhas, por governador e general de uma poderosa e grossa armada de galeões e outras naus, com que vinha restaurar Pernambuco. Tanto que os flamengos houveram visto dela ficaram atemorizados, vendo tão grande poder, e ao Conde de Nassau, que esteve vendo, lhe pareceu que se acabava o tempo do seu governo, e que em breve se veria desapossado dele e tomada a terra; e na verdade que se logo investira e pusera o cerco ao Recife o tomara o Conde da Torre com pouco trabalho, porque os holandeses estavam

---

<sup>257</sup> Francisco de Brito Freire. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.



descuidados, sem provisão de mantimentos, com pouca gente de guerra, e essa espalhada por toda capitania, suas forças desmanteladas, com as paliçadas caídas por terra, poucas munições e menos aparelho de guerra, e somente com cinco naus no porto do Recife e essas em véspera de partirem para a Holanda. Assim se perdeu esta tão grande ocasião por justo Juízo de Deus que governa as cousas.<sup>258</sup>

Por outro lado, o comandante da armada, dom Fernando de Mascarenhas, sempre alegou em sua defesa que recebera ordens no sentido de seguir diretamente para a cidade de Salvador. Por conseguinte é lícito pensar que ele não se atreveria a descumprir tais determinações régias. De todo modo, para corroborar essa hipótese, basta levar em conta o cuidado com que Mascarenhas tratou de reunir toda a documentação que lhe foi enviada desde que assumira o comando daquela 'infeliz armada'. Aliás, conforme ressaltou Evaldo Cabral de Mello, sobre esse aspecto.

Foi o conde da Torre prudente e cauteloso, a ponto de fazer registrar tudo o que se passou na viagem. O tempo que ia fazendo, os pormenores de uma rota um tanto incerta por incapacidade de medições rigorosas. Chegado ao Brasil, são os senhores de engenho chamados a colaborar nesta empresa, de que se registram os encargos; [...] o estado em que se encontram as fortificações. Ou a necessidade de ferramentas para as operações militares que se preparam.<sup>259</sup>

No entanto, penso que a prudência e cautela demonstradas pelo comandante da armada, a ponto de reunir todos os documentos que lhe chegaram às mãos, tinham objetivos mais prosaicos, senão francamente pessoais. Nesse sentido, creio que o Conde da Torre preocupou-se em documentar todo o seu processo decisório para que caso o ataque fracassasse, e lhe imputassem qualquer responsabilidade, futuramente pudesse se justificar perante o próprio Filipe de Espanha e os membros do Conselho de Ministros. Afinal, não se pode esquecer que Fernando Mascarenhas, graças às suas origens, conhecia perfeitamente como funcionava a alta administração filipina, e, por conseguinte, não menosprezava o poder das intrigas palacianas, que poderiam agir tanto para elevar, quanto para destruir promissoras carreiras.

---

<sup>258</sup> Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. p. 129. v.1. (Coleção Pernambucana; 2ª fase.).

<sup>259</sup> *Cartas do 1º Conde da Torre*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p.8-9.

De todo modo, durante quase todo o ano de 1639 o Conde da Torre permaneceu em Salvador, ocupado com a reorganização das suas combatidas tropas. Por conseguinte, logo após aportar na capital colonial do Brasil, enviou insistentes pedidos de ajuda a todas as capitanias que ainda estavam sob a jurisdição do trono espanhol. Ao que parece Mascarenhas também conseguiu obter algum auxílio dos senhores de engenho do Recôncavo baiano. Já da parte de Salvador de Sá e Benavides, que governava o Rio de Janeiro desde 1637, o socorro enviado à Bahia traduziu-se pelo envio de um destacamento composto de 428 soldados de infantaria, 375 marinheiros, 30 cavaleiros e 37 barcos de guerra. Esse auxílio mostrou-se precioso. De fato, apesar das baixas por deserções e doenças tropicais, que fizeram vítimas entre as tropas da esquadra até mesmo depois da chegada ao litoral baiano, o Conde da Torre, graças aos reforços recebidos do Rio de Janeiro, de Buenos Aires e até dos Açores, conseguiu reunir uma força de ataque, cujo efetivo chegou à cerca de 10.000 ‘homens de guerra’.

No dia 19 de novembro de 1639, após longa preparação e a recomposição de seus efetivos de combate, Mascarenhas passou a contar com mais de 80 embarcações de diversos tipos e tamanhos. Foi no comando dessa formidável máquina de guerra que partiu de Salvador em direção ao litoral de Pernambuco. Todavia, a má sorte também continuou a acompanhar o Conde da Torre. De fato, levando-se em conta os acontecimentos posteriores, os seus problemas apenas mudaram de latitude. Nesse sentido o mês de janeiro de 1640, que assinalou a chegada da Armada ao litoral pernambucano, mostrou-se particularmente nefasto aos objetivos da armada luso-espanhola. Vários navios se desgarraram da frota e foram levados pelos ventos e correntes marítimas até as Antilhas. Posteriormente, devido às ‘monções’, aquelas embarcações não puderam manobrar e navegar de volta ao Brasil. Por conseguinte, acabaram se afastando definitivamente do teatro de operações.

Do mesmo modo que acontecera com os navios da armada, o desembarque das tropas de assalto também enfrentou problemas. De fato, os planos de ataque previam que os soldados deveriam ser conduzidos até as praias próximas de Recife, onde então desembarcariam e partiriam para atacar às posições defendidas pelas forças da West Indische Compagnie. Entretanto, a manobra teve de ser abortada devido a um inesperado e violento refluxo das marés, que acabou impossibilitando a aproximação dos navios que transportavam as tropas de infantaria.

Até os primeiros dias de janeiro nem tudo estava perdido e Fernando de Mascarenhas deslocou seus navios de guerra para as proximidades da ilha de Itamaracá. No dia 12 de janeiro foram avistados os navios holandeses da esquadra comandada pelo almirante Hendrik Cornelioszoon Loncq, travando-se, a partir de então, uma das mais longas e renhidas batalhas navais do Atlântico Sul. De todo modo, ainda que o comandante Loncq tenha sido morto logo nos primeiros momentos do combate, após cinco dias de acirrado combate, a armada do Conde da Torre acabou inapelavelmente derrotada pelas embarcações holandesas.<sup>260</sup>

Embora tenha sido vencido no mar, Fernando Mascarenhas tentou mais uma vez desembarcar suas tropas de assalto. Porém, diante da impossibilidade de atingir as praias próximas de Recife, os marinheiros que manobravam os navios de transporte, conduziram a infantaria até as proximidades do Cabo de São Roque, onde cerca de 1.300 soldados desembarcaram sob o comando de Luiz Barbalho Bezerra. Entretanto, aqueles homens não puderam contar com o apoio das demais forças de ataque, pois, vários navios da armada do Conde da Torre que transportavam outros escalões de ataque, não haviam conseguido sequer chegar ao litoral de Pernambuco e vagavam sem rumo pela imensidão do oceano Atlântico.

De todo modo, ainda que tenha sido impossibilitada pelas circunstâncias adversas de realizar o assalto pretendido a Recife, a tropa de Barbalho desembarcou no Cabo de São Roque e internou-se no sertão, dando início a uma longa marcha que os conduziria até a cidade de Salvador. Aquela manobra realizou-se através do vasto território que se encontrava sob o controle das tropas da West Indische Compagnie. Na realidade durante a perseguição que moveram contra aqueles combatentes, os soldados holandeses realizaram uma verdadeira caçada humana.

De fato, inúmeras patrulhas foram lançadas no encaço de Luiz Barbalho e seus valorosos homens. Mesmo para os padrões daquela época, os combates de então se caracterizaram pela selvageria. Os soldados de ambos os lados ‘não davam quartel’, ou seja, não se faziam prisioneiros. As atrocidades cometidas durante a dolorosa e sangrenta marcha foram registradas por vários cronistas da guerra de Pernambuco,

---

<sup>260</sup> ‘Batalha Naval de 1640.’ In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: 58: 1-58, 1895.

inclusive holandeses.<sup>261</sup> Por sua vez, já no século XIX, Francisco Adolpho de Varnhagen ao tratar das lutas contra os holandeses, comparou a retirada das tropas de Barbalho àquela célebre, realizada pelos 10.000 gregos comandados por Xenofonte.<sup>262</sup>

Referências épicas à parte, os soldados comandados por Luiz Barbalho realizaram uma manobra espetacular e percorreram a pé uma distância de 400 léguas, ou seja, 2.400 quilômetros, até conseguirem finalmente chegar a um refúgio seguro em território baiano. Durante este longo percurso suas tropas foram reforçadas pelos ‘campanhistas’, os pequenos grupos guerrilheiros que na realidade, pelo menos desde fins de 1638, estes destacamentos estavam combatendo infiltrados nas regiões que haviam caído sob o domínio dos soldados da West Indische Compagnie. Segundo os relatos da época, os ‘soldados da terra’ que se juntaram às tropas de Barbalho, durante a marcha de 1640, estavam os guerrilheiros das companhias de emboscada de André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e os flecheiros das antigas aldeias jesuíticas de Pernambuco comandados por Filipe Camarão.

Antes de partir a nossa armada da Bahia mandou o Conde da Torre algumas tropas de soldados à campanha de Pernambuco para estarem escondidos pelos matos para que, tanto que deitasse gente em terra, lhe guardassem as costas; porém como foi derrotado eles se tornaram para a Bahia.<sup>263</sup>

De todo modo, cabe destacar que foi um jesuíta, o padre Antônio Vieira, quem escreveu a mais pungente descrição acerca das duríssimas condições de combate que aqueles soldados tiveram que enfrentar durante a longa penosa marcha que realizaram. De fato, segundo o relato de Vieira, durante aquela admirável jornada em direção à Bahia... .

---

<sup>261</sup> Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. p. 129. v.1. (Coleção Pernambucana; 2ª fase.). Gaspar Barleus. *O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil...*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

<sup>262</sup> Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. [original de 1871]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p.164.

<sup>263</sup> *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 58: 26-28, 54-58. 1895. Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. p. 131. v.1.

[...], onde não se deu quartel, o mesmo foi ser ferido que ser morto, deixando os amigos aos amigos e os irmãos aos irmãos, por mais não poderem, ficando os miseráveis feridos nesses matos, nessas estradas, sem cura, sem remédio, sem companhia, para serem mortos, a sangue frio e cruelmente despedaçados dos alfanges holandeses, pelo rei, pela pátria, pela honra, pela religião, pela fé.<sup>264</sup>

Enquanto Barbalho e seus homens lutavam por suas vidas na imensidão dos sertões nordestinos, o Conde da Torre, cumprindo seu malsinado destino, retornou para Salvador a bordo de um veloz iate, acompanhado pelos poucos navios que restaram de sua outrora grandiosa armada. No entanto, nada havia sido realizado que desse motivo para que pudesse se vangloriar. Afinal, depois que partira de Lisboa, em setembro de 1638, e por longos dezoito meses, Fernando de Mascarenhas colheira apenas inúmeros insucessos e sua missão resultou num fracasso retumbante.

Quanto à epopéia realizada pela tropa de Luiz Barbalho, deve-se registrar que existe um relato de sua autoria, no qual o comandante da retirada deixou registrados todos os episódios daquela verdadeira epopéia. De fato, o ‘Testemunho de Luiz Barbalho Bezerra’, cuja redação foi concluída no dia 20 de junho de 1640, logo após a chegada dos sobreviventes da marcha à cidade de Salvador, apresenta um longo e vívido relato, no qual também se pode perceber a dureza das condições em que se realizou aquela missão de combate.

Por outro lado, mais uma vez, cabe destacar que embora seus feitos tenham sido ignorados pelos cronistas das lutas contra os holandeses, os jesuítas também participaram desse episódio. O próprio capitão Luiz Barbalho deixou registrado seu reconhecimento pessoal aos esforços e auxílios prestados aos soldados sob seu comando por dois religiosos da Companhia de Jesus, o padre Francisco Avelar e o irmão coadjutor Bartolomeu Gonçalves, que participaram da longa marcha desde o início.

Na jornada, que por ordem do Conde da Torre, Capitão General deste Estado, consegui com 1400 homens pela campanha inimiga, a socorrer esta praça, por ficar exposta a conhecido risco, o Reverendo Padre Francisco de Avelar, da Companhia de Jesus, com outro companheiro, foi dos primeiros que desembarcaram e se me ofereceram para jornada tão incerta nos riscos e trabalhos, o qual no discurso [sic] dela me acompanhou, mostrando um zelo religioso e fervor católico na administração dos divinos sacramentos, desvelando-se com a assistência contínua e ânimo compassivo, assim

---

<sup>264</sup> Padre Antônio Vieira. *Sermões*. Tomo VIII, p.403. Apud. Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. [original de 1871]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. p.165.

na cura dos muitos feridos e enfermos, como confessar aos que necessitavam deste sacramento, expondo-se ainda nas ocasiões de peleja a conhecido risco, pela salvação das almas, procedendo nas referidas ocasiões com um valor modesto, a cuja imitação se animavam os soldados, e nos maiores apertos e conflitos alentava, com práticas a infantaria aos rigorosos trabalhos, que se padeceram de fome, sede e riscos, que para o exagerar falta encarecimento, em que a distância do caminho foi de 400 léguas [2.400 km.]. O dito Padre Francisco de Avelar e seu companheiro, Bartolomeu Gonçalves, se portaram com exemplar sofrimento, sendo que mais experimentou os trabalhos por marchar a pé e lhe sobrevir enfermidades em que se houve com uma modéstia grande e louvável constância.<sup>265</sup>

A citação, embora longa, permite perceber não só o trabalho de assistência espiritual realizado pelos dois jesuítas, idêntico aos desenvolvidos por outros missionários em outras ocasiões anteriores, mas aduz outra informação relevante. Refiro-me à novidade registrada por Barbalho, indicando que ao contrário do que afirmaram as crônicas da época, aquela marcha foi realizada por uma decisão do próprio Conde da Torre.

De fato, em termos estratégicos, as incursões punitivas que soldados comandados por Luiz Barbalho conseguiram realizar sobre os engenhos e canaviais, causaram pesados prejuízos à Companhia das Índias Ocidentais, solapando a lucratividade econômica das terras que se encontravam sob a ocupação das tropas holandesas. Nesse sentido, o alvo prioritário das ações de guerrilha dos soldados da coluna de Barbalho era causar o máximo de dano possível através do incêndio dos canaviais e engenhos que se encontravam produzindo, graças aos colonos colaboracionistas, muitos deles associados de longa data aos funcionários da West Indische Compagnie.<sup>266</sup>

---

<sup>265</sup> ‘Testemunho de Luiz Barbalho Bezerra. Cidade do Salvador, 20 de junho de 1640’. In: Bernardino José de Sousa. *Luiz Barbalho*. Lisboa: 1947. Apud: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945, volume V, p.382.

<sup>266</sup> Diogo Lopes Santiago. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. (Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonsalves de Mello.). Recife: FUNDARPE Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, I). [1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto – Portugal].

## Os jesuítas na tentativa de restauração da Armada do Conde da Torre

Quanto aos jesuítas Francisco Avelar e Bartolomeu Gonçalves, que acompanharam a tropa de Barbalho, os documentos existentes nos arquivos da Companhia de Jesus indicam que o padre Francisco Avelar nasceu por volta de 1607, nos Açores e veio ainda menino para o Brasil, onde foi admitido no Colégio da Bahia em 27 de outubro de 1622, contemporâneo, portanto, de outro grande jesuíta, o padre Antônio Vieira, de quem foi amigo por toda vida. O padre Avelar tornou-se Mestre em Artes e professor renomado de humanidades e teologia. Foi ainda Reitor dos colégios da Bahia, Olinda e Rio de Janeiro, vice-provincial e provincial do Brasil.

Durante o período das lutas contra os holandeses, Francisco Avelar vivia na Bahia e participou da resistência ao cerco de Salvador em 1638. Já no ano seguinte participou da armada do conde da Torre, até regressar integrando a tropa de Barbalho à capital colonial, em junho de 1639. Posteriormente teve atuação destacada na Insurreição Pernambucana deflagrada em 1645. O padre Francisco Avelar faleceu na Bahia, em meados de julho de 1693.<sup>267</sup>

No entanto, pouco se sabe acerca de seu companheiro naquela dura missão realizada em 1640, o irmão coadjutor Bartolomeu Gonçalves. As fontes jesuíticas indicam que teria nascido por volta de 1607 em Lisboa. A data de sua chegada ao Brasil também é incerta. Contudo, Gonçalves vivia na Bahia em 1632, e ali exercia o ofício de carpinteiro, quando foi admitido na Companhia de Jesus como irmão coadjutor. Em 1639 foi um dos missionários que se apresentou para ‘restaurar Pernambuco’ a bordo dos navios da Armada do Conde da Torre. Devido ao fracasso daquela expedição apresentou-se para acompanhar o padre Avelar, integrando-se às tropas de Barbalho até o fim da jornada de 2.400 quilômetros que os conduziu a Salvador. De todo modo, é certo que Bartolomeu Gonçalves permaneceu na Bahia exercendo seu ofício nas diversas casas e aldeias jesuíticas. Por outro lado, segundo as informações do catálogo da Província do Brasil, o irmão coadjutor possuía talentos administrativos, por

---

<sup>267</sup> ARSI, códice *Brasília* 5 (2), f. 152; códice *Lusitânia* 6, f.78.

consequente, em 1657 foi nomeado soto-ministro do Colégio da Bahia, onde faleceu no dia 8 de abril de 1667.<sup>268</sup>

O envio ao Brasil da armada do Conde da Torre, cujas desventuras foram abordadas acima, se tornou um dos episódios mais documentados pelos cronistas daquele período. Todavia, a participação que os jesuítas tiveram naqueles acontecimentos não aparece em nenhuma delas. De fato, o silêncio das fontes coevas sobre as ações dos religiosos da Companhia de Jesus é total. No entanto, cabe esclarecer que os soldados de Cristo viajaram a bordo daqueles navios desde que a armada partira da Europa em setembro de 1638. Posteriormente, quando a desfalcada frota se recompôs em Salvador, alguns missionários apresentaram-se para acompanhar as tropas que deveriam atacar as posições ocupadas pelos holandeses em Pernambuco. O relato jesuítico que trata especificamente dessa segunda fase da Armada do Conde da Torre foi escrito por um daqueles jesuítas que embarcaram na Bahia, o padre Francisco Pais. A longa carta foi escrita no primeiro dia de fevereiro de 1640, ao padre Paulo da Costa, então exercendo em Portugal o cargo de Procurador da Província da Companhia de Jesus do Brasil.

Consultando os catálogos dos inicianos se verifica que o padre Francisco Pais nasceu por volta de 1589 em Porto Seguro, na Bahia e foi admitido na Companhia de Jesus no ano de 1610. Durante o longo período das lutas contra a dominação holandesa, o jesuíta participou de vários combates em Pernambuco, retirando-se para Salvador, entre 1635-1636, juntamente com os índios das aldeias jesuíticas. Em janeiro de 1639, trabalhava no Colégio da Companhia de Jesus em Salvador, quando aportaram na cidade os navios remanescentes da Armada do Conde da Torre. Após a chegada de reforços e com a reorganização da esquadra, o padre Pais partiu a bordo de um daqueles navios com destino ao Pernambuco. Como não poderia deixar de ser, todas essas informações foram registradas pelo jesuíta.

Em 9 de outubro passado chegou o socorro das ilhas [Açores] 17 navios com 1150 homens, gente muito escolhida e sã. Nos primeiros de novembro chegaram os 4 navios com carnes e farinhas do Rio da Prata, e primeiro que eles, 11 ou 12 embarcações do Rio de Janeiro com farinhas, carnes, peixes e vários legumes que Salvador Correa de

---

<sup>268</sup> Idem, códice *Brasília* 5 (1), ff. 150; 202; 221v.



Sá fez embarcar com bom número de soldados e índios de várias partes.<sup>269</sup>

As providências tomadas para o aprestamento das embarcações que passaram a constituir a armada, indicam que de foram enviados à Bahia grande quantidade alimentos, tropas e navios. Nesse quesito, pelo menos, se pode perceber que a preparação dessa segunda fase foi muito melhor que àquela realizada inicialmente na Península Ibérica. Do mesmo modo, as palavras do padre Pais permitem confirmar a assertiva de Charles Boxer acerca da importância das ‘capitanias de baixo’ para o abastecimento das tropas coloniais.

Uma das fontes principais de abastecimento do Rio de Janeiro eram as chamadas *capitanias de baixo*. Durante a guerra holandesa, os habitantes dessa região sulina eram constantemente importunados com pedidos de mantimentos, e, via de regra, atendiam de bom grado a esses pedidos. O transporte de quantidades muito grandes de suprimentos da área de São Paulo era dificultado pelo mau estado das trilhas que transpunham a serra, descendo do planalto; mas Salvador de Sá tinha ordens de Lisboa e da Bahia para fazer tudo que lhe fosse possível.<sup>270</sup>

Como se pode perceber, para a reorganização da Armada do Conde da Torre realizou-se um esforço coordenado na sede do governo colonial em Salvador, o que permitiu aprestar a frota que se preparava para desalojar de Pernambuco o ‘herege invasor,’ epíteto que aparece em alguns relatos daquela época para identificar as tropas da West Indische Compagnie.

Por outro lado, graças às informações minuciosas do padre Pais, verifica-se que Fernando de Mascarenhas tomou a decisão de enviar Filipe Camarão e seus flecheiros, para realizarem incursões de inquietação no território ocupado pelos holandeses. A partir de então, os guerrilheiros passaram a operar a partir da região localizada ao norte do rio São Francisco. Do mesmo modo, o jesuíta indicou que o segundo objetivo confiado àqueles combatentes era o de assegurar pontos de desembarque na costa pernambucana. Assim, segundo os planos de Mascarenhas, suas tropas de assalto seriam

---

<sup>269</sup> ‘Carta do padre Francisco Pais ao padre Paulo da Costa, escrita da costa do Rio Grande do Norte, em 1 de fevereiro de 1640.’ In: VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. p.326.

<sup>270</sup> *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.131. (Coleção Brasileira volume 353).

desembarcadas em segurança nessas posições e passaria a contar com o reforço dos guerrilheiros.

Além dessas informações táticas, o missionário indicou ao Procurador da Companhia de Jesus em Portugal, não só a data exata da partida, mas também o efetivo em homens e navios que se deslocaram para o ataque a Pernambuco. Por conseguinte, esta carta é um documento que contém os dados mais precisos que permitem avaliar o poder de combate daquela armada que foi, de fato, totalmente reorganizada e aprestada graças aos esforços dos agentes régios e ao apoio da população que vivia na colônia.

[...] a qual saiu da Bahia em 20 de novembro [1639] com 89 velas, 20 galeões e urcas Del Rei, navios mercantes os mais patachos caravelas, barcos da costa para lançar gente em terra. (...). Com estas embarcações navegamos na volta do sul até o derradeiro de novembro e chegamos em boa conserva a 16 graus e meio, véspera de S. Francisco Xavier (...).<sup>271</sup>

A narrativa do jesuíta prossegue até fins de novembro de 1639 e suas informações pouco diferem das demais crônicas do período, indicando que tudo corria conforme os planos do Conde da Torre. De fato, pelo menos até então, os incidentes eram corriqueiros: uma embarcação apresentara pequenos problemas, outra perdeu o mastro central, o que sem dúvida tornou-as incapacitadas para o combate naval, portanto, ambas tiveram que deixar a frota e tomar o rumo de volta para Salvador.

Somente a partir dos primeiros dias dezembro a situação começou a mudar radicalmente. Ao que parece, no entanto, segundo o relato do jesuíta, misteriosamente a aparente maldição que assombrara os navios da armada do Conde da Torre, desde que deixara o litoral de Portugal em 1638, voltara a manifestar-se no litoral de Pernambuco.

Feita a aguada nos fizemos à vela dia dos inocentes [28 de dezembro] com tão rijos nordestes que em três dias tornamos a descair a 12 graus e meio, trinta léguas ao mar da Bahia, [...]. Nesta volta se dividiu a Armada em 3 ou 4 esquadras sem sabermos uns dos outros, e esta desunião foi grande causa de nossa perdição [...]. No derradeiro de dezembro voltou o vento ao sueste com que em breve navegamos até altura do Cabo de S. Agostinho 63 navio e porque faltava a Capitânea de Portugal e outros 6 galeões [...].<sup>272</sup>

---

<sup>271</sup> ‘Carta do padre Francisco Pais ao padre Paulo da Costa, escrita da costa do Rio Grande do Norte, em 1 de fevereiro de 1640.’ In: VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. p.327.

<sup>272</sup> Idem, *ibidem*. p.328.

O padre Francisco Pais informou brevemente sobre as condições climáticas que causaram a dispersão da armada, sem fazer qualquer afirmativa sobre o destino dos navios desgarrados, embora houvesse a suspeita de que teriam ‘arribado a Bahia’. A narrativa prossegue até o dia 11 de janeiro. A partir de então o jesuíta descreveu minuciosamente o primeiro dia da batalha naval travada entre armada e a esquadra holandesa. O ponto alto das ações de combate naquela ocasião se deu com a morte do almirante inimigo [Loncq]. Todavia, apesar de seu cuidado com o relato de minúcias e detalhes, o padre Pais não o identificou.

Por outro lado, cabe ressaltar que, a exemplo de outros cronistas, o jesuíta registrou claramente os primeiros sinais de que a indecisão do Conde da Torre começava a prejudicar os objetivos da expedição.

Foi parecer de alguns que naquela noite lançássemos a nossa infantaria em terra porque tínhamos ali emboscados o capitão Vidal com sua gente e alguns de cavalo que nos seguravam o passo e o dia de antes tinha o Vidal mandado aviso ao Conde da Torre que o inimigo o esperava com estes navios com intento de pelejar com a nossa Armada, sucedeu assim pontualmente.<sup>273</sup>

De todo modo, sem o domínio do mar de nada adiantaria aos atacantes desembarcar as tropas. A chave para a vitória era a conquista da supremacia naval naquela região, e tanto o Conde da Torre, quanto o comandante dos holandeses, Maurício de Nassau, bem o sabiam. Sem dúvida a ampla hegemonia conquistada desde 1630 pelos navios holandeses, foi a responsável pela inequívoca derrota sofrida pela forças comandadas por Fernando Mascarenhas. Isso acabou ficando mais claro nas últimas linhas desta carta. De fato, a certa altura a padre Francisco Pais deixou transparecer o estado de espírito reinante entre os sobreviventes daquela malfadada expedição.

Deste infeliz sucesso coligirá Vossa Reverendíssima o ânimo com que estaremos todos. Depois de dez anos de tomado Pernambuco aparecemos aqui com uma Armada tão poderosa, com tantos socorros, tantas prevenções tanta e tão luzida gente, muita dela exercitada nesta guerra em muitos anos, quando tudo isto nos estava prometendo um feliz sucesso com a Restauração dessa Praça e segurança de todo o Brasil, quando os inimigos se davam por perdidos, recolhendo nas terras tudo o que tinham em fazendas e açúcares (...). Deus nos ajude, de sua Divina Graça para que entendamos que nos castiga por nossos

---

<sup>273</sup> Idem, *ibidem*. p.329.

pecados e nos emendemos (...). Destes baixos de S. Roque, costa de Rio Grande, e rio do Touro em 1 de fevereiro de 1640.<sup>274</sup>

Logo depois de escrever esta carta o jesuíta, em companhia do também padre jesuíta João Luiz, retornou para a Bahia na embarcação comandada por Dom Francisco de Moura. Contudo, em julho de 1640 aqueles dois religiosos já se encontravam de volta aos campos de batalha. De fato, naquela ocasião ambos participaram da campanha do Rio Real, que desalojou as tropas da West Indische Compagnie, comandadas pelo coronel Van den Brande. Posteriormente, em 1643 o padre Francisco Pais se tornou o superior da Companhia de Jesus na capitania de Porto Seguro.

Durante as lutas da Restauração Pernambucana, deflagradas a partir de junho de 1645, o jesuíta foi capturado, seguindo então o mesmo destino reservado aos Soldados de Cristo pelas tropas da West Idische Compagnie, sendo deportado para as Províncias Unidas, onde permaneceu encarcerado por longo tempo. Após conseguir sua libertação, mediante resgate pago pela Companhia de Jesus, o padre Pais esteve em Portugal e dali retornou ao Brasil, ainda durante o período das lutas contra os invasores holandeses. A partir de então, exerceu os cargos de Visitador do Colégio do Rio de Janeiro, Reitor dos Colégios de São Paulo [1653] e Olinda [1663]. O padre Francisco Pais morreu em 1669, na Bahia.<sup>275</sup>

Inegavelmente a carta escrita pelo padre Pais em fevereiro de 1640, é uma fonte preciosa para o entendimento das dificuldades vividas por todos aqueles que participaram da armada do Conde da Torre. Em suas páginas encontramos registros de primeira mão, escritos por alguém que participou daqueles os acontecimentos, e viveu a incerteza daquela conjuntura conflituosa. Todavia, esta carta possui uma outra particularidade. Refiro-me ao fato de que ela não está entre aquelas que fazem parte do acervo do *Arquívum Romanum Societatis Iesu*, o arquivo central da Companhia de Jesus em Roma.

Penso que um dos motivos que podem explicar essa ausência reside no fato de se tratar de uma carta que não se destinava ao padre Geral. Como se viu acima, ela estava endereçada ao padre Paulo da Costa, Procurador da Província do Brasil em Portugal. Ainda que assim seja, na verdade não se tratava de uma correspondência que se possa

---

<sup>274</sup> Idem, ibidem. p.330.

<sup>275</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. tomo IX; p.32.

classificar como uma carta oficial da Companhia de Jesus. De fato, em todo o texto não há nenhuma menção específica aos assuntos afeitos ao *múnus* religioso, nem mesmo ao cotidiano da ordem inaciana. Trata-se na realidade de uma carta que traz inúmeras referências ao cotidiano vivido durante a preparação e a execução da segunda fase da armada comandada pelo Conde da Torre.

De todo modo, penso que ela pode ser classificada como uma carta que serviu ao sistema de informações montado pela Companhia de Jesus, pois, em seu texto se pode perceber o cuidado com que os assuntos militares e estratégicos foram abordados. A narrativa dessas particularidades é minuciosa e contextualizada, buscando dar ao leitor a mais fiel descrição dos fatos observados pelo padre Francisco Pais. Esse foi o caso, por exemplo, do seu relato acerca do combate naval do dia 16 de janeiro de 1640. O jesuíta informou o poder de fogo das naus holandesas, ao mesmo tempo em que expôs sua opinião sobre a eventual existência de uma instalação no porto do Recife, dotada de homens e equipagens, que permitiria aos holandeses não só aumentarem o calibre, e por conseguinte, ampliarem o alcance e a eficiência dos canhões que guarneciam aqueles navios de guerra.

[...], nos acometeram 27 navios com grande ímpeto, as nossas Capitâneas levaram notáveis surriadas de artilharia e mosquetaria, principalmente a Real, [pois] como melhor de vela e barlavento entrava mais com os inimigos, valeu-lhe ser nova, e forte porque lhe deram muitas balas de mais de 30 libras, artilharia que para esse efeito deviam meter no Recife porque os navios não eram capazes de peças tão grossas. Faz dez meses que lhes demos para prevenção. As vantagens que os inimigos nos faziam eram serem os seus navios muito veleiros, pelejarem sempre de barlavento e trazerem muito melhores bombardeiros que os nossos.<sup>276</sup>

No entanto, mais adiante surge um indício que permite confirmar o argumento central desta tese, ou seja, se pode perceber que durante as guerras contra os holandeses a Companhia de Jesus, através de seus religiosos, estabeleceu um sistema de busca e coleta de informações estratégicas e militares. Nesse sentido, se destaca o cuidado com que o padre Francisco Pais relatou a inadequação dos galeões espanhóis, especialmente para operações navais próximas das praias, o que segundo a opinião do jesuíta, as colocava em franca desvantagem perante as embarcações das Províncias Unidas.

---

<sup>276</sup> ‘Carta do padre Francisco Pais ao padre Paulo da Costa, escrita da costa do Rio Grande do Norte, em 1 de fevereiro de 1640.’ In: VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. p.330.

Muitas vezes escrevi a V. R que estes galeões eram muito a propósito para defender que para ofender, bem o experimentamos agora, são pesados e zorreiros [lentos], em dando em fundo de 10 braças voltam para o mar. Os inimigos trazem navios ligeiríssimos, demandam pouca água, e vão virar com as proas em terra (...).<sup>277</sup>

Como se sabe, tempos depois outro jesuíta, o padre Antônio Vieira, fará eco às palavras de seu confrade, referindo-se às caravelas portuguesas como, sendo verdadeiras ‘escolas de fugir.’ De todo modo, apesar de se tratar de correspondência trocada entre dois jesuítas, não existe nenhuma referência a esta carta nos arquivos da Companhia de Jesus. De fato, ela somente veio público graças aos incansáveis esforços de Francisco Adolpho de Varnhagen, que a encontrou no acervo da Biblioteca da Academia Real da Historia, em Madri. O texto foi posteriormente inserido na primeira edição da *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*, publicada em Viena no ano de 1871.

No entanto, cabe uma pergunta. O que estaria fazendo na capital espanhola a cópia de uma carta originalmente escrita por um jesuíta brasileiro do século XVII, remetida de uma remota paragem do litoral nordeste do Brasil, cujo destinatário vivia em Lisboa?

Para responder a essa indagação é preciso atentar para algumas peculiaridades. Em fevereiro de 1640, quando esta carta foi escrita, os navios remanescentes da infeliz armada do Conde da Torre tomaram rumos diferenciados. Alguns conseguiram retornar para Salvador, outros buscaram velejar com destino à segurança relativa oferecida pelos portos de Espanha e Portugal. Por conseguinte, penso que seja bastante provável que a carta do padre Francisco Pais possa ter seguido numa dessas embarcações até a Península Ibérica, chegando assim às mãos do padre Paulo da Costa.

Mas resta uma outra indagação: em que momento o texto original teria sido copiado? Creio que a resposta a essa questão deve ser creditada ao *modus faciendi* dos inicianos, previsto nas Constituições da Companhia de Jesus. De fato, conforme se pode ver em sua sétima parte, ou seja, aquela que trata especificamente das ‘Relações com o próximo daqueles que, depois de admitidos no Corpo da Companhia, são distribuídos na vinha de Cristo Nosso Senhor.’

§629 - Aonde quer que o Superior envie alguém, dar-lhe-á, normalmente por escrito, instruções completas sobre o modo de

---

<sup>277</sup> Idem, ibidem. p.330.

proceder e os meios que deseja se usem para o fim em vista. Manter-se-á em frequente contato epistolar *e será informado, tanto quanto as condições permitirem de tudo o que acontece, para, do lugar onde está dar os conselhos e a ajuda possível, que segundo as necessidades das pessoas e as circunstâncias, a fim de que Deus Nosso Senhor seja mais bem servido e os membros da Companhia colaborem melhor para o bem comum*. Deverá fazê-lo com tanto mais solicitude quanto a importância ou a dificuldade dos trabalhos o exigir, ou quanto mais precisadas estiverem de conselho e instruções as pessoas enviadas.<sup>278</sup>

Por conseguinte, certamente tão logo percebeu o teor da carta que lhe enviara o padre Francisco Pais, o procurador Paulo da Costa mostrou esta carta ao superior dos jesuítas de Portugal. Do mesmo modo, o provincial ao perceber o conteúdo estratégico das informações enviadas do Brasil, que seriam do interesse do rei e dos seus conselheiros em Madrid, determinou o envio de uma cópia da carta ao provincial da Espanha.

No entanto, cabe ressaltar que ao tomar essas medidas, o provincial de Portugal agiu de acordo com uma prerrogativa dos provinciais, prevista nas *Constituições*, que lhes confere autoridade para dar conhecimento a outros dirigentes da ordem, particularmente entre as províncias cujos contatos sejam mais frequentes, dos assuntos tratados nas cartas recebidas. Contudo, tais detalhes serão posteriormente incluídos nas cartas enviadas ao Padre Geral da Companhia de Jesus em Roma.

§675 – [...] Mas para que as notícias de uma província cheguem ao conhecimento das outras, procurará o Geral que, das cartas recebidas, se tirem exemplares bastantes para fornecer a todos os outros Provinciais. Estes por sua vez mandarão tirar cópias para os de sua província. *Quando houver intercâmbio frequente entre duas províncias, como entre Portugal e Castela, entre Sicília e Nápoles, o Provincial de uma poderá mandar ao da outra um exemplar da que enviou ao Geral.*[...].<sup>279</sup>

Desse modo, não seria de surpreender que uma cópia desta carta tenha sido enviada ao provincial da Espanha. Posteriormente, ao circular na corte tenha chegado à chancelaria espanhola, onde a eficiente burocracia de Filipe IV encarregou-se do processamento daquela correspondência, produzindo outras cópias e arquivando uma delas. Todavia, foi preciso esperar mais de trezentos anos, desde que foi enviada, em

---

<sup>278</sup> *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. § 629. pp. 198-199. Grifo meu.

<sup>279</sup> Idem, §675, p.212.Grifos meus.

fevereiro de 1640 dos ‘baixos de S. Roque, costa do Rio Grande e rio do touro’, pelo padre Francisco Pais, para que uma destas cópias fosse descoberta e finalmente publicada pelo Visconde de Porto Seguro.

De todo modo, é certo que aquelas informações enviadas pelo jesuíta sobre o fracasso da malograda expedição, bem como suas observações contundentes acerca das ações e omissões do conde da Torre, circularam na corte espanhola. Por conseguinte, também é lícito supor que este relato do padre Francisco Pais tenha servido para corroborar outros informes, enviados por outras fontes da administração espanhola, que tratavam do mesmo episódio. Assim, penso que existe uma grande probabilidade de que o padre Francisco Pais tenha contribuído, quem sabe involuntariamente, para acelerar a destituição de Fernando de Mascarenhas. Todavia, em termos estratégicos, deve-se ressaltar que as informações do padre Pais acabaram sendo suplantadas pelos acontecimentos posteriores. De fato, com a Aclamação do 8º Duque de Bragança como o rei de Portugal D. João IV, em 1 dezembro de 1640, o cenário mudou radicalmente.

De todo modo, a trajetória pessoal do padre Paulo da Costa, permite supor que se tratava de um dos jesuítas mais próximos do rei recentemente aclamado. Afinal, já no ano seguinte, o jesuíta foi escolhido para integrar a primeira embaixada enviada à Catalunha. Seja como for, os motivos que levaram D. João IV a tomar esta decisão estão inseridos no esforço diplomático que a partir de 1641, resultou no envio de emissários do rei a diversas cortes da Europa, alguns deles pertencentes à Companhia de Jesus, dentre outros religiosos, cujas peripécias serão abordadas no próximo capítulo.



## Capítulo V - Os Jesuítas, agentes da Restauração

Como deve ter ficado claro no capítulo anterior, o resultado obtido pela armada do Conde da Torre no ataque que visava reassumir o controle da capitania de Pernambuco, constituiu-se, em termos estratégicos, num fiasco quase absoluto. De fato, a gigantesca operação que conforme as ordens emanadas de Madrid combinava ações navais e o desembarque de tropas de infantaria, apesar do alto custo em sangue e vidas colheu, se tanto, apenas um pequeno sucesso, sobretudo, graças ao desembarque realizado pelos soldados comandados por Luís Barbalho no litoral do Rio Grande do Norte. De todo modo, a vigorosa e épica marcha que empreenderam através do vasto território, que então se achava sob o controle das tropas de ocupação da West Indische Compagnie, tornou-se um marco da história militar brasileira. Todavia, é inegável que a partir dos primeiros meses de 1640, a sorte da ‘guerra de Pernambuco’, pendeu acentuada e definitivamente para o lado holandês.<sup>280</sup>

Ciente dessa realidade adversa e concluindo o seu melancólico regresso, para não dizer sua fuga, o desditoso Conde da Torre aportou em Salvador nos primeiros meses de 1640. Fernando de Mascarenhas, sem dúvida alguma, tinha plena consciência de que seria lançada sobre seus ombros toda a responsabilidade pelo fracasso daquela que foi a última, senão a única, tentativa dos Áustrias madrilenhos de recuperar o território que, a partir de 1630 vinha sendo paulatinamente ocupado pelos soldados da West Indische Compagnie.<sup>281</sup>

Apesar de tudo, Filipe IV de Espanha estava convencido da imperiosa necessidade de manter sob seu domínio as demais capitanias que não estavam sob o controle das tropas e navios das Províncias Unidas. Por conseguinte, informado do

---

<sup>280</sup> Charles R. Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p.133-134.

<sup>281</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.47.

fiasco da ‘infeliz armada’, tratou de enviar aos trópicos o substituto do conde da Torre, o recém nomeado vice-rei do Brasil, D. Jorge Mascarenhas. De fato, a adoção desta medida carregava um forte conteúdo simbólico, pois, segundo a assertiva de Charles Boxer,

Dera-se a Dom Jorge o título de marquês de Montalvão, e a dignidade de vice-rei (o primeiro que teve o Brasil), para que estivesse assim acima do conde da Torre, que caíra das graças. É de presumir-se que essa dupla promoção tenha sido conferida com a ideia de tornar o governador geral do Brasil português mais capaz de competir com João Maurício, numa época em que se levava tanto em conta a categoria social.<sup>282</sup>

Todavia, não foi somente graças à substituição do conde da Torre que o ano de 1640 tornou-se um marco daquela nova fase da luta contra o domínio holandês no Brasil. Na verdade o palco onde se desenrolaram os principais acontecimentos que definitivamente influenciaram aquela conjuntura situava-se do outro lado do Atlântico.

### **Os jesuítas na erosão da União Ibérica**

Desloquemos, portanto, o nosso olhar para a Península Ibérica e analisemos os acontecimentos que se desenrolaram durante o correr daquele ano, cujo ápice se deu ao amanhecer do dia 1 dezembro de 1640, na cidade de Lisboa, com a aclamação do primeiro rei da dinastia brigantina. Por outro lado, visando destacar as atividades dos jesuítas durante aquela conjuntura, é conveniente estabelecer uma cronologia da atividade dos religiosos da ordem inaciana em Portugal.

Como se viu anteriormente o reconhecimento pontifício da Companhia de Jesus se deu através da bula *Super Militantis Ecclesiae* de 27 de setembro de 1540. No entanto, atendendo ao convite do rei Dom João III, dois padres pertencentes ao grupo fundador já se encontravam na cidade de Lisboa alguns meses antes da chancela do papa Paulo III, eram eles o português Simão Rodrigues e o espanhol Francisco Xavier.

---

<sup>282</sup> Charles R. Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p.138.

Posteriormente Xavier partiu para a Índia, onde se notabilizaria como missionário de tal forma que, no século seguinte, foi canonizado juntamente com Inácio de Loyola.<sup>283</sup>

Por sua vez, o padre Simão Rodrigues encarregou-se de fundar a Província Portuguesa que se tornou, por conseguinte, a primeira entre todas da Companhia de Jesus. Todavia, coube a este religioso outra espécie primazia. De fato, foi graças ao convite que lhe fez Dom João III, que o padre mestre Simão Rodrigues tornou-se o primeiro jesuíta a exercer a função de confessor de um rei europeu. No entanto, conforme ressaltou Francisco Marques, cabe lembrar que até então, a direção da consciência dos reis de Portugal coubera indistintamente ora aos franciscanos, ora aos dominicanos dentre outros religiosos.<sup>284</sup>

Seja como for, o exercício dessa função tornou-se um privilégio concedido pelo rei ao padre Simão Rodrigues, que se formara na Universidade de Paris graças a uma bolsa de estudos que lhe havia sido concedida pelo próprio Dom João III. No entanto, no âmbito interno da Companhia de Jesus, a direção das consciências estava prevista, ainda que de maneira muito genérica, nas *Constituições*. Como se sabe, o texto aprovado durante a primeira Congregação Geral de 1558, no qual a partir de então ficaram estabelecidos os princípios gerais que definem, entre outros assuntos, os atributos desejáveis aos jesuítas que futuramente seriam selecionados para o exercício das diferentes atividades desenvolvidas pela Companhia de Jesus. Assim sendo, na ‘Sétima Parte’ que trata especificamente das ‘Relações com o próximo daqueles que, depois de admitidos no corpo da Companhia, são distribuídos na vinha de Cristo Nosso Senhor’, previu-se que,

§624 – (letra F.). Embora a soberana providência e a direção do Espírito Santo possam levar a eleger em tudo eficazmente, o que é melhor, e a enviar para cada lugar as pessoas que mais convêm, e melhor se adaptam aos homens e às coisas por causa das quais se enviam, podem dar-se, contudo os seguintes princípios gerais: [...]. Para tratar com pessoas prudentes que tem encargos de governo espiritual ou temporal, convirá enviar, como parecer, homens notáveis

---

<sup>283</sup> Para uma análise em profundidade da ação jesuítica na Índia, ver: Célia Cristina Silva Tavares. *Jesuítas e Inquisidores em Goa*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

<sup>284</sup> João Francisco Marques. ‘Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas primeiras dinastias – Espiritualidade e Política.’ In: *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVI-XVII*. Porto: 53-60;1993. Apud: João Francisco Marques. ‘Os Jesuítas, confessores da corte portuguesa na época barroca (1550-1700). In: *Revista da Faculdade de Letras: História 12* Porto: Universidade do Porto; 231-270; 1995. p.231.

pelos dons da discrição e sociabilidade, cuja apresentação exterior (sem prescindir das qualidades interiores) lhes conquistou autoridade. Pois os seus conselhos podem ser de grande importância.<sup>285</sup>

De todo modo, foi preciso esperar por quase cinquenta anos, para que novas determinações nesse sentido e ainda mais específicas, passassem a vigorar. Assim, somente em 1602, durante o generalato do padre italiano Cláudio Acquaviva, quarto sucessor de Inácio de Loyola, chegou-se ao primeiro documento da Companhia de Jesus que visava orientar os padres jesuítas que se ocupavam da consciência dos reis europeus.

Ainda que em termos institucionais se trate de um decreto, na realidade ele se tornou, ao longo do tempo, um verdadeiro ‘manual do confessor jesuíta.’ Contudo, não deixa de ser curioso o constatar que a primeira recomendação que consta neste *vade mecum*, dirigido aos padres da Companhia de Jesus, declare claramente que, a princípio, todos eles deveriam, sempre que possível, escusar-se de aceitar qualquer convite para exercerem a função de confessor régio. Porém, havia espaço para uma ressalva típica do *modus faciendi* jesuítico: assim, caso se tornasse impossível recusar tal convite, todos os esforços deveriam ser empregados para o bom cumprimento daquela árdua missão. Sem dúvida Loyola não faria melhor!

§1º - A primeira coisa a ser estabelecida é que, em todos os casos em que a Companhia não puder declinar esta espécie de função (porque, em razão das circunstâncias, uma maior glória de Deus Nosso Senhor parecerá exigir-lo) será preciso zelar para que a escolha da pessoa e o modo como ela cuidar de suas funções se tornem em vantagem do Príncipe e edificação do povo, sem prejudicar minimamente a Companhia (...). Se algum monarca não estiver plenamente satisfeito, será preciso argumentar-lhe com toda a modéstia e humildade que nossas leis nos permitem aceitar semelhante encargo apenas sob tais condições, e não a outras (...).<sup>286</sup>

Como se sabe, desde o início das lutas contra os holandeses, a exemplo do que já vinha acontecendo no Brasil, os integrantes da Companhia de Jesus também tiveram uma atuação decisiva em terras lusitanas. Embora a participação dos religiosos daquela província inaciana tenha se traduzido, quase sempre, pela execução de tarefas e ações bem menos visíveis. De todo modo, essas atividades não deixaram de expô-los, por

---

<sup>285</sup> *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. § 629. pp. 196-197.

<sup>286</sup> Jean Lacouture. *Os jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre: LP&M, 1994. volume I, p.390.

diversas vezes, a inúmeras situações de risco, particularmente durante o conturbado período que antecedeu ao dia 1 de dezembro de 1640.

Assim, durante aquela conjuntura incerta o papel imprescindível desempenhado pelos jesuítas e por sacerdotes de outras ordens religiosas, se traduziu pela articulação do apoio popular aos revoltosos. Por fim, como se sabe, a cooptação das camadas mais humildes, conseguida por intermédio dos padres, mostrou-se decisiva para o sucesso alcançado pela conspiração que conduziu ao trono português o 8º duque de Bragança. Mas por outro lado, não se pode deixar de levar em conta que,

Tal como o colapso de 1580, também a Restauração de 1640 não surgiu por acaso. Ela vinha sendo preparada de longe. Porque todos os estratos sociais estavam descontentes com a situação, era urgente uma tomada de posição coletiva, capaz de acordar o patriotismo, ainda latente sob os espectros da opressão e do medo.[...].<sup>287</sup>

Por conseguinte, também o comprometimento dos jesuítas naquela conspiração tinha raízes mais profundas. Ao menos é o que se pode perceber pela análise dos acontecimentos mais afeitos ao âmbito interno da ordem inaciana, particularmente àqueles que se desenrolaram durante os primeiros anos da década de 1580. De fato, naquela ocasião conturbada o então Padre Geral Cláudio Acquaviva, (1543-1615), cujo generalato iniciou-se em 1581, determinara categoricamente aos seus confrades, e de modo particular aos que viviam em solo português, que se abstivessem de qualquer tipo de envolvimento direto ou indireto nos assuntos internos de Portugal.

Na realidade, em termos institucionais a adoção dessa medida preventiva por parte do Geral dos inacianos visava, primordialmente, evitar um confronto direto com o cristianíssimo Filipe II de Espanha, que acabara de unificar os dois reinos católicos da Península Ibérica. Assim, em conformidade com as diretrizes recebidas de Roma, restou aos jesuítas da província lusitana da Companhia de Jesus apenas obedecer, pois, conforme assegura João Francisco Marques,

No período conturbado que a sociedade portuguesa viveu até Filipe II conseguir com o exército silenciar a resistência oposta pelo pequeno e desorganizado grupo de patriotas féis a D. Antônio e ser jurado rei de Portugal, os jesuítas mantiveram a disciplina que lhes era hierarquicamente imposta para se absterem da política. [...] Na capital

---

<sup>287</sup> Joaquim Chorão Lavajo. O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002. pp.7-8.

do reino os padres da Companhia dedicavam-se, sobretudo, à formação de jovens no Colégio de Santo Antão.[...].<sup>288</sup>

Posteriormente, já no século XVII, o sucessor de Acquaviva, o padre Múcio Vitelleschi, cujo generalato foi um dos mais longos da história da Companhia de Jesus, estendendo-se de 1615 a 1645, manifestara a mesma preocupação quanto à possibilidade de uma ingerência dos jesuítas da Província de Portugal em assuntos de natureza política que pudesse, de alguma forma, desagradar ao rei espanhol. Naquela altura o Geral dos inicianos tinha motivos mais do que suficientes para estar preocupado. Na verdade, apesar das determinações anteriores de Acquaviva e das preocupações de Vitelleschi, bastara o transcurso de apenas três gerações para que a postura dos jesuítas de Portugal viesse a mudar radicalmente.

De fato, decorridos pouco menos de sessenta anos do início da dominação espanhola, a insatisfação com a monarquia dual chegara ao seu limite. Por conseguinte, em fins da década de 1630, a província lusitana dos jesuítas fervilhava em ardores de libertação do jugo espanhol. Não por acaso, o centro irradiador da nova linha de conduta adotada pelos religiosos estava localizado na Universidade de Évora.

Para nos apercebermos do alcance dessa posição, basta recordar a ação comprometedora dos padres da Companhia de Jesus e da Universidade de Évora, que se manifestaram explicita ou implicitamente, em favor da independência de Portugal. Essas intervenções foram de natureza vária: política, espiritual e militar. As duas primeiras processaram-se através do ensino, da pregação, da direção das consciências e da atividade diplomática; a militar, através da incorporação de alunos e professores nos exércitos portugueses da Guerra de Restauração.<sup>289</sup>

Sem dúvida, dentre todas as esferas de atuação dos jesuítas listados acima, a ‘direção das consciências’, ou por outras palavras, a confissão sacramental, é aquela que está mais afeita ao âmbito religioso. Todavia, os inicianos e de modo particular aqueles que se encontravam sob a jurisdição da província lusitana, não abdicaram jamais das demais atribuições que lhes cabiam. Contudo, como ressaltou Joaquim Lavajo, não se pode desprezar a valiosa contribuição à causa restauracionista obtida através dos sermões. De fato, a pregação a partir do púlpito das igrejas, além dos inegáveis

---

<sup>288</sup> João Francisco Marques. ‘Os Jesuítas, confessores da corte portuguesa na época barroca (1550-1700)’. In: *Revista da Faculdade de Letras: História 12* Porto: Universidade do Porto; 231-270; 1995. p.264.

<sup>289</sup> Joaquim Chorão Lavajo. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002. p.8.

objetivos específicos de emulação religiosa e de edificação apostólica, cumpriu ao mesmo tempo uma função muito mais próxima do mundo secular, ou seja, a divulgação dos ideais de libertação do jugo espanhol, pois,

[...]. À falta, naquela altura, de um outro *mass-media* mais influente, diz João Francisco Marques, o sermão converteu-se numa arma indispensável à luta patriótica, metaforicamente comparada às bíblicas trombetas de Josué [...].<sup>290</sup>

Como se sabe, desde o fatídico ano de 1580, vivia-se em Portugal uma realidade insólita imposta pela unificação com a Espanha, cujo soberano e sua corte permaneceram sediados em Madrid. De todo modo, no que tange aos jesuítas da província lusitana, embora tenham obedecido às diretrizes emanadas da sua sede central em Roma, não se colocaram entre aqueles religiosos e nobres que, a partir da impelmentação da monarquia dual, passaram a gravitar o trono espanhol.

Na realidade os inacianos de Portugal mantiveram-se muito mais próximos à nobreza lusitana, particularmente aos duques de Bragança. Por conseguinte, os seus confesores passaram a cuidar da direção espiritual dos nobres da terra e de seus familiares. Assim, devido ao rei ausente, os religiosos da Companhia de Jesus participaram diretamente do cotidiano vivido naquelas verdadeiras ‘cortes nas aldeias’ que foram constituídas nas propriedades ducais, cujos representantes máximos, segundo a assertiva de Bouza Álvares.

Eram os fidalgos e oficiais letrados os senhores destas cortes, ficando para o monarca a longínqua corte em maiúsculas. Desta maneira, o reino de Portugal, e o próprio monarca, eram uma espécie de reféns daqueles grupos de portugueses que tornavam possível que o domínio se convertesse em governo efetivo.<sup>291</sup>

Como se sabe, é certo que Dom Teodósio sempre se mostrou satisfeito e honrado com a dedicação que lhe devotavam os jesuítas. O reconhecimento do duque

---

<sup>290</sup> João Francisco Marques. ‘Docentes da Universidade de Coimbra, Pregadores da Causa Restauracionista.’ Separata das *Actas* do Congresso ‘História da Universidade,’ volume 5; Coimbra: 1991. p.85. In: Joaquim Chorão Lavajo. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002. p.8. do mesmo autor ver ainda: *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. [prefácio de Jean Delumeau]. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. 2 volumes.

<sup>291</sup> Fernando Bouza-Álvares. Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000. p.119.

chegou a tal ponto, que acabou por se traduzir em apoio material, com a fundação em Vila Viçosa de uma Casa Professa da Companhia de Jesus.<sup>292</sup>

Tendo em vista essa tão amistosa relação, não é de causar espanto a centralidade que a ‘corte aldeã’ dos Bragança e a Universidade de Évora passaram a ter durante a fase mais aguda da conspiração que, não por acaso, conduziu ao trono português um representante da maior e mais significativa de todas as antigas casas do espoliado reino lusitano. No entanto essa proximidade entre os Bragança e os filhos espirituais de Inácio de Loyola não passou despercebida em Madrid. De fato, desde 1637 com a eclosão das Alterações de Évora, o rei de Espanha não tinha a menor dúvida de que os jesuítas da província portuguesa estavam entre os incitadores daquelas contestações antiespanholas. Como se sabe, os distúrbios que assolaram a cidade acabaram imputados à população enfurecida e somente foram subjugados pelas tropas comandadas pelo duque de Bejar, à custa de muito sangue inocente.<sup>293</sup>

Contudo, deve-se ressaltar que o rei espanhol não estava muito longe da verdade em suas suspeitas acerca do envolvimento dos religiosos inacianos. Afinal, conforme apurou o historiador jesuíta Francisco Rodrigues, que se encarregou de escrever a história da Companhia de Jesus em Portugal, dentre os inúmeros padres que viveram aqueles acontecimentos, houve um que se destacou por sua animosidade e acabou por se tornar àquele que mais instigava os ânimos de seus confrades, no sentido de não deixar passar em branco qualquer oportunidade que surgisse para se livrar a terra lusitana do jugo espanhol. Não por acaso,

[...],tratava-se de um dos professores de Évora, ‘segundo fama’ do padre Sebastião do Couto, doutor em teologia dos mais célebres de seu tempo, a quem não faltavam, dentre outras mais virtudes, a prudência e as letras.’<sup>294</sup>

Seja como for, em vista dos distúrbios ocorridos naquela conturbada região o rei espanhol não deixaria passar uma oportunidade tão favorável para que pudesse enquadrar os recalcitrantes jesuítas de Évora. Por conseguinte, em fins de 1637 demonstrando extrema sagacidade e agindo com dissimulação, o monarca escreveu uma

---

<sup>292</sup> Francisco Rodrigues. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: 1931-1950. volume II, tomo I. p.118.

<sup>293</sup> Para as ‘Alterações de Évora’, ver: Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. volume IV, pp. 132 e seguintes.

<sup>294</sup> Francisco Rodrigues. ‘A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.’ In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942. p.340.



carta ao provincial da Companhia de Jesus em Portugal, o padre Pedro da Rocha. Segundo as alegações de Filipe IV, para o bom governo de Portugal, tornara-se imperativo debelar os tumultos que ameaçavam a unidade do reino, e nesse sentido solicitou ao provincial,

[...] que fossem mandados o quanto antes à corte de Madrid os Padres Álvaro Pires Pacheco, Diogo de Arede, Gaspar Correia e Sebastião do Couto, sob o astuto pretexto de que a ‘prudência e cultura’ desses homens o poderiam ajudar a deter as perturbações que grassavam no reino de Portugal [...].<sup>295</sup>

Como se pode perceber nem mesmo Maquiavel faria melhor! Mas o chefe dos inicianos em Portugal certamente sabia o destino nefasto que estava reservado aos seus companheiros de roupeta, caso aceitassem o gentil convite do rei espanhol. Assim, valendo-se de vários pretextos, o superior daqueles padres foi protelando *ad infinitum* a partida dos três confrades. Por fim, esta ordem acabou sendo sobrepujada pelos acontecimentos posteriores e nenhum daqueles religiosos jamais se apresentou ou atendeu ao chamado do rei de Espanha. De todo modo, enquanto Filipe IV e o provincial da Companhia de Jesus travavam uma escaramuça particular, dissimulados através de suas cartas, a situação interna em Portugal deteriorava-se a cada dia, pois,

[...] a governação pública controlada por Madrid e sujeita a conhecidas dificuldades internas e externas, a corrupção administrativa, as oscilações do comércio ultramarino e algumas perdas territoriais do extenso império, os agravamentos tributários e a deterioração da vida material das populações, o recrutamento de soldados e a tradicional má vontade aos castelhanos foram algumas das razões conducentes à persistência e crescimento de um inconformismo das populações, traduzido numa atuação múltipla, em que se inscreveram algumas amotinacões locais, [...].<sup>296</sup>

Como se viu anteriormente, o agravamento da situação vinha crescendo exponencialmente desde o início da década que findava. Mas foi preciso esperar até o mês de junho de 1640, quando então se deu a eclosão da revolta da Catalunha, para que a conspiração, da qual participavam além dos jesuítas, os padres de outras ordens religiosas de Portugal, aos quais se somara um grupo cada vez maior de nobres

---

<sup>295</sup> Joaquim Chorão Lavajo. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002. p.27.

<sup>296</sup> João Francisco Marques. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. [prefácio de Jean Delumeau]. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. v1, p.3.

descontentes, para que a insatisfação geral com o domínio espanhol chegasse ao seu ponto de ebulição máxima.

Na realidade, absolutamente alheio ao que se passava em Portugal e para fazer frente a mais recente ameaça aos seus domínios, Filipe IV determinara a imediata mobilização das tropas portuguesas. Na verdade, àquela altura dos acontecimentos, a maior parte dos efetivos disponíveis em terras lusitanas já haviam sido reunidos desde os primeiros meses de 1640. Por conseguinte, desde então aqueles homens passaram a constituir um exército que contava com cerca de 6.000 soldados de infantaria, além das tropas de apoio e de artilharia. De todo modo, conforme as ordens emanadas de Madrid, os combatentes lusitanos deveriam partir em auxílio das forças espanholas e debelar a insurreição nascente na Catalunha.

Todavia, caso a mobilização destas tropas se concretizasse os acontecimentos tomariam um rumo incerto, alertados pelas ordens de marcha vindas de Madrid os conspiradores de Portugal tiveram de reformular seus planos. Sem outra opção, os preparativos para o golpe tiveram de ser reformulados e logo após os acontecimentos da manhã de 1 de dezembro de 1640, o duque de Bragança foi aclamado o novo rei lusitano. Como se sabe, a narrativa circunstanciada dos fatos e de todos os pormenores e incertezas da conspiração que antecederam aquele dia, foram magistralmente abordados e analisados por Leonor Costa e Mafalda Soares da Cunha.<sup>297</sup>

De todo modo, vale a pena citar uma descrição da aparência física do recém aclamado rei de Portugal D. João IV, conforme consta numa carta escrita no dia 29 de dezembro de 1640, ao que parece, por dois enviados da Santa Sé a Portugal, os padres Famiano Andreucci e Vincenzo Mobili. Todavia, esse documento original somente foi enviado a Roma em 8 de janeiro do ano seguinte, e pertence atualmente ao acervo do Arquivo do Vaticano, onde foi encontrado pelo padre jesuíta Francisco Rodrigues.

[...] o novo Rei é de 35 anos de idade, de estatura bem feita e proporcionada, loiro, semblante cheio, branco e corado, e marcado da varíola, nariz bem perfilado, fronte espaçosa, olhos muito vivos, moderado no falar, mas concertado e pronto no que diz. No vestir muito ordinário e simples; nas refeições prefere alimentos grosseiros aos delicados, bebe água em demasia; é caçador, trabalhador e de

---

<sup>297</sup> Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. (Coleção Reis de Portugal).

compleição robusta [...] é afável e fácil em dar audiência [...], tem mostrado zelo de justiça.<sup>298</sup>

Existe outra carta daquela mesma época, escrita no dia 12 de dezembro de 1640, pelo Núncio de Madrid, o Monsenhor Facchinetti. A exemplo da carta dos padres Andreucci e Mobili, esta também foi remetida à Santa Sé. Trata-se de um dos primeiros documentos enviados a Roma, no qual se pode encontrar o relato acerca dos acontecimentos que se desenrolaram em Lisboa durante o primeiro dia de dezembro de 1640.

Aos levantamentos da Catalunha, aos tratados ou alianças daquele principado com os franceses, sucede a revolta de todo o reino de Portugal com sentimento incrível de toda esta corte. Numa hora se perdeu, pode dizer-se, um reino, e primeiro se soube da perda, que se conhecesse a possibilidade e o perigo de perdê-lo. [...]. Foi a origem de tão espantoso movimento e as tramas tão bem urdidas, que antes se inclinaram todas as cidades ao nome do duque João de Bragança, que se farejasse o pensamento de o fazer; primeiro foram mortos os ministros reais, que se ouvisse uma voz hostil; primeiro se apartou da obediência do rei toda a nobreza de Portugal, que chegasse ao mesmo rei alguma queixa que o pudesse denunciar como mal satisfeitos.<sup>299</sup>

Seja como for, e apesar de todos esses informes enviados à Cúria Pontifícia, as primeiras notícias acerca da Aclamação de D. João IV, já haviam chegado à corte espanhola no dia em 7 de dezembro, ou seja, exatamente uma semana após o ocorrido. Não se pode negar que tais informes circularam em tempo bastante exíguo se considerarmos os meios de comunicação da época.

Por outro lado, a julgar pelo teor de seu relato, o Monsenhor Facchinetti demonstrou ser um perspicaz observador, pois, registrou claramente a estupefação que passou a reinar em Madrid logo após a chegada das notícias acerca dos acontecimentos do dia 1 de dezembro em Lisboa. Segundo as informações do Núncio Facchinetti, ao tomar conhecimento do ocorrido naquela ocasião, Filipe IV se mostrava particularmente inconformado com o sigilo que os conspiradores portugueses souberam manter durante todas as fases que envolveram os preparativos da conspiração. O que certamente exasperou o monarca espanhol foi constatar que, apesar de sua eficiente rede de

---

<sup>298</sup> Francisco Rodrigues. 'A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942. p.343.

<sup>299</sup> Arquivo do Vaticano, códice *Nunz. Di Spagna*, 84; f. 107-108v. In: Francisco Rodrigues. 'A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942. p.342.

informações, os agentes espanhóis não foram capazes de perceber quaisquer indícios de que um levantamento estava em preparação em Portugal.

Lamúrias espanholas à parte, D. João IV e seus conselheiros já haviam se instalado em Lisboa àquela altura, e sabiam que não havia tempo a perder. Por conseguinte, despacharam-se emissários a todos os quadrantes do reino recentemente libertado, para que a nova da Aclamação circulasse o mais rápido possível. Como não podia deixar de ser, também os religiosos da Companhia de Jesus em Portugal rapidamente se mobilizaram no sentido de prestar todo o seu apoio, quer em pessoal ou em meios materiais, para que essas primeiras determinações régias fossem cumpridas. Assim, começava uma nova etapa da Restauração de Portugal que se caracterizaria pelo esforço diplomático da casa de Bragança no sentido de obter o reconhecimento do novo *status quo* alcançado pelo reino lusitano.

### **Os jesuítas na diplomacia brigantina**

De fato, a exemplo do que já ocorrera em outras esferas de sua atuação junto ao povo e aos nobres, os jesuítas de Portugal contribuíram para a nova e arriscada empreitada, da qual participaram os professores da Companhia, pois, como ressalta Lavajo, ‘Em todo o processo da Restauração, a universidade de Évora desempenhou também um papel relevante através da atividade diplomática que alguns de seus mestres foram chamados a desempenhar.’<sup>300</sup>

Como se sabe, D João IV enviou à Catalunha sua primeira missão diplomática da qual foram encarregados dois jesuítas, o padre mestre Inácio de Mascarenhas, irmão do 3º conde de Santa Cruz, D. João Mascarenhas de Lencastre, um dos conspiradores de 1640 cuja proximidade com o rei tinha raízes mais profundas, pois os irmãos Mascarenhas tinham laços de parentesco com os Bragança.

---

<sup>300</sup> Joaquim Chorão Lavajo. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002. pp.32-33.

Nos catálogos da Companhia de Jesus em Portugal, as informações acerca do padre Inácio de Mascarenhas indicam que ele nasceu em Montemor-o-Novo, e que teria 37 anos de idade em 1641, o que permite calcular que tenha nascido por volta de 1604. Sua admissão na ordem inaciana se deu em Évora, no dia 24 de fevereiro de 1622. Depois de cumprir todas as etapas da formação jesuítica, Mascarenhas tornou-se professor de Filosofia, além de mestre em Teologia especulativa e Moral. Foi ainda reitor do colégio de Santo Antão e da Casa Professa de São Roque, onde morreu no dia 24 de novembro de 1669.<sup>301</sup>

Como companheiro do padre Inácio, seguiu o padre Paulo da Costa, Procurador da Província do Brasil em Portugal, ao qual já nos referimos no capítulo anterior, ao tratamos da carta do padre Francisco Pais, que trazia informações sobre a derrocada da armada do conde da Torre. De todo modo, a julgar pelo relato do padre Inácio de Mascarenhas, a missão diplomática confiada aos dois jesuítas foi repleta de perigos desde que deixaram a segurança relativa do território português, no dia 7 de janeiro de 1641.

Dentre as várias peripécias que tiveram de enfrentar, uma das mais arriscadas aconteceu em Milão. Aqueles emissários de D. João IV se encontravam naquela cidade para providenciar o envio de armas, munições e mantimentos aos combatentes da Catalunha. No entanto, naquela mesma ocasião, os agentes de Filipe IV foram informados da presença dos jesuítas na cidade, e por conseguinte, preparam-se para capturar ao menos um deles. Logicamente o alvo prioritário dos espanhóis era o padre Mascarenhas, que chefiava a missão diplomática.

os apaixonados de Castela, de que havia muitos naquela cidade, armaram-lhe ciladas para o colher às mãos e lhe tirar a vida. O Padre teve que passar secretamente de casa à casa com traje mudado, ele e seu companheiro. Nisto chegou de Milão o marquês de Leganés, que aumentou as diligências para capturar o embaixador, [padre Mascarenhas] e oferecia quinhentos dobrões a quem o entregasse.<sup>302</sup>

Segundo as informações coligidas pelo padre Francisco Rodrigues, os dois emissários de D. João IV lograram escapar das garras de seus perseguidores. Por outro lado, cabe destacar que dentre as realizações daqueles jesuítas podem ser creditadas não

---

<sup>301</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu, códice *Lusitania* 45. f.18v

<sup>302</sup> Francisco Rodrigues. 'A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942. p.366.

só a assinatura do tratado de aliança e auxílio com a Catalunha, como também a adesão de vários oficiais e soldados, que até então prestavam serviço nas tropas de Espanha. De fato, levando-se em conta as difíceis condições em que se realizou a embaixada dos padres Mascarenhas e Costa, pode-se considerar que ela foi coroada de êxito.

Por fim, como não poderia deixar de ser em se tratando de religiosos da Companhia de Jesus, tão logo concluiu sua missão diplomática, o padre mestre Inácio de Mascarenhas ocupou-se de escrever a narrativa pormenorizada das dificuldades e perigos que enfrentou junto com o padre Paulo da Costa. De todo modo, como se tratasse de um documento de valor inegável para a causa da Restauração de Portugal, o manuscrito de Mascarenhas foi rapidamente publicado logo após o retorno dos jesuítas a Lisboa.<sup>303</sup>

Mas além das razões políticas, deve-se destacar que naquele momento decisivo e crucial para a sobrevivência do reino, os dois jesuítas conseguiram fazer com que mais de trezentos homens desertassem para Portugal, engajando-se posteriormente no combalido exército de D. João IV. Certamente por isso, o decano dos historiadores da diplomacia restauracionista, o professor Edgar Prestage, não hesitou em afirmar que aquela embaixada ‘foi a mais frutífera de quantas D. João IV despachou nos princípios da Restauração.’<sup>304</sup>

No entanto, não se pode negar que a escolha de dois padres da Companhia de Jesus para aquela empreitada talvez possa soar estranha, e causar alguma incredulidade, contudo, naquela época era bastante comum o envio de religiosos para o cumprimento de funções que atualmente estão afeitas aos diplomatas de carreira, pois, ainda conforme a assestiva de Prestage,

Nos séculos passados foi vulgar às cortes católicas servirem-se dos religiosos para as missões diplomáticas. Estes enviados, mesmo se não fossem águias, possuíam certas vantagens sobre os leigos; como sacerdotes tinham entrada fácil nos Paços reais, como confessores sabiam guardar sigilo, como membros duma ordem religiosa tinham por regra a obediência; não exigiam grandes ordenados nem ajudas de

---

<sup>303</sup> *Relaçam do sucesso que o Padre Mestre Ignacio de Mascarenhas da Companhia de Iesu teve na jornada que fez a Catalunha, por mādado de S. M. elRey Dom Ioam o IV nosso Senhor aos 7 de janeiro de 1641.* Lisboa: 1641.

<sup>304</sup> Edgar Prestage. *A Embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641.* [reimpressão da 1ª edição de 1641.] Coimbra: 1926. (Separata de *O Instituto*, volume nº73. p.585.).

custo e podiam viajar como simples particulares, dando a entender que estavam a tratar de negócios de sua ordem.<sup>305</sup>

Com se sabe, no dia 6 de dezembro de 1640, D. João IV chegou a Lisboa para tomar pé da situação. Por conseguinte, ainda nos primeiros dias pós-revolução, tomou duas medidas decisivas para assegurar a consolidação de seu reinado: a criação do Conselho de Guerra, (11 de dezembro) dias antes da cerimônia oficial de Aclamação que se deu somente em 15 de dezembro. Do mesmo modo, determinou a partida da embarcação que deveria levar à lha Terceira no arquipélago dos Açores a notícia da vitoriosa conspiração e da sua Aclamação como o novo rei de Portugal.<sup>306</sup>

A divulgação em Portugal e seu império e na Europa do tempo, da notícia da aclamação de D. João IV fez-se com celeridade quer por iniciativa individual, quer dinamizada por desejo e ordem régia. O trato epistolar encarregar-se-ia de veicular de imediato a ocorrência, pormenorizando-a e explicando-a conforme a posição e o comprometimento dos correspondentes.<sup>307</sup>

No entanto, apesar da assertiva de João Francisco Marques, citada acima, nem sempre as coisas corriam conforme esperavam o rei e seus conselheiros. Um episódio ajuda a ilustrar as dificuldades que aguardavam os emissários de D. João IV. Embora tenha sido uma das primeiras possessões ultramarinas a receber as novas da aclamação, a ‘Terceira dos Açores’, como aparece nos documentos de então, viveu uma situação inquietante desde que a nau que levava o portador daquela notícia, Francisco Ornelas da Câmara ali chegou em 7 de janeiro de 1641.

De fato, o comandante militar daquela ilha que se recusou a aceitar o novo *status quo* e manteve-se fiel ao rei de Espanha, tornando-se, por quase um ano uma fonte de problemas para os partidários do rei de Portugal. A situação chegou a tal ponto que os combates tornaram-se inevitáveis.

Começou então a guerra bem renhida de trincheiras em que combatiam nobreza e povo. Não obstante, no dia 31 de março [1641] resolveram-se população e soldados a aclamarem D. João IV. [...] Todavia, a fortaleza e os defensores espanhóis somente se renderam após inúmeras tratativas com o Padre Francisco Cabral visitador dos

---

<sup>305</sup> Edgar Prestage. *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político. (1595-1662)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. p.1.

<sup>306</sup> Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. pp. 288-289.

<sup>307</sup> João Francisco Marques. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. [prefácio de Jean Delumeau]. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. v1, p.9

colégios da Companhia de Jesus no arquipélago dos Açores, [...] a rendição dos espanhóis somente se deu no dia 6 de março do ano seguinte.<sup>308</sup>

Vale destacar que foi graças ao empenho pessoal do padre Cabral que se conseguiu por um ponto final na resistência da guarnição espanhola da ilha Terceira. A rendição e a entrega da fortificação se fez de acordo com as normas seguidas na época, reconhecendo-se o valor militar e a lealdade daqueles soldados, que deixaram o castelo em que se haviam refugiado ‘em perfeita ordem militar, portando suas armas e os canhões com as mechas acesas.’<sup>309</sup>

Quanto ao padre Francisco Cabral, que naquela ocasião contava 52 anos de idade, os arquivos da Companhia de Jesus informam que ele era português, desconhecendo-se, contudo, seu local de nascimento. Cabral foi admitido na ordem inaciana no dia 8 de dezembro de 1604, tornando-se pregador e professor. No exercício de suas atividades docentes foi nomeado sucessivamente reitor dos colégios da Companhia em Braga, na ilha da Madeira (Funchal) e da universidade de Évora. O padre Francisco Cabral foi ainda o visitador dos colégios jesuíticos das ilhas do Atlântico. Após dedicar-se por quase meio século à Companhia de Jesus, estava de volta a Lisboa, quando ali faleceu no dia 7 de outubro de 1652.<sup>310</sup>

Apesar das dificuldades enfrentadas na ilha Terceira, outros emissários foram mandados aos demais quadrantes onde se localizavam as antigas possessões e domínios coloniais de Portugal. O objetivo que se buscava alcançar era bastante claro: assegurar a fidelidade daquelas regiões ao novo rei. De todo modo, a primeira notícia da Aclamação de Dom João IV chegou ao Brasil a no dia 15 de fevereiro de 1641, trazida por uma das embarcações que faziam a rota que ligava a capital da colônia à cidade de Lisboa, apesar da presença dos corsários holandeses no litoral.

[...] amanheceu no porto da baía de Todos os Santos uma caravela com carta do rei D. João IV. O mestre da nau a entregou em segredo ao vice-rei D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão [que] não quis demorar a homenagem que devia ao rei Aclamado. Em seu nome e de todo o Estado do Brasil enviou a beijar-lhe a mão seu filho D. Fernando Mascarenhas, marechal do reino e acompanhou-o de dois

---

<sup>308</sup> Francisco Rodrigues. ‘A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.’ In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942. pp. 362-365.

<sup>309</sup> Idem, ibidem, p.365.

<sup>310</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu, códice *Lusitania* 45; f. 13.



Padres jesuítas dos mais autorizados do Brasil, que foram Simão de Vasconcelos e Antônio Vieira.<sup>311</sup>

No entanto, a aparente tranquilidade com que se deu a transição de poder na Bahia, ocultou a realidade de uma situação política no mínimo indefinida, senão de todo incerta. Afinal, se por um lado, através dos seus emissários o vice-rei do Brasil tratou de assegurar sua lealdade a Dom João IV, por outro lado, na mesma ocasião, vários nobres abandonaram o reino de Portugal e juraram fidelidade ao trono espanhol.

A julgar pelos acontecimentos posteriores, o marquês de Montalvão desconhecia totalmente as inquietações que assolavam a cidade de Lisboa. Na realidade, até então, Jorge Mascarenhas estava alheio ao fato de que entre os nobres que desertaram do reino lusitano estavam seus próprios filhos. De todo modo, ignorando completamente os dias de incerteza vividos na corte lusitana, a pequena comitiva enviada pelo vice-rei do Brasil deixou a cidade de Salvador, no dia 27 de fevereiro de 1641.

[...] a viagem de começo venturosa, foi quase no fim perturbada por valente temporal. Esteve a nau a ponto de soçobrar; já fazendo água, foi necessário aliviá-la do batel, da artilharia e aguada. É de crer ficasse também maltratada na mastreação e velame, porque divisando a costa, não procurou a barra de Lisboa, e aportou como lugar mais próximo a Peniche. Era dia 28 de abril. Aí esperava os passageiros outra tempestade, a da fúria popular. Espalhando voz que entre eles se encontrava um dos Montalvões [sic], dos quais dois se tinham bandeado com Castela, e a mãe se achava presa por traição no Castelo de Arraiolos, a gente da vila, tendo também a este por traidor, agrediu-o ao desembarcar e tentou matá-lo. Acudiu a tempo o governador da praça, conde de Atouguia, que o recolheu em sua casa prisioneiro. Presos ficaram também os dois padres [Vasconcelos e Vieira], até que no dia seguinte, desfeitas as desconfianças, partiram todos para Lisboa.<sup>312</sup>

Após o susto em Peniche, aquela comitiva foi recebida por Dom João IV dois dias depois. Segundo João Lúcio de Azevedo, o insuspeitado biógrafo do padre Antônio Vieira, data dessa época a amizade entre o jesuíta e o rei de Portugal, que somente foi interrompida pela morte deste último, em 1656.<sup>313</sup>

No entanto, existiu outra particularidade nessa comitiva que passou despercebida. De fato, como se viu acima, os emissários do vice-rei do Brasil foram

---

<sup>311</sup> Francisco Rodrigues. 'A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942. p.368.

<sup>312</sup> João Lúcio de Azevedo. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Casa Editorial Alameda. 2008. v.1, p.70.

<sup>313</sup> Idem, *ibidem*, p.71.

recebidos em audiência por Dom João, todavia, o soberano havia sido surpreendido poucos meses antes pela verdadeira diáspora dos nobres em direção à Espanha. Por conseguinte, tomou medidas para prevenir-se de novas deserções, como tinha sido, por exemplo, o caso dos membros da família de Montalvão, que haviam deixado Portugal no dia 7 de fevereiro de 1641.

[...] saíram da barra do Tejo dois navios. Num bergantim partiram secretamente seis fidalgos com suas famílias. Entre eles D. Pedro Mascarenhas e D. Jerônimo Mascarenhas, filhos do vice-rei do Brasil, marquês de Montalvão. No outro [...], iam os governadores nomeados para Ceuta e Tanger, também com família e criadagem. Dias mais tarde, saber-se-ia em Lisboa que haviam atracado em portos de Andaluzia com a intenção de se acolherem em Castela, em sinal de protesto de fidelidade a Filipe IV, que consideravam ser o legítimo soberano em Portugal.<sup>314</sup>

Em vista de tais antecedentes preocupantes o rei decidiu enviar em princípios de março um emissário ao Brasil. O escolhido para o cumprimento daquela missão foi o padre jesuíta, Francisco de Vilhena, que vivia em Évora, desde os primeiros meses de 1637, quando conseguira retornar a Portugal, vindo de Cartagena, na Colômbia, onde se refugiara após ser desterrado pelas tropas da West Indische Compagnie.

Como se pode perceber, Dom João IV continuava a buscar entre os religiosos da do colégio de Évora um emissário de sua confiança. De fato, a missão confiada ao padre Vilhena era delicada e envolvia muitos riscos e desafios, pois, até então, não haviam chegado à metrópole os enviados do vice-rei do Brasil. Por conseguinte, o jesuíta recebeu instruções específicas e secretas no sentido de que fosse observada a conduta do marquês de Montalvão, de cuja lealdade dependia em grande parte, a sobrevivência de todo o reino de Portugal.

---

<sup>314</sup> Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. p.105.

## Francisco de Vilhena: trajetória emblemática

Embora se trate de um jesuíta que desde os primeiros anos da guerra de resistência, sempre esteve na linha de frente das lutas contra os holandeses, as fontes jesuíticas trazem poucas referências acerca das atividades exercidas pelo padre Francisco de Vilhena. De certo essa ausência se deve à destruição de grande parte dos arquivos da Companhia de Jesus, particularmente durante os ataques desfechados pelas tropas da West Indische Compagnie ao Brasil em 1624 e 1630. Aliás, cabe lembrar que o fluxo da correspondência oficial dos jesuítas, trocada entre os dirigentes na Europa e os missionários que atuaram nos trópicos, foi bastante prejudicado pela presença constante dos navios de guerra das Províncias Unidas no litoral nordestino.<sup>315</sup>

De fato, se por um lado, como se viu nos capítulos anteriores, a guerra de corso realizada com bastante eficiência pelos navios da WIC, permitiu-lhes apresar boa parte das valiosas remessas de açúcar, cujas cifras atingiram valores consideráveis, conforme foi ressaltado, entre outros, por Charles Boxer.<sup>316</sup> Por outro lado, além dos perigos e incertezas inerentes às viagens marítimas, durante o período da dominação holandesa sobre as capitanias do nordeste açucareiro, as embarcações que partiram da colônia com destino aos portos da Península Ibérica, tiveram que enfrentar outros riscos. Afinal, não bastasse o perigo dos naufrágios, que sempre rondava os navios, suas tripulações tiveram de se defrontar, cada vez mais, com a possibilidade de serem capturados pelas esquadras das Províncias Unidas que patrulhavam constantemente aquela rota.

Todavia, outras vantagens também foram obtidas pelas ações de corso realizadas pelos tripulantes dos navios da West Indische Compagnie. Refiro-me especificamente às informações colhidas nessas ocasiões. De fato, inúmeras vezes as cartas e outros documentos interceptados pelos holandeses, mostraram-se tão valiosos quanto as mercadorias coloniais. Até então, além dos inegáveis ganhos monetários obtidos com os apresamentos das cargas transportadas nos porões dos navios inimigos que se

---

<sup>315</sup> Sobre as ações de piratas e corsários ver: 'Invasões de corsários e piratas na costa do Brasil.' In: Paulo Berger;. Antônio Winz; Max Justo Guedes. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. v. 1, t.II, pp.475-521.

<sup>316</sup> Charles Ralph Boxer. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Coleção Brasileira volume 312).

destinavam aos portos da Península Ibérica, a eventual interceptação da correspondência oficial espanhola também possibilitava capturar funcionários da administração régia, e exigirem o pagamento de vultosos resgates.

No entanto, não resta dúvida de que foi através dos documentos encontrados nessas ocasiões, que os dirigentes das Províncias Unidas obtiveram vantagens estratégicas para a elaboração dos planos que adotaram durante as diversas fases da guerra contra os espanhóis. De fato, a interceptação da correspondência e captura de emissários acabou permitindo aos *Herren XIX* derrotar as forças inimigas de terra e mar, não só no Brasil, como também em outras latitudes do vasto império colonial dos Filipes.

Do mesmo modo a circulação da correspondência jesuítica também sofreu seus maiores reveses a partir de 1624, quando da ocupação de Salvador. Posteriormente, essa situação agravou-se ainda mais, logo depois da conquista de Olinda e Recife, pelas tropas das Províncias Unidas em 1630. Naquela ocasião o Colégio de Olinda, ao qual estavam vinculados todos os religiosos que trabalhavam em Pernambuco e capitanias adjacentes, foi ocupado e se tornou a sede do quartel general das tropas comandadas por coronel Jonckheer Dieiderick van Waerdenburgh, até o arrasamento daquela Vila em fins de 1631.

No entanto, se por um lado, a par dos inegáveis sofrimentos causados pelos invasores aos religiosos da Companhia de Jesus, cujas vicissitudes foram registradas em algumas cartas que chegaram até nossos dias, por outro, deve-se lamentar o dano causado pelas tropas das Províncias Unidas, ao acervo jesuítico. De fato, a destruição foi ampla e atingiu inúmeras cartas que se encontravam arquivadas na secretaria do Colégio de Olinda. De fato, entre outros documentos ali depositados, a fúria dos soldados holandeses atingiu vários catálogos que desapareceram sem deixar vestígio. Por conseguinte, perderam-se preciosas informações sobre os religiosos da ordem inaciana, cuja atuação naquelas latitudes se iniciara desde meados o século XVI.

De todo modo, embora não se possam reparar estes danos causados ao acervo jesuítico, foi possível traçar os primeiros anos da trajetória de vida do padre Francisco de Vilhena. Cabe ressaltar, no entanto, que a realização desta tarefa foi bastante facilitada pelas informações publicadas pelo padre doutor Serafim Leite. Por conseguinte, seguindo suas preciosas indicações, pude encontrar alguns dos códices que

contém parte dos documentos originalmente enviados pelos professores dos Colégios de Olinda e da Bahia, pelos missionários das aldeias existentes nas capitanias de Pernambuco e da Bahia. O corpus documental consta de algumas cartas e catálogos que graças ao zelo com que foram guardadas nos diversos arquivos da Companhia de Jesus, sobreviveram aos caprichos do tempo e à insensatez dos homens, particularmente durante o longo período da dominação holandesa no Brasil.

Como se sabe, grande parte das fontes jesuíticas se encontram atualmente no Archivum Romanum Societatis Iesu – ARSI, o Arquivo Central da Companhia de Jesus. No entanto, alguns destes códices estiveram dispersos por inúmeras sedes e países. Em meados da década de 1930, boa parte do acervo jesuítico que até então estivera por longos anos em poder do Estado italiano, retornou aos cuidados da Companhia de Jesus. Aproveitando-se daquela ocasião, os responsáveis pelo ARSI estabeleceram uma nova metodologia arquivística que resultou na reordenação dos códices então existentes, até que se chegasse ao modelo atual.<sup>317</sup>

Realizou-se naquela ocasião um trabalho de fôlego. A metodologia adotada privilegiou com maior rigor, a classificação pelas Províncias jesuíticas. Desse modo os documentos, constituídos em grande parte por cartas e catálogos, foram cuidadosamente separados. Buscou-se, tanto quanto foi possível, manter a ordem cronológica em que os textos foram produzidos; a seguir, procedeu-se à catalogação dos códices.<sup>318</sup>

Para que se possa ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, pelos religiosos que se ocuparam da organização da documentação jesuítica, cabe citar o que se passou com o códice *Brasília 7*. Essa denominação lhe foi atribuída desde tempos imemoriais, por conter alguns catálogos trienais enviados pelos dirigentes da Companhia de Jesus no Brasil, os documentos ali reunidos traziam informações preciosas sobre os jesuítas que viveram e missionaram no século XVII. No entanto, durante os trabalhos de reorganização do acervo foi encontrado em outro códice, o *Brasília 5: Catalogi Breves*

---

<sup>317</sup> Para uma breve descrição das razões que, ao longo de tempo, causaram as mudanças de sede dos arquivos jesuíticos, particularmente dos códices que contém as cartas originalmente remetidas pelos missionários a Roma, ver: Charles O'Neill & Joaquim Domínguez. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu; Madrid: Universidad Pontificia Comillas. 2001, volume 1, p. 802 e seguintes.

<sup>318</sup> Para uma visão abrangente do Arquivo Romanum Societatis Iesu [ARSI], ver o artigo do padre Edmond Lamalle, (S.I.), que durante longos anos trabalhou ali. 'L'archivio di una grande Ordine religioso. L'archivio Generale della Compagnia di Gesù.' In: *Archiva Ecclesiae, Bollettino dell'Associazione Archivistica Ecclesiastica*. XXIV-XXV, t.1: 89-120. 1981-1982.

*et Triennales*, ou seja, tratava-se dos catálogos trienais do século XVI. Por conseguinte, para que fosse seguida fielmente a metodologia adotada, os documentos do códice *Brasília 7* foram retirados da antiga encadernação e reordenados cronologicamente. A partir de então, aqueles catálogos originalmente produzidos no século XVII passaram a constituir o segundo volume do códice *Brasília 5*.<sup>319</sup>

Assim, foi graças a esta reorganização realizada nos códices do ARSI que finalmente pude encontrar algumas informações fidedignas sobre os jesuítas que foram enviados ao Brasil, durante o século XVII. No caso específico do padre Francisco de Vilhena, embora não se possa determinar o ano de sua admissão na Companhia de Jesus, consta que era português e nasceu por volta de 1582, na cidade de Setúbal.<sup>320</sup>

Do mesmo modo, sabe-se que Vilhena foi mandado ao Brasil nas décadas iniciais do século XVII e concluiu os seus estudos como noviço no Colégio da Bahia. No entanto, seu nome não aparece em nenhum dos catálogos conhecidos que trazem informações acerca das expedições missionárias, cujos integrantes foram posteriormente destinados às diversas casas e colégios que os jesuítas mantinham na colônia.<sup>321</sup>

Todavia, verificando os catálogos do século XVII, deparei-me com um deles que se refere à expedição de 1618, no qual foram relacionados os padres e irmãos que em dezembro daquele ano partiram de Lisboa com destino ao Colégio da Bahia. O grupo era chefiado pelo padre Henrique Gomes, que retornava ao Brasil depois de concluir a missão que lhe fora confiada até então, como Procurador da Província do Brasil em Roma. No catálogo em questão, constam ainda os nomes de outros quatro padres e oito

---

<sup>319</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1938-1950. v. I. [Introdução Bibliográfica, p. XXI.].

<sup>320</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu, códice *Brasília 5*, ff. 135-137. In: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1945. volume V, pp.383-384.

<sup>321</sup> Graças às suas pesquisas o padre Serafim Leite possuía cópias de todos os catálogos das expedições jesuíticas enviadas ao Brasil entre os séculos XVI e XVIII, segundo ele mesmo assegurou numa carta que escreveu, de Lisboa, no dia 4 de julho de 1952, ao seu dileto amigo, José Honório Rodrigues. Cf: Lêda Boechat Rodrigues. (org.). *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 200. p.199. Coleção Afrânio Peixoto, 56.

irmãos estudantes. Infelizmente nessa lista não existe sequer um único missionário com o nome de Francisco. Mas há um Vilhena! Antonio de Vilhena.<sup>322</sup>

Apesar disso não me bastava apenas essa coincidência de sobrenome. Passei a procurar outra informação mais relevante, visando aumentar as probabilidades de que se tratava do jesuíta que buscava. Assim, prossegui a análise do documento e encontrei um novo indício animador. Por dever de justiça devo assinalar que essa descoberta foi facilitada pelas normas que regem a composição da correspondência jesuítica e graças ao cuidado de um anônimo jesuíta do Colégio da Bahia, que redigiu o catálogo com meticuloso zelo, registrando todas as informações exatamente conforme determinam as Constituições da Companhia de Jesus.

Por conseguinte, nesse catálogo de 1618, além dos nomes e sobrenomes, consta o registro da diocese de nascimento e batismo de todos os padres e irmãos mandados ao Brasil. Constatei então que Antonio de Vilhena, a exemplo de Francisco de Vilhena, também pertencia à diocese de Setúbal. Até então havia me deparado com duas coincidências, ou seja, sobrenome idêntico: Vilhena, e mesma diocese de nascimento: Setúbal.

Passei a individualizar a trajetória de cada um dos Vilhena que havia encontrado. Após meticulosa busca na documentação jesuítica, com a qual havia trabalhado até aquele momento, constatei outra particularidade desconcertante. Ao contrário do que aconteceu com o nome do padre Francisco de Vilhena, Antonio de Vilhena não apareceu em nenhum documento jesuítico do século XVII. Nem mesmo foi citado em cartas de outros religiosos ou agentes da administração régia que tenham vivido no Brasil durante o século XVII. De fato, nome Antonio de Vilhena surgiu apenas naquele catálogo de 1618, desaparecendo sem deixar vestígios. Por outro lado, quanto a Francisco de Vilhena, as fontes jesuíticas e administrativas narram claramente inúmeros episódios de sua vida, notadamente a partir de 1630, quando então já se tornara padre jesuíta e vivia no Colégio de Olinda.<sup>323</sup>

---

<sup>322</sup> ‘Catalogus Eorum Qui Hoc Anno 1618 Mense Decembri Mittuntur In Brasiliam.’ Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Brasilia 5, Catalogi Breves et Triennales..* p.119. [séculos XVI e XVII. 2 v.].

<sup>323</sup> Como, por exemplo, as referências aos trabalhos realizados pelos jesuítas, descritas pelo comandante da resistência pernambucana, o general Matias de Albuquerque. Cf. ‘Testemunho de Matias de Albuquerque’, de 25 de novembro de 1635. In: Pedro Cadena de

Portanto, cheguei à conclusão, bastante provável segundo minha avaliação, que a inclusão do nome António deveu-se provavelmente a um lapso do zeloso amanuense do Colégio da Bahia, que involuntariamente contribuiu para todo este *imbróglio*. Sejam quais forem os motivos que causaram a confusão, creio que de fato, trata-se de uma única pessoa, ou seja, o irmão estudante Francisco de Vilhena, mandado de Lisboa para o Colégio da Companhia de Jesus em Salvador, no mês de dezembro de 1618.

De todo modo, sabe-se que a documentação jesuítica na qual se poderia encontrar o rol das admissões de noviços no Colégio da Bahia, foi irremediavelmente perdida quando do ataque e ocupação de Salvador pelos holandeses em 1624. Naquela ocasião a derrocada geral do sistema defensivo da capital colonial fez com que os jesuítas abandonassem a cidade e passassem a viver nas aldeias do Recôncavo, até a expulsão dos invasores no ano seguinte. Conforme deixou registrado na carta anua de 1626, outro noviço da Companhia de Jesus, Antônio Vieira.<sup>324</sup>

Posteriormente, em princípios de 1630, quando do ataque das tropas da West Indische Compagnie à capitania de Pernambuco, os inicianos tiveram que evacuar o Colégio de Olinda, cujo acervo, inclusive parte dos arquivos, acabaram por cair em mãos das hostes invasoras das Províncias Unidas. Naquela ocasião Francisco de Vilhena já era padre jesuíta e se tornou, nas palavras do padre Serafim Leite.

[...]. Um dos mais gloriosos heróis da campanha. Inimigo irreconciliável dos invasores e malquisto dos que pactuaram ou contemporizaram com eles. Amigo dedicado e conselheiro de Matias de Albuquerque, à maneira de Nóbrega com Mem de Sá.<sup>325</sup>

De fato, o padre Vilhena participou de todas as fases da luta, desde a retirada de Olinda e esteve entre os religiosos que ajudaram na formação do Arraial do Bom Jesus, onde permaneceu durante grande parte daquela primeira fase da guerra de resistência, pelo menos até os primeiros dias de 1635. Em março do mesmo ano, o jesuíta transferiu-se para o Forte de Nazaré.

---

Vilhasanti. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941. p.193.

<sup>324</sup> ‘Carta Anua da Província do Brasil, de 30 de setembro de 1626.’ In: Antonio Vieira. *Cartas*. (Coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. Tomo I, pp.3-74. Para a derrocada da cidade de Salvador e retirada dos jesuítas ver: pp.17-23.

<sup>325</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus...* . volume V, p.384.



Em junho, com a queda do ‘Real do Bom Jesus’ e o inevitável colapso do sistema defensivo das tropas da resistência, o general Matias de Albuquerque ofereceu-lhe a oportunidade de se retirar para a Bahia, acompanhado dos demais religiosos que naquela ocasião deixavam Pernambuco obedecendo às determinações do Bispo do Brasil e do Provincial da Companhia de Jesus. No entanto, Vilhena recusou-se a partir e decidiu permanecer junto às tropas da resistência que se encontravam estacionadas em Nazaré. Entre os meses de junho e setembro de 1635, o Forte de tornou-se o último reduto que ainda foi capaz de oferecer alguma resistência ao avanço das forças holandesas.

Sem dúvida, foi graças ao sacrifício dos defensores daquela posição, que muitos dos remanescentes das tropas do Arraial do Bom Jesus, acompanhados de inúmeros moradores da capitania, conseguiram realizar a longa marcha que conduziu os ‘retirados de Pernambuco’, até a segurança relativa da Bahia. Apesar da derrocada das forças defensivas, não se pode negar o valor estratégico daquela retirada, pois, as tropas que lograram escapar do território conquistado pelos soldados de Artchewski e Schoope, tornaram-se decisivas por sua participação nos combates que romperam o cerco imposto por Nassau à cidade de Salvador, em 1638.

No entanto, a situação dos sitiados em Nazaré tornara-se insustentável, pois ainda que se leve em conta os esforços de Matias de Albuquerque, todas as tentativas realizadas no sentido de reforçar ou socorrer os soldados que defendiam o Forte fracassaram. Assim, apesar de todo o valor guerreiro que demonstraram ao resistirem por quatro meses ao cerco imposto pelas tropas comandadas por Schkoppe e Artichewski, o destino dos defensores do forte de Nazaré já estava traçado. Sem alternativa, vencidos pela fome e perante a impossibilidade de socorro, os sobreviventes daquela guarnição renderam-se às forças holandesas. Naquela ocasião apenas dois jesuítas estavam entre os poucos sobreviventes capturados, eram eles o padre Francisco de Vilhena e o irmão estudante Francisco Ribeiro.

Conforme as determinações dos *Herreen XIX* aqueles religiosos foram imediatamente presos e remetidos para Recife, a exemplo do que já havia sido feito com os jesuítas capturados no Arraial do Bom Jesus. De todo modo, Vilhena e Ribeiro permaneceram encarcerados por vários meses, submetidos às mais severas condições,

sujeitos a inúmeros tormentos e interrogatórios, até serem ‘deportados para as Índias de Castela.’<sup>326</sup>

De certo modo pode-se imaginar que a deportação dos religiosos capturados após a rendição do forte de Nazaré, poderia indicar a adoção por parte das tropas holandesas, de uma medida humanitária em relação aos jesuítas. No entanto, cabe destacar que a realidade vivida na ‘guerra de Pernambuco’ indicava outra situação bastante diferente. As palavras são insuficientes para descrever o que significava a deportação, que afinal se tornou o tratamento habitual dado aos jesuítas que caíam nas mãos dos soldados da West Indische Compagnie.

Na verdade, como já tivemos a oportunidade de observar nos capítulos anteriores, apenas o destino final dos missionários capturados esteve sujeito a variações. Alguns deles, principalmente os que exerciam cargos de chefia, foram mandados para as Províncias Unidas. Já os outros jesuítas ficaram à mercê dos comandantes dos navios nos quais eram trancafiados, sendo submetidos às mais severas condições. Por fim, a lúgubre viagem marítima quase sempre terminava em alguma das praias remotas das ilhas do Caribe, onde os religiosos deportados eram largados à própria sorte.

Do mesmo modo, cabe destacar que desde os primeiros dias de planejamento do ataque à capitania de Pernambuco, a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus já havia sido determinada pelos dirigentes das Províncias Unidas aos comandantes das tropas de assalto. De fato, basta consultar o ‘Regimento do Governo das Praças Conquistadas’, assinado na cidade de Haia em 13 de outubro de 1629, para verificar que as ordens nesse sentido determinavam claramente,

Artigo 11: Todos os jesuítas, tanto padres como frades [sic], qualquer que sejam e a denominação que tenham, serão e ficarão banidos de todos os lugares que se acharem sob a obediência dos Senhores Estados Gerais, e não poderão ir a tais lugares, s pena de serem transportados presos para essas Províncias.<sup>327</sup>

---

<sup>326</sup> Serafim Leite. ‘A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal.’ In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VII: 125-161; 1942. [1ª série]. p.130.

<sup>327</sup> ‘Regimento do Governo das Praças Conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais.’ In: *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*. Recife: 31: 289-310, 1886. De fato, este ‘Regimento’ vigorou no Brasil holandês até ser substituído pelo Regulamento de 23 de agosto de 1636. Cf. Francisco Adolpho de Varnhagen. *História Geral do Brasil Antes de sua Separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948. [4ª Edição Integral.] Tomo 2, p.348.

Por conseguinte, todos os jesuítas que caíram nas mãos dos soldados da West Indische Companie foram deportados pelos holandeses e jamais estiveram sob a proteção de uma bandeira branca. A única exceção parece ter ocorrido quando da rendição e posterior deserção do padre Manuel de Moraes.<sup>328</sup>

Os relatos produzidos pelos jesuítas que sobreviveram para contar o que passaram nessas ocasiões, são unânimes ao descrever as duríssimas condições que enfrentaram. Na carta escrita pelo padre Leonardo Mercúrio em 29 de novembro de 1636 e enviada ao padre Geral da Companhia de Jesus, é possível acompanhar as vicissitudes que os jesuítas capturados quando da queda do Arraial do Bom Jesus, em 1635, vivenciaram. Por conseguinte, de acordo com as informações do padre Mercúrio, se pode concluir que durante sua deportação o padre Francisco de Vilhena e seu companheiro de infortúnio, o irmão estudante Francisco Ribeiro, foram submetidos aos mesmos tormentos.

Aos seis meses depois de nós chegados àquele Colégio [Cartagena na Colômbia], chegaram os Padres Francisco de Vilhena e Francisco Ribeiro, que o inimigo rendeu na Força [Forte] de Nazaré, e os lançou na praia de Araia, lugar das Índias, que dista de Cartagena mais de duzentas léguas. Dali passaram à cidade de Caracas, de onde se embarcaram para Cartagena em uma fragata, em que estiveram quase perdidos com um temporal e passaram os bons Padres os infortúnios que nós e assim nos consolamos uns com os outros, como nos vimos, contando cada um os seus trabalhos. [...].<sup>329</sup>

Em vista das duras condições que lhes foram impostas pelos holandeses, o desterro para as Índias de Castela estava muito próximo de uma condenação à morte. Para confirmar essa assertiva basta acompanhar a rota seguida pelos dois jesuítas capturados logo após a queda do forte de Nazaré. Os inúmeros infortúnios enfrentados pelos religiosos durante a viagem agravaram as difíceis condições vividas a bordo dos navios da West Indische Compagnie. Submetidos aos rigores do tratamento dispensado pelos marujos aos missionários veteranos da guerra de Pernambuco, Vilhena e Ribeiro durante todo o tempo da viagem foram trancafiados nos porões e mantidos a ferros, até o desembarque na inóspita península de Araia, na Venezuela. Finalmente acabaram lançados em terra. Em busca de socorro tiveram de realizar um deslocamento, muitas

---

<sup>328</sup> Ronaldo Vainfas. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

<sup>329</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. *Códice Lusitania*. 74. 273-274.

vezes a pé, que se estendeu por mais de 1.200 quilômetros, até que conseguiram chegar à cidade de Cartagena na Colômbia.

De todo modo, os missionários sobreviveram àquela desumana jornada e finalmente conseguiram se juntar aos religiosos da Companhia, que já se encontravam abrigados no Colégio que os jesuítas mantinham naquela cidade. No entanto, em fins de 1636, apenas quatro dos jesuítas que haviam sido desterrados de Pernambuco conseguiram embarcar de volta à Europa. Eram eles os padres Leonardo Mercúrio, o irmão Manuel Pereira, capturados quando da destruição do Arraial do Bom Jesus, em junho de 1635, o padre Francisco de Vilhena e o irmão Francisco Ribeiro.

O leitor atento deve ter percebido que não consta desta relação o nome do antigo superior dos jesuítas de Pernambuco, o padre Gaspar Samperes. O motivo é simples de ser explicado. Na realidade, aos oitenta e quatro anos de idade, dos quais quarenta e oito vividos na Companhia de Jesus, e com a saúde irremediavelmente abalada pelas duras condições do desterro, o padre Samperes, ou Sampier como às vezes aparece em algumas fontes jesuíticas, morreu pouco depois de sua chegada ao Colégio da Companhia de Jesus em Cartagena, onde seu corpo foi sepultado. Findava-se ali a trajetória de um dos mais conhecidos arquitetos jesuítas do século XVII, que antes de se tornar padre, havia servido como soldado do exército espanhol na região do Rio da Prata. Dentre as inúmeras obras das quais foi encarregado, se destaca o Forte dos Reis Magos, erguido na capitania do Rio Grande do Norte.<sup>330</sup>

No entanto, apesar da fraternal acolhida recebida em Cartagena, os problemas dos demais jesuítas que sobreviveram à deportação imposta pelos holandeses, ainda não haviam terminado. A viagem de regresso à Europa realizada pelos ‘rendidos de Pernambuco’ foi repleta de perigos. Ao menos é o que se pode perceber na longa carta escrita pelo padre Leonardo Mercúrio, logo após sua chegada ao porto de Cádiz, na Espanha, em novembro de 1636. Através de sua narrativa se pode perceber que aquela jornada foi bastante arriscada, todavia o pequeno grupo de jesuítas conseguiu alcançar seu destino.

Chegados os galeões de Espanha fomos a tratar com o General de nossa passagem [...], repartindo-nos em diversos navios: eu e o Irmão

---

<sup>330</sup> Para uma breve biografia do padre Gaspar de Samperes ver: Serafim Leite. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953. pp.258-259.

Pereira viemos na Almiranta dos galeões, o Padre Francisco Ribeiro para a Almiranta da frota com o Padre Baltasar [Provincial de Cartagena], que vem a negócios. Esse galeão se perdeu na entrada de Habana[sic] sem perigar a gente, nem a prata. [...]. O padre Francisco de Vilhena veio em um navio mercante de uns portugueses particulares; o padre Jerônimo Lobo [vindo da Etiópia] em outro galeão. A viagem foi trabalhosíssima, porque tivemos tormentas e tempos nunca vistos, estando 3 vezes confessados, esperando a derradeira hora e onda que nos havia de tragar. Saímos de Habana[sic] aos 15 de agosto [1636] com 38 velas e com a fúria de tantas tormentas nos derrotamos todos cada, um por onde o vento levava, sem sabermos uns dos outros. Mas foi Deus servido que não perigasse navio nenhum, onde vinham os nossos, chegando todos, ainda que em diversos portos e diferentes dias. Nós chegamos a Cádiz, onde recebemos as costumadas caridades da Companhia.<sup>331</sup>

Dentre as naus que se dispersaram durante as tormentas estava aquela que pertencia aos mercadores portugueses, na qual haviam embarcado o padre Francisco de Vilhena. No entanto, o restante da viagem foi muito mais acidentado, pois, ao contrário dos demais navios que aportaram em Cádiz, ainda que em dias alternados a partir do mês de novembro de 1636, Vilhena somente conseguiu desembarcar naquele porto bem depois, já nos primeiros meses do no ano seguinte. De todo modo, o jesuíta,

[...] já estava em Cádiz a 26 de fevereiro de 1637, onde o Capitão Dom Cristoval de Villavicencio, testemunha os seus serviços e dedicação pelos soldados, em cujos interesses corria nos portos em que tocavam.<sup>332</sup>

Como se viu acima, entre 1630 e 1635 o padre Francisco de Vilhena viveu e trabalhou no Arraial do Bom Jesus, assistindo espiritualmente aos combatentes e coordenando o atendimento aos feridos, por conseguinte, conhecia como poucos as vicissitudes que se abatiam cotidianamente sobre as tropas que resistiam aos holandeses. Altivo e enérgico, por diversas vezes o jesuíta denunciou através de seus sermões alguns senhores de engenho da Várzea pernambucana, acusando-os de não apoiarem o reduto da resistência, com os reforços em homens, armas e víveres, insistentemente pedidos por Matias de Albuquerque.

---

<sup>331</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1945, volume V, pp.357-358.

<sup>332</sup> 'Certidão de D. Cristoval de Villavicencio.' Apud: Serafim Leite. 'A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal.' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: 1942. volme VII, pp.125-161. p.131.

Como não poderia deixar de ser, essas admoestações granjearam-lhe inúmeros adversários, pois, além dos proprietários dos engenhos de açúcar, suas recriminações recaíram, indistintamente, sobre todos aqueles que não participaram do apoio às tropas da resistência. No entanto, pelo que se pode perceber pelas fontes daquele período, os mais ferrenhos opositores do padre Francisco de Vilhena foram os religiosos do clero secular e até mesmo da própria Companhia de Jesus.

Já tivemos oportunidade de destacar a querela em que se envolveu com o seu confrade, o padre Francisco Ferreira. Embora a correspondência jesuítica esteja bastante desfalcada, foi possível perceber que no âmbito interno da Companhia de Jesus o provincial do Brasil, padre Domingos Coelho, não ocultou sua predileção pelas opiniões e ações do padre Vilhena. Por conseguinte, nas cartas que enviou aos dirigentes da ordem inaciana na Europa, reconheceu o trabalho incansável do padre Vilhena, além de sua coragem pessoal, demonstradas em todas as fases da luta, até ser capturado pelas tropas holandesas.<sup>333</sup>

De todo modo, apesar das inúmeras dificuldades com que se deparou, o padre Vilhena conseguiu chegar ao território português a tempo de vivenciar de perto a atmosfera de descontentamento com o domínio espanhol. Graças às fontes jesuíticas, particularmente os catálogos da província portuguesa, foi possível saber que a partir de sua chegada a Portugal Francisco de Vilhena passou a viver e trabalhar no Colégio de Évora. Por conseguinte, seguindo as determinações das *Constituições*, embora pertencesse à Província da Companhia de Jesus no Brasil, seu nome foi inserido no catálogo da província lusitana de 1639, no qual se pode verificar que o jesuíta já se encontrava vivendo e trabalhando em Évora pelo menos desde 1638. A mesma fonte informa que o padre exercia naquela época a função de ministro e tinha 52 anos de idade, portanto, nascera por volta de 1587.<sup>334</sup>

De todo modo, deve-se ressaltar que graças às informações contidas nesse catálogo, foi possível atualizar e corrigir uma informação incorreta existente no

---

<sup>333</sup> 'Carta do padre Domingos Coelho ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, Bahia, 28 de agosto de 1635'. Archivum Romanum Societatis Iesu: códice *Brasilia* 8, p.476-476v.

<sup>334</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu, códice *Lusitania* 44, II f.583. O cargo de Ministro está previsto nas 'Constituições – Quarta Parte: Como instruir nas letras em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia. §431.' cf. *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p.144.

catálogo de 1631 da província do Brasil, no qual consta que Vilhena teria nascido ‘por volta de 1582’.<sup>335</sup>

Na realidade é certo que o padre Francisco de Vilhena se encontrava em Évora nos primeiros dias de 1641, quando foi chamado por D. João IV a Lisboa. A convocação do jesuíta devia-se, sobretudo, ao ambiente de incerteza que se instalara em Lisboa acerca da lealdade ao novo rei por parte de alguns dos nobres e fidalgos portugueses. Como se sabe, vários deles já haviam desertado para Madrid, encontrando-se nesse grupo alguns familiares do vice-rei do Brasil, como se viu anteriormente. Por conseguinte, o rei de Portugal,

Temendo a inclinação do marquês de Montalvão por Castela, ordenou ainda neste mês de fevereiro, a partida de um novo navio para o Brasil, onde ia embarcado o jesuíta Francisco de Vilhena com ordens expressas para apurar a lealdade do vice-rei. Estava por isso, mandatado para, em caso de necessidade, o destituir e nomear novo governo na Bahia.<sup>336</sup>

Nesse sentido, se pode afirmar que o padre Vilhena foi incumbido de cumprir uma ordem régia direta e de natureza secreta. De fato, devido ao grau de sigilo recomendado para a execução daquela missão, é possível explicar o motivo de não existir qualquer registro dessa viagem na documentação da chancelaria de Dm João IV. Seja como for, para comprovar essa assertiva, basta observar que na mesma época o rei enviou o padre mestre da Companhia de Jesus, Inácio Mascarenhas à Catalunha, cujas peripécias, que enfrentou durante o cumprimento de sua missão diplomática, já tivemos a oportunidade de abordar.

No entanto, ao contrário da missão confiada ao padre Francisco de Vilhena, a patente de emissário régio do padre Mascarenhas foi registrada, e pode ser consultada, graças ao incansável trabalho desenvolvido pelo bacharel José Justino de Andrade e Silva, em sua *Collecção Chronológica*. De fato, nesta coletânea de documentos consta que, ‘Em 19 de dezembro de 1640 foi expedida *Carta Régia Credencial* a D. Ignácio Mascarenhas, para interessar a Catalunha contra a coroa de Castela’.<sup>337</sup>

---

<sup>335</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasília* 5, ff. 135-137.

<sup>336</sup> Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. p.105.

<sup>337</sup> *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. [compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1640-1647]. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1856. p.39.

De certo havia particularidades entre as missões confiadas pelo rei de Portugal aos dois jesuítas. Em termos gerais a missão do padre Mascarenhas buscava o estabelecimento de uma aliança com os insurretos da Catalunha. Por outro lado, aquela da qual foi encarregado o padre Francisco de Vilhena, era bem mais específica, e visava dois objetivos distintos. O primeiro deles era o de aquilatar o grau de confiabilidade do marquês de Montalvão, perante o rei Dom João IV. Se de fato, se configurasse sua deslealdade para com o rei de Portugal, Vilhena deveria garantir que as vias de sucessão que conduzia fossem cumpridas.

Aliás, vale lembrar que as sedes dos jesuítas sempre foram depositárias de tais documentos exarados pela administração régia. Nesse sentido, o episódio da tomada de Salvador pelos holandeses em 1624, serve para ilustrar as medidas de praxe adotadas no caso de impedimento do governador indicado. De fato, já tivemos a oportunidade de indicar anteriormente, ao tratarmos da prisão e exílio de Diogo de Mendonça Furtado, que naquela ocasião foram seguidas fielmente as determinações constantes nas vias de sucessão.

Todavia, em princípios de 1641, devido à recente Aclamação de Dom João IV, tornara-se imperioso substituir as antigas vias de sucessão emanadas de Madrid, pois, as determinações que ainda estavam em vigência na colônia haviam sido entregues ao marques de Montalvão quando de sua nomeação pelo rei de Espanha. Aliás, cabe destacar que esses trâmites estavam de acordo com as determinações das Ordenações Filipinas, pois, conforme ressalta Ronald Raminelli.

A União Ibérica promoveu a modernização do sistema político português, ao recorrer a reformas que alteraram tanto a comunicação político-administrativa entre o rei e o reino quanto as modalidades do exercício do poder[...]. Desde 1603, a organização jurídico e administrativa do reino português e das terras brasílicas pautava-se nas Ordenações Filipinas [...].<sup>338</sup>

Por conseguinte, este era o segundo objetivo da missão do padre Vilhena que trazia as novas vias de sucessão, assinadas por Dom João IV, que substituiriam as antigas. Na realidade, segundo as práticas administrativas adotadas até então, aquele documento certamente se encontrava sob a guarda do reitor do Colégio da Bahia. De

---

<sup>338</sup> Ronald Raminelli. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.p.36.



todo modo, também foi remetido ao Brasil, sob os cuidados do padre Vilhena a Provisão de Dom João IV, que dava conta da restauração da monarquia lusitana.

Meus Juizes Vereadores e Mais Officiais da Câmara da Cidade da Bahia, Eu El-Rei vos envio muito saudar. De minha restituição à Coroa destes reinos mandei-vos avisar nesse Estado, logo que ela se efetuou, por não dilatar tão bons vassallos a certeza de terem rei natural; e posto que creio que a nova será recebida com as demonstrações devidas, e que estarei Aclamado e obedecido por Rei, com efeito, me pareceu mandá-la duplicar por esta via, e nomear para Governadores desse Estado, ao Bispo dele, [D. Pedro da Silva] ao Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra e Lourenço de Brito Correia, na forma das Provisões que se lhes remetem, e fazendo-o saber por esta carta, para que o tenhais entendido, e concorrais, com os Governadores ou qualquer deles, de modo que tudo se disponha como convém, estando certos que vo-lo hei de agradecer, conforme a importância do serviço que espero receber de vós, fazendo-vos em tudo particular mercê e favor. Lisboa, 4 de março de 1641 – REI.<sup>339</sup>

Esse é o inteiro teor da Provisão que os oficiais da Câmara de Salvador receberam. O documento fora entregue pelo padre Francisco de Vilhena, logo no dia seguinte ao seu desembarque na praia de Itapuã, situada a pouca distância da cidade de Salvador. O jesuíta desembarcara em segredo, dirigindo-se imediatamente ao Colégio da Companhia de Jesus, onde pernitoiu.

De todo modo, vejamos como esse episódio passou aos anais da história do Brasil. A primeira narrativa conhecida foi escrita pelo frei Manuel Calado, em seu *Valeroso Lucideno*, cujo original data de 1648, e tem sido reproduzido por outros autores.

Esta alegre nova da Aclamação e coroação d'El-Rei, nosso Senhor chegou ao estado do Brasil no fim do mês de janeiro e o mensageiro que trouxe esta nova à Bahia foi o Padre Francisco de Vilhena religioso da Companhia de Jesus, o qual entregou a carta d'El-Rei ao Marquês de Montalvão Dom Jorge Mascarenhas [...] recebeu o Marquês a carta e, tanto que a leu, mandou logo chamar aos prelados das quatro religiões que na cidade do Salvador tem seus conventos de S. Bento, de Nossa Senhora do Carmo, de São Francisco e da Companhia de Jesus e os oficiais da Câmara e os Mestres de Campo [...] diante de todos leu a carta que havia recebido e pediu a todos que lhe dissessem nessa matéria o que lhes parecia alguns disseram que se aclamasse logo El-Rei outros que essa novidade era tão grande que não se atreviam a dar seu voto sem primeiro considerar a causa com muita madureza. Ao que o Marquês respondeu que se tomasse a

---

<sup>339</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1945. volume V, pp.97-98.

resolução ali [...] se levantou o Mestre de Campo João Mendes de Vasconcelos, e pondo as mãos no cabo da espada e apertando o chapéu na cabeça, disse essas palavras: - Temos rei de nossa nação portuguesa e este é o Senhor Dom João, Duque de Bragança, a quem o legítimo direito do Reino pertence como todo o mundo sabe. Pois, não se esperem mais pareceres. Viva El-Rei Dom João Quarto desse nome Rei de Portugal, ao que o Marquês logo disse:- Viva El-Rei Dom João o Quarto de Portugal e ninguém o contradiga.<sup>340</sup>

Como se pode perceber frei Manuel Calado não tinha lá muita preocupação com a cronologia dos fatos. Na verdade a notícia da aclamação de D. João IV chegou ao Brasil no dia 15 de fevereiro, e não em princípios de janeiro. De fato, a menos que fossem batidos todos os recordes de velocidade, aquela notícia normalmente levaria cerca de trinta a quarenta dias para realizar a viagem marítima de Lisboa a Salvador. Portanto, é flagrante a imprecisão de Calado quanto ao mês em que o vice-rei do Brasil foi notificado da ‘feliz aclamação de D. João.’ Vejamos agora as informações que o mesmo religioso registrou acerca da destituição do vice-rei, Jorge Mascarenhas.

Se o Marquês de Montalvão Dom Jorge Mascarenhas o aceitasse e aclamasse por rei, de boa vontade e com ânimo e ostentação de vassalo leal e verdadeiro, segundo de sua prudência e cristandade se esperava, o deixasse ficar no governo e sem alteração, porém se ele o duvidasse de aclamar por rei ou desse evidentes mostras de que lhe pesava de Portugal ter rei de sua nação, em tal caso, fosse logo deposto do cargo de governador e embarcado para o reino, com soldados de guarda. E que lhe sucedesse no cargo os três governadores atrás nomeados.<sup>341</sup>

De fato, em seu relato, depois de longa digressão, o frei Calado relata que tomou conhecimento destes acontecimentos através de ninguém menos que o governador do Brasil holandês, Maurício de Nassau, durante uma das suas intermináveis conversas o próprio Nassau, que a certa altura, lhe confidenciara tais detalhes ao contar como se dera a captura de uma pequena embarcação, ação que teria sido realizada pelos navios holandeses que patrulhavam o litoral sul de Pernambuco.

No entanto, segundo afirmou o frei Manuel Calado, que cita de segunda mão uma informação de Maurício de Nassau, a desgraça de Montalvão se devia às artimanhas do padre Francisco de Vilhena, que teria exorbitado os limites das

---

<sup>340</sup> Manoel Calado do Salvador. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM. p.236-237.

<sup>341</sup> Idem, *ibidem*, p.246.

determinações que recebera do rei de Portugal, no sentido de observar as ações do vice-rei.

Seja como for, manifestou-se mais uma vez a despreocupação do frei Manuel Calado com a cronologia dos fatos que narrou. O mesmo se pode dizer quanto à coerência de suas informações, afinal se a notícia da aclamação tivesse chegado em ‘princípios de janeiro’, como Calado afirmou, o ato solene de aclamação em Salvador já teria ocorrido, meses antes da chegada do emissário do rei, e nesse caso, o padre Francisco de Vilhena seria informado do acontecido pelos próprios jesuítas do Colégio da Bahia. Nesse caso, portanto, não haveria motivo para que marquês de Montalvão fosse distituído por deslealdade ao rei Dom João IV.

De todo modo, foi preciso esperar até o século XX para que se pudesse por fim a esse lenga-lenga historiográfico, na qual alguns autores embarcaram ao longo do tempo<sup>342</sup>. De fato, graças às pesquisas de Charles Boxer e Serafim Leite, entre outros, é possível saber a exata cronologia dos acontecimentos que culminaram com a efetiva aclamação do novo rei de Portugal, que teve lugar em Salvador ainda no mês de fevereiro de 1641.<sup>343</sup>

Em começos de janeiro de 1641 partia de Lisboa para o Brasil uma caravela, com a notícia da restauração em documento oficial. A 15 de fevereiro alcançou ela a Bahia, onde o comandante proibiu que qualquer membro da tripulação descesse a terra, e fez entrega dos despachos ao vice-rei. Dizem as fontes portuguesas que Montalvão aceitou sem hesitar, o acontecido em Lisboa, como fato consumado; as espanholas, todavia, informam que ele a isso foi obrigado pelos jesuítas.<sup>344</sup>

Esclarecidos os pontos obscuros, causados pelas notícias desencontradas do frei Manoel Calado, voltemos aos fatos. Tão logo tomou conhecimento da aclamação de D.

---

<sup>342</sup> Veja-se, por exemplo,: Francisco Adolpho de Varnhagen. *História Geral do Brasil Antes de sua Separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948. [4ª Edição Integral.].

<sup>343</sup> De fato, Boxer cita entre os trabalhos que podem ser consultados os seguintes: Affonso Ruy. *História política e administrativa da cidade de Salvador*. Salvador: s/ed. 1949. Serafim Leite. *Historia da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. volume V, pp.97-99. Apud. Charles Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.158, nota 61. (Coleção Brasileira volume 353).

<sup>344</sup> Charles Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.158, nota 61. (Coleção Brasileira volume 353). pp. 157-158. Uma das fontes espanholas citadas por Boxer: Antonio Seyner. *Historia del levantamiento de Portugal*. Zaragoza: 1644. pp.44-45.

João IV, o marquês de Montalvão tratou de dar conhecimento da novidade às capitânicas de baixo. Não por acaso outro veterano da guerra de Pernambuco, o provincial da Companhia de Jesus no Brasil, o padre Manuel Fernandes foi escolhido pelo vice-rei para levar ao ‘governador do Rio de Janeiro e comandante-chefe das capitânicas do sul’, Salvador Correia de Sá e Benavides as novas da aclamação de D. João IV.<sup>345</sup>

[...] cartas foram enviadas a Salvador de Sá e a outras pessoas importantes do Rio de Janeiro encarecendo a necessidade de acompanhar o precedente havido em Lisboa e seguido pela Bahia. O portador desses despachos foi o jesuíta provincial do Brasil, o padre Manuel Fernandes. A influência da Companhia sendo maior de que a de outras ordens religiosas, a opinião dos jesuítas, abstração feita da questão litigiosa dos índios seria ouvida com atenção e respeito.<sup>346</sup>

Por conseguinte, logo se vê a ampla divulgação que aquelas notícias tiveram na colônia. Do mesmo modo, se pode perceber o empenho institucional da ordem inaciana no sentido de assegurar a mais ampla circulação possível àquela notícia alvissareira. No entanto, apesar de todo o empenho do vice-rei e da clareza de suas ações no sentido de assegurar sua fidelidade ao trono de Portugal, a ponto de enviar seu próprio filho na comitiva do ‘beija mão’ que partiu para Lisboa, a situação política na capital colonial do Brasil degradingolou rapidamente.

O motivo para esse nefasto acontecimento foi causado pela captura de uma embarcação vinda da Espanha, cujo comandante desconhecia completamente a notícia da Aclamação que se fizera na Bahia ao rei Dom João IV e arvorara inocentemente o estandarte de Castela tão logo ancorou no porto de Salvador! Como não poderia deixar de ser todos aqueles que se encontravam a bordo foram detidos. A incauta tripulação foi revistada e várias cartas comprometedoras acabaram sendo então encontradas e imediatamente apreendidas. Tratava-se de correspondência pessoal enviada ao marquês de Montalvão por sua mulher, no entanto, aos serem abertas e lidas, verificou-se a marquesa dava conta ao seu marido não só da Aclamação de Dom João IV em Lisboa,

---

<sup>345</sup> ‘Relaçam da Acclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil e nas mais do Sul ao Senhor Rey D. João IV, por verdadeiro Rey e Senhor do seu Reyno de Portugal, com felicíssima restituição que d’elle se fez a Sua Magestade que Deus guarde. Lisboa, 1941.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 5: 319-327, 1843.

<sup>346</sup> Charles Boxer. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p.158.

mas aconselhava o marquês de Montalvão a manter sua fidelidade ao rei de Espanha e não entregar o Brasil aos luso-brasileiros leais a casa de Bragança.

Em virtude desses acontecimentos ficou claro que a situação de Jorge Mascarenhas tornara-se insustentável. Entrou em cena o padre Francisco de Vilhena, que certamente fora alertado por Dom João IV acerca dos precedentes de deserção por parte dos familiares do marquês de Montalvão. Afinal, o jesuíta ainda estava em Portugal quando se deu a debandada geral dos Mascarenhas em fevereiro daquele ano. Por conseguinte, sem alternativa, restou-lhe cumprir as determinações secretas que lhe haviam sido confiadas pelo rei.

De todo modo, sabe-se que os membros da junta de governo nomeada pelo rei para substituir o vice-rei, permitiram que logo depois de sua deposição, Montalvão se mantivesse recolhido no Colégio dos jesuítas, até que fosse recambiado para Lisboa. Ao menos é o que se pode constatar pelo teor da carta anua escrita em dia incerto de abril de 1644 que, entre outros assuntos, trata do acolhimento dado pelos jesuítas ao destituído vice-rei do Brasil.

[...] o qual depois de aclamar fiel e generosamente, ao felicíssimo Rei Dom João o Quarto de Portugal, perseguido asperamente de alguns êmulos seus, ou por mal fundadas suspeitas ou por menos considerado zelo, se recolheu a este Colégio, onde por muitos dias, foi agasalhado e servido em seus trabalhos, com a vontade que seu amor à Companhia nos merecia, tratando sempre os Padres de compor suas coisas de modo que se tivesse o devido respeito a personagem tão grande e tão benemérita deste Estado, do qual se mostra o nobre fidalgo hoje em suas prosperidades tão agradecido que tem por alvitre grande solicitar negócios desta Província.<sup>347</sup>

Cabe registrar que esta carta jazia esquecida e inédita nos arquivos da Companhia de Jesus, até os primeiros anos da década de 1940, quando foi então encontrada pelo padre Serafim Leite. Mais uma vez, graças ao seu apurado método de trabalho, a anua foi publicada em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Na verdade esta carta relata os acontecimentos ocorridos na província do Brasil entre os anos de 1641 a 1644.

Por se tratar de um documento interno da ordem inaciana, cujo conteúdo era totalmente desconhecido por todos que se dedicaram ao tema das lutas contra os holandeses, ou da Restauração de Portugal. De todo modo, essa carta ajuda a elucidar

---

<sup>347</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu códice *Brasilia* 8, ff.528v-529

uma questão acerca do envolvimento dos jesuítas da Bahia na destituição do vice-rei do Brasil. De fato, de acordo com as informações contidas no texto, pode-se perceber que não houve uma ‘conspiração jesuítica’ para remover o marquês de Montalvão. O único envolvimento de um religioso da Companhia se deu através do padre Francisco de Vilhena que se encarregou de divulgar aos oficiais da Câmara da Bahia, as novas vias de sucessão, assinadas por D. João IV. No entanto, essa iniciativa somente foi tomada após a constatação do teor das cartas que marquesa de Montalvão conseguira enviar ao Brasil. Seja como for, vale relembrar o ambiente de desconfiança que então se vivia em Lisboa.

Na corte, o ambiente que se vivia era de ansiedade. A euforia dos primeiros dias após a aclamação fora substituída por um clima de desassossego e desacerto. No turbilhão dos acontecimentos e das preocupações, D. João oscilava entre os conselhos de uns e as opiniões de outros. [...]. Desagrado e descontentamento existiam também.<sup>348</sup>

Sem dúvida o rei de Portugal vivia numa atmosfera de incertezas e vacilações. Por conseguinte, as ordens que dera ao padre Vilhena espelhavam a precariedade dos apoios com que D. João podia contar. Nesse sentido, levando-se em conta os acontecimentos posteriores, tão logo o marquês de Montalvão chegou a Lisboa foi recebido em audiência e acabou reabilitado pelo soberano naquela ocasião. Posteriormente Jorge Mascarenhas foi nomeado sucessivamente: Vedor da Fazenda, Conselheiro de Estado e chegou a ser presidente do Conselho Ultramarino. Em 1642 foi procurador nas Cortes que se reuniram naquele ano. No entanto, o marquês acabou sendo preso novamente sob a mesma acusação de traição. Reabilitado uma segunda vez, voltou à carreira das armas, como Mestre de Campo General. Tudo parecia bem até que, uma vez mais, devido às indiscrições de sua mulher, cuja simpatia pela Espanha jamais conseguiu ocultar, Montalvão voltou à prisão, sendo encarcerado no castelo de São Jorge, onde morreu em 1652.

Pelo que pode perceber a biografia do marquês de Montalvão foi repleta de altos e baixos, no entanto, é inegável que prestou inestimáveis serviços à causa da Restauração de Portugal. Quanto às suas ações no Brasil destaco a carta que enviou ao governador do Brasil holandês Maurício de Nassau, no dia 2 de março de 1641, na qual

---

<sup>348</sup> Leonor Freire Costa; Mafalda Soares da Cunha. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.p.106.

informava oficialmente ao governador do Brasil holandês a recente aclamação de Dom João IV. A intenção de Montalvão naquela ocasião era clara, buscava iniciar as tratativas para que se fizesse uma trégua na guerra que assolava a colônia.

[...] devo considerar neste sucesso, particularmente a esperança de que este Reino e os Ilustríssimos Estados da Holanda tenham aquela paz e união com que sempre trataram, correspondendo-se com tão recíprocos benefícios e com tão útil comércio, como nos podemos lembrar todos os que ouvimos as felicidades dos tempos passados.<sup>349</sup>

Na realidade, graças aos agentes das Províncias Unidas que agiam na península ibérica, Nassau já havia sido informado pelos *Hereen XIX* dos acontecimentos em Lisboa, e da ‘feliz aclamação’ do duque de Bragança como o novo rei de Portugal. De todo modo, os desdobramentos posteriores indicam claramente que a trégua proposta por Montalvão também atendia aos anseios dos dirigentes da West Indische Compagnie, por conseguinte, emissários foram enviados tanto a Pernambuco quanto a Salvador.

De todo modo, os representantes da junta que assumiu o lugar do recentemente deposto marquês de Montalvão chegaram a Pernambuco em maio de 1641, eram eles: Pedro Correia da Gama e os jesuítas Francisco Avelar e Francisco de Vilhena. Os detalhes e a percepção dos jesuítas acerca destes acontecimentos foram registrados na carta anua de 1644.

Entendendo os padres que seria de muito fruto e grande serviço de Deus, que nas vilas e campanha de Pernambuco, jardim antigamente de flores católicas e culto divino, mas agora, por nossos pecados, mata de feros hereges e covil de obstinados judeus, residissem alguns da Companhia, e que assim o desejava o católico zelo de Nosso Cristianíssimo Rei Dom João, mandaram deste Colégio dois sacerdotes escolhidos particularmente para tão gloriosa empresa, para que assim pelas cartas de favor e recomendação do governador deste Estado, como também por um arrazoado presente que o Provincial enviava deste Colégio ao General holandês João Maurício de Nassau, lhe grangeasse a vontade e alcançasse a licença desejada para poderem livremente residir e exercitar em Pernambuco os ministérios de nossa profissão; e ainda que, segundo se deixava ver do bom natural do Conde e da experiência que havia de não ser mal afeito aos Portugueses e a Fé Romana; e juntamente pelo cortês agasalho com que recebeu em seu palácio aos Padres, se podia esperar qualquer sucesso feliz [...].<sup>350</sup>

---

<sup>349</sup> Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. .p.172

<sup>350</sup> Archivum Roamanum Societatis Iesu códice *Brasilia* 8, ff.529-529v.

Como se pode perceber pelo teor desta carta anua, até mesmo os padres da Companhia de Jesus chegaram a alimentar esperanças de que a proverbial liberalidade de Maurício de Nassau, em questões religiosas pelo menos, pudesse influenciar os dirigentes da West Indische Compagnie nas Províncias Unidas e conseguir que fosse permitido o retorno dos missionários jesuítas aos territórios ocupados pelos holandeses.

Mas assim não aconteceu, pois, apesar da acolhida dispensada aos emissários da Bahia, Nassau já recebera ordens para desencadear novas ações militares e assim foi feito. Como se sabe, ainda durante a permanência dos embaixadores, estavam sendo aprestandas as embarcações que atacaram e conquistaram Angola. A bem da verdade, no entanto, deve-se dizer que a movimentação das tropas e marinheiros holandeses no porto de Recife foi percebida pelos emissários da Bahia. Todavia foram tranquilizados por Nassau que lhes assegurou que os navios se preparavam para atacar as ‘Índias de Castela.’<sup>351</sup>

De todo modo, um detalhe deve ser realçado. Refiro-me aos dois jesuítas que participaram daquela embaixada enviada ao governador do Brasil holandês. Os padres Francisco Avelar e Francisco de Vilhena eram veteranos da guerra de Pernambuco e conheciam aquela região como poucos. Por outro lado, ambos não ignoravam o tratamento que estava reservado aos religiosos da Companhia de Jesus pelos soldados das tropas da West Indische Compagnie. Por conseguinte, não creio que a presença daqueles padres em Recife buscasse obter a anuência de Maurício de Nassau para um retorno dos missionários. Afinal, a capitania estava sob o controle dos holandeses há mais de uma década e, como vimos no capítulo anterior, desde a captura e deportação do pequeno grupo de missionários chefiados pelo padre Francisco Ferreira, a Companhia de Jesus considerava que Pernambuco estava perdido.

De fato, pelo menos aqueles dois jesuítas não eram ingênuos a ponto de acreditar que a liberdade de culto viesse a beneficiar os missionários da Companhia de Jesus. Resta então uma pergunta: o que faziam aqueles dois padres em Recife?

Penso que a resposta deve ser buscada nas notícias escritas por outro religioso, o frei Manuel Calado, que não pertencia aos quadros da ordem inaciana. Segundo ele a vinda dos jesuítas a Pernambuco, particularmente do padre Francisco de Vilhena, visava

---

<sup>351</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



‘desenterrar a prata dos padres da Companhia e a de Matias e Duarte de Albuquerque que estava enterrada e em mãos secretas e levá-la para a Bahia e daí para o Reino.’<sup>352</sup>

Apesar dessa afirmativa do padre Calado, até as pedras do cais de Pernambuco sabiam que desde 1630, os holandeses haviam se apoderado de todo o cabedal dos jesuítas, bem como de quaisquer outros bens que se encontravam no colégio de Olinda, inclusive dos objetos de culto. Quanto aos irmãos Albuquerque, Matias, o ex-comandante da resistência pernambucana estava em Portugal engajado nas lutas contra as tropas espanholas. Já Duarte Albuquerque resolvera aderir ao rei Filipe IV e permaneceu na Espanha e jamais retornou ao reino de Portugal.

Seja como for, outras informações de Manuel Calado podem nos dar uma pista das intenções daqueles jesuítas. De fato, na continuação das acusações que fez ao padre Francisco de Vilhena, ao qual jamais perdoou pela veemência com que atacava os que haviam se aliado aos holandeses, Calado informou que o outro objetivo da vinda de Vilhena seria para amealhar algum cabedal. Essa atividade, segundo afirmou o frei Calado, teria sido realizada pelo padre Vilhena através da venda de cartas assinadas por Dom João IV, nas quais o rei reconhecia o apoio e a lealdade de seus vassalos de Pernambuco.

[...] as quais deu a quem mais lhe pagou e a alguns homens que mereciam ser enforcados por suas traições e aleivosias; e chegou a Pernambuco apregoando tanta privança para com Sua Majestade, e prometendo tantas bulas falsas e tantas mercês fantásticas, que muitas pessoas assim eclesiásticas como seculares lhe deram grande soma de dinheiro, para que em Portugal, para onde se partia, lhes alcançasse de Sua Majestade, ofícios e dignidades.<sup>353</sup>

Deixando de lado as palavras de Manuel Calado, nas quais sobressai apenas ódio e ressentimento, podemos perceber que de alguma forma os emissários da junta que então governava o Brasil, puderam circular pelo Recife, até mesmo os odiados jesuítas, ao que parece, chegaram a entrar em contato com os moradores e até mesmo andar pelo cais. Afinal, de que outra maneira o padre Vilhena teria participado das reuniões nas quais aconteceram as negociatas referidas pelo frei Manuel Calado?

Na realidade, Vilhena e Avelar entraram em contato com antigos combatentes da resistência, que se mantiveram infiltrados em Recife e seus arrabaldes. Os jesuítas

---

<sup>352</sup> Manoel Calado do Salvador. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. p.248. CD-ROM.

<sup>353</sup> Idem, *ibidem* p.249.

certamente estariam buscando reativar as redes de informantes. Para corroborar essa assertiva basta lembrar que apesar da anunciada trégua que se buscava obter entre Brasil e Holanda, vários grupos de guerrilheiros, também chamados de campanhistas, segundo designação da época, permaneceram atuando naquela região, dentre eles André Vidal de Negreiros e Henrique Dias.

Mas, verdade seja dita, Manoel Calado acertou pelo menos ao relatar que o padre Francisco de Vilhena não retornou para a cidade de Salvador. De fato, logo após a conclusão daquela embaixada em Pernambuco, o jesuíta rumou para Lisboa, onde daria conta de sua missão a Dom João IV. No entanto, como afirmou o frei Calado, o padre Francisco de Vilhena jamais chegou a Portugal... .

Mas como o mal adquirido nunca se logra, ele se tornou para o Reino em uma caravela e chegando a ilha da Madeira a salvamento para assegurar a muita riqueza que levava, largou a caravela e se meteu em uma nau que estava de partida para Lisboa; e permitiu Deus que a nau fosse tomada de turcos e levada a Argel, aonde o padre acabou a vida em miserável cativo. E a caravela aonde ele vinha, chegou a Lisboa com próspero tempo e a salvamento.<sup>354</sup>

Este é o único relato coevo que traz uma narrativa dos acontecimentos que levaram à morte o padre Francisco de Vilhena. De fato, desde então, a mesma notícia vem sendo reproduzida seja por cronistas, seja pelos historiadores. Todavia, após esgotar todas as possibilidades, pesquisando as fontes jesuíticas que tinha ao meu alcance, fui surpreendido pelo teor de um pequeno fragmento, que originalmente pertencia a uma carta escrita em 1643, por um estudante da Companhia de Jesus em Portugal. Trata-se de uma carta na qual o aluno se referia aos riscos enfrentados pelos religiosos da ordem inaciana durante as inúmeras missões que realizaram a serviço de Sua Majestade.

Em todos, por obras e palavras, se descobre um ardente zelo de serviço de Sua Majestade, de que é testemunha, além de outras, o fervor com que têm servido nas fronteiras e embaixadas mais arriscadas, em que são mortos três padres, sujeitos de importância: o Padre André Madeira, na fronteira do Alentejo, indo em missão pedânica [terrestre] pelas fronteiras, só a fim de confessar e animar os soldados; o padre João Vittus, ocupado no mesmo ofício, na fronteira

---

<sup>354</sup> Manoel Calado do Salvador. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM. pp.249-250.

da Beira e o padre Francisco de Vilhena, vindo da embaixada do Brasil no cativoiro dos Mouros.<sup>355</sup>

Seja como for, é certo que o altivo e destemido padre Francisco de Vilhena deixou este mundo e seu miserável cativoiro por volta de 1642. Encerrou-se dessa maneira uma das mais interessantes e desconhecidas trajetórias de um jesuíta veterano das lutas contra os holandeses no Brasil.

Mas em Portugal a Companhia de Jesus ainda se mantinha em plena atividade no sentido de auxiliar a reestruturação do combalido reino de Portugal e de seus domínios coloniais. Como já referimos anteriormente, diversos jesuítas atuaram nesse sentido. Todavia, um daqueles religiosos, graças aos inegáveis talentos que possuía, tornou-se um dos mais conhecidos jesuítas de todos os tempos. Refiro-me ao padre Antônio Vieira, acerca do qual já referimos sua participação nos fatos que matizaram o período das guerras contra a dominação holandesa.

De fato, Vieira redigiu um dos primeiros documentos jesuíticos no qual se encontra o relato circunstanciado dos fatos ocorridos durante a primeira tentativa de fixação dos holandeses em Salvador entre 1624 e 1625. Do mesmo modo, já em 1638 foi escolhido entre outros religiosos da Companhia de Jesus para pregar o sermão de Santo Antônio, em agradecimento ao auxílio divino prestado pelo ‘mais português de todos os santos, e por causa disso, foi o mais brasileiro deles.’<sup>356</sup>

Do mesmo modo já referimos seu retorno a Portugal em 1641 integrando a comitiva que o marquês de Montalvão enviou ao rei D. João IV. Como se sabe, inúmeros historiadores dedicaram-se exaustivamente ao estudo da prodigiosa vida do padre Antônio Vieira, cujas ações e realizações inspiraram alentados trabalhos, seja acerca de suas atividades como missionário, diplomata e homem de estado, quase que uma ‘eminência parda’ de D. João IV. Aliás essa tipologia das ações de Vieira foi adotada por seu maior biógrafo, o historiador português João Lúcio de Azevedo. Como se sabe, no tomo I de seu magistral estudo sobre a vida do jesuíta, a obra foi dividida em

---

<sup>355</sup> ‘Cópia de huma carta que de Évora escreveo hum Collegial do Real Collegio da Purificação a outro seu amigo em Lisboa, em que lhe relata o recebimento de Sua Majestade nesta cidade de Evora’, Lisboa: 1643. In: Joaquim Chorão Lavajo. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002. pp.32-33.

<sup>356</sup> Ronaldo Vainfas. ‘Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política’. In: *Revista USP*, São Paulo, v. 57, pp.28-37, 2003. p.28.

três partes. O primeiro período: o religioso; o segundo: o político e o terceiro que trata especificamente de suas atividades como missionário.<sup>357</sup>

Entretanto, embora reconhecendo os inúmeros talentos e a amplitude das atividades do padre Antônio Vieira, ao final de minhas análises sobre as atividades dos jesuítas na Restauração de Portugal, constatei que ao contrário do que imaginava até então, sua participação extrapolou a posição institucional da Companhia de Jesus. De fato, o partidatismo dos jesuítas da Província lusitana pró Dom João IV, que já tivemos a oportunidade de expor neste capítulo, foi absolutamente assumido pelo padre Vieira. O mesmo se pode afirmar sobre a posição discretamente antiinquisitorial dos jesuítas portugueses. Nesse quesito, em particular, o padre Antônio Vieira combateu abertamente os métodos e objetivos daquela temida instituição da Igreja. Por fim, o filosemitismo, do qual nenhum jesuíta de Portugal estava livre de ser acusado, teve no padre Vieira o mais ferrenho e inspirado defensor, cujo pioneirismo nesse sentido foi reconhecido por Anita Novinski.

Nada atemorizou Vieira nem o tirou de seus ideais. Enfrentou todos os ódios, mas não abdicou de sua luta pela igualdade dos judeus para os quais 'não pedia favor a Deus, mas justiça' [...]. Defendeu a dignidade dos portugueses cristãos-novos até o fim de sua vida, lutando contra a discriminação e o anti-semitismo. Atacou a mais prestigiosa instituição de Portugal, o 'Santo' Ofício da Inquisição, e defendeu a inocência dos réus. Travou uma batalha inglória pelos cristãos-novos indefesos, o que coloca o padre Antônio Vieira como pioneiro na luta pela tolerância pelos direitos humanos.<sup>358</sup>

É inegável que Vieira demonstrou sempre uma coragem respeitável. De todo modo, em termos institucionais pelo menos, as ações do padre Antônio Vieira causaram grandes inquietações não só aos dirigentes da Companhia de Jesus em Portugal, mas também em Roma. De fato, chegou-se ao limite de propor sua expulsão da ordem inaciana, o que somente não se realizou graças ao empenho do próprio rei de Portugal D. João IV.<sup>359</sup>

---

<sup>357</sup> João Lúcio de Azevedo. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Casa Editorial Alameda. 2008. 2 v.

<sup>358</sup> Anita Waingort Novinski. 'Uma luta pioneira pela justiça dos judeus: padre Antônio Vieira'. In: Silvia Maria Azevedo; Vanessa Costa Ribeiro. *Vieira: Vida e Palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. pp.71-80. p.79.

<sup>359</sup> João Lúcio de Azevedo. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Casa Editorial Alameda. 2008. tomo I, pp.200-202.

Por fim, no que concerne ao objetivo desta tese, é preciso deixar claro que a magnitude das ações do padre Antônio Vieira, de certa forma, sobrepujaram as atividades realizadas por outros religiosos da Companhia de Jesus, notadamente durante os conturbados dias do período pós-aclamação. Nesse sentido deve-se reconhecer que, por outro lado, o padre Francisco de Vilhena através de suas ações traduziu cabalmente o modo de proceder adotado institucionalmente pelos jesuítas de Portugal e do Brasil.

## Conclusão

Inúmeros autores têm se ocupado da história da Companhia de Jesus. Dentre eles boa parte ressalta a centralidade da correspondência jesuítica na vida interna e na expansão de suas atividades missionárias. Embora reconheça esta característica das cartas, esta tese buscou uma abordagem mais específica ao destacar para além da função informativa, comum a todas elas, a formação de um sistema de busca, coleta e difusão de informações. Esse sistema, tornou-se imprescindível para o enfrentamento de uma situação para a qual os jesuítas não estavam preparados.

De fato, na conjuntura de lutas que caracterizou o Brasil holandês o que poderiam fazer aqueles padres? Penso que esta questão foi respondida por eles mediante a adoção das medidas mais afeitas ao modo de proceder dos religiosos da Companhia de Jesus, ou seja, através do consolo espiritual e dos cuidados médicos dispensados aos feridos em combate. No entanto, eles fizeram mais, muito mais, pois, tornaram-se os olhos e os ouvidos de seus superiores da Europa e do Brasil. Por conseguinte, suas ações nesse sentido, podem ser percebidas no texto das cartas que lograram chegar até nossos dias.

Dentre estas cartas foram incluídas nos anexos, ao final desta tese, o texto integral de três delas que considero como sendo emblemáticas daquele período. No **Anexo A**: *Carta do Padre Manuel Fernandes Visitador de Pernambuco, ao Geral Múcio Vitelleschi, Prepósito Geral da Companhia de Jesus em Roma. 5 de outubro de 1633.*<sup>360</sup> Trata-se da primeira notícia institucional da Companhia de Jesus sobre a morte do padre Antonio Bellavia, que sucumbiu em combate quando confessava um soldado moribundo, pertencente às tropas do Arraial do Bom Jesus.

---

<sup>360</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasilia* 8, ff.425-426v.

No **Anexo B**: *Carta do Padre Leonardo Mercúrio ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, 29 de novembro de 1636*.<sup>361</sup> Trata-se de uma fonte preciosa sobre os últimos dias do quartel general da resistência pernambucana, instalado no Arraial do Bom Jesus, além de fornecer dados relevantes acerca do tratamento cruel dispensado pelos soldados da West Indische Compagnie aos missionários da Companhia de Jesus que lhes caíram nas mãos. Do mesmo modo, se pode acompanhar em todos os detalhes as peripécias e perigos com que se defrontaram os jesuítas desterrados em 1635.

Por fim, no **Anexo C**: *Carta do Padre Francisco Pais ao Padre Paulo da Costa, de 1 de fevereiro de 1640*<sup>362</sup>. Um documento raro que não consta do acervo do Archivum Romanum Societatis Iesu, cuja publicação data do século XIX, graças ao empenho pessoal de Francisco Adolpho de Varnhagen. Nesta carta, através das palavras do padre Francisco Pais, se pode perceber as inúmeras dificuldades que foram enfrentadas por todos aqueles que participaram da malograda tentativa de reconquistar Pernambuco, na infeliz e pouco eficiente Armada do Conde da Torre. No entanto, no que tange ao sistema de informações estabelecido pelos jesuítas durante as lutas contra os holandeses no Brasil, que constituiu-se o foco principal desta tese, esta carta do padre Pais veiculou informações estratégicas que entre outras, destaca as formas de combate adotadas pelos navios de guerra que se encontravam a serviço das Províncias Unidas no litoral pernambucano.

De todo modo, muitas outras cartas, graças à riqueza de detalhes dos combates que narram, assemelham-se aos relatórios de missão atualmente em uso nos exércitos de todo o mundo, e que são classificadas como ‘informações de combate’, apreciadíssimas pelos serviços de inteligência militar. Por outro lado, algumas cartas jesuíticas daquela época são mais específicas, pois informam além da movimentação de tropas inimigas, os efetivos, os armamentos, e até mesmo quem são os comandantes inimigos. De fato, algumas chegam a indicar as intenções e probabilidade de eventuais operações inimigas. Estas cartas, por conseguinte, podem ser classificadas no âmbito das ‘informações estratégicas’.

---

<sup>361</sup> Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Lusitania* 74, 273-274. Apud: Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*.-V. pp. 354-358.

<sup>362</sup> Cópia sacada e cotejada com outra cópia que existe na Biblioteca da Academia Real de Historia de Madrid. Apud: Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. pp. 326-331. [Trata-se do apêndice ao livro 6º - Documento 20.].

Nesse aspecto, em particular, os jesuítas se superaram. Basta lembrar que pelo menos em duas ocasiões conhecidas, as cartas que veicularam essas notícias foram enviadas dos cárceres holandeses, refiro-me, é claro, às cartas escritas pelos padres Domingos Coelho e Francisco Fernandes, que foram analisadas nesta tese.

No entanto, esse serviço de coleta e difusão de informações que veio a ser realizado pelos jesuítas também teve que enfrentar suas limitações. De todo modo, mesmo que se leve em conta uma relativa morosidade com que as cartas dos jesuítas transitaram de um lugar ao outro, as informações difundidas a partir delas, mesmo quando defasadas no tempo, permitiram corroborar ou negar a veracidade de outras fontes. Este foi o caso, por exemplo, dos acontecimentos que resultaram na destituição infundada do vice-rei do Brasil o marquês de Montalvão, em princípios de março de 1641. Aliás, a carta anua de 1644, faz o *mea culpa* da Companhia de Jesus, reconhecendo uma parcela de responsabilidade pelo ‘excesso de zelo’ de um de seus religiosos, no caso o padre Francisco de Vilhena, que no entanto prestou inestimáveis serviços à causa da Restauração de Portugal.

Deve-se ressaltar também a amplitude das ações realizadas pelos religiosos da ordem inaciana naquela conjuntura. E nesse sentido que os dados coligidos nas tabelas, incluídas no quarto capítulo, surpreendem ao indicar que durante a primeira fase da guerra contra as tropas holandesas, ou seja, entre 1630 e 1635, a Companhia de Jesus em Pernambuco contava com apenas trinta e cinco religiosos para realizar todas as tarefas que assumiram durante o enfrentamento de milhares de soldados das tropas de ocupação da West Indische Compagnie.

Sem dúvida diante da impossibilidade de se restaurar Pernambuco, claramente evidenciada logo após a pífia atuação da Armada do Conde da Torre em 1640, os religiosos da Companhia de Jesus no Brasil dedicaram-se, em consonância com a Província lusitana, a assegurar a coesão da colônia em torno de Dom João IV. Esse foi o caso da missão confiada aos padres Vilhena e Manuel Fernandes. Por outro lado, é preciso reconhecer, contudo, que outro jesuíta foi mais além dessa nova forma de atuação assumida pela ordem inaciana. Refiro-me ao padre Antônio Vieira, cujas ações neste sentido extrapolaram o comum da posição dos demais jesuítas.

Por fim, diante da vastidão do tema e das possibilidades de trabalho que se abrem a partir da análise da correspondência jesuítica, busquei inovar as abordagens que



têm sido apresentadas. Nesse sentido, destaquei as funções estratégicas assumidas pelas cartas daqueles religiosos durante as lutas contra os holandeses. Contudo, parafraseando o padre doutor Serafim Leite, se este trabalho, que por ora chegou à sua conclusão, tiver algum merecimento ‘é mais dos outros que do autor, que pelo menos no seu pensamento e coração, o reparte por muitos’.<sup>363</sup>

---

<sup>363</sup> Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1950. Tomo X, p.XVI.

## FONTES

### Fontes Manuscritas

***ANNUA LITTERAE ex Provincia Brasilica ab anno 1629 ad 1630 et 1631.***

(Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasilia* 8, *Historia:1600-1647* pp.410-420v.).

***CATALOGUS Eorum Qui Hoc Anno 1618 Mense Decembri Mittuntur In Brasiliam.***

(Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasilia* 5, *Catalogi Breves et Triennales*, p.119. [séculos XVI e XVII 2 v.]

***CARTA ÂNUA DE 1612 [do Padre Domingos Coelho] ao Padre Geral da Companhia de Jesus Cláudio Aquaviva, Bahia, 14 de agosto de 1613.*** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasilia* 8, *Historia:1600-1647*, pp.136-139.

***CARTA DO PADRE PROVINCIAL DOMINGOS COELHO ao Padre Nuno Mascarenhas, Assistente em Roma, Bahia, 14 de janeiro de 1623.*** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasilia* 8, *Historia:1600-1647*, p.325.

***CARTA DO PADRE MANUEL FERNANDES ao Padre Geral da Companhia de Jesus [Múcio Vitelleschi], escrita da Aldeia de São João na Bahia em 25 de julho de 1624.*** (Archivum Romanum Societatis Iesu, *Brasília* 3(1), *Epistolae Brasiliensis 1550-1660*, pp.205-206.). In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. Volume V, pp. 30-34.

***CARTA DO PADRE PROVINCIAL DOMINGOS COELHO ao Padre Geral da Companhia de Jesus [Múcio Vitelleschi], escrita deste cárcere [Dordrecht, na Holanda] em 24 de outubro de 1624.*** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasilia* 8, *Historia:1600-1647*, pp. 352-355.). In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. Volume V, pp. 34-48.

***CARTA DO PADRE MANUEL FERNANDES [Visitador de Pernambuco] ao Padre Geral da Companhia de Jesus [Múcio Vitelleschi], escrita do Arraial do Bom***

- Jesus, em 5 de outubro de 1633.* (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, pp. 425-462.).
- CARTA DO PADRE FRANCISCO FERREIRA ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, de Pernambuco, 12 de abril de 1635.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, pp.474-475.).
- CARTA DO PADRE PROVINCIAL DOMINGOS COELHO ao General Matias de Albuquerque sobre a situação dos Religiosos da Companhia de Jesus em Pernambuco. Bahia 14 de maio de 1635.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, pp.477-480v.).
- CARTA DO PADRE FRANCISCO FERREIRA ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, de Pernambuco, 10 de junho de 1635.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, pp.483-484.).
- CARTA DO PADRE FRANCISCO FERREIRA ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, de Pernambuco, 13 de julho de 1635.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, p.459.).
- CARTA AO PADRE GERAL, da Bahia, 28 de agosto de 1635.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, pp. 476-476v.).
- CARTA DO PADRE FRANCISCO FERREIRA ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, de Antuérpia, 26 de setembro de 1636.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Lusitânia 74*, pp.270-271.).
- CARTA DO PADRE DOMINGOS COELHO ao Padre Geral da Companhia de Jesus [Múcio Vitelleschi], escrita da Bahia em 30 de maio de 1638.** (Archivum Romanum Societatis Iesu, Códice *Brasília 8, Historia:1600-1647*, p.517.).

## Fontes Impressas

- AGIOLÓGIO LUSITANO** dos Sanctos, e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas: consagrado à Immaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, Padroeira do Reino. [por Jorge Cardoso]. 3 Tomos, Lisboa: 1652-1666. Tomo IV [por D. Antonio Caetano de Sousa, C. R. Deputado da Junta da Bulla da Cruzada.]. Regia Officina SYLVIANA, 1744. (compreende os meses de Julho e Agosto com seus comentários).
- ALDENBURGK**, Johann Gregor. *Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624-1625*. [original de 1627]. (introdução notas e comentários de Edgard de Cerqueira Falcão). São Paulo: Conselho Nacional de Pesquisas / Universidade da Bahia, 1960.
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: 1876. Em curso de publicação.
- AZEVEDO**, João Lúcio de. (coord.). *Antonio Vieira: Cartas*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1925 - 1928. 3volumes.
- BAERS**, Joan. *Olinda Conquistada*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.
- BARLEUS**, Gaspar. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.
- BARO**, Rouloux. *Relação da viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979.
- BARRIGA**, Luís Álvares. ‘Advertencias que de necessidad forçada importa al servicio de Su Magestad, que se consideren en la Recuperación de Pernambuco y del justo, verdadero, y christiano arbitrio de um millon, duzientos y sincoenta mil ducados, em que se deve fundar la conservacion del Estado del Brasil, la restauracion del comercio de la Mina, Guinêa, y el señorio y desinfestacion de nuestros mares.’ [original de 1634.] In: *ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: 69: 232-276. 1950.

- “**Batalha Naval de 1640**”. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 58: 1-58, 1895.
- CADORNEGA**, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940-1942. 3 volumes.
- ‘**CAPÍTULOS de Gabriel Soares de Sousa Contra os Padres da Companhia de Jesus, que Residem no Brasil**’. In: *ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: 62: 337-381 1940.
- CARDIM**, Fernão. (S.J.). *Tratados da terra e gente do Brasil*. (Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978. (Coleção Brasileira volume 168).
- ‘**CARTA DO PADRE FRANCISCO PAIS ao padre Paulo da Costa, escrita da costa do Rio Grande do Norte, em 1 de fevereiro de 1640.**’ In: **VARNHAGEN**, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. pp.326-331. [Apêndice ao livro 6º- Doc. 20.].
- ‘**CARTA QUE O MARQUEZ DE MONTALVÃO Visso Rey do Brazil, escreveu ao Conde de Nassao em q^ o fas sabedor da Acclamaçam, e Juramento q^ se fes no Reyno de El Rey Dom João o quarto nosso senhor.**’ [março de 1641]. In: *ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: 4; 42; 1877-1878.
- CARTAS AVULSAS, 1550-1568 / Azpilcueta Navarro e outros**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 148).
- CARTAS DO 1º CONDE DA TORRE**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.
- CARTAS DO BRASIL, 1549-1560 / Manoel da Nóbrega**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 147).
- CARTAS DOS JESUÍTAS do Oriente e Brasil 1549-1551**. Apresentação de José Manuel Garcia. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1993. (Edição facsimilada.)

- CARTAS: informações, fragmentos históricos e sermões / José de Anchieta.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil. 2ª série; v. 149).
- ‘**CARTAS NASSOVIANAS.**’ (1637-1646) 1ª parte. In: **REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO.** Recife: tomo X nº 56: 23-52; 1902.
- COELHO,** Duarte Albuquerque. *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil.* (Original de 1654). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- COPIA DE HUMA CARTA QUE DE EVORA ESCREVEU HUM COLLEGIAL** do Real Collegio da Purificação a outro seu amigo em Lisboa, em que lhe relata o recebimento de Sua Majestade nesta cidade de Evora. Lisboa:1643.
- COLECÇÃO CHRONOLOGICA da Legislação Portuguesa.** [compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854-1859. 10 volumes.
- CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus.** [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- ‘**DIÁRIO OU BREVE DISCURSO** acerca da rebelliao e dos pérfidos desígnios dos portugueses do Brazil, descobertos em junho de 1645 até 28 de abril de 1647. Escrito por um curioso que residia no Brazil no começo da rebelliao, e que ainda agora ahi mora.’ In: **REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO.** Recife: 32: 121-225; 1887.
- DUSSEN,** Adriaen Van der. *Relatório sob as capitánias conquistadas no Brasil pelos holandeses, 1639.* (Tradução introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Mello). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.
- FRANCO,** António. *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio de Coimbra em Portugal.* Évora; Coimbra: 1719. (2 volumes).
- FREIRE,** Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasílica.* São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- GUERREIRO,** Bartolomeu. [original de 1625] *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Baya de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a 8 de Mayo de 1624, e recuperada no primeiro de Mayo de 1625.*

*Feita pólo Padre Bartolomeu Guerreiro da Companhia de Iesv. Em Lisboa.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (Coleção Rodolfo Garcia – v. 1).

‘**HISTORIA dos Collegios do Brasil**, copiada de um manuscrito da Bibliotheca Nacional de Roma.’ In: *ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: 19: 75-144, 1897.

**LAET**, Joannes de. *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, desde o começo até o fim do ano de 1636.* (original de 1644). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.CD-ROM.

**LEITE**, Serafim. 2000. *Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega.(Opera Omnia).* Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série. Vol. 211. [Edição fac-similar.*Cartas do Brasil e mais escritos do padre Manuel da Nóbrega (Opera Omnia).* Coimbra: Imprensa da Universidade. 1955].

\_\_\_\_\_. *Monumenta Brasiliae.* Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1956-1968. 5 volumes.

\_\_\_\_\_. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil.* São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. 3 volumes.

\_\_\_\_\_. *Novas Cartas Jesuíticas: de Nóbrega a Vieira.* São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940. (Coleção Brasileira, volume 194).

**LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL, 1607-1633.** Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958.

**MANUSCRITO PORTUGUÊS SOBRE A CONQUISTA NEERLANDESA DE SALVADOR DA BAHIA (1624).** [manuscrito anônimo existente na Biblioteca Universitária de Leiden. Cod. Voss. G. G. Q 14.]. (Transcrição de B. N. Teensma.). Petrópolis: Editora Index, 1999. pp.37-61. (volume I da Coleção Brasil Holandês).

**MANUSCRITO PORTUGUÊS SOBRE A RECONQUISTA LUSO-ESPANHOLA DE SALVADOR DA BAHIA (1625).** [manuscrito anônimo existente na Biblioteca Universitária de Leiden. Cod. Voss. G. G. 14.]. (Transcrição de B. N. Teensma.). Petrópolis: Editora Index, 1999. pp. 79-102. (volume I da Coleção Brasil Holandês).

**MEMORIAL DE VÁRIAS CARTAS E COUSAS DE EDIFICAÇAM DOS DA COMP.<sup>a</sup> para uso e proveyto s.<sup>pual</sup> dos Noviços vendo o exemplo dos Antigos.**

[original de 1596 - manuscrito n° 554 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Reconstituição do texto por José Pinto.]. Porto: Editora Maranus, 1942.

**MOERBEECK**, Jan Andries. ‘Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei de Espanha a terra do Brasil’. [original de 1624]. In: *Os holandeses no Brasil*. Tradução do Rev. P. Frei Agostinho Keijzers (O.C.T.) & de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool [IAA], 1942. (Número 1 da ‘Coleção Documentos Históricos’ do IAA.).

**MONUMENTA IGNATIANA**. *Series Prima, Sancti Ignatii de Loyola Epistolae et Instructiones*. Madrid: Gabriel Lopez del Horno, 1903.

‘**NOTÍCIAS HISTÓRICAS E MILITARES**: relativas à guerra hollandeza, ataques dos Francezes ao Rio de Janeiro e outros assumptos de importância para o Brazil 1630-1757.’ (Reimpressão de 12 opúsculos raros e de um manuscrito existente na Collecção Barbosa Machado). In: *ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: 20: 119-254, 1898.

**NIEUHOF**, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. (original de 1682). Introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil; nova série; volume 35).

**PRESTAGE**, Edgar; **D’AZEVEDO**, Pedro. (org.). *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a embaixada em Holanda 1643-1648*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920-1926. 2v.

**PUDSEY**, Cutberth. *Diário de uma estada no Brasil 1629-1640*. (Tradução e leitura paleográfica por Nelson Papavero & Dante Martins Teixeira). Petrópolis: Editora Index, 2000. (volume III da Coleção Brasil Holandês).

‘**Recuperação da Cidade do Salvador** escripta por D. Manuel de Meneses, Chronista Mor e Chrosmographo de Sua Magestade e Capitão Geral da Armada de Portugal naquella empresa.’ – [Cópia cotejada com o Manuscrito original de Madrid por Francisco Adolpho de Varnhagen.]. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 22: 357-411; 527-633, 1859.

‘**REGIMENTO DO GOVERNO DAS PRAÇAS CONQUISTADAS** ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais.’ In: *REVISTA DO INSTITUTO*



*ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO*. Recife: 31: 289-310, 1886.

‘**RELAÇAM DA ACCLAMAÇÃO** que se fez na capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil e nas mais do Sul ao Senhor Rey D. João IV, por verdadeiro Rey e Senhor do seu Reyno de Portugal, com felicíssima restituição que d’elle se fez a Sua Magestade que Deus guarde. Lisboa, 1941.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 5: 319-327, 1843.

‘**RELAÇAM VERDADEIRA E BREUE DA TOMADA DA VILLA DE OLINDA E LUGAR DO RECIFE** na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta authoridade, & que foy testemunha de vista de quase todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo té os dezoito de Abril deste presente & fatal anno de 1630.’ [original de 1630]. In: *ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: 20: 125-132, 1898.

‘**RELAÇÃO VERDADEIRA DE TODO O SUCEDIDO NA RESTAURAÇÃO DA BAHIA DE TODOS OS SANTOS**, datada da Baía, 15 de maio de 1625.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 5: 476-490, 1843.

‘**RELACIÓN DE LA VITORIA QUE ALCANZARÓN LAS ARMAS CATÓLICAS EM LA BAIJA DE TODOS SANTOS CONTRA OLANDESES**, que fuerón a sitiar aquella Praça en 14 de Junio [abril] de 1638. Siendo Governador del Estado del Brasil Pedro de Silva.’ Imprensa con licencia del Real Consejo de Castilla; y conferida y ajustada en el Supremo de Estado de Portugal. [original de 1638]. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 20: 133-142, 1898.

*REVISTA DO INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO*. Recife: 1862. Em curso de publicação.

*REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. Rio de Janeiro: 1839. Em curso de publicação.

*REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO DO CEARÁ*. Fortaleza: 1887. Em curso de publicação.

- RICHOSFFER**, Ambrósio. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.
- RUITERS**, Dierick. ‘A Tocha da Navegação.’ In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 269: 3-84, out-dez. 1965.
- SALVADOR**, Manoel Calado do. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.
- SALVADOR**, Vicente do. *História do Brasil*. [original de 1627]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf> (acesso em março de 2009).
- SANTIAGO**, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. (Estudo introdutório e índice onomástico de José Antônio Gonsalves de Mello.). Recife: FUNDARPE Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, I). [1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto – Portugal].
- SERMAM QUE FEZ O R. P. BERTOLAMEU GUERREIRO DA COMPANHIA DE JESU**, nas exeqias do anno que se fizerão ao Sereníssimo Príncipe D. Theodosio segúdo Duque de Bragança em Villaviçosa na igreja dos Religiosos de S. Paulo primeiro hermitão onde o dito Senhor está depositado. Em 29 de novembro de 1631, Lisboa, 1631.
- ‘**Testamento Político de Nassau.**’ In: *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. Rio de Janeiro: LVIII 1ª parte; 223-236, 1895.
- VILHASANTI**, Pedro Cadena de. *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*. (Prefácio de Serafim Leite & notas de Manuel Múrias). Lisboa: 1941 (Coleção Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo.).

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABREU**, João Capistrano de. 'Memórias de um Frade.' In: *Ensaio e Estudos: crítica e história*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Briguiet, 1931. 1ª série, pp.245-295.
- ACIOLI**, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2003.
- ALBUQUERQUE**, Manoel Maurício de.; **REIS**, Arthur Cezar Ferreira; **CARVALHO**, Carlos Delgado de. *Atlas Histórico Escolar*. Rio de Janeiro: MEC/Fename, 1980.
- ALBUQUERQUE**, Cleonir Xavier de. *A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco /Imprensa Universitária, 1968.
- ALDEN**, Dauril. *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire and beyond. 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- ALENCASTRO**, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA**, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANSELMO**, Antônio Joaquim. *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: 1926. [Publicações da Biblioteca Nacional de Lisboa]. Reedição de 1977.
- ARIÈS**, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.
- ASSUNÇÃO**, Paulo de. *Negócios jesuíticos, o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- AZEVEDO**, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Casa Editorial Alameda. 2008. 2 volumes.

- AZEVEDO**, Silvia Maria; **RIBEIRO**, Vanessa Costa. *Vieira: Vida e Palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- BAIÃO**, António. 'O Bispo D. Marcos Teixeira: solução de dúvidas que a seu respeito vêm desde Varnhagen.' In: *Publicações do Congresso do Mundo Português - Memórias e Comunicações ao Congresso Luso-Brasileiro de História IX*. Lisboa: s/ed. 1940.
- BEBIANO**, Rui. *A pena de Marte: escrita de guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Edições Minerva, 2000.
- BERGER**, Paulo. **WINZ**, Antônio Pimentel & **GUEDES**, Max Justo. 'Invasões de corsários e piratas na costa do Brasil.' In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975. volume 1, tomo II, pp.475-521.
- BOOGART**, Ernst Vand Den. *La Expansión Holandesa em el Atlantico 1580-1800*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.
- BOUZA-ALVAREZ**, Fernando. 'Cultura Escrita e História do Livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII. In: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: nº 9-10, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- BOXER**, Charles Ralph. *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Igreja e a expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. (Coleção Brasileira volume 353).
- \_\_\_\_\_. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Coleção Brasileira volume 312).
- BRANCO**, Mário Fernandes Correia. *Nóbrega, as cartas jesuíticas e as estratégias de conversão do gentio*. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Programa de Pós-Graduação em História. 2005.
- BRAUDEL**, Fernand, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1984. 2 v.

- CAMPO BELO**, conde de.(o 4º). [D. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e Cernache]. *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935.
- CADARSO**, Pedro Luis Lorenzo. ‘La correspondencia administrativa en el Estado Absoluto castelhano siglos XVI-XVII.’ In: *Tiempos Modernos: Revista electrónica de Historia Moderna*. n.º5. 2001. pp.1-29. <http://www.tiemposmodernos.org>
- CARDIM**, Pedro. ‘Embaixadores e Representantes Diplomáticos da Coroa Portuguesa no Século XVII.’ In: *Cultura - Revista de Historia e Teoria das Idéias*. XV, 2ª série, 2002. pp. 47-86.
- CASCUDO**, Luis da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.
- CASTELNEAU-L’ESTOILE**, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006.
- CAYOLLA**, Júlio. (org.). *A Restauração e o Império Colonial Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários – Agência Geral das Colônias, 1940.
- CIDADE**, Hernâni. *Padre António Vieira*. Lisboa: Editorial Presença 1985.
- CONTRERAS**, Jaime.; **GARCÍA**, Bernardo J. Garcia; **PULIDO**, Ignacio. *Familia, Religión y Negocio. El Sefardismo en las relaciones entre el mundo iberico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos deAmberes y Ministerio de Assuntos Exteriores. 2002.
- COSTA**, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração:1641-1668*.
- COSTA**, Leonor Freire & **CUNHA**, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006. (Coleção Reis de Portugal).
- CUADERNOS** de Historia Moderna- Anejo IV. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 2005.
- CUNHA**, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- DIAS**, José Sebastião da Silva Dias. *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- EGIDO**, Teófanés. (coord.). *Los jesuítas en Espana y en el mundo hispánico*. Madrid: Fundación Carolina. Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos / Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2004.

- FERRO**, João Pedro. 'A Epistolografia no Quotidiano dos Missionários Jesuítas nos Séculos XVI e XVII'. In: *Lusitana Sacra*. Lisboa: 5, 137-158, 1993.
- FRAGOSO**, João.; **BICALHO**, Maria Fernanda Baptista.; **GOUVÊA**, Maria de Fátima Silva (eds.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREITAS**, Gustavo de. 'A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720). Subsídios para a História Econômica de Portugal e do Brasil.' In: *Revista de História*. São Paulo: 6; 307-328; 7; 85-110; 8; 313-344. 1951.
- GALINDO**, Marcos. (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Editora Massangana, 2005.
- GOUVÊA**, Maria de Fátima Silva. 'Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808). In: **FRAGOSO**, J.; **BICALHO**, M. F.; **GOUVÊA**, M. F. (eds.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.285-315.
- \_\_\_\_\_. Verbete: 'Capitanias Hereditárias.' In: **VAINFAS**, Ronaldo. (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p.92-94.
- HANSEN**, João Adolfo. (org.). *Cartas do Brasil – Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2003.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Cobra de Vidro*. São Paulo: Perspectiva / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira I: Época Colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- JORGE**, Artur Guimarães de Araújo. 'A Restauração e a História Diplomática do Brasil Holandês (1640-1661).' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VII: 11-38; 1942. [1ª série].
- KENT**, Shermann. *Informações Estratégicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967.
- LACOUTURE**, Jean. *Os jesuítas: os conquistadores*. Porto Alegre: LP&M, 1994. 2 volumes.

- LAMALLE**, Edmond.(S.I.). ‘L’archivio di una grande Ordine religioso. L’archivio Generale della Compagnia di Gesù.’ In: *Archiva Ecclesiae, Bollettino dell’Associazione Archivistica Ecclesiastica*. XXIV-XXV, t.1: 89-120. 1981-1982.
- LAPA**, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1968. (Coleção Brasileira volume 338).
- LAVAJO**, Joaquim Chorão. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002.
- LEITE**, Serafim.(S.J.). ‘Nóbrega e os Primeiros Capelães Militares no Brasil.’ Lisboa: Edições Brotéria, 1961. (Separata da revista *Brotéria*, n° 73.).
- \_\_\_\_\_. *Breve itinerário para uma biografia do P. Manoel da Nóbrega*. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.
- \_\_\_\_\_. ‘A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal.’ In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VII: 125-161; 1942. [1ª série].
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 volumes.
- \_\_\_\_\_. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira, volume 93).
- LISBOA**, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paíz, a fundação da cidade com a historia civil e ecclesiastica, até a chegada de D. João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botanicas*. Rio de Janeiro: Typ. Seignot-Plancher & Cia, 1834-1835. 7 v.
- MARQUES**, João Francisco. ‘Os Jesuítas, confessores da corte portuguesa na época barroca (1550-1700). In: *Revista da Faculdade de Letras: História 12* Porto: Universidade do Porto; 231-270; 1995.
- \_\_\_\_\_. ‘Docentes da Universidade de Coimbra, pregadores da causa da Restauracionista.’ Separata das *Actas do Congresso: História da Universidade*. Coimbra: 5: 85-97; 1991.’

- \_\_\_\_\_. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. [prefácio de Jean Delumeau]. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- MÉCHOULAN**, Henry. *Dinheiro e Liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- MELLO** Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007. (3ª edição definitiva).
- \_\_\_\_\_. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*. São Paulo: Topbooks, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. (1997) Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO**, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de Jornal*. Recife: Editora Massangana, 1998.
- \_\_\_\_\_. 'Relatório'. In: *Boletim Informativo da Universidade do Recife*. Nº 3 – maio. 1961, pp. 36-41. In: **MELLO**, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de Jornal*. Recife: Editora Massangana, 1998. p.205-211.
- \_\_\_\_\_. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Editora Massangana, 1996. 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. *Fontes para a História do Brasil holandês*. Recife: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1981-1985. 2 volumes.
- \_\_\_\_\_. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, 1979. 2ª edição. (Coleção Pernambucana volume XV).
- \_\_\_\_\_. 'O Domínio Holandês na Bahia e no Nordeste.' In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira I: Época Colonial*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Capítulo 5, pp.235-253.



- \_\_\_\_\_. *D. Antônio Filipe Camarão Capitão-Mor dos Índios da Costa Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Frei Manuel Calado do Salvador Religioso da Ordem de São Paulo, Pregador Apostólico por sua Santidade, Cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Henrique Dias Governador dos Pretos, Crioulos e Mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MONTEIRO**, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas: 2001. 233p. Tese. (Livre-Docência). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: 2001.
- \_\_\_\_\_. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO**, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Instituto Camões, 2002.
- MOONEN**, Francisco José. *Holandeses no Brasil: verbetes do novo dicionário holandês de biografias*. (Introdução de José Antônio Gonçalves de Mello.). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968. (Coleção Textos Traduzidos I).
- MORAIS**, Rubens Borba de; **BERRIEN**, William. (dir.) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. 2v.
- NEME**, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1971. (Coleção: Corpo e Alma do Brasil, volume XXXII).
- NETO**, João Cabral de Mello. (org.). *O Arquivo das Índias e o Brasil. Documentos para a História do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*. [prefácio de José Honório Rodrigues]. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil. 1966.
- NETSCHER**, P. M. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Coleção Brasileira volume 220.).
- NEVES**, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

- NIGRO**, Salvatore. ‘O Secretário’ In: **VILLARI**, Rosário. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- NORTON**, Luís. *A dinastia dos Sás no Brasil, 1558-1662*. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.
- O’MALLEY**, John W. *Os primeiros Jesuítas*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, Bauru: Edusc, 2004.
- O’NEILL**, Charles E.; **DOMÍNGUEZ**, Joaquim Maria. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu; Madrid: Universidad Pontificia Comillas. 2001. [4 volumes.].
- PALOMO**, Frederico. ‘Corregir letras para unir spiritus. Los jesuitas y las cartas edificantes em el Portugal del siglo XVI.’ In: *Cuadernos de Historia Moderna-Anejo IV*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 2005. pp57-81.
- PARKER**, Geoffrey. ‘O Soldado.’ In: **VILLARI** Rosário. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994. pp.35-57.
- PÉCORA**, Alcir. (org). *Escritos Históricos e Políticos: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- PEREIRA**, José Gerardo Barbosa. *A Restauração de Portugal e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- PERES**, Damião. ‘O Império Português na hora da Restauração.’ In: **CAYOLLA**, Júlio. (org.). *A Restauração e o Império Colonial Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários – Agência Geral das Colônias, 1940. pp.31-58.
- PÉREZ**, Fernando del Ser. ‘La província jesuitica de Castilla en el Archivum Romanum Societatis Iesu’. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. nº 20, Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense. Madrid:1998.
- PÉREZ**, José Manuel; **SOUZA**, George F. Cabral de. (editores). *El Desafío Holandés al Dominio Iberico en Brasil en el Siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.
- PIMENTA**, Belisário. *O Memorial de Matias de Albuquerque*. Coimbra: 1944.
- PINHO**, Wanderley. *D. Marcos Barbosa: quinto Bispo do Brasil*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.
- POMPA**, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.

- PRESTAGE**, Edgar. *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.
- \_\_\_\_\_. *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político. (1595-1662)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- \_\_\_\_\_. ‘Relação da Embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641, reimpressão da 1ª edição de 1641.’ Coimbra: 1926. (Separata de *O Instituto*, volume nº73.).
- \_\_\_\_\_. *Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.
- \_\_\_\_\_. ‘Frei Diniz de Lencastre, embaixador extraordinário de Portugal na Holanda.’ Separata do número 24 da *Revista de História*. Porto: Empresa Litteraria e Typográfica, 1917. 7p. (Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos).
- PROSPERI**, Adriano. ‘O Missionário.’ In: **VILLARI** Rosário. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- RAMINELLI**, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RATELBAND**, K. *Os Holandeses no Brasil e na Costa Africana. Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega, 2003.
- RODRIGUES**, Francisco. ‘A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal, 1640.’ In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VI; 329-405; 1942.
- \_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: 1931-1950. 7 volumes.
- RODRIGUES**, Lêda Boechat. (org.). *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 200. p.199. Coleção Afrânio Peixoto, 56.
- RODRIGUES**, Lêda Boechat & **MELLO**, José Otávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- RODRIGUES**, José Honório. ‘Os holandeses no Brasil.’ In: **MORAIS**, Rubens Borba de; **BERRIEN**, William. (dir.) *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998. volume 2, pp.791-894..

- \_\_\_\_\_. *História da História do Brasil: Historiografia Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- \_\_\_\_\_. 'Alfredo de Carvalho, vida e obra'. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 77: 7-56, 1957.
- \_\_\_\_\_. 'Alfredo do Valle Cabral 1851-1894.' In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 73: 22-24; 1954.
- \_\_\_\_\_. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.
- SAMPAIO**, Teodoro Fernandes. *A fundação da cidade do Salvador*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.
- SCADUTO**, Mario. (S.I.). 'Uno scritto ignaziano inedito: il "Del officio del secretario" del 1547'. Roma: *Archivum Historicum Societatis Iesu*. Roma: tomo58,a. XXIX; 305-328; 1960.
- \_\_\_\_\_. 'La corrispondenza dei pimi Gesuiti e le poste italiane.' In: *Archivum Historicum Societatis Iesu*. Roma: 19; 237-253, 1950.
- SCHALKWIJK**, Frans Leonard. 'Índios evangélicos no Brasil holandês.' In: **GALINDO**, Marcos. (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Editora Massangana, 2005. pp.101-140.
- SCHMITZ**, Pedro Ignácio. 'Índios missionados pelos jesuítas nos séculos XVI a XVII na colônia do Brasil.' In: *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: 3: 401-419. 1999. Faculdade de Filosofia de Braga.
- SCHWARTZ**, Stuart. 'Actitudes portuguesas de tolerancia religiosa en el Brasil holandês.' In: **PÉREZ**, José Manuel; **SOUZA**, George F. Cabral de. (editores). *El Desafío Holandés al Dominio Iberico en Brasil en el Siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006. pp.161-176.
- \_\_\_\_\_. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1555-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SELVAGEM**, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1991.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. [Coleção Brasileira volume 336].

- SILVA**, Leonardo Dantas. *Holandeses em Pernambuco 1630-1654*. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005.
- SOUZA JÚNIOR**, Antônio de. *Do Recôncavo aos Guararapes ou História Resumida das Guerras Holandesas ao Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- TAVARES**, Célia Cristina Silva. *Jesuítas e Inquisidores em Goa*. Lisboa: Roma Editora, 2004.
- VAN DEN BORN**, A. [org.] *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 6ª ed.
- VAINFAS**, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- \_\_\_\_\_. ‘Antônio Vieira e o negócio do Brasil: derrotismo pragmático e estratégia política’. In: **AZEVEDO**, Silvia Maria; **RIBEIRO**, Vanessa Costa. (Org.). *Vieira: vida e palavra*. 1ª ed. São Paulo: Pateo do Collegio / Edições Loyola, 2008, p. 9-27.
- \_\_\_\_\_. ‘Manuel de Moraes: lealdades incertas no Brasil Holandês.’ In: **VAINFAS**, Ronaldo; **SANTOS**, Georgina Silva dos; **NEVES**, Guilherme Pereira das. *Retratos do Império - Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Eduff, 2006. pp.135-151.
- \_\_\_\_\_. ‘Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política’. In: *Revista USP*, São Paulo, v. 57, pp. 28-37, 2003
- \_\_\_\_\_. ‘La Babel religiosa. Católicos, calvinistas, conversos y judíos en Brasil bajo la dominación holandesa (1630-1654).’ In **CONTRERAS**, Jaime.; **GARCÍA**, Bernardo J. Garcia; **PULIDO**, Ignacio. *Familia, Religión y Negocio. El Sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos deAmberes y Ministerio de Assuntos Exteriores. 2002. pp.321-342.
- \_\_\_\_\_. (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VARNHAGEN**, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871.
- \_\_\_\_\_. *História Geral do Brasil Antes de sua Separação e Independência de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948. [4ª Edição Integral.]

- VIEIRA**, Antônio, SJ. *Breviarium para refletir com o Pe. António Vieira*. (organizado por Amarílis Tupiassú). Belém: EDUFPA, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Santo Antônio, luz do mundo*. (nove sermões). Organização, introdução e notas de frei Clarêncio Neotti, OFM. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- VILLARI** Rosário. *O Homem Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- VIOTTI**, Hélio Abranches.(S.J.). *Padre Serafim Leite, S.J. (1890-1969)*. Separata da revista *Verbum*. [Tomo XXVII – Fascículo 1-2; Março-Junho de 1970.]. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O anel e a pedra*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.
- WÄTJEN**, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: um capítulo da História Colonial do século XVII*. (Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira volume 123).
- \_\_\_\_\_. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.
- ZUMTHOR**, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (Coleção A vida cotidiana).

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### **Carta do Padre Manuel Fernandes Visitador de Pernambuco, ao Geral Múcio Vitelleshi, Prepósito Geral da Companhia de Jesus em Roma. 5 de outubro de 1633.\***

Paz de Cristo

Aqui estou neste Pernambuco visitando este Colégio perto de um ano, porque me mandou o Padre Provincial Domingos Coelho, do modo que tenho escrito a Vossa Paternidade por muitas vias, e estou certo que já chegaram algumas a Vossa Paternidade e também que Vossa Paternidade me terá feito caridade de dar a ordem que lhe tenho pedido. Agora faço esta não para dar conta a Vossa Paternidade de algumas coisas deste Colégio, porque é necessário saber o Padre Provincial delas primeiro para V. P. ser informado mais ao certo, mas para fazer saber a Vossa Paternidade a morte do bom Padre Antônio Bellavia, siciliano que neste Arraial padeceu a 4 de Agosto deste presente ano. E o caso se passou assim.

Já tenho escrito por várias vezes a V.P. quanto esta terra está 'in extremis' porque os holandeses se vão pouco e pouco fazendo senhores de tudo e particularmente depois que eu vim a ela, por meus pecados foi tudo para pior, e se tivemos algumas vitórias na matéria de nos defendermos neste Arraial, o qual é uma fortificação que os nossos fizeram logo no principio desta guerra em distância de uma légua das fortificações dos inimigos foi com a ajuda de Deus milagrosa; uma foi em 5<sup>a</sup> Feira de Endoenças, quando o inimigo cometeu este Arraial, e dela já dei conta a V.P. no mesmo tempo em que sucedeu. Outra foi em 8 de Agosto passado quando o Padre Antônio Bellavia faleceu, apenas quatro dias depois do seu falecimento. Assim que veio o inimigo com mil e tantos homens, pouco mais ou menos, a fortificar-se aqui muito perto deste Arraial para tomar as passagens e caminhos, pelos quais vem o provimento, e fez isto a 4 de Agosto dia de S. Domingos, e com o intento de nos vencer neste Arraial e nos bater com peças de artilharia, as quais ele determinou trazer por um rio acima, que

---

\* Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice *Brasilia* 8, ff.425-426v.



por aqui passa e se vai meter no mar onde o inimigo tem suas fortificações. Tanto que o inimigo chegou e começou de se fortificar mandou o senhor Mathias de Albuquerque, que governa esta guerra, alguns capitães nossos com seus soldados a lhes dar as baterias e fazer o dano que pudessem. Dividiram-se os nossos em duas esquadras. Em uma delas foi o Padre Antônio Bellavia com um Irmão chamado Manuel Pereira para animar, acudir e confessar os feridos como sempre fez o Padre desde que residimos neste Arraial, que foi mais de dois anos. Encontraram os nossos com uma esquadra do inimigo, e investiram tão valorosamente que lhe fizeram muito dano e os foram levando e eles fugindo até que tiveram socorro de seu corpo de gente, e este foi tão grande que foram os nossos forçados a se retirar. O Padre Antônio Bellavia foi animando-os nisso ao acometer e foi grande parte com o Irmão para o bom sucesso que os nossos nisso tiveram, mas quando foi ao retirar o Padre vinha confessando alguns feridos, e essa foi a causa porque não pode retirar tão depressa como era necessário para salvar a vida. Neste somenos lhe deram uma pelourada que o passou, e, contudo veio andando e confessando do modo que pôde um ferido que logo morreu. Em razão desta confissão e da pelourada que levava se deteve de maneira que os holandeses inimigos, os quais vinham em seguimento dos nossos, chegou um a ele e lhe deu cutiladas e o matou. Isto disseram alguns capitães e soldados em cuja companhia o Padre foi porque o Irmão companheiro vinha mais adiante e não se deteve cuidando que o Padre faria o mesmo, pois era necessário para salvarem a vida.

O Padre Antônio Bellavia era siciliano e daquela província veio a esta do Brasil haverá 12 anos pouco mais ou menos, e em chegando se pôs a aprender a língua da terra mui de propósito em uma Aldeia onde a obediência o pôs com grande zelo de salvação das almas destes pobres índios foi ao sertão uma ou duas vezes a descer almas para a Igreja. Da Aldeia de São Miguel de Una o mandou a obediência para este Arraial onde esteve mais de dois anos com muita edificação de todos, porque com o saber a língua do Brasil arrazoadamente, acudiu aos índios que neste Arraial andam sempre revezados, confessava-os e ensinava-lhes e aos de Guiné, pregava também aos soldados e moradores, e tanto que havia rebate de inimigos, ela era o primeiro que acudia para confessar os feridos, finalmente todos ajudava e consolava, e todos tinham por santo.

Quando o trouxeram morto, o trouxeram os índios em uma rede e o acompanhavam muitos chorando. Aqui o amortizamos nestas casinhas, ou choupanas

onde estamos neste Arraial com muitas lágrimas assim de saudades como pena vendo a grande falta que nos havia de fazer, como na verdade faz. Depois de amortalhado o pusemos em uma capelinha, que aqui mandei fazer, onde o vieram ver estes fidalgos e capitães quase todos chorando muito, particularmente o senhor Mathias de Albuquerque, e aclamando-o todos por santo. Achamo-lo passado com uma bala e com duas ou três cutiladas na cabeça e outras duas ou três na garganta. Estando amortalhado tinha uma cutilada que lhe descia da cabeça para a testa e lhe dava tal graça que a todos pareceu muito bem assombrado. Enterramo-lo logo de noite porque como estávamos quase cercados dos inimigos poderia ser não o podermos fazer ao outro dia pela manhã, como convinha.

Ao outro dia que foi 6<sup>a</sup> feira cinco de agosto estava a gente deste Arraial muitos, ou para melhor dizer, os mais mui desanimados e houve parecer e Conselho deliberado de que se tirasse a artilharia e nos fossemos para outra fortificação que está daqui seis ou sete léguas, em um porto do Cabo de Santo Agostinho, onde estão alguns navios nossos que vão e vem de Portugal e já o inimigo pretende tomá-lo, mas defendeu-lhe Nossa Senhora de Nazareth que ali tem uma igreja. Não se efetuou, pois, o Conselho porque não foi possível e também se arriscava muito mais a artilharia em se tirar que em se deixar estar.

Ao sábado também houve algum trabalho ou receios, para que não lhe chame medo. Mas à noite e ao domingo seguinte e a 2<sup>a</sup> feira parece que todos ressuscitamos porque se veio ajuntando muita gente da terra e vieram trazendo muitos mantimentos (coisa que de ordinário aqui falta não por não os haver na terra, mas por falta de carros) e começou de entrar o ânimo num e noutro, de maneira que todos bradavam [que] se saísse ao inimigo antes de ele se chegar mais a nós, senão quando na 2<sup>a</sup> feira 8 de Agosto virem os vigias vir embarcações do inimigo, por este rio acima (que por aqui perto passa), mandou logo sua senhoria os capitães e companhias que lhe pareceram necessários para a empresa, foram e em breve concluíram o negócio porque tomaram ao inimigo um patacho com seis peças de artilharia e muitos mantimentos e munições de muita pólvora e pelouro, e mais duas lanchas grandes com algumas peças pequenas que chamam roqueiras e um batelzinho e mataram também muita gente que vinha nas embarcações e também por terra fazendo guarda as embarcações, uns dizem que duzentos com muitos feridos outros falando mais ao certo, dizem que naquele dia e

noutro antecedente, entre mortos e feridos seriam quatrocentos, e depois se soube que dos feridos morreram muitos mais. Da nossa parte houve cinco ou seis mortos e dez ou doze feridos. As embarcações foram queimadas por não nos poderem servir.

Concluída a vitória vinham todos do lugar onde ela se houve para este Arraial bradando e dizendo que o santo padre Bellavia nos dera a vitória alcançando-a de Deus no céu e até o senhor Mathias de Albuquerque o disse em vozes altas pelos lugares públicos deste Arraial e todos os mais nos diziam o mesmo, e pela maior parte desta capitania correu fama de que o santo padre Bellavia nos alcançara a vitória e disto fizeram algumas poesias e sonetos em português. Certo que isso foi tão repetido e publicado por todos e o Padre tão adorado por santo que nos consolamos todos os da Companhia grandemente e com isto se nos aliviou muito o grande sentimento e pena que tivemos com sua morte. Eu de mim digo que lha invejo muito e que me terei por mui ditoso se Deus Nosso Senhor me fizer aqui mercê de outra semelhante. O Padre no tempo em que viveu nesta província foi religioso de grande exemplo e prudência, em aqui dizer muito de suas virtudes, mas é necessário tratado por si ou carta anua, onde se pode alargar mais quem a fizer.

A vitória acima dita, que dizem nos alcançou o santo padre, foi tal que os inimigos se acolheram logo dos lugares onde estavam, largando as fortificações que já tinham sido feitas e com tanto medo de lhe irem dar os nossos que os viram ir os vigias mui desordenados, e os nossos ficaram com grande sentimento de não poderem fazer neles o que desejavam que era acabá-los e concluí-los a todos. Como isto assim passa, contudo, o inimigo ainda ficou possante, que nos vai destruindo todas as fazendas e engenhos e é necessário para o desalojar uma armada mui poderosa, pela qual bradamos e esperamos; este caso quando não damos todo por concluído se Deus nos não acode milagrosamente. Vossa Paternidade pelo amor de Deus nos mande encomendar muito ao mesmo Senhor e nos lance a sua santa benção em os santos sacrifícios.

Deste Arraial de Pernambuco, 5 de outubro de 1633.

De Vossa Paternidade filho em Cristo

indigníssimo

Manoel Fernandez

## ANEXO B

### **Carta do Padre Leonardo Mercúrio ao Padre Geral Múcio Vitelleschi, 29 de novembro de 1636.\***

Esta é a primeira ocasião que tenho de escrever a Vossa Paternidade o nosso lastimoso desterro grandes trabalhos que temos passado, seja o Senhor louvado para sempre.

Tanto que me vi livre da carga e governo do Colégio, pedi ao Padre Visitador Manuel Fernandes, que me desse licença para me recolher em uma Aldeia de menos tráfego. Mando-me para a Aldeia de Caeté, aonde estive cinco para seis meses, estando com grande gosto e sossego, mas vendo que estava o Arraial sem pregador, porque o Padre Francisco de Vilhena era ido para Nazaré, nem havia outro que pudesse acudir a esta falta pública, me ofereci ao Padre Visitador que estimou o zelo e me mandou. Estava por superior o Padre Gaspar de Semperes, homem mui religioso e espiritual, e por seu companheiro o Irmão Manuel Pereira.

Havia 3 meses que eu estava nesta Praça exercitando os ministérios da Companhia quando baixando da Paraíba o holandês com seu exército, vinha sujeitando aos moradores, obrigando-os a tomar passaporte sem achar em nenhuma parte resistência; muitos moradores, assim de gente ordinária como grave e nobre, se recolheram à força ao Arraial, que o Governador não somente não recolhia aos que vinham de fora, mas deitou muitos que estavam dentro por respeito dos mantimentos, com muitas lágrimas, assim dos que se saíam como dos que ficavam. Desta vez, e nesta ocasião, roubou o inimigo o quanto até então se havia escondido. Tendo aviso o nosso Governador de como o holandês se vinha chegando ao Arraial, mandou por fogo a todas

---

\* *Archivum Romanum Societatis Iesu. Códice Lusitania 74, 273-274. Apud: Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil.-V. pp. 354-358.*

as casas, que estavam ao redor dele, e era grande lástima ver queimar tantas casas que valiam muitos cruzados.

Um domingo finalmente amanheceu o inimigo a tiro de mosquete do Arraial com trincheiras feitas, plantada a artilharia e com bateria feita. Saiu a nossa gente a pelejar com eles e suposto que lhes matamos muitos, se ficou com o posto, e pouco a pouco foi tomando outros, por ter grande poder, e nos foi cercando com quatro baterias, de onde de dia e de noite nos abrasava com fogo. Não ficava casa nem trincheira que não desfizesse a artilharia inimiga; 35 balas deram na nossa casinha sem dano das pessoas. Um gênero de artifício de fogo nos lançavam, a que chamam trabucos, coisa medonha e espantosa, porque arrebatava com tanta fúria, caindo no chão que levava uma casa pelos ares; e, para nos inquietar mais os deitavam muitas vezes de noite para que assim não víssemos onde caíam. As necessidades que passamos foram muitas, e mui grandes as fomes, e de maneira que chegamos a comer perros, gatos e cavalos e ervas agrestes. E tudo sofreu o valor português, com grande espanto, por não se ver sujeito a tão infame gente e herege, não se espantando de tantos mortos e feridos, nem das fomes, nem do rigor de tantos assaltos; mas, enfim, faltando totalmente todo o remédio de sustento e munições e desesperando já de socorro, porque aos homens da terra custava a vida o corrê-lo como custou a uma pessoa nobre, só porque agasalhou em sua casa por uma noite a um soldado do Arraial, e a outro, só por lhe acharem uma carta que a um homem dele escrevia, foram forçados a entregar-se, rendendo-se o Arraial a bom e honrado partido para a gente de guerra, porque a gente da terra e moradores ficou à mercê e disposição do inimigo, e passou mui mal, porque, além de lhes tomarem tudo, os obrigaram a pagar os gastos do cerco, dizendo que haviam sido a causa, com os mantimentos que deram, de o Arraial se defender tanto tempo, e assim os fintaram a todos conforme o seu cabedal, não permitindo nem dando liberdade a nenhum sem primeiro pagar.

Nós saímos logo no mesmo dia, com a tristeza que não sei explicar, por ver tudo acabado e o inimigo tão vitorioso e triunfante. Levaram-nos presos aos navios passando de trabalhos a maiores trabalhos, dando-nos para comer um pouco de pão de cevada e para dormir uma tábua, porque saímos do Arraial somente com o que tínhamos em cima de nós. Nesse aperto nos tiveram quarenta dias, depois dos quais, repartindo a soldadesca e aos religiosos em quatro navios nos mandaram lançar nas Índias de

Castela. O trato que nos deram foi o de hereges inimigos de católicos e em particular aos da Companhia. Deitaram-nos em uma ilha chamada Santo Domingo, depois de trinta e oito dias de viagem e de trabalhos e angústias infinitas, mas assim ficamos livres de sua tirania, ainda que em terra estranha, pobres e necessitados, e sem remédio. Mas a misericórdia divina nos deparou um Presidente que era daquela ilha, mui amigo da Companhia, o qual sabendo de nossa chegada nos mandou buscar e agasalhar no Convento das Mercês, mandando-nos todo o necessário de sua casa. E para a viagem, que fizemos para Cartagena, nos deu a matalotagem necessária, para onde nos partimos depois de poucos dias, em busca dos galeões, porém achamos que eram partidos para a Espanha, e assim nos foi forçoso aguardar que tornassem, em que se passou quase um ano; porém tivemos muita consolação, vendo-nos já em Colégio da Companhia depois de tantos trabalhos. Mas como os gostos desta vida são aguados com tantas mágoas, a tivemos grande com a morte do Padre Gaspar de Semperes, companheiro de nossos trabalhos, que, pouco depois de chegados a Cartagena, foi a gozar do prêmio que soube procurar, vivendo tão gastado já de trabalhos e oitenta e quatro anos de idade, que parece que só lhe sustentava Deus a vida para o levar para si em um Colégio da Companhia. Deu em sua morte claras mostras do aparelho, que para ela em vida fizera.

Ficamos eu e o Irmão Manuel Pereira, que serviu de porteiro até partirmos, e eu procurei fazer o que me mandavam e ocupavam. Aos seis meses, depois de nós chegados àquele Colégio, chegaram os Padres Francisco de Vilhena e Francisco Ribeiro, que o inimigo rendeu na Força de Nazaré, e os lançou na Força de Araia, lugar das Índias, que dista de Cartagena mais de duzentas léguas. Dali passaram à cidade de Caracas, de onde se embarcaram para Cartagena em uma fragata, em que estiveram quase perdidos com um temporal e passaram os bons Padres os infortúnios que nós e assim nos consolamos uns com os outros, como nos vimos, contando cada um seus trabalhos. Em Cartagena pregou o Padre Francisco de Vilhena, e procedeu mui bem, como também seu companheiro. Pouco antes de chegados os galeões, chegou o Padre Hierônimo Lobo, que vem da Etiópia, e partindo de Goa fez naufrágio no Cabo da Boa Esperança, de onde foi a Angola, e vindo de Angola para se embarcar nos galeões junto a Cartagena, foi roubado de um corsário holandês, como ele dirá mais largamente a Vossa Paternidade.

Chegados os galeões de Espanha fomos a tratar com o General de nossa passagem, pedindo-a nos galeões, pois éramos dos rendidos de Pernambuco. Deu-no-la como aos soldados, repartindo-nos em diversos navios: eu e o Irmão Pereira viemos na Almiranta dos galeões, o Padre Francisco Ribeiro na Capitânia da frota com o Padre Provincial Baltasar [ilegível ] que vem a negócios. Este galeão se perdeu na entrada de Habana sem perigar a gente, nem a prata. Passou-se o Padre Ribeiro para a Almiranta da mesma frota e o Padre Provincial à de Nova Espanha, custando tudo mais trabalhos. O Padre Francisco de Vilhena veio em um navio marchante de uns portugueses particulares; o Padre Lobo em outro galeão. A viagem foi trabalhosíssima, porque tivemos tormentas e tempos nunca vistos, etando 3 vezes confessados, esperando a derradeira hora e onda que nos havia de tragar.

Sáimos de Habana aos 15 de Agosto [de 1636], 38 velas, e com a fúria de tantas tormentas nos derrotamos todos cada um para onde o vento o levava, sem sabermos uns dos outros. Mas foi Deus servido que não perigasse navio nenhum, onde vinham os nossos, chegando todos, ainda que em diversos portos em diferentes dias. Nós chegamos a Cádiz [sic] onde recebemos as costumadas caridades da Companhia.

Quis dar conta tão larga, para que Vossa Paternidade, como pai, saiba o que passam seus filhos, que todos, por tão diversos e remotos climas e em meio de tantos trabalhos, se mostram filhos verdadeiros da Companhia. Vossa Paternidade nos lance sua santa benção e encomende a Deus em seus sacrifícios.

De Sevilha, 24 de novembro de 636.

De Vossa Paternidade, filho indigno em Cristo,  
Leonardo Mercúrio. [assinatura autógrafa].

## ANEXO C

### **Carta do Padre Francisco Pais ao Padre Paulo da Costa, de 1 de fevereiro de 1640.\***

Na Bahia deixei carta para V.R. agora sereno nesta costa do Rio Grande, 12 léguas da fortaleza para o Ciará [sic] e Maranhão, aonde nos trouxeram meus pecados nesta infeliz Armada com tanto sentimento como V.R. considerará com tantas perdas desse Reino e da Bahia de novo tão arriscada que, desentranhando-se do melhor que tinha, veio dar nos riscos em que a consideramos.

Em 9 de outubro passado [1639] chegou [sic] o socorro das Ilhas, 17 navios com 1150 homens, gente muito escolhida e sã. Nos primeiros de novembro chegaram os 4 navios com carnes e farinhas do Rio da Prata, e primeiro que eles 11 ou 12 embarcações do Rio de Janeiro, com farinhas, carnes, peixe e vários legumes que Salvador Correa de Sá fez embarcar com bom número de soldados e índios de várias partes.

Postos estes socorros na Bahia fez o general [Conde da Torre] marchar o Camarão com a sua gente de guerra para ir ajuntar aos capitães João Lopes Barbalho e Magalhães, que já estão no rio de São Francisco com os tapuios do Rodela que ali esperavam ao Camarão, para marcharem para a campanha de Pernambuco com novo aviso do Conde da Torre, o qual lhe mandou 4 ou 5 dias antes de partir a desgraçada Armada, a qual saiu da Bahia em 20 de novembro com 89 velas, 20 galeões e urcas del Rei, navios mercantes os mais patachos e caravelas, barcos da costa para lançar gente em terra. Intentou Dom Fernando Mascarenhas vir embarcado no galeão São Filipe, mas resolvendo-se D. João da Veja não lhe carregar o estandarte real que lhe havia

---

\* Cópia sacada e cotejada com outra cópia que existe na Biblioteca da Academia Real de Historia de Madrid. Apud: Francisco Adolpho de Varnhagen. *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena da Áustria: 1871. pp. 326-331. [Trata-se do apêndice ao livro 6º - Documento 20.].



entregue quando chegou à Bahia, se concertaram e vieram ambos na Real São Domingos, Dom Rodrigo Lobo na sua Capitânia, os almirantes nas suas, Dom Francisco de Moura em uma caravela, os mais repartidos pelos navios que lhes couberam.

Com estas embarcações navegamos na volta do sul até o derradeiro de novembro e chegamos em boa conserva a 16 graus e meio, véspera de São Francisco Xavier [3 de dezembro]; entrou o vento pelo sueste com que logo pudemos virar na outra volta, mas, sucedeu desarvorar-se um galeão a uma vela que o deixou sem mastros e para o descarregar gastamos pairando um dia e uma noite. Partiu a caravela em bandolas para a Bahia, e nós para Pernambuco, durou o vento até nos por nas Alagoas, porto dos franceses e rio de São Miguel que tudo esta em distância de duas léguas. Acudiram logo os moradores daquelas duas vilas oferecendo tudo o que tinham, os pais os filhos para a guerra, sem haver quem deixasse de mostrar zelo e ânimo cristão, sem mais fruto, porém, que ficarem expostos aos castigos que os holandeses lhes deram, por se haverem declarado em nosso favor contra eles.

Estavam nestas Alagoas 200 soldados com um capitão dito MANS FELT (sic), entrincheirados em um engenho para nele se defenderem, dizem [que] tratava o capitão bem aos moradores, aos soldados com grande rigor; sabendo que estava ali surta a nossa Armada e que por terra vinham chegando João Lopes Barbalho e o Camarão, fez juntar os moradores portugueses despedindo-se deles e pediu que dissessem por escrito o bem que os havia tratado para se descarregar com seu príncipe, que assim lho havia encarregado, mandando para aquele posto em lugar de outro que havia tirado por queixas dos portugueses. Levou a sua bagagem em cinco carros deixando o posto livre. Ficaram aqui nestas Alagoas em que sustavao (sic) aos do rio de S. Francisco e Porto Calvo. Quando ali entramos fez uma caravela nossa dar à costa um barco seu, que ia para o rio de S. Francisco.

Neste rio de São Miguel fizeram aguada alguns navios, e outros se tornaram para a Bahia por abertos, entre eles foi o S. João Della Rosa em que vinha embarcado Hector Della Calce com 200 italianos, soldados velhos; se tornou (sic) para a Bahia, certo nela será de efeito para defesa daquela praça que todos consideram em grande risco; arribou mais a nau de Manuel Gonçalves Barros, em que vinha a mulher do Camarão com suas donas, e outros navios a que não sei os nomes.

Feita aguada nos fizemos à vela dia dos Inocentes [28 de dezembro] com tão rijos nordestes que em três dias tornamos a descair a 12 graus e meio trinta léguas ao mar da Bahia, e se continuaram e nos levariam ao Rio de Janeiro, fora menos mal que chegarmos a ver tantas desgraças. Nesta volta se dividiu a Armada em 3 ou 4 esquadras sem sabermos uns dos outros, e esta desunião foi grande causa de nossa perdição; não sucedera assim se saíramos no fim de agosto, ou primeiros de setembro, primavera nestas costas.

No derradeiro de dezembro voltou o vento ao sueste com que em breve navegamos até a altura do Cabo de Santo Agostinho 63 navios e porque faltavam a Capitânia, Almiranta de Portugal, e outros 6 galeões, e a ordem [de batalha] dizia que os navios derrotados fossem a barlavento de Pernambuco, se resolveu em Concelho que ali os fossemos esperar, como fizemos chegando à Barra do Paraíba ao sábado, 7 de janeiro [1640]. Se quiséramos lançar gente no Cabo Branco 3 léguas [18 Km.] da Barra do Paraíba para o sul, ou na Guayana [Goiana], o pudéramos fazer muito a nosso salvo e com grande proveito desta jornada. Várias pessoas práticas naquela costa deram por escrito as conveniências que havia para se desembarcar ali a soldadesca, outros e principalmente os moradores de Pernambuco da parte do sul foram contra este intento com a distância que havia dali ao Cabo de Santo Agostinho, que são 20 léguas [120 Km], e a falta de mantimentos daqueles sítios. Todos estes inconvenientes se não podem comparar com o que agora experimentaram os que marcharam de Pernambuco mais de 70 léguas [420 Km.], assim acontece a quem perde as melhores ocasiões.

Do sábado 7 de janeiro até terça-feira, 10 do mesmo mês achamos os galeões derrotados tirado a Bigonha, de que não temos notícia, por ventura que haja arribado a Bahia. A quarta-feira começamos a navegar para Pernambuco e no mesmo dia a tarde se descobriu o monte do Colégio [Olinda] e Pau Amarelo. Ocorre-nos que continuando a navegar naquela volta [rota] passaríamos o Cabo de Santo Agostinho em que não havia inconveniente, suposto que a infantaria havia de desembarcar na volta do Cabo para o sul. Virou a Capitânia na volta do mar com sentimento de muitos, de madrugada tornou a buscar a terra. Nesta mesma manhã, pelas dez horas, avistamos 37 navios holandeses que nos vinham demandar, [dos quais] 14 grandes, mas menores que as nossas urcas de guerra. A Capitânia com 57 peças de artilharia, grande navio de vela a barlavento, os outros de menor porte. As nossas Capitânias lançaram seus estandartes, a Real atirou

uma peça a do inimigo, e com isso se travou a batalha. Quatro galeões, [dos quais] dois da coroa de Castela, se puseram diante de nossa Capitânia pelejando com grande valor, em especial a Concepção, [a menor de todas], que o fez com muitos juntos. A Capitânia de Holanda passando por todos eles foi demandar a nossa Real, que Dom Rodrigo Lobo neste dia não pode chegar por andar a sotavento, à Capitânia seguiram os demais navios holandeses tirados 4 que com a Almiranta vieram entender com o Almirante Castelhana, Francisco Dias Pimenta, que os recebeu de maneira que com a primeira carga votaram, e ele foi em seu seguimento duas horas; tornou sobre a Armada fazendo seu ofício a tempo que já os holandeses vinham na outra volta dar suas cargas; passou a Capitânia inimiga pela nossa dando ambas suas cargas, todos acometeram a nau S. Jorge Inglês que vinha diante do almirante Pimenta, [a] todos salvou valentemente com a artilharia, o almirante fez o mesmo à Capitânia e aos mais que vinham na sua esteira, e deu fim a batalha neste dia com a morte de seu general como soubemos no dia seguinte, de cinco holandeses que escaparam de duas naus que lhes metemos a pique. Neste mesmo dia vimos apartar apressadamente da Armada dois navios [os quais] deviam de ir maltratados da nossa artilharia, soubemos dos prisioneiros que saíra este general, mais marinheiro que soldado, muito contra a sua vontade, obrigado do conde de Nassau que lhe mandou se fosse perder com a Armada de Espanha.

Foi parecer de alguns que naquela noite lançássemos a nossa infantaria em terra, porque tínhamos ali emboscados ao capitão Vidal com sua gente e alguns de cavalo que nos seguiram o passo, e o dia de antes tinha o Vidal mandado aviso ao conde da Torre que o inimigo o esperava com estes navios, com o intento de pelejar com a nossa Armada, sucedeu assim pontualmente.

Ao general morto sucedeu o almirante com tão boa fortuna que saltando o vento ao sueste nos desgarrou, e a eles deixou de posse daquelas terras de que nos fomos alongando com grande mágoa de nossos corações, sabendo que com este sucesso se acabavam nossas esperanças. Fomos tomando as baterias sempre na volta do mar, descaindo sem remédio, menos ficáramos desgarrados se as tomáramos na volta da terra.

A sexta-feira amanheceram os inimigos como sempre a barlavento, vieram a nós repartidos em duas esquadras. O general com a sua intentou investir os navios mercantes, mas Dom Rodrigo Lobo, que amanheceu mais chegado aos inimigos por

velejar mais aquela noite, voltou sobre a Capitânia e outros 4 que a seguiam, e os fez fugir deixando livres os nossos navios. Neste dia perderam os holandeses duas formosas naus, com a nossa artilharia, e outra com a sua que correu [sic] mais ajudada também das nossas balas: tirando cinco holandeses que escaparam em um bote, os mais morreram afogados. Duas naus foram dar fundo na costa da Paraíba para o sul destroçadas de nossa artilharia.

No dia seguinte tornaram a nos dar bateria com o mesmo ímpeto. A nau comboi [sic] do capitão Dom Francisco Castrejon que até então nos faltava amanheceu nas proas dos inimigos e começando pela Capitânia, foi servindo a todos com muito bons cargos, e todos a ele com os mesmos, chegando a nossa Real a salvou com três pecas sem bala e logo voltou aos inimigos metendo-se entre eles tão valente como venturoso, porque seu navio ficou sem dano algum e só um homem perdeu. Foram três naus sobre o almirante de Castela (o de Portugal andou todos estes três dias sotaventado) o primeiro dando uma carga virou a popa, o segundo atirou duas peças, o almirante lhe respondeu com outras duas com tão bom sucesso que com a segunda lhe botou ao mar o mastro traquete com todas as velas de proa e com isto se foi à costa, era nau de 44 peças. Dizem perderam os holandeses nestes dias 6 navios, eu me seguro que foram 4; outros os viram mais de perto. Nós perdemos neste sábado a nau Chagas, de Antônio da Cunha que deu à costa por descuido e por fervor de dar com os holandeses à costa. Não sabemos o que foi da gente. Por ventura que os salvou o capitão Vidal que devia estar na costa à vista da batalha. Outro patacho que vinha para a Terceira [ilha] se foi ao fundo com água, salvou-lhe a gente o almirante Pimenta.

Ao domingo e segunda-feira, 14 e 15 de janeiro [1640] desistiram da briga, mas sempre à nossa vista e a barlavento; terça-feira pelo meio dia nos acometeram 27 navios com grande ímpeto, as nossas Capitânias levaram notáveis surriadas de artilharia e mosquetaria, principalmente a Real, que como melhor de vela e barlavento entrava mais com os inimigos, valeu-lhe ser nova, e forte porque lhe deram muitas balas de mais de 30 libras, artilharia que para este efeito deviam meter no Recife, porque os navios não eram capazes de peças tão grossas. Tais dez meses lhes demos para prevenção. As vantagens que os inimigos nos faziam eram serem os seus navios muito veleiros [rápidos], velejarem sempre de barlavento e trazerem muito melhores bombardeiros que os nossos. Neste dia pelejou muito bem o almirante de Portugal. As duas Capitânias,

Almirantas e S. Felipe se desfizeram em fogo, e durou a bateria até quase noite deixando todo o horizonte e mar afumado. Na Capitânia Real ficou sem braço esquerdo o piloto mor. Sem o direito Antônio Sousa, fidalgo português. Morto no seu galeão Santa Ana Maria o capitão Baltazar Leitão da Silveira; com uma perna a menos um religioso do Carmo, o qual me disse em Cabo Verde que vinha ao Brasil por curiosidade. Alguns soldados mortos, [outros] feridos, a maior perda de gente foi na nau Chagas.

A quinta-feira viemos navegando em popa para o rio Grande, e os olandeses [sic] para os seus portos da Paraíba e Pernambuco, nós de todo desgarrados perecendo à sede e à fome; quase todos os navios vinham faltíssimos de água; farinha, e pão havia algum mas era necessário reparti-lo pelos necessitados. Por tomar água e lançar em terra a infantaria buscamos portos, em uma madrugada quisemos lançar gente, mas como nossa Armada ficou a sotavento e a do inimigo aparecia ainda a barlavento só Dom Francisco de Moura, e dois barcos em que havia a gente de Henrique Dias tomaram porto, mas com trabalho porque logo acudiram dois patachos olandeses [sic] a defender o passo, os barcos deram a costa e ali ficaram. Tornamos a buscar outra paragem, entramos nesta costa do Rio Grande 12 léguas [72 Km.] para o norte, entre os baixos de S. Roque aonde achamos um formoso rio com muito boa água e ma alagoa [sic] da mesma bondade, muitos veados, porcos, emas e muitas e várias aves, estamos sobre as choras [sic] âncoras aos mares, e ventos, as chuvas são tantas que parece mudou Deus a natureza dos tempos para nos castigar.

Surgimos aqui em 20 de janeiro os galeões ao mar, os navios menores em 6 braças em dia de São Sebastião a noite, cresceu tanto o vento que os galeões se fizeram à vela e só ficaram nove navios, os quais também são partidos tirando três urcas castelhanas que nos acompanham, e tanto que daqui levarmos, se irão para as Índias como foram os mais. Alguns navios carregados com infantaria vão com intento de ir a Bahia, duvidasse que possam tomar, outros rotos vão para o Maranhão com alguns soldados doentes e feridos. O Mestre de Campo Luiz Barbalho partira por terra com perto de dois mil homens a socorrer a Bahia, com ele o Padre Francisco de Avelar e o Irmão Bartholomeu Gonçalves; o Padre João Luís e eu ficamos com Dom Francisco de Moura para em uma caravela irmos na volta da Bahia. Queira Deus que possamos voltar. O conde Vanholo [Banholo] governa isto, quando não pode falar, pelo

impedimento da língua, o faz Dom Francisco de Moura, tratou um destes dias de abrir as vias de S.M. para generais, [mas] não lho consentiu Dom Francisco de Moura.

O conde da Torre veio na Capitânia Real, depois de desgarrado teve palavras pesadas com Dom João da Veja dizem que o chegou a punhar [socar], e que se embarcara em outro galeão, aqui mandou pedir uma caravela para nela ir a Bahia, foi uma para este efeito receamos que não achasse por serem ásperos os suestes.

Muitas vezes escrevi a V. R. que estes galeões eram mais a propósito para defender que para ofender, bem o experimentamos agora, são pesados e zorreiros [lentos], em dando em fundo de 10 braças [22 metros] voltam para o mar. Os inimigos trazem navios ligeiríssimos, demandam pouca água, e vão virar com as proas em terra. Muito a propósito foram para esta guerra os navios de Dunquerque.

Deste infeliz sucesso coligirá V.R.o ânimo com que estaremos todos. Depois de dez anos de tomado Pernambuco aparecemos aqui com uma Armada tão poderosa, com tantos socorros, tantas prevenções tanta e tão luzida gente, muita dela exercitada nesta guerra em muitos anos, quando tudo isto nos estava prometendo um feliz sucesso com a restauração desta praça e segurança de todo o Brasil, quando os inimigos se davam por perdidos recolhendo nas terras tudo o que tinham em fazendas, e acúcares se lhes fez toda esta prevenção, e desapareceu tudo sem sabermos atinar com os meios de tão grande desventura. Parece isto sonho e não verdade. Deus nos ajude, e dê sua Divina Graça para que entendamos que nos castiga por nossos pecados e nos emendemos. Ficamos afrontadíssimos com os mesmos portugueses, moradores nestas partes, e muito mais com os holandeses, que devem fazer grandes festas em Holanda com esta nova.

Destes baixos de S. Roque, costa de Rio Grande, e rio do Touro, em 1 de fevereiro de 1640.

Francisco Pais